



**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Ciências Sociais**  
**Departamento de Antropologia**  
**Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**

**Reelaboração étnica e novas redes de desenvolvimento no Nordeste brasileiro:**

A etnogênese Anacé e os projetos de grande escala da  
Costa do Pecém (CE)

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Social do Departamento de Antropologia da  
Universidade de Brasília.

---

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Dr. Gustavo Lins Ribeiro (presidente).  
Dr. Stephen Grant Baines.  
Dr. Gonzalo Rodrigo Díaz Crovetto.  
Dr<sup>a</sup>. Cristina Patriota de Moura (suplente).

---

**Potyguara Alencar dos Santos**

Brasília,  
Março de 2013.

**Reelaboração étnica e novas redes de desenvolvimento no Nordeste brasileiro:**

A etnogênese Anacé e os projetos de grande escala da Costa do Pecém (CE).

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia.

Aprovada em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Gustavo Lins Ribeiro** (presidente)  
DAN / PPGAS – Universidade de Brasília.

---

**Prof. Dr. Stephen Grant Baines**  
DAN / PPGAS – Universidade de Brasília.

---

**Prof. Dr. Gonzalo Rodrigo Díaz Crovetto**  
Universidad Católica de Temuco (UCT – Chile).

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Patriota de Moura**  
DAN / PPGAS – Universidade de Brasília.

*À Manuela.*  
*Aos povos do mar do Ceará.*

## **RESUMO:**

O objetivo da dissertação é relatar e analisar dois processos políticos: o ressurgimento da denominação indígena *Anacé* – movimento que se iniciou na costa oeste do Ceará, em 1998 – e a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Propõe-se uma apreciação histórica e etnográfica das relações entre os segmentos políticos envolvidos nesses dois processos partindo da hipótese de que tanto o projeto de grande escala impactou na reelaboração da agenda política indígena, quanto o próprio movimento indígena promoveu transformações políticas e infraestruturais no projeto. A questão em destaque se pergunta pelas composições históricas, ecológicas e políticas que permitiram o ressurgimento dos *Anacé* e a consecução dos grandes projetos na Costa do Pecém. São empregados os conceitos de “composições”, de Saskia Sassen, e de “níveis de integração”, proposto por Gustavo Lins Ribeiro. A pesquisa etnográfica foi realizada entre janeiro e julho de 2012 nas vilas indígenas de Bolso, Matões e nas sedes municipais de São Gonçalo do Amarante, Caucaia e Fortaleza.

## **PALAVRAS-CHAVE:**

Reelaboração étnica; projetos de grande escala; níveis de integração; composições;

## **ABSTRACT:**

The aim of the dissertation is to report and analyze two political processes: the resurgence of the indigenous denomination *Anacé* – that began on the west coast of Ceará, in 1998 – and the installation of the Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). We propose a historical and ethnographic examination of relations between political segments involved in these two processes on the assumption that both the large scale projects impacted indigenous reelaboration of the political agenda, as the indigenous movement itself promoted changes in policies and infrastructural project. The issue in question is highlighted by the historical, ecological and political compositions that allowed the resurgence of *Anacé* and achievement of major projects on the coast of Pecém. The concepts of "compositions" of Saskia Sassen and the concept of "levels of integration" proposed by Gustavo Lins Ribeiro. The ethnographic research was conducted between January and July 2012 in villages of Bolso, Matões and in the cities of São Gonçalo do Amarante, Caucaia, and Fortaleza.

## **KEY WORDS:**

Ethnic reelaboration; large-scale projects; levels of integration; compositions;

- viii. AGRADecIMENTOS.
- ix. LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.
- xi. LISTA DE FOTOS, MAPAS E TABELAS.

## 12 APRESENTAÇÃO

### Introdução

- 15 Reelaborações étnicas e novas redes de desenvolvimento no Nordeste brasileiro: acercando o caso da Costa do Pecém (CE).
- 20 Pesquisando o CIPP.
- 22 Níveis de integração e composições:  
Referenciais em Gustavo Lins Ribeiro e Saskia Sassen.
- 25 Um problema de escalas.
- 26 Afinando a visada teórico-metodológica.
- 31 Da estrutura deste trabalho.

### Capítulo I

- 34 Duas abordagens sobre os projetos de grande escala (PGEs).
- 36 Os estudos sobre impactos.
- 46 A perspectiva dos níveis de integração.
- 49 Estar por dentro de um projeto.

### Capítulo II

- 51 Composições da cena desenvolvimentista na Costa do Pecém (CE).
- 52 As ecologias políticas do litoral.
- 55 O porto como objeto técnico e meio interativo.
- 63 A Costa do Pecém e o Terminal Portuário.
- 77 O Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).
- 91 A Zona de Processamento e Exportação do Pecém (ZPEP).

### **Capítulo III**

- 94** A emergência étnica e suas composições.
  - 99 Emergências *Tapeba* e *Anacé*:  
Estudos de etnicidade e contextos em comparação.
  - 107 A emergência *Anacé* no interior do CIPP
  - 126 Exegeses legais e desenvolvimentistas sobre a desfiguração de “ser *Anacé*”
  - 138 Conformações atuais: a inevitabilidade de um Pacto pelo Pecém

### **Capítulo IV**

- 140** Composições e representação do drama desenvolvimentista.
  - 142 O Comitê Territorial dos Matões.
  - 153 O Pacto pelo Pecém e os acordos “a portas fechadas”.
  - 160 Uma visita à FUNAI (Ceará).
  - 166 O antropólogo e o sistema de figurações identitárias no drama do desenvolvimento.

### **Capítulo V**

- 177** Considerações finais: etnogêneses e redes de desenvolvimento.
  - 180 Uma etnogênese em meio às dinâmicas do sistema-mundo.

### **183 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.**

## AGRADECIMENTOS

Às antropólogas e professoras Dr.<sup>a</sup> Lea Carvalho Rodrigues e Dr.<sup>a</sup> Simone Simões, da Universidade Federal do Ceará. Não consigo dizer que agradeço por tudo, queiram entender que não consigo. Tudo é grande e difícil, desde a primeira dívida material, a minha primeira passagem de Fortaleza para Brasília, até a última que não tem medida, meio, definição.

Ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília e a todos(as) que transitam por aquele seu corredor meio curvo.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pois viajar de uma cidade-satélite ao centro de Brasília durante a semana, adquirir café em pó ou selar um postal feliz para a minha mãe seria impossível sem a bolsa de mestrado. Outras coisas também são impossíveis, mesmo quando se conta com a bolsa, mas o momento diz que eu agradeça.

Ao antropólogo e professor Dr. Gustavo Lins Ribeiro, meu orientador. Agradeço por permitir que lhe chame de amigo hoje e de agora em diante.

A um e vários lugares: Catacumba, Colina dos Estudantes da UnB, Santa Maria. Ver Brasília pela primeira vez da janela de um ônibus interestadual foi uma visão que me levou para dentro de casa.

Aos Anacé e mais uma vez a todos os povos do mar do Ceará, pois correr à procura de vocês foi também me encontrar. Aproveito para avisar que Manuela passa bem.

E para aqueles que não apareceram nesta lista tão curta de agradecimentos, assistam ao documentário *It's All True*, de Orson Welles. E se por um acaso assistirem (ou assistiram) comigo é porque o nosso carinho dispensa agradecimentos.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRAZPE – Associação Brasileira de Zonas de Processamento e Exportação.

ADECE – Agência de Desenvolvimento do Ceará.

AFRMM – Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante.

AL – Assembleia Legislativa.

AMCIPP – Associação dos Moradores do CIPP.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

APA – Área de Preservação Ambiental.

APOINME – Articulação dos Povos Indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil.

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

CEARÁPORTOS – Companhia de Integração Portuária do Ceará.

CDC – Companhia Docas do Ceará.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário.

CIPP – Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

COPICE – Coordenação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará.

COSEPS – Comissão Especial para a Coordenação dos Serviços Portuários de Santos.

CTO – Ceará Terminal Operator.

CSP – Companhia Siderúrgica do Pecém.

DHI – Dynish Hydraulic Institute.

DHN – Diretoria de Hidrografia e Navegação.

DN – Jornal Diário do Nordeste de Fortaleza.

DNPVN – Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis

DST – Doença Sexualmente Transmissível.

EIA – Estudo de Impacto Ambiental.

EMAZPE – Empresa Administradora da Zona de Processamento e Exportação do Pecém.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio.

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.

G + – Grupo de Monitoramento de Ações Institucionais e Setoriais do CIPP.

GIZC – Gestão Integrada da Zona Costeira.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.

IDACE – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará.

IMO – Organização Marítima Internacional.

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados.

ISPS Code – Código Internacional para Segurança de Navios e Instalações Portuárias.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

MAPP – Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Minc – Ministério da Cultura.

MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego.

MTrans – Ministério dos Transportes.

NAL/ Funai – Núcleo de Apoio Local da Funai.

NETTUR – Núcleo de Estudos do Território e do Turismo.

NUMAPP – Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas.

ONU – Organização das Nações Unidas.

OIT – Organização Mundial do Trabalho.

OGMO – Órgão Gestor de Mão-de-Obra.

OP – Jornal O Povo.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

PASEP – Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público.

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

PGE – Projeto de Grande Escala.

PIB – Produto Interno Bruto.

PIS – Programa de Integração Social.

PORTOBRAS – Empresa de Portos do Brasil S.A.

PPO – Pecém Port Operator.

PRODETUR – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental.

RMF – Região Metropolitana de Fortaleza.

SEINFRA – Secretaria de Infra-estrutura.

TEU – Unidade equivalente a um contêiner de 20 pés.

TON – Tonelada.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SEDUC – Secretaria de Educação.

SEMACE – Superintendência do Meio Ambiente do Estado do Ceará.

SINTRAMICO – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo de Fortaleza .

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

TEP – Terminal de Embarque Provisório.

TMULT – Terminal de Múltiplos Usos.

TPET – Terminal de Petróleo, Derivados e Graneis Líquidos.

TSID – Terminal de Insumos, Produtos Siderúrgicos e Carga Geral.

UFC – Universidade Federal do Ceará.

UnB – Universidade de Brasília.

UPE – Unidade de Planejamento Especial.

UHE – Usina Hidrelétrica Estreito.

UTE – Usina Termelétrica.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

ZPE – Zona de Processamento e Exportação.

ZPEP – Zona de Processamento e Exportação do Pecém.

## LISTA DE FOTOS, MAPAS E TABELAS

### FOTOS

- 68 Fotos 01 e 02: Terminal Portuário do Pecém.  
70 Foto 03: Terminal de Múltiplos Usos do Porto do Pecém.  
76 Fotos 04 e 05: Hinterlândia portuária, distrito de Pecém.  
84 Foto 06: Termelétrica MPX Pecém.  
144 Fotos 07 e 08: Paisagens da vila de Bolso.  
147 Fotos 09 e 10: Lideranças Anacé e Tapeba  
151 Fotos 11 e 12: Residências da vila de Tapuio, área desapropriada.  
156 Fotos 13 e 14: Encontros entre o Governador e lideranças Anacé.  
157 Foto 15: Página da matéria publicada pela revista Veja.  
166 Fotos 16 e 17 – Fachada da residência de uma família não indígena da vila de Bolso.

### MAPAS

- 65 Mapa 01: Primeiro Plano Diretor do Complexo Industrial Portuário do Pecém.  
66 Mapa 02: Segundo Plano Diretor do CIPP.  
79 Mapa 03: Localização da Companhia Siderúrgica do Pecém no interior do CIPP.  
81 Mapa 04: Área de influência da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).  
101 Mapa 05: Aldeias Tapeba e Anacé na Região Metropolitana de Fortaleza.  
104 Mapa 06: Localidades da área poligonal do CIPP.  
108 Mapa 07: Áreas de proteção e estações ecológicas do CIPP.  
114 Mapa 09: Mapa da ocupação Anacé no interior do CIPP (hectares).  
124 Mapa 10: Área Indígena (A.I.) – Poligonal Anacé.  
146 Mapa 11: Mapa do projeto do Eixão das Águas.

### TABELAS

- 81 Tabela 01: PIB na região do CIPP – 2004/2008.  
84 Tabela 02: População residente na região do CIPP (2010).  
85 Tabela 03: Densidade demográfica e taxa de urbanização na região do CIPP,  
86 Tabela 04: Origem dos profissionais que chegam ao Ceará (2009-2012).  
88 Tabela 05: Empreendimentos Implantados e em Funcionamento no CIPP – 2011.  
90 Tabela 06: Empreendimentos em Implantação na Área do CIPP – 2011.  
111 Tabela 07: Distribuição da população Anacé por aldeias, casas, famílias e pessoas.  
112 Tabela 08: Famílias indígenas e não indígenas morando no CIPP (a).  
112 Tabela 09: Famílias indígenas e não indígenas morando no CIPP (b).

## APRESENTAÇÃO

Inserida nos campos de estudos de projetos de grande escala (Ribeiro, 1987; 1991; 2008) e da etnologia política, a pesquisa baseou-se na análise de dois processos: a consolidação de projetos desenvolvimentistas na costa oeste do Ceará incentivados pela instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e a etnogênese indígena *Anacé*, que, até 2010, reivindicava seu território no interior da área poligonal destinada às obras do CIPP.

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) está localizado entre os municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará. A costa oeste do estado, ou Costa do Sol Poente, ficou historicamente conhecida por acolher uma série de investimentos do setor de turismo costeiro, se notabilizando como um dos cinco principais roteiros turísticos do país (Rodrigues, 2009; Porto, 2008;). Recentemente, após a inauguração do terminal portuário, o cenário produtivo regional vem sofrendo transformações que fazem conviver duas fronteiras desenvolvimentistas: a turística, que depende da “conservação” das zonas de preamar, aproveitadas principalmente pela expansão imobiliária, e a utilização dessa mesma macrorregião para fins de industrialização. É dentro dessa história local que o CIPP e a etnogênese *Anacé* surgem.

A etnografia na Costa do Pecém é reveladora de uma série de mobilizações históricas que aproximaram técnicos do governo, grupos multinacionais interessados na utilização da estrutura do Porto do Pecém e populações indígenas. Esses dinamismos locais, dentro das suas histórias próprias, são reveladores de uma série de tensões e acordos entre Estado, capital empresarial e populações locais. Logo no seu início, o objetivo da pesquisa colocava em destaque a necessidade de compreender o surgimento e a transformação desses dois processos a partir das várias composições históricas, ecológicas e políticas que estavam na base do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e da etnogênese Anacé decorrente das pressões territoriais exercidas pelos projetos do CIPP.

O avanço da pesquisa me levou a compreender que as relações entre as questões desenvolvimentistas e étnicas daquela região precisavam ser analisadas não somente como processos políticos concorrentes, ou em franca situação de disputa territorial, mas, sim, como fenômenos complementares, compósitos, onde os atores acabaram contribuindo para o realinhamento político das suas instituições com base no cenário de conflitos e acordos em que estavam inseridos. E nessa direção surgiu a hipótese que veio a consolidar o interesse da pesquisa.

Compreende-se que o fenômeno desenvolvimentista é instigador de “mobilizações estratégicas entre grupos étnicos” (Perrot, 2008, p. 23), isso já se tem registrado em vários estudos de antropologia e áreas afins. No entanto, o caso aqui analisado aponta uma situação que vai além da mensuração dos impactos e danos de um grande projeto sobre um território étnico e seu regime ambiental local (Zhourri; Oliveira, 2007; Vainer; Araújo, 1990). Procuro superar a análise sobre as estratégias políticas indígenas de enfrentamento do avanço de fronteiras industriais sobre as suas regiões. Tampouco me interessa a avaliação das redes sociotécnicas latourianas (Latour, 2006; Teixeira, 2001) envolvidas na consolidação estrutural dos grandes projetos. Meu objetivo é compreender se, a partir do caso das relações entre operadores estatais e privados do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e os indígenas Anacé, podemos tratar de uma “composição” (Sassen, 2006) de forças administrativas, econômicas, técnicas e territoriais que propiciaram com que instituições e projetos se relacionassem, num primeiro momento, dentro de um cenário de disputas territoriais acirradas e, num segundo estágio, a partir de negociações que procuraram assegurar interesses particulares a cada segmento político.

Nessa direção, lanço mão de parte dos comentários analíticos de Saskia Sassen, a partir da sua teoria das transformações em sistemas complexos, bem como da sua proposta de compreender as conectividades históricas entre Estado Nacional, o mundo do capital privado

e a emergência do sistema-mundo a partir das chamadas *assemblages* entre três componentes trans-históricos: o território, a autoridade e o direito<sup>1</sup>. Outras propostas analíticas serão utilizadas, como o conceito de “níveis de integração” empregado por Gustavo Lins Ribeiro na compreensão dos projetos de grande escala e das suas redes de desenvolvimento constitutivas. A proposta de Ribeiro (1987; 1991; 2000; 2008) informa a opção analítica deste trabalho de acrescentar às abordagens dos estudos sobre impactos sociais e ambientais – predominantes na produção acadêmica – uma perspectiva que privilegia a análise dos níveis de integração e das redes políticas envolvidas na realização de um projeto. Outras leituras teóricas empregadas são aquelas que pensam a etnogênese indígena e suas contribuições aos fenômenos da reconstrução de cenários político-sociais regionais (Arruti, 1997; Grünewald; 1993; Pacheco de Oliveira, 1998; Bartolomé, 2006; Barretto Filho, 1994, etc.).

As pesquisas de campo foram realizadas entre janeiro e junho de 2012. Procurei cobrir a microrregião onde se localiza o CIPP e as vilas indígenas Anacé. Também visitei as sedes municipais das cidades de Fortaleza, Caucaia e São Gonçalo do Amarante, porém mantendo residência fixa na vila indígena de Bolso, onde residi por quase seis meses. A vila está localizada no centro do polígono que compreende toda a área ocupada pela obra do CIPP.

Os resultados da etnografia, somados aos dados secundários colhidos em atividades anteriores e paralelas ao campo, serão apresentados em cinco capítulos que estão divididos em três objetivos principais: fazer uma descrição histórica da etnogênese indígena Anacé e do surgimento dos projetos do CIPP, apresentar relatos etnográficos que descrevem situações recentes das disposições de grupos, pessoas e territórios envolvidos nesses fenômenos e, por último, propor apreciações analíticas sobre os casos com base na literatura referenciada.

Esta pesquisa faz parte do conjunto de abordagens das relações entre emergências indígenas mais recentes – especialmente aquelas localizadas na porção oeste do litoral cearense, como as emergências *Tapeba*, *Tremembé* e *Anacé* – e as novas redes de desenvolvimento (Ribeiro, 2008) do Nordeste incentivadas por programas desenvolvimentistas – tais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) – e pelos interesses do capital industrial envolvido com essas dinâmicas.

Este trabalho procura contribuir para pensar as mobilizações étnicas no Nordeste do Brasil e as transformações sobre a compreensão do que é gerar economias e administrar pessoas, direitos e autoridades neste espaço regional.

---

<sup>1</sup> Utilizo a tradução de *assemblages* como “composições” seguindo a proposta apresentada por Cristina Patriota de Moura (2010).

## **INTRODUÇÃO**

### **Reelaborações étnicas e novas redes de desenvolvimento no Nordeste brasileiro: Acercando o caso da Costa do Pecém (CE)**

No ano de 2007, o Governo do Estado do Ceará lança o Decreto de Instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), documento que daria incentivo fiscal e locacional à construção de uma série de empreendimentos privados que iriam ocupar cerca de 19.000 hectares entre os limites dos municípios de São Gonçalves do Amarante e Caucaia<sup>2</sup>. Os municípios se localizam na costa oeste do Ceará, a menos de 50 quilômetros de Fortaleza. Alguns desses projetos são a criação da Companhia Siderúrgica do Pecém s/a., a partir de consórcios entre a Vale s/a., Dongkuk e Posco, que são empresas coreanas, a termelétrica MPX, que possui como sócio majoritário o empresário Eike Batista, e a refinaria de petróleo Premium II, da Petrobrás. Junto a esses empreendimentos prevê-se a instalação de uma série de empresas-satélites menores. O CIPP é uma área desapropriada pelo Governo do Estado do

---

<sup>2</sup> CEARÁ, Governo do Estado. Decreto N.º 28.883, de 18 de setembro de 2007. Declaração de utilidade pública para fins de desapropriação da área que indica e dá outras providências. Diário Oficial do Estado. Série 2, Ano X, N.º 178, 18 de setembro de 2007.

Ceará que servirá à criação de um parque industrial anexo ao Terminal Portuário do Pecém, inaugurado em 2002. Dos equipamentos portuários modernos, o Porto do Pecém é citado como um dos terminais mais bem localizados geograficamente da costa brasileira, desde que possui a menor distância náutica entre o continente Europeu, os Estados Unidos e o Canal do Panamá<sup>3</sup>.

Em 1998, durante as obras do Terminal Portuário, quando começaram a ser divulgadas as primeiras desapropriações na região, os moradores da vila de Bolso – localizada no interior do território poligonal destinado à instalação do CIPP – e de outras vilas adjacentes a essa, reúnem-se com clérigos e missionário da Pastoral do Migrante, da Igreja Católica, em busca de alternativas de defesa do território das vilas rurais da região ante o avanço dos projetos industriais e portuários da Costa do Pecém. Dos encontros entre os representantes da Pastoral e os habitantes da comunidade surgiram algumas iniciativas: o resgate historiográfico sobre as primeiras ocupações humanas daquela região costeira; registro de narrativas orais de alguns habitantes das vilas; criação de cartilhas e panfletos divulgando as atividades da Pastoral do Migrante e a formação de comissões territoriais destinadas a dialogar com o Governo. O resultado desses encontros entre os residentes da vila de Bolso e a Pastoral, alguns anos depois, se apresentava no surgimento de um movimento indígena que respondia pelo etnônimo *Anacé*.

A pesquisa procurou problematizar e compreender os dois eventos aqui descritos: a constituição e evolução histórica de um projeto industrial-portuário na costa oeste do estado do Ceará visto como um projeto de grande escala (Ribeiro, 1987; 1991), com suas articulações ecológicas, humanas e tecnológicas e, numa outra ponta, a emergência indígena *Anacé*, que, até 2010, reivindicava seu território no centro do polígono espacial definido pelo Decreto de criação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). O problema foi assim definido: como se deram os processos históricos de surgimento dos projetos industriais e portuários e da etnogênese indígena? Qual a história de cada um deles, isoladamente, e no que diz respeito às relações entre os seus segmentos políticos?

A situação dos *Anacé* não é semelhante a dos grupos amazônicos ou de outras regiões do país que estão radicados numa mesma área há bastante tempo e cuja existência étnica é reconhecida pelo Estado brasileiro e suas instituições. A etnia *Anacé* é resultado de um complexo movimento de emergência étnica recente, sendo formada a partir de uma ação política de resgate e fortalecimento cultural que tem sua história própria e ainda precariamente

---

<sup>3</sup>

Fonte: [www.cearaportos.ce.gov.br](http://www.cearaportos.ce.gov.br). Acessado: 12 jul. 2012.

reconhecida e estudada. Qual a importância disso quando se pensa as fronteiras entre os projetos de grande escala e as populações indígenas nacionais? Essa é uma questão que tem uma implicação fundamental sobre este trabalho, cujo enfoque principal se dá sobre os processos advindos do adensamento global das redes de relações, de transformações capitalistas e de processos recentes de afirmação identitárias.

Minha hipótese é que, na trajetória dos dois processos mencionados, ambos promoveram significativas influências políticas uns sobre os outros. A partir dessa hipótese, a pergunta é recolocada: como, a seus modos, o projeto do CIPP e os Anacé se posicionaram diante das questões que lhes aproximaram territorialmente, mas que os afastavam politicamente nos últimos anos? E que “composições” e “capacidades históricas” (cf. Sassen, 2006) propiciaram tanto a emergência étnica quanto o surgimento das iniciativas desenvolvimentistas do capital industrial-portuário ali instalado?<sup>4</sup>

O CIPP surgiu como uma área de expansão desenvolvimentista que partia do Terminal Portuário do Pecém – inaugurado em 2002, mas com as primeiras edificações erguidas em 1995 – em direção ao interior do estado do Ceará<sup>5</sup>. Vários planos diretores foram apresentados até a definição da área poligonal atual do projeto que conta com quatro setores prioritários, um cinturão verde formado por um mosaico de Áreas de Proteção Permanente (APAs) litorâneas e uma área de expansão urbana. Os primeiros quatro setores serão ocupados por projetos de produção de energia termelétrica, refinaria de petróleo e siderurgia; com uma dezena de outras indústrias de base já instaladas nos setores três e dois do atual plano diretor do CIPP<sup>6</sup>.

A previsão de instalação desses equipamentos industriais atraídos pelo moderno canal de escoamento do Porto do Pecém incentivou o Governo do Estado a adotar duas medidas: propor a criação de uma Zona de Processamento e Exportação (ZPE) dentro do CIPP – cuja principal função seria atrair projetos industriais através do estabelecimento de uma zona espacial que garantiria a isenção de impostos e concessão de terrenos para os grupos empresariais interessados em ocupá-los – e a criação da Agência de Desenvolvimento do

---

<sup>4</sup> Por “composições” Sassen (2006) compreende as aproximações entre diversas capacidades técnicas e administrativas históricas, marcadas pelas transformações dos Estados Nacionais, seu processo de desnacionalização e consequente surgimento de um sistema-mundo. Para ela, é a forma compósita das escalas espaço-temporais, com extremidades locais e globais, com eventos de proporções macro e micro, que dão sentido às composições atuais do sistema. Já o conceito de “capacidades” se define pelo conjunto de aprimoramentos em lógicas organizacionais dos Estados que propiciaram mudanças históricas, marcando as transformações e combinações entre territórios, formas de autoridades e direitos, por parte do mecanismo estatal e do mundo empresarial associado a ele. Voltarei a essas discussões conceituais adiante.

<sup>5</sup> Fonte: <http://www.cearaportos.ce.gov.br/>. Acessado em: 12 jun. 2012.

<sup>6</sup> Visualização cartográfica do plano diretor do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Fonte: <http://www2.cearaportos.ce.gov.br/complexo.asp>. Acessado: 18 mar. 2012.

Estado do Ceará (ADECE), que à época da sua fundação foi presidida pelo ex-presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o senhor Roberto Smith. A principal função da ADECE é captar grupos empresariais interessados em instalar seus equipamentos no interior do CIPP e administrar as ações de ocupação do seu solo, controlando as implicações burocráticas envolvidas na instalação e contendo a especulação imobiliária por parte das populações que ainda residem no seu interior e no seu entorno.

Dentro do cenário das iniciativas que envolvem a consolidação do CIPP – que já é tida como uma das obras de maior impacto econômico do Norte-Nordeste –, a articulação política Anacé significou, num primeiro momento, o atraso dos empreendimentos – dado o embargo do Ministério Público Federal (MPF) sobre as obras, além da própria recusa de algumas empresas estatais em dar continuidade à instalação dos seus equipamentos – e, num segundo momento, a proposição de uma série de negociações que buscaram estreitar as relações entre Estado e as populações locais (indígenas e não indígenas).

Dentre algumas dessas medidas, está a criação do Comitê Territorial dos Matões – comissão que reúne agentes do governo, técnicos do setor privado e representantes indígenas e não indígenas para discutir os impactos sociais, econômicos e ambientais dos empreendimentos do CIPP sobre a região. Nesse mesmo sentido, as lideranças indígenas começaram a manter reuniões periódicas com o Governo do Estado do Ceará – muitas vezes com a presença do próprio governador– e com representantes da Petrobras – empresa que prevê a instalação de uma refinaria de petróleo denominada Premium II nas proximidades da vila indígena de Matões. Nesses encontros, as lideranças indígenas apontavam as suas áreas de interesse dentro da poligonal delimitada pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e o próprio governo explicava a escolha das áreas delimitadas pelo Decreto. Como resultado de meses de negociação, decidiu-se, em acordo com a representação Anacé, que as populações indígenas seriam “desapropriadas” e realocadas num território a ser adquirido pelo governo a partir da escolha do grupo étnico. Hoje, o perímetro territorial escolhido pelo movimento Anacé está avaliado em R\$ 40 milhões; quantia assegurada pelo Governo do Estado perante a Petrobras, a FUNAI e o próprio grupo indígena. Essas e outras movimentações marcaram, nos últimos anos, as relações entre Estado – em vias de consolidar um dos maiores empreendimentos da região –, grupos privados – conscientes da importância nacional da zona portuária do Pecém, considerado um dos portos mais bem localizados e equipados da América Latina – e a história recente de etnogênese indígena Anacé.

No início da pesquisa, baseava-me na estratégia de Ribeiro (1991, p. 98) de realizar uma análise interna do projeto; i.e., tentar analisar “os múltiplos segmentos de um processo

produtivo centralmente planejado”, conhecendo os grupos atuantes no seu interior, suas consorciações, as expectativas geradas em torno daquela iniciativa, etc. Por outro lado, tinha conhecimento de um conjunto de estudos que procuravam avaliar as relações mais amplas dos operadores estatais e privados das iniciativas desenvolvimentistas com segmentos, aparentemente, “de fora” do projeto, e muitas vezes descritos como “populações impactadas”: populações indígenas, comunidades tradicionais e outros grupos tão amplamente abordados nas pesquisas antropológicas (Santos, 1979; Sevá Filho, 2005; Zhouri; Oliveira, 2007). Pesquisas essas que ora abordam os projetos de grande escala como frentes de contato interétnico, ora os concebem como regimes político-ecológicos demonstrativos de uma forma de gerenciar ambientes biofísicos em proveito do capital (Little, 2002).

Embora meu foco estratégico inicial fosse o “projeto por dentro”, valorizando a abordagem das suas forças institucionais internas, não pude deixar de tratar outro segmento político que a pesquisa etnográfica fez entender como intimamente imbricado ao projeto industrial-portuário do Pecém: os Anacé e suas influências sobre os rumos das obras. A pesquisa apontava que seria impossível dissertar sobre o CIPP sem considerar a participação do movimento indígena nos destinos do projeto. Sabe-se que foi o processo de etnogênese indígena o motivador de atrasos, mobilizações políticas e estruturais no interior desse empreendimento.

Durante os últimos três anos, o aumento da influência do movimento indígena sobre as obras vem motivando os seus formuladores e administradores a repensar a ampliação de medidas mitigadoras de impactos socioambientais na região, o plano gestor urbano do entorno e a criação de uma reserva indígena fora da área poligonal do CIPP. Por esses motivos, entendo que os atores que influenciaram a emergência étnica, juntamente com os operadores estatais e privados responsáveis pelo projeto, constituíram, nos últimos anos, do ponto de vista da convivência regional e local, o que Cardoso de Oliveira (1964) chamaria de “totalidade sincrética”. Isto é, uma comunidade regional parcialmente integrada de representantes da sociedade nacional branca e populações indígenas, mas cujos interesses são diametralmente opostos. De fato, existem mútuas influências e dependências que articulam as relações entre operadores do Estado, grupos empresariais e movimento indígena.

Evidenciar a dupla influência da iniciativa desenvolvimentista e do movimento indígena me levou a reforçar hipótese de que qualquer abordagem “por dentro” (Ribeiro, 1989) da iniciativa do CIPP, e qualquer tentativa de compreensão das suas forças organizacionais internas, teria que, necessariamente, levar em consideração o próprio movimento indígena como um componente importante no interior do projeto. Nesse sentido,

os impactos teriam uma dupla direção ou, pelo menos, passariam a ser compartilhados de modos diferentes por cada uma das unidades relacionadas: tanto o empreendimento promove mobilizações internas à população indígena, quanto essa população realiza mudanças nos rumos desse empreendimento transformando-o e assim participando direta ou indiretamente do processo mais amplo. Obviamente que esse raciocínio não diminui as consequências danosas e irreversíveis que as transformações causadas pelos projetos infligem à paisagem ambiental e social onde residem essas populações.

### **Pesquisando o CIPP**

A principal motivação que levou a este trabalho provém das minhas experiências de pesquisa durante os anos de graduação. Desde 2007, acompanho a implantação de programas governamentais de desenvolvimento e projetos privados em regiões costeiras onde residem populações tradicionais e indígenas; mais especificamente, nas proximidades da barra do rio Coreaú, vilas costeiras de Tatajuba e Bitupitá, litoral extremo-oeste cearense (Rodrigues; Santos, 2012). Durante os últimos cinco anos, várias incursões etnográficas exploratórias e intensivas foram realizadas àquela região. Foi durante as atividades de pesquisa desenvolvidas no Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (NUMAPP/UFC) que tive conhecimento das iniciativas do Governo do Estado do Ceará no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). À época, poucos eram os eventos relativos ao Porto e ao movimento indígena Anacé comentados ostensivamente pela mídia local. No que diz respeito à pesquisa de interesse antropológico, apenas um trabalho monográfico sobre os Anacé foi apresentado desde os primeiros anos da etnogênese indígena (Araújo, 2008). Esta dissertação e um artigo que publiquei na primeira metade deste ano (Santos, 2012) são os primeiros resultados mais sólidos de uma pesquisa acadêmica realizada sobre a etnogênese no contexto dos projetos do CIPP.

No início do segundo ano de mestrado, em 2012, pude começar a fazer incursões ao município de São Gonçalo do Amarante – cidade do litoral oeste cearense onde residem os Anacé. São Gonçalo do Amarante fica localizada a 59 quilômetros de Fortaleza, pertencendo à sua região metropolitana. Uma das primeiras informações que obtive, em campo, sobre o município, foi que sua antiga denominação era *Anacetaba*, corriqueiramente traduzida por “Aldeia dos Anacé”. São Gonçalo do Amarante será uma das cidades diretamente impactadas

pelo Porto. Prevê-se que, após a instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que é um dentre os vários empreendimentos do CIPP, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal subirá cerca de 3.940 %. A CSP prevê a produção de cerca de três milhões de tonelada/ano de aço.

Foram quase seis meses de uma estada intensiva em campo. A etapa de pesquisa durou de janeiro a junho de 2012. Durante esse período, mantive residência em dois locais: na sede do município de São Gonçalo do Amarante, onde residi por menos de 15 dias, e na vila indígena de Bolso, localizada no centro do território delimitado pelo Decreto de Instalação do CIPP, onde residi por mais de cinco meses. Durante o período mais longo, aluguei um quarto no interior da residência de uma família não indígena, dado que minha aproximação junto às famílias indígenas foi impossibilitada por uma série de negativas do próprio grupo ante a minha presença na região. Nos capítulos seguintes, contextualizarei os motivos do desinteresse por minha pesquisa por parte do movimento indígena Anacé.

Durante esses meses, mantive contato direto com representantes do governo – chefes de gabinete, secretários estaduais de transporte, infraestrutura, meio ambiente, educação, além de funcionários encarregados de articular encontros entre os agentes do governo, populações locais e empresários. Também conheci e mantive contato com assessores de comunicação de várias empresas atuantes dentro do CIPP, tais como a Vale s/a., Petrobras e Queiroz Galvão. Também convivi, embora em um clima difícil, com representantes indígenas Anacé que atuam como funcionários da escola indígena da vila de Matões, com o cacique da etnia e com alguns responsáveis pela implantação dos programas de saúde pública entre as famílias indígenas da vila de Bolso. Compareci a várias assembleias, reuniões de comissões, inaugurações e cursos técnicos na região; algo que só foi possível pelo meu deslocamento quase que diário entre as várias comunidades rurais e indígenas pertencentes aos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia. Nesse deslocamento estive em localidades como Tapuio, Matões, Bolso, Japuara, Santa Rosa e Pecém.

Por várias vezes viajei até Fortaleza, onde se encontra a maioria dos escritórios das empresas e sedes das secretarias estaduais e da agência de desenvolvimento do Estado. Nesses espaços institucionais pude colher boa parte dos dados secundários que orientaram a construção do meu percurso dentro desse vasto tema. Alguns dos documentos coletados foram ortofotocartas geográficas de toda a região e dos vários planos diretores do CIPP em suas atualizações; decretos; artigos técnicos; pareceres e laudos antropológicos; estudos de impacto social e ambiental; cartilhas informativas; notícias retiradas de periódicos oficiais e não oficiais, entre muitos outros que hoje compõem o acervo informacional digital e físico

sobre o caso. Mas os desafios de toda ordem, como as negativas ao diálogo aberto por parte de algumas representações políticas, as entrevistas não concedidas, as suspeitas sobre a minha presença em campo criada tanto por agentes do governo, quanto pelas populações indígenas e não indígenas vivendo no interior da obra, somados também a todos os outros incidentes que hora ou outra ameaçaram inclusive a minha residência na vila indígena de Bolso, foram fontes de informações importantes para este trabalho.

Este é um estudo etnográfico e histórico sobre a tríplice relação entre Estado, organizações privadas e populações indígenas, onde se considera, em graus diferentes, as noções e operações práticas que esses grupos na administração de territórios, do exercício de autoridades (legítimas e ilegítimas) e no reconhecimento de direitos os mais diversos, principalmente aqueles dispositivos legais que assistem às populações que veem seus bens fundiários apropriados pelo Estado e pelo afã modernizador dos consórcios empresariais. Quando falo de território, autoridade e direito estou me referindo às três unidades de análises elencadas na teoria de Sassen (2006) sobre as transformações em sistemas complexos, autora que, em parte, centraliza a argumentação teórica a ser seguida.

### **Níveis de integração e composições: Referenciais em Gustavo Lins Ribeiro e Saskia Sassen**

Alguns campos disciplinares marcam o argumento teórico deste trabalho, que se situa na interface entre a Antropologia do Desenvolvimento e a Etnologia Política. No que diz respeito à especificidade dos estudos em etnologia dos grupos ameríndios, o foco recai sobre os processos de emergência e reelaboração étnicas estudados por autores como Arruti (1997), Barretto Filho (1994), Bartolomé (1996) e Pacheco de Oliveira (1999), trabalhos que explorarei no momento adequado.

No âmbito da Antropologia do Desenvolvimento as contribuições advêm de duas perspectivas passíveis de serem relacionadas: aquelas que primam por uma análise interna de iniciativas desenvolvimentistas – a exemplo das abordagens sobre as lógicas das organizações e os mundos do trabalho nos cenários de implantação dos projetos de grande escala (Ribeiro, 1987; 1991; 2008) – e aquelas que estudam os efeitos da instalação desses

empreendimentos sobre territórios étnicos e tradicionais do Brasil, partindo, na maioria dos casos, da análise dos impactos sociais e ambientais dessas investidas sobre as áreas tradicionalmente ocupadas por tais grupos (Ramos, 2006; Santos, 1979; Zhouri; Oliveira, 2007; Baines, 2000).

Diante desses dois grupos de abordagens, este trabalho sublinha a definição dada por Ribeiro (1991, p. 98) para projetos de grande escala (PGE) como um “arranjo de múltiplos segmentos de um processo produtivo centralmente planejado”. O autor percebe que na constituição dos projetos de grande escala se formam inúmeros consórcios, por meio de processos que chama de “consorciação”:

[...] um movimento em cadeia que, através da organização de novas entidades econômicas e administrativas orientadas por tarefas precisas, vincula concretamente dentro de um projeto, os capitais internacionais, nacionais e regionais (Ribeiro, 1991, p. 100).

A definição observa a importância de se compreender a construção dos tipos de relações institucionais e redes que geram as forças internas de um projeto articulando diversos tipos de níveis de integração: local, regional, nacional, internacional e transnacional. A complexidade dessas relações reflete o fato de que

[...] a natureza da distribuição de poder dentro do campo do desenvolvimento dependerá dos processos por meio dos quais as *redes* são formadas e das características das intervenções institucionais decorrentes do *drama do desenvolvimento* (Ribeiro, 2008, p. 111, grifo meu).

Foi no entroncamento das redes de organizações, de grupos e interesses que estabeleceram o projeto do CIPP e do movimento indígena Anacé que a pesquisa foi empreendida. Foi privilegiando uma análise histórico-etnográfica da conformação de grupos e projetos, procurando entender o amplo movimento de conexões e de atores envolvidos nesses processos, que a pesquisa encontrou seus resultados. Em suma, as perspectivas da análise interna das redes que conformam um PGE e a perspectiva da análise de impactos em territórios tradicionais se confundem no contexto deste trabalho. No capítulo seguinte, ambos modos de abordagem e o motivo dessa aproximação de perspectivas serão apresentados.

Já Saskia Sassen centraliza suas análises sobre as transformações operadas por fenômenos do sistema-mundo e níveis multiescalares de contatos entre Estado e capitalismo. Por isso dialoga com e tenta ampliar teorias e comentários já existentes sobre a globalização (Wallerstein, 1974; Castells, 1996; Harvey, 1989). Privilegia as interpretações em que a autora relaciona as composições entre território, autoridade e direitos como dados fundacionais dos Estados Nacionais moderno-contemporâneos e dos modos de “desnacionalização” e participação na economia global (Sassen, 2006, p. 222). Entendo que os três níveis analíticos escolhidos pela autora tentam compreender tanto como o Estado se transforma e atualiza a sua lógica organizativa na história, quanto faz repercutir suas transformações em processos sociais e políticos ao seu redor.

Esta dissertação toma proveito, especificamente, dos conceitos de “composição”, “escalas” e “capacidades”, entendendo que eles interessam (i.) para compreender o que são os projetos de grande escala, a partir das várias forças históricas globais e locais que os constituíram, principalmente aquelas advindas do Estado e da sua força administrativa sobre pessoas, coisas e territórios; (ii.) para etnografar os grupos centralmente envolvidos na consecução desses empreendimentos; (iii.) para compreender os campos compartilhados e adversos de interesse que os representam e, principalmente, (iv.) para sublinhar qual a capacidade que diferentes interesses e grupos têm de constituírem, de maneira composta, um único sistema de eventos complexos constituídos pelos projetos industriais e portuários na Costa do Pecém e pela emergência do movimento étnico e político Anacé.

Diferentemente do projeto macroanalítico inicial de Sassen, a proposta aqui é empregar alguns dos seus comentários na análise de um fenômeno circunscrito etnograficamente, embora imerso em conexões contextuais e históricas amplas. Procurei, assim, fazer um vínculo entre Saskia Sassen e autores da antropologia que pensam fenômenos do mundo do desenvolvimento e do Estado Nacional, das suas forças econômicas mobilizadoras de conhecimentos técnicos e operacionais, somado isso tudo aos efeitos que essas forças têm sobre fenômenos globalizantes em diversas escalas. Aqui, afigura-se uma lista considerável de nomes e abordagens que vão desde uma proposta de produzir uma antropologia dos movimentos globais a partir de uma história dos fluxos não eurocêntricos (Wolf, 1982), passando por discussões sobre transformações em regimes culturais locais e globalização (Ong; Collier, 2005; Ferguson, 2006; Canclini, 1990); enfrentamentos metodológicos etnográficos dos fenômenos globais (Marcus, 1991; 1995); propostas de sistematização da avaliação sobre movimentos e mudanças em universos semânticos de/em unidades culturais (Hannerz, 1997; Appadurai, 1990); estudos sobre fenômenos do

capitalismo transnacional (Ribeiro, 2000; Kearney, 1995); entre outros. Todos como referências que dão provas da participação da antropologia na discussão de interatividades globais a partir da conectividade e composição entre escalas, atores políticos e contextos histórico-culturais. Para tratar apenas de um tema que, assim como em Sassen, rendeu uma série de avaliações na antropologia em geral, podemos citar as discussões em torno das propostas de tratar fenômenos “locais” e “globais” (Friedman, 2003; Kearney, 1995); foco temático que pesa no campo de discussão sobre o problema das escalas dissertado pela autora. Na antropologia, esses autores e outros têm demonstrado um claro interesse em compreender os casos em que fenômenos locais e globais são eventos e relações complexos e entrecortados por várias redes de poder, contradizendo a tendência que avalia a globalização como causadora de transformações exclusivamente homogeneizadoras. Inspirado em Saskia Sassen posso analisar, por exemplo, dinâmicas históricas de atualização do Estado, lógicas organizacionais pertinentes a esses processos e capacidades que propiciaram mudanças fundacionais dentro das instituições estatais e na sociedade local.

### **Um problema de escalas**

Embora utilizando uma perspectiva escalar menor, o caso etnográfico se abre para algumas possibilidades analíticas com grandezas semelhantes àquelas escolhidas por Sassen. De maneira análoga à autora de *Territory, Authority, Rights* (2006), também questiono como foram possíveis combinações entre capacidades históricas do Estado e das iniciativas privadas nacionais e regionais, partindo em direção ao interesse de compreender os processos sociológicos e históricos que propiciaram essas aproximações na consecução das iniciativas que fundaram o CIPP. Assim como Sassen, levo em consideração as várias escalas temporais e espaciais que envolveram o caso da dupla emergência analisada: a emergência desenvolvimentista – baseada num modelo de administração industrial-portuária internacional – e a emergência étnica – baseada em relações entre representações indígenas, agentes do governo e das iniciativas privadas. Cabe uma ressalva, porém. As circunstâncias inerentes à pesquisa etnográfica (sobretudo no âmbito de uma dissertação de mestrado) em situações conflitivas e altamente complexas, permitiram, no mais das vezes, que eu apenas intuísse ou considerasse de forma indireta os poderes de estruturação dos agentes do capital privado nacional e internacional.

O que trato por escalas temporais e espaciais são as conexões no tempo e no espaço das relações que possibilitaram o surgimento e a aproximação entre as iniciativas do CIPP e o movimento indígena Anacé. Nesse sentido, levo em consideração os eventos históricos particulares de cada um deles, as transformações espaciais causadas e causadoras das suas conformações na região, assim como os fatores que propiciaram a combinação entre o projeto-modelo do Estado, a intrusão dos interesses empresariais dos setores das indústrias termelétrica, siderúrgica e petroquímica e a própria iniciativa indígena de influenciar e participar do destino desses empreendimentos através da reivindicação de direitos étnicos e territoriais específicos.

Acerco-me ao duplo processo desenvolvimentista e de reivindicação étnica para tentar compreender fatores escalares menores mas contextualizados em grandezas analíticas maiores como as relações entre Estado contemporâneo e capital privado, a emergência de novos movimentos sociais e as formas de ampliação e adensamento das conexões escalares do sistema-mundo.

Diferentemente das pretensões de Sassen, minha abordagem toma os dados históricos como planos compreensivos, registros de onde pude inferir hipóteses e produzir comentários pertinentes às configurações mais recentes relatadas pela minha etnografia. Minha análise é sensível ao comentário da autora quando procura certificar sua postura metodológica diante da utilização dos dados históricos: não se busca na história a cronologia e evolução dos eventos, mas sim os encaixes e as sobreposições de temporalidades que ora convivem ou se opõem, não permitindo um cálculo de causalidade estrita sobre os eventos.

### **Afinando a visada teórico-metodológica**

Como mencionado, a tese de Sassen (2006) se baseia em pelo menos duas proposições: [i.] a de que a globalização dependeu, historicamente, de um fortalecimento dos Estados Nacionais que serviram de base material e inteligência organizacional no adensamento das redes mundiais de relações; e [ii.] de que o Estado Nacional, em qualquer das suas atualizações, se montou através da composição de três “componentes trans-históricos” (Sassen, 2006, p. 4): o território, a autoridade e o direito. Logo, a concepção de um sistema global também tem seu referencial nesse tríplice eixo. A proposta de estudar esses três componentes se explica pela possibilidade de “evitar armadilhas endógenas e historicizar

o nacional e o global como condições construídas” (Sassen, 2006, p. 4). De acordo com a autora, essas armadilhas endógenas são avistadas na tendência dos estudos sobre a globalização de se concentrarem somente nos processos globais e nas suas instituições, sem buscar entender os antecedentes sócio-históricos dos eventos e as suas origens materiais e ideológicas.

Essas observações demonstram que, para a sua proposta analítica, alguns posicionamentos são incontornáveis. Um deles, e talvez mais o importante, é a necessidade de historicizar os processos, produzir uma leitura temporal e espacial das conformações entre atores e instituições que deram materialidade sociológica ao que se chama pelo nome de globalização. A segunda característica é a sua leitura da realidade global como uma série de operações sincréticas e não necessariamente disjuntivas: os processos históricos são composições de movimentos e conexões de diversas escalas e capacidades. Uma terceira característica é que sua teoria da globalização está baseada numa teoria das transformações; ou como afirmado pela autora, numa análise das “transformações fundacionais em sistemas complexos” (Sassen, 2006, p. 348).

Na dinâmica histórica de atualização do Estado Nacional, seguido da sua aproximação cada vez mais premente a uma realidade global que veio a repensar a sua existência, o Estado Nacional teria sido influenciado por uma mudança das suas “lógicas institucionais” e, como consequência, por transformações das “capacidades” de cada época. Na definição da autora, as “capacidades” são interpretadas como

collective productions whose development entails time, making, competition, and conflicts, and whose utilities are, in principle, multivalent because they are conditioned on the character of the relational systems within which they function (Sassen, 2006, p. 8).

As mudanças das capacidades de uma época estão refletidas, principalmente na velocidade dos processos e na espacialização das redes de relações; ou seja, nas composições das relações espaço-temporais, nas concepções administrativas mais amplas, nas formas de comercialização e nos regimes de comunicação e troca de informação que conectam esses processos. Outra observação diz que “as capacidades podem pular faixas e se tornarem parte de uma nova lógica organizacional” (Sassen, 2006, p. 8). Nesse sentido, mudanças em capacidades históricas também representam aperfeiçoamentos nas lógicas organizacionais que

concebem e gerenciam territórios, formas de autoridades e direitos. Afirma-se que a globalização surgiu como um momento do desenvolvimento de certas capacidades, a partir das quais se fundaram novas concepções e relações em torno da utilização do tempo e do espaço; tese que remete aos escritos de Polanyi (2001), Harvey (1989), Castells (1996) e outros.

A transposição de períodos históricos seria, portanto, marcada pela fundação de novas capacidades – como as capacidades técnicas e administrativas, por exemplo –, que por sua vez geram pontos de inflexão sobre as lógicas organizacionais das instituições do mundo estatal e estatal-privado. Por esse motivo, a globalização não é compreendida somente como uma mudança de escalas – maior celeridade dos processos, maior acúmulo de contatos e trocas, etc. –, mas também como uma mudança nas lógicas organizacionais, uma transformação de fato fundacional nas relações. Uma nova era surge quando são operadas ali mudanças fundacionais; ou seja, mudanças nas lógicas e nas capacidades institucionais de acompanharem fenômenos do mundo da informação e da economia.

Outra característica da teoria de Sassen refere-se à “multiescalaridade” dos processos. Afirma-se que a “evolução” do Estado Nacional e a ascensão do sistema-mundo não se dão simplesmente pela transposição de lógicas organizacionais, mas também pela instauração de novas capacidades históricas. Nesse mesmo sentido, os regimes de fundação de novas lógicas não se dão pela exclusão de escalas espaço-temporais, mas pela conformação de várias escalaridades, onde o local tem potencial de manifestar em si índices de processos proporcionalmente de maior amplitude. E, inversamente, esses processos de maior amplitude são também interferidos por iniciativas que partem de instâncias locais.

Discussões semelhantes a da multiescalardiade em Sassen podem ser encontradas nas análises de Gustavo Lins Ribeiro (2000, p. 2), quando no emprego do conceito de “níveis de integração”, que compreende “os modos de representar pertencimento a unidades socioculturais e político-econômicas que são centrais para a definição de alianças em múltiplos contextos de cooperação e conflito”. O conceito de níveis de integração do autor é notadamente relevante para este trabalho pela sua proposta de “correlacionar agentes individuais e coletivos com diferentes unidades espaço-sócio-culturais que possuem variadas expressões institucionais e territoriais” (Ribeiro, 2000, p. 4). Como será dissertado no segundo capítulo deste trabalho, o projeto analítico de Ribeiro (2000, p. 4) sobre os níveis de integração parte da iniciativa de formular um “conceito plástico e sistêmico” que permita relacionar segmentos, escalas e interesses em diversas proporções e formas de integrações. É preciso observar que o conceito de “integração” utilizado pelo autor de maneira alguma

reflete relações homogêneas e não conflitivas entre segmentos, mas, sim, campos de disputa e de afirmação de poder hegemônico:

Quando nos referimos à integração, estamos tratando de processos complexos de lutas por hegemonia que não podem ser simplificados. Os resultados reais destes processos são sempre derivados do encontro de forças políticas diferentes e frequentemente opostas (Ribeiro, 2000, p. 4).

Para as minhas análises, a noção de níveis de integração pode refletir as relações entre segmentos políticos envolvidos central ou indiretamente com a consecução de iniciativas onde projetos dos consórcios estatais-privados concorrem com dinâmicas de afirmação político-identitária de segmentos locais. Segmentos esses que acabam participando de um cenário velado ou explícito de disputas/negociações onde cada um procura afirmar-se hegemonicamente dentro de um processo. Esta descrição analítica para casos genéricos é notadamente pertinente ao que procurei etnografar entre os projetos do CIPP e a reelaboração da etnicidade Anacé.

Em leitura comparada, nota-se que as propostas de Sassen (2006) e Ribeiro (2000) não colocam o “local” e o “global” como forças opostas, mas procuram encontrar entre elas espaços de interdependência, composições e reflexos de estratégias locais e globais complexas em cenários locais mais concretos. Dessa forma, Sassen afirma, por exemplo, que:

[...] the issue I want to highlight here concerns the ways in which particular instantiations of the local can be constituted at multiple scales and thereby generate global formations that tend toward lateralized and horizontal networks rather than the vertical arrangements typical of entities such as the IMF or WTO. I examine this through a focus on diverse political practices and the technologies they use. Of particular interest is the possibility that local, often resource-poor organizations and individuals can become part of global networks and struggles (Sassen, 2006, p. 365).

Relembra-se, aqui, que a proposta de não ver uma relação disjuntiva entre o local e o global vem também de uma significativa tradição dos estudos sobre a antropologia da globalização. Para mencionar apenas um nome, recordo a produção de Eric Wolf, que oferece uma histórica crítica dos processos globais e locais, partindo de uma valorização histórico-

analítica dos segmentos étnicos marginalizados historicamente pela explicação capitalista. Wolf (1982) concebe que as transformações no mundo do trabalho e dos modos de produção podem ser lidas como formas de socialização no espaço das redes de relações globais, entendendo que

as sociedades e as culturas não seriam adequadamente compreendidas enquanto não aprendêssemos a visualizá-las em seus mútuos relacionamentos e interdependência no espaço e no tempo (Wolf, 1982, p. 12).

Este comentário de Wolf unifica, em certa medida, as análises de Sassen (2006) e de Ribeiro (2000), já que ambos enfatizam a importância de se discutir categorias espaço-temporais e afirmam a importância do emprego das noções de “composição” e “integração” como termos que buscam dar materialidade sociológica e histórica ao que se trata por globalização.

Outra inspiração que advém dos comentários de Sassen (2006) diz respeito aos fenômenos globais que tomam o Estado Nacional como instância onde são realizadas as transformações sociais e políticas. No âmbito da sua leitura, o Estado é considerado menos como um cenário que encamparia eventos e transformações, do que como a própria instituição provedora de capacidades transformadoras entre ordens locais e globais. Em toda sua análise, o objetivo central se orienta a substantivar o que se chama de globalização a partir de relações que acontecem num certo “solo”, num cenário e a partir de forças que são móveis, que necessitam de materialidade e se transformam com o tempo. O cenário escolhido pela autora é o próprio Estado, seu surgimento e sua fragmentação dentro do sistema-mundo e do capitalismo avançado.

Já no projeto teórico de Ribeiro (2000), que será melhor desenvolvido no segundo capítulo, o interesse de compreender a “transnacionalidade” não permite que, sem excluí-lo, o autor feche sua análise no cenário do Estado Nacional. Ao contrário, sua proposta é encontrar conectividades entre forças dos níveis local, regional, nacional, internacional e global, independente da valorização deste ou daquele outro nível como cenário capital dos acontecimentos.

Retornando para Sassen (2006) em sua discussão sobre as transformações do Estado, ela recoloca em discussão o papel das instâncias do mundo privado. Uma das suas avaliações

recupera a ideia de que as mudanças entre paradigmas organizacionais ocorridas no interior do Estado são decorrentes de um conjunto de alinhamentos entre a própria organização estatal e as instâncias da realidade transnacional:

[...] the particular combination of dynamics that produces a new organizing logic is partly enacted through foundational realignments inside the state and, thereby, between the state and the private realm. This realignment is constitutive, which also means that the state is partly constitutive of the new organizing logic [...] this privatizing of particular public authorities is also part of the tipping point that ushered the global age (Sassen, 2006, p. 146).

A participação do capital privado é marcadamente importante para transformações dos contatos entre grupos. Além do mais, como é recordado pela própria autora, é a intrusão da iniciativa privada no espaço antes controlado pelo Estado que vem influenciar e alterar a velocidade e a eficácia dos processos operados dentro do sistema-mundo.

### **Da estrutura do trabalho**

Nos demais capítulos que compõem a dissertação, observei duas preocupações gerais. Uma é historiográfica, desde que abordo, ainda que sucintamente, a história de criação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e a sua subsequente transformação em Zona de Processamento e Exportação (ZPE); seguida de uma descrição do processo de emergência do grupo étnico Anacé e suas primeiras interferências no projeto do CIPP. O segundo enfoque da dissertação se baseia em dados de caráter propriamente etnográfico, são relatos feitos a partir da minha própria vivência em campo junto a agentes governamentais, representantes empresariais e indígenas no contexto da evolução das obras do projeto.

O primeiro capítulo concentra sua discussão sobre a interface temática “projetos de grande escala e populações indígenas”, apresentando inicialmente a perspectiva dos estudos sobre impactos. O capítulo ainda problematiza a discussão sobre as formas de relação política das populações indígenas nos destinos dos projetos, seja criando impedimentos, seja se mostrando condescendentes à realização das suas iniciativas, o que demonstra a variabilidade dos relacionamentos existentes entre os operadores do Estado, grupos étnicos e empresariais.

O capítulo buscará observar que no estudo “de um projeto por dentro” (Ribeiro, 1991) é preciso, necessariamente, como mostra o caso específico que será analisado, levar em consideração a reação indígena nos destinos mais estruturais das obras e dos seus significados para o chamado desenvolvimento nacional e regional. No contexto deste capítulo serão apresentados desdobramentos do conceito de níveis de integração, pensando o seu emprego na análise dos projetos de grande escala como uma alternativa aos estudos que valorizam o problema dos impactos.

No segundo capítulo serão apresentadas as “capacidades históricas” (Sassen, 2006, p. 23) que justificaram a ascensão do projeto portuário e industrial da Costa do Pecém. Inicia-se com a apresentação de alguns cenários fundacionais que propiciaram o aproveitamento da costa oeste do Ceará para o desenvolvimento regional. Em seguida faz-se uma descrição de cada uma das iniciativas de base que evoluíram em direção aos projetos do Terminal Portuário Pecém e da sua Zona de Processamento e Exportação (ZPE). Segundo a Associação Brasileira de Zonas de Processamento e Exportação (ABRAZPE), as chamadas ZPEs (Zonas de Processamento e Exportação) são descritas como

áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados com o exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro<sup>7</sup>.

A ZPE do Ceará surge no cenário nacional como a primeira zona portuária e industrial de livre comercialização do Brasil a possuir suas atividades totalmente regularizadas; i.e., contando com um conselho gestor misto formado por representantes empresariais e estatais que compõem a Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE) e cerca de dez empresas atuando no interior da obra que são amparadas pela gestão promovida pela ADECE<sup>8</sup>. Também se diz que a ZPE da Costa do Pecém é a primeira área de livre comércio nacional a abrigar, no interior do seu polígono, uma companhia siderúrgica, a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP)<sup>9</sup>. O capítulo privilegiará o estudo do conceito e dos objetivos de uma ZPE, a descrição da realidade da ZPE do Pecém a partir das redes de desenvolvimento (Ribeiro,

---

<sup>7</sup> Fonte: <http://www.abrazpe.org.br/>. Acessado em: 13 out. 2012.

<sup>8</sup> Para conhecimento da organização. Fonte: [www.adece.ce.gov.br](http://www.adece.ce.gov.br). Acessado: 08 mar. 2012.

<sup>9</sup> Fonte: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1182583>. Acessado: 19 set. 2012.

2008) que a constituem e também a repercussão em várias escalas da sua implantação regional; principalmente sobre o território reivindicado pelo movimento indígena Anacé.

O terceiro capítulo explora um trecho da história do movimento indígena no Ceará, localizando nela a emergência dos Anacé. Tomando essa situação histórica, procuro reconstruir as relações entre o grupo étnico e as organizações gerenciadoras dos projetos da Costa do Pecém no quinto capítulo. Valoriza-se, aqui, uma observação dos vários momentos de negociação entre empresários, governo e indígenas, privilegiando as informações colhidas em acervos de hemerotecas, de cartas periciais e de algumas entrevistas realizadas pelo próprio pesquisador. O objetivo do capítulo é apresentar o movimento indígena Anacé e em seguida traçar um histórico da evolução das negociações entre ele, o Estado e as organizações empresariais do CIPP, sempre buscando relacionar os modos de influência que o grupo étnico e o CIPP exerceram-se mutuamente. Com isso, pretendo resgatar, a partir da sua mobilização, a agência dos Anacé sobre os destinos do grande projeto.

No quarto capítulo, também exploro as dificuldades encontradas no trabalho de campo, pois são claramente indicativas da natureza do drama desenvolvimentista em questão, assim como dos dilemas impasses e constrangimentos que um antropólogo pode vivenciar em uma pesquisa em situação tão conflitiva e complexa.

No quinto e último capítulo, retomarei à perspectiva das escalas, composições e níveis de integração, pensando como as forças internas de um projeto de grande infraestrutura são influenciadas por várias determinantes temporais e espaciais, inclusive aquelas aparentemente “de fora” (ou impactadas) pela iniciativa, a exemplo dos grupos indígenas e dos seus territórios historicamente ocupados por esses empreendimentos.

## **CAPÍTULO I**

### **Duas abordagens sobre os projetos de grande escala (PGEs)**

No espaço disciplinar da antropologia, os estudos sobre projetos de grande escala (PGE) vêm sendo notadamente produtivos ao focar temas como: relações entre Estado e grupos étnicos (Cohn, 2001); racismo ambiental na implantação de projetos desenvolvimentistas (Zhourri; Oliveira, 2007); grandes projetos e suas redes sociotécnicas (Resende de Assis, 2007; Lemos, 2007); fronteiras da expansão desenvolvimentista na Amazônia brasileira (Fearnside, 1990; Lemos, 2007; Almeida, 1993; Sant’Ana Júnior, 2007); estratégias políticas e movimentos sociais (Perrot, 2008; Sigaud, 1986); processos de privatização de territórios tradicionais (Santos, 1979; Sevá Filho, 2005); entre outros. A maioria desses estudos se detém nas interações entre forças políticas do segmento estatal-privado e mobilizações locais de representações camponesas, indígenas, quilombolas e de grupos laborais (marisqueiras, pescadores artesanais, seringueiros, etc.) que reagem à ocupação dos seus territórios tradicionalmente habitados.

Dentre os usos terminológicos, destacam-se trabalhos academicamente as noções de “impactados” e “atingidos” (Vainer, 2008; Santos; Pereira, 2009). Adjetivações que parecem ora se referir aos grupos locais e ora se reportam ao ambiente biofísico em geral, seus regimes

naturalísticos e a diversidade ecogeográfica que envolve essas populações. Essas produções inferem que o domínio de um “território vital” (Little, 2002, p. 18) e a pertença étnica e espacial a ele são coisas inarredavelmente inseparáveis, precisando ser analisadas como unidades socioambientais integradas e interdependentes.

No entanto, essas abordagens também possuem direções e tônicas variadas, com vieses analíticos por vezes mais concentrados na tradição da pesquisa em antropologia, por vezes tendentes a contribuições multidisciplinares. As características multi e transdisciplinares desses estudos são respostas à própria realidade complexa dos grandes projetos, onde forças de vários segmentos e interesses compartilham planos espaciais e financeiros onde atuam processos com escalas, capacidades e velocidades complementares.

Algo que favorece a variedade desses estudos, e a possibilidade de aduzir novas interpretações a partir deles, é o grande número de casuísticas e contextos que envolvem as relações entre instituições, pessoas e recursos nas etapas de implantação de um projeto específico. Na verdade, trata-se de compósitos entre realidades biofísicas, grupos locais e coletivos institucionais que preenchem cada cenário, cada história contextualizada com novos fatos. Embora cada projeto e contexto expressem realidades diversas, as dinâmicas decorrentes da implantação de projetos parecem reproduzir as conhecidas marcas nacionais da ineficácia das políticas públicas, dos seus efeitos socioambientais danosos e da reprodução de consórcios e elites empresariais favorecidas por obras públicas.

A participação da antropologia dentro desse universo de contribuições analíticas em geral valoriza as configurações mais particulares que definem o enredo dos dramas do desenvolvimento. É o destaque antropológico de um contexto complexo que faz com o que os estudos dos grandes projetos marquem tanto sua posição no interior da tradição das pesquisas em antropologia, como tenham conquistado um espaço de mérito dentre outras preocupações disciplinares sobre dinâmicas do desenvolvimento econômico nacional e regional.

O objetivo deste capítulo não é inventariar trabalhos acadêmicos sobre a temática dos PGEs. Ao invés de um estado da arte, a proposta é colocar em relevo duas abordagens da antropologia fixadas ao longo da tradição das pesquisas em antropologia do desenvolvimento: a perspectiva dos estudos sobre impactos em territórios tradicionais<sup>10</sup> – que produtivamente ocupa um espaço considerável nas ciências sociais, possuindo trabalhos exemplares nesse sentido – e a perspectiva do estudo de projetos por dentro – proposta apresentada por Ribeiro

---

<sup>10</sup> Não confundir com a perspectiva da *sociologie du risque*, articulada por autores como Beck (2001) e Heiderich (2009), que entre outras preocupações aborda as percepções sociais diante das catástrofes e a fabricação e manipulação do medo e do terror; algo que não deixaria de ser importante para a avaliação dos efeitos locais da instalação de um empreendimento com grande poder de transformação ambiental e social.

(1991) no seu *Empresas Transnacionais: Um Grande Projeto Por Dentro*; obra derivante da sua tese de doutorado.

Ao término da apresentação dessas duas contribuições, pretende-se buscar uma conformação entre a segunda dessas propostas, principalmente, e a análise do caso etnográfico a ser apresentado. Acredito que o problema colocado em destaque pela pesquisa tende a se alinhar com a perspectiva apresentada por Ribeiro (1989), embora não exclua a relevância da perspectiva dos estudos sobre impactos.

### Os estudos sobre impactos

As noções de “impacto” e de “atingidos” (Vainer, 2009; Santos; Pereira, 2009) tornaram-se centrais nos estudos em antropologia destinados a pensar a expansão de empreendimentos estatais e privados sobre territórios tradicionais; com destaque para sobre a implantação dos projetos de usinas hidrelétricas (UHEs) em áreas habitadas ou reivindicadas por grupos étnicos.

Como faz lembrar Ribeiro (1991), a partir de uma tentativa de localizar contribuições aos estudos de impactos sociais produzidos fora do meio disciplinar brasileiro:

[...] desde o pioneiro e agora clássico estudo de Elizabeth Colson (1971) até a formulação de um quadro geral para análise de reassentamentos forçados (Scudder; Colson, 1982), o tópico [avaliação do impacto social] cresceu tão consistentemente que criou um novo subcampo da disciplina, a antropologia do desenvolvimento (Ribeiro, 1991, p. 27).

Os “estudos de contato”, com a tradição britânica da *culture change* (Keesing, 1953; Malinowski, 1949), anglo-saxônica da *acculturation* (Redfield; Linton; Herskovits, 1936), francesa da *situation colonial* (Copans, 2001; Balandier, 1963) e a brasileira de relações interétnicas (Cardoso de Oliveira, 1964) podem ser vistos como parte da tradição antropológica de estudos de encontros onde diferentes segmentos têm diferentes capacidades de poder. São estudos que informaram, desigualmente, subcampos tão díspares quanto a antropologia do desenvolvimento, a antropologia aplicada e a *action anthropology* (Tax, 1975).

A presença reiterada da perspectiva de análise de impactos nos estudos sobre projetos de grande escala no Brasil – com ênfase naqueles relativos aos projetos de hidrelétricas (UHEs) – pode ser vista na coleção de trabalhos divulgada pelo Observatório Socioambiental de Barragens (IPPUR / UFRJ)<sup>11</sup>.

A leitura das produções do Observatório faz notar a reprodução de recursos terminológicos comuns aos estudos de impacto: impactos ambientais (Fearnside, 2002); impactos sociais (Karpinski, 2007; Fearnside, 2002; Viana, 2003); descumprimento de normas e ocultamento de conflitos (Zucarelli, 2006); relações de poder (Karpinski, 2007); populações afetadas (Relatório CDDPH, 2007); contradições e violações de direitos (Lisboa, 2008); conflitos políticos (Nutti, 2006; Silva, 2001); entre outros.

Essas produções são flagrantes de problemáticas que ocorrem na realidade das populações atingidas por grandes empreendimentos estatais-privados. Servindo-se de um teor crítico sensível aos contextos conflituosos de cada empreendimento, essas pesquisas acabam levando para fora do cenário local informações que irão divulgar causas políticas tornadas invisíveis diante do aparato discursivo de teor progressista e burocrático sobre a obra. Em muitos casos, esses trabalhos acabam documentando a história de movimentos sociais que têm suas emergências no espaço dos dramas desenvolvimentistas. De fato, alguns pesquisadores ou já pertencem aos movimentos que lutam contra os grandes projetos, ou passam a pertencer a eles depois dos seus estudos. Muito exemplar é a participação intelectual e ativista que alguns pesquisadores passam a ter, após a finalização das suas dissertações e teses, junto ao Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), por exemplo.

Como documento significativo sobre UHEs nacionais e seus impactos, o relatório intitulado *Indian Areas Threatened by Hydroelectric Projects in Brazil* (1981), assinado por Paul Aspelin e Sílvia Coelho dos Santos, afigura-se como um dos estudos que valorizavam a problemática indígena no seu contato com as frentes expansionistas do desenvolvimento energético e industrial. O estudo não propunha um modo de compreensão analítica específica para o fenômeno da expansão energética no Brasil e as transformações em cenários socioambientais promovidas por ela, algo que outros pesquisadores, tais como Sigaud (1986), iriam propor poucos anos depois. Por outro lado, o relatório fortalece seus argumentos de maneira similar aos estudos de contato, quando coloca em foco questões relativas à transição cultural (Wagley; Galvão, 1961), situação étnica (Melatti, 1967) e aculturação (Shaden, 1965) das aldeias indígenas prejudicadas pela implantação de usinas hidrelétricas.

---

<sup>11</sup> Acesso à base de dados do Observatório Socioambiental de Barragens (IPPUR / UFRJ). Fonte: <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/>. Acessado: 22 mai. 2012.

Em termos da sua avaliação, à época inovadora e eficaz, o relatório propunha “a necessidade de fazer um *estudo comparativo* dos empreendimentos hidrelétricos e das suas várias zonas de impacto” (Aspelin; Santos, 1981, p. III, tradução e grifo meus). Foram agrupadas casuísticas de várias regiões brasileiras, abordando-as a partir das bacias fluviais onde estavam sendo ou já estavam instalados projetos do setor hidrelétrico: bacias dos rios Uruguai, Itajaí, Iguaçu, São Francisco, Tocantins, Uatumã, Xingu e Paraná. Em cada caso, foram abordadas as situações étnicas de várias tribos vivendo no entorno das reservas aquíferas visadas pelos empreendimentos. A pretensão era colocar em observação o maior número possível de frentes de impacto em curso no país naquele período.

Diferente de outras abordagens que viriam a surgir a partir da década de 1990, principalmente aquelas que surgem após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD / ECO 92)<sup>12</sup> (Almeida 1992; 1995), o relatório de Aspelin e Santos (1981) não se detém nos aspectos propriamente socioambientais relacionados às ações de implantação dos equipamentos infraestruturais, modificação no meio ambiente local e os seus efeitos na vida cotidiana das populações regionais. O que é característico desse estudo é que, ao invés da problemática ambiental, o objeto de enfoque é o contato interétnico especificamente. É o aspecto da transformação cultural causada pela expansão da fronteira desenvolvimentista que dá conteúdo ao relatório.

É sob a influência da globalização do discurso ambientalista que, mais tarde, as pesquisas de Zhouri (2005; 2007) começam a ponderar o fator “ambiente biofísico” na análise dos PGEs nacionais. Influenciadas pelo debate ambientalista da década de 1990, principalmente, as abordagens dessa autora começam a trabalhar com a interface entre homem, meio biofísico e empreendimentos. Nas décadas de 1980 e 1990, começa a eclodir aquilo que José Sérgio Leite Lopes (2006, p. 14) tratou por “ambientalização dos conflitos sociais”, implicando mobilização de força política efetivamente de base, agrupando atores identificados com várias denominações. Assim, Leite Lopes (2006, p. 31) afirma que:

A conjuntura atual é a da pertinente inquietação das forças ambientalistas com os paradoxos do crescimento das tendências aos grandes empreendimentos unilateralmente produtivistas, aos agronegócios e aos setores industriais social e ambientalmente predatórios num contexto de

---

<sup>12</sup> A ECO 92 marca uma tentativa de promover avanços em debates que já tinham sido iniciados vinte anos antes, na Conferência de Estocolmo. A conferência marcou um momento de inserção da chamada “questão ambiental” no centro das preocupações das políticas públicas (Almeida, 1992; 1995).

governo historicamente relacionado aos movimentos sociais dos últimos 25 anos [...] (Lopes, 2006, p. 31).

Na avaliação de Zhouri e Oliveira (2007, p.128), os projetos de grande escala são definidos por serem concentradores de espaços ambientais, geradores de assimetrias sociais no uso da natureza, aglutinadores de capital econômico (e não social), com escalas descentralizadas de atuação sobre territórios, além de uma expressiva capacidade de despertar processos de “construção sociopolítica do lugar e emergência de alteridades”.

Por processos de emergência de alteridades as autoras estão tratando os movimentos sociais que surgem em cenários conflitivos envolvendo os interesses consorciados sob o composto público-privado e aqueles das populações atingidas pelas obras. Em sintonia com a ideia da emergência política (e também identitária) de movimentos sociais apontada pelas autoras, tratarei do caso de emergência étnica Anacé, no terceiro capítulo. Adianto que o movimento indígena Anacé, diante do que sugere as autoras, não surge nas “fronteiras” dos enclaves conflitivos, mas no interior organizado do CIPP. Enfatizo essa localização política e geográfica do movimento indígena Anacé justamente para reafirmar o fato de que o seu surgimento foi profundamente influenciado e participante dos empreendimentos localizados no entorno e no centro da área indígena reivindicada por ele.

A execução de iniciativas desenvolvimentistas que impactam diretamente sobre ambientes biofísicos e suas populações tem, a partir da interpretação de Zhouri e Oliveira (2007, p. 121), suas ações justificadas por dois paradigmas: o “paradigma da adequação” e o “paradigma da sustentabilidade”. Esses paradigmas são interpretados como forças opostas e de feitos políticos adversos, sendo representativos das formas de interatividade entre Estado, sociedade, recursos e os respectivos panoramas ideológicos que os aproximam e os distanciam. .

Por paradigma da adequação, as autoras compreendem a posição sobre a importância que o fenômeno político da obra, dos seus efeitos e da sua especulação tem entre os grupos que a empreendem ou que são por ela impactados:

No *paradigma da adequação*, a obra assume lugar central, apresentando-se de forma inquestionável e inexorável. Nesta concepção, o ambiente é percebido como externalidade, paisagem que deve ser modificada e adaptada aos objetivos do projeto técnico. Nesse processo, arranjos e ajustes tecnológicos dados por medidas mitigadoras e compensatórias cumprem a

função de adequação. Com efeito, a ‘necessidade’ e a viabilidade socioambiental da obra não são colocadas em pauta [...] O que se contraporia a esse paradigma seria o *paradigma do desenvolvimento sustentável* (Zhourri; Oliveira, 2007, p. 121, grifo meu).

A leitura sobre dinâmicas do desenvolvimento fornecida por Zhourri e Oliveira (2007) – assim como por outros autores (Sevá Filho, 2008; Baines, 2005) – enfatiza o processo sempre conflitivo envolvido nos movimentos de implantação e operação de um PGE em territórios tradicionalmente ocupados por minorias étnicas. Outra leitura semelhante põe em relevo o fato de que todas as movimentações políticas dos grupos prejudicados pelas obras são ações estratégicas de claro enfrentamento e negação das ações políticas e econômicas interferentes localmente. Apresenta-se, aqui, a ideia de que a problemática política é reveladora de novos rearranjos no sistema de organizações e representações locais, e que esses rearranjos são sempre de enfrentamento às propostas desenvolvimentistas do paradigma da adequação:

[...] a hipótese que resulta disso é a seguinte: quando certo espaço e tempo lhes são oferecidos, os povos autóctones conseguem, a despeito dos conflitos internos e das renúncias impostas, elaborar táticas que lhes permitem se reinterpretar numa nova situação ou ambiente, e se adaptar sem se renegarem (Perrot, 2008, p. 228).

O comentário de Dominique Perrot (2008) trata de uma decisão política de base que escolhe a reelaboração política das forças populares e institucionais ao invés da adaptação conformada aos problemas contextuais.

Esta dissertação também é sensível ao processo de reelaboração das instituições políticas de um grupo indígena diante das iniciativas desenvolvimentista. As questões aqui propostas se perguntam justamente como as populações fazem parte dos rumos do projeto e como pensar um projeto por dentro – à semelhança das escolhas metodológicas e analíticas de Ribeiro (1992) – implica em inserir na análise a influência da comunidade local no seu interior, seja enfrentando medidas políticas, seja se colocando à serviço das iniciativas promovidas pelos consórcios estatais-privados.

Sobre fenômenos e situações somente avistáveis nas relações presenciais entre operadores dos consórcios estatais-privados e representações locais, Zhourri e Oliveira (2007)

sustentam a hipótese de que essas dinâmicas são potencialmente favoráveis ao despertar de alteridades e de afirmativas sobre a diferença, pertença territorial e direitos:

Os conflitos em torno da apropriação e significação do território conduzem, assim, à ‘emergência da alteridade’. A localidade define-se, então, de forma diacrítica às ideologias territoriais [...] emergindo, nesse contexto, como esfera de pertencimento espacial e de construção de identidades sociais e políticas. Ao mesmo tempo em que o grupo se apresenta e se constitui enquanto agente coletivo no cenário da disputa política, inicia-se um processo de reconstrução e ressignificação do território apresentado como lugar, espaço preenchido pela memória e pela história, capaz de congrega e unir coletividades, as quais reconhecem naquele espaço um “lugar-comum” (Zhour; Oliveira, 2007, p. 128)

A partir dos autores dos estudos de impacto, ponho em realce três proposições localizadas em suas ideias: [a.] a localidade se coloca em posição adversa às ideologias daqueles empenhados em se apropriar física e simbolicamente de certos territórios; [b.] esse conflito é notadamente importante para a emergência de alteridades que passam a se consolidar por uma causa e uma insígnia identitária “comum” e integrante de várias unidades sociais; [c.] a constituição desse “agente coletivo” que compartilha de uma mesma agenda de ações e de uma mesma representação sócio-espacial só é possível por uma compreensão amplamente partilhada entre eles da necessidade de reconstruir uma memória histórica do lugar, fortalecer pautas políticas e, com isso, serem combativos às forças transformadoras dos empreendimentos de grande escala.

A apresentação dos dados etnográficos sobre a emergência da alteridade Anacé e sua influência a partir e sobre as obras do CIPP dialogará com as três formulações citadas acima, mas com certas ressalvas. A pesquisa documentou que nos projetos desenvolvimentistas nas proximidades da Costa do Pecém (CE), a participação de lideranças Anacé no “interior” da obra teve expressão na presença desses representantes em reuniões de comitês territoriais, encontros de planejamento de programas sociais e reuniões onde foram definidos acordos os mais diversos entre Estado, grupos privados e o grupo indígena. A participação nos espaços de negociações entre representantes indígenas, governo e empresários é relevante pelo que ela significa para o próprio movimento de reelaboração étnica do grupo.

Também no caso Anacé, a adesão das populações locais ao movimento indígena não se apresentou como uma tomada de decisão comum, onde todos passaram a se identificar sob o mesmo etnônimo e se contrapõem, então, à evolução dos empreendimentos do CIPP. A

diversidade dos indígenas – aqueles que passaram a se referir por essa definição – e não indígenas, também demonstra posicionamentos variados sobre os “impactos” do projeto na região. Mas aqui se coloca um problema cujas dimensões só podem ser abordadas num outro momento (Capítulo IV).

De todo modo, aquilo que é enfatizado por Zhouri e Oliveira (2007, p. 129) são os eventos iniciados pelos grupos localmente residentes que agem na “construção sócio-política do lugar em oposição aos sentidos que lhe conferem os segmentos empresariais e o Estado”. O que mais à frente irei questionar sobre a situação Anacé depois dos anos iniciais da sua afirmação identitária, é que o processo de construção sócio-política da terra indígena não foi compartilhado por todos dentro das localidades onde ocorreu a emergência identitária, nem surgiu como um movimento conformador de uma história comum entre indivíduos, nem muito menos conseguiu gerar sujeitos políticos atuando e confrontando uma só causa: a negação, por força política de uma representação coletiva unitária, dos projetos que compõem o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

Retornando à definição do conceito de “atingidos” – que advém dos chamados “estudos de populações atingidas por barragens” – retoma-se a definição apresentada por Carlos Vainer (2008), que pensa o conceito a partir de uma matriz atrelada à atribuição de direitos. Dessa maneira, “ao abordar a discussão acerca do conceito de *atingido* é necessário compreender que se está discutindo acerca do reconhecimento e legitimação de direitos” (Vainer, 2008, p. 39, grifo meu). Aqui, o conceito é mais do que uma autoidentificação situacional dos sujeitos coletivos inseridos num campo conflitivo e de disputas territoriais, sua pertinência depende de uma atribuição reconhecida por parte do Estado e dos grupos empresariais que reconhecem a existência daquelas populações residentes em áreas a serem ocupadas por empreendimentos de grande magnitude. Se a definição é, portanto, institucional, também os critérios de discriminação do que é ser ou não atingido parte da estrutura institucional. É nesse sentido que o autor afirma que:

Como conceito em disputa, a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária (Vainer, 2008, p. 39).

A noção subjaz, portanto, a um espaço de relações conflitivas onde, de um lado, o Estado é responsabilizado pelo reconhecimento legal dos direitos populacionais sobre territórios e seus recursos naturais, enquanto que, do outro, as populações articulam estratégias de enfrentamento da ordem estatal, argumentando em prol dos seus direitos.

Na história dos avanços do reconhecimento político formal dos impactos causados pelos PGEs – principalmente aqueles do setor hidrelétrico, de onde surge a maior parte da tradição dos estudos em sociologia e antropologia do desenvolvimento no Brasil –, uma noção de “atingido” está encapada, segundo as leituras de Vanier (2008, p. 40) e Sigaud (1986), numa “concepção territorial-patrimonialista”. Essa concepção ressalta a definição de que as populações atingidas são aquelas que possuem bens materiais territoriais comprovadamente pertencentes ao seu patrimônio físico, e que estão em vias de serem atingidas diretamente pelas atividades de algum projeto.

No Brasil, mas não apenas, por longo tempo, a implantação de grandes empreendimentos, em particular de projetos hidrelétricos, operou com o que se pode chamar de abordagem ou estratégia territorial patrimonialista. A perspectiva e a ação do empreendedor, neste caso, são determinadas pela aquisição do domínio, isto é, da propriedade da área. Seguindo a tradição do direito brasileiro que, quando reconhecido o *interesse público* do empreendimento, concede ao empreendedor o direito de desapropriação, durante largo período [...] (Vainer, 2008, p. 40).

A deficiência da concepção territorial-patrimonialista se explica pelo fato de que não leva em consideração a diversidade de outros bens não materiais que são atingidos na implantação e operação de um projeto. Também exclui os grupos tradicionais que não possuem regularizados os seus bens fundiários – por se orientarem por outros regimes de posse e utilização do solo – que são, assim, desfavorecidos nas ações indenizatórias.

Além disso, a concepção territorial-patrimonialista trabalha com cálculos da monetarização dos recursos: parte-se do princípio de que a terra e o valor de todos os meios de produção a ela aderidos podem ser convertidos em dinheiro. No caso dos projetos hidrelétricos, “os atingidos são os inundados” (Vanier, 2008, p. 42); isto é, são excluídos aqueles que não tiveram os seus bens territoriais atingidos diretamente pela cheia do reservatório. O próprio reconhecimento dos direitos populacionais daqueles que residem à jusante dos projetos hidrelétricos é algo de recente data, vindo a demonstrar uma maior

sensibilidade social das cartilhas técnicas que financiam a construção de empreendimentos ao redor do mundo (*World Commission on Dams*, 2000; *World Bank*, 1994; BID OP. 710, 1988).

Vainer (2008) ainda chama atenção para o fato de que não há o conceito jurídico de atingido propriamente formulado. O que há é o direito de “desapropriação por utilidade pública” que orienta o empreendedor, que por sua vez recorre a um departamento de patrimônio imobiliário para negociar com os proprietários o valor justo de seus bens fundiários. O direito reconhecido nessas situações é somente o direito de propriedade, que por sua vez, é sobreposto pelo princípio da “utilidade pública”. E é por essa compreensão que o “atingido” passa a ser entendido como inundado e, por decorrência, como o *deslocado compulsório* – ou, como é corrente na linguagem do Banco Mundial, *reassentado involuntário*” (Vainer, 2008, p. 44).

Essa concepção exclusivamente colada às determinações dos impactos sobre populações indígenas e étnicas recupera a ideia de uma “concepção hídrica dos impactos” McCully (1996) que, dentro do objetivo de contabilizar o número daqueles que são atingidos, cita apenas os grupos que tiveram os seus bens inundados pelo reservatório.

A partir das propostas dos estudos de Sigaud (1989; 1992), observa-se uma iniciativa de analisar com mais acuidade ideias tópicas como “impacto”, “atingidos” e “mudanças”, que são terminologias negativistas dos projetos e vitimadoras das populações cujos territórios são ocupados por empreendimentos do setor hidrelétrico. Em um dos seus artigos sobre a temática dos projetos de grande escala, de título “O caso das grandes barragens” (Sigaud, 1986), a análise – que é marcada por notada sensibilidade à sociologia campesina do Nordeste brasileiro – propõem estudos comparativos entre UHEs objetivando uma leitura sistemática e ressaltante das diferenças entre os vários casos, regiões, ambientes ecogeográficos e tecnologias<sup>13</sup>.

Diferente de outros autores que investem num estudo de casuísticas, trabalhando somente com dados exclusivos de uma só realidade, a abordagem de Sigaud (1986) procurou estudar processos tecnológicos semelhantes – a implementação de uma UHE, com todas as suas etapas e os seus efeitos regionais –, porém construídos sobre realidades sociológicas e político-ambientais que envolvem a consecução de todos eles. São, portanto, as especificidades do lugar, desde as tramas políticas até a conformação do empreendimento dentro de uma história ecológica pré-existente e em realização, que interessam a autora.

---

<sup>13</sup> No caso específico do seu artigo, as UHEs analisadas são as de Sobradinho, no semiárido baiano, e a barragem de Itá, na região do Alto Uruguiaia, sul do Brasil (Sigaud, 1989).

No que diz respeito a esta dissertação, confirma-se a pertinência da avaliação de Sigaud (1993) para os objetivos analíticos dos capítulos seguintes. A contribuição da autora à abordagem que proponho é representada pela sua cautela em relativizar os casos de cada PGE, ponderando suas forças políticas e ambientais particulares, assim como por sua atenção às representações e usos territoriais locais, quando pensa a terra apropriada pelo grande empreendimento como meio de produção que se relaciona a uma cultura de utilização do solo específica. Subjaz uma crítica ao uso abrangente e pouco explicativo da ideia de “impacto”. Para ela, é preciso:

[...] chamar a atenção para o fato de que os efeitos de um acontecimento como o avanço das águas (especificamente os que incidem sobre as condições sociais de produção) não estão contidos apenas no acontecimento em si, mas são *mediatizados* pelas relações que os grupos sociais concretos mantêm com o território (Sigaud, 1986, p. 19).

A observação coloca em foco a necessidade de se compreender as relações temporalmente estabelecidas entre homem e ambiente biofísico. Já as especificidades das disposições entre homem, território e empreendimentos e a ponderação das forças “mediatizadoras” envolvidas em cada caso colocam em evidência o fato de que “[...] historicamente e culturalmente construídas, essas relações não estão dadas nem são idênticas onde quer que se decida erigir uma barragem” (Sigaud, 1986, p. 19). Essas propostas de avaliação de casuísticas surgem como antepostos necessários às análises que muitas vezes resultam na utilização das terminologias do “impacto”.

A concepção de efeitos globais contrários a partir de meios biofísicos e culturais diversos é colocada em discussão na comparação dos processos de implantação de dois empreendimentos: a barragem de Sobradinho, em pleno semiárido nordestino, e a barragem de Itá, no sul do Brasil. O relato de Sigaud (1986) aborda dois casos com repercussões e agenciamentos políticos locais e cenários biofísicos diferenciados. A explicação para os efeitos diversos na vida e na organização política das duas populações afetadas pelos projetos é feita a partir da composição da realidade geofísica de cada uma das regiões, as necessidades populacionais relativas ao solo e o contexto das relações que mediatiza todas essas unidades:

Daí que Sobradinho, comparado a outras situações, se configura como um caso estratégico, na medida em que permite, de um lado, ressaltar o fato de que a mesma opção tecnológica – geração de hidreletricidade – não produz necessariamente os mesmos efeitos e, de outro, fornecer elementos para que se formule, de forma mais adequada do que a noção vulgar de "impactos" sugere, o modo como esses efeitos são produzidos (Sigaud, 1986, p. 19).

Relativizar os casos é colocado, pela opção de Sigaud, como uma alternativa diante do julgamento determinista que pensa todos os efeitos globais de uma obra sobre uma realidade local se utilizando de conceitos generalistas que não problematizam as configurações evidentes em cada situação. Destaca-se também que a sua proposta toma como referência os estudos em ecologia política, algo visto na sua menção ao trabalho clássico de Scudder e Colson (1982), por exemplo.

A ecologia política vem sendo significativamente influente na história dos estudos sobre PGEs quando se propõe a aprofundar debates relativos às fronteiras e embates ambientais de um projeto de grande escala. Mesmo sob a existência desse campo analítico de inserção considerável na produção acadêmica nacional, muitos estudos multidisciplinares ainda tentam dar pertinência aos comentários baseados exclusivamente numa pesquisa de impacto e dano ambiental (Moreira, 2011), abstendo-se de acompanhar as trajetórias complexas das transformações, conexões e conflitos entre ambiente biofísico, sociedade próxima e operadores do mundo estatal-privado.

A seguir, apresento uma abordagem diferente do paradigma da impactação empregado nos estudos sobre projetos de grande escala, principalmente naqueles que lidam com projetos do setor hidroelétrico. As produções de Gustavo Lins Ribeiro (1987; 1991; 2008) procuram compreender a constituição de iniciativas desenvolvimentistas a partir das conectividades entre grupos, empreendimentos e atores envolvidos, pensando os projetos para além da visão unilateral que ora pode focar somente os “grupos de atingidos”, ora pode observar somente os “grupos de empreendedores”.

### **A perspectiva dos níveis de integração**

A proposta empregada por Ribeiro (1991, p. 15) tem seu ponto de partida na evidência de que “os grandes projetos de fato constituem uma forma de produção com características recorrentes e próprias”. O foco de atenção da sua pesquisa de doutorado sobre a implantação

da hidrelétrica de *Yaciretá*, na fronteira entre a Argentina e o Paraguai, não recaiu sobre os impactos, mas sobre a própria arrematação e conformação das forças internas que operaram na realização do projeto.

Como é admitido pelo autor, “o foco não é nas populações afetadas pela presença dos chamados projetos de desenvolvimento” (Ribeiro, 1991, p. 16), mas na população interna do projeto, que define como “os segmentos das populações locais recrutadas para participarem do esforço de construção, assim como todos os demais segmentos diretamente ativos na sua força de trabalho total” (*idem*). O interesse recai também sobre as estruturas de poder e os vários centros de comando que dão forma à obra.

A proposta vai mais além dos estudos localmente centrados procurando pensar a as escalas locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais na realização da obra. Ao procurar os vários centros de determinação de um empreendimento, privilegiou-se “interpelar etnograficamente o tema da relação entre níveis” (Ribeiro, 1991, p. 17) e, com isso, ter um conhecimento ampliado sobre a constituição das redes institucionalizadas e conexões entre níveis diferenciados de poder e agências sociais.

Como desdobramento da sua proposta de acompanhar as conexões entre níveis de integração variados, o autor analisa os processos de licitação, levando em consideração as dinâmicas de “consorciação” entre os grupos constituintes da configuração organizacional da obra. A noção de consorciação convém à necessidade de compreender as relações políticas e econômicas entre vários níveis de integração estabelecidos a partir do projeto. Esses níveis de interação – explica Ribeiro (1991) – não são representados somente pela conformação organizacional dos grupos e suas iniciativas, mas se encontram também na espacialização das forças internas ao empreendimento, dos seus grupos e das origines dos atores que deles fazem parte. A compreensão da formação dos consórcios é também importante para o acompanhamento do processo de acumulação capitalista em níveis que superam as instâncias do local e do regional. Fica evidente a intenção de ampliar a compreensão dos grandes projetos para além das determinações mais particularistas que lhe dão forma, partindo em direção a interpretações que colocam em interface as relações capitalistas, suas configurações particulares em contextos sociais e políticos e também as dinâmicas globais concernentes a todos esses processos.

Algumas características podem ser aduzidas dessa perspectiva analítica que se concentra sobre os níveis de integração: [a.] propõe-se uma avaliação da composição dos vários níveis e escalaridades organizacionais, temporais e espaciais constitutivos das obras; [b.] privilegia-se uma análise interna e multilocalizada dos vários segmentos envolvidos no

processo de formulação e implementação do empreendimento; [c.] dá-se observância aos movimentos, conexões e determinações que são conformadoras do empreendimento, entendendo a circulação em rede de propostas, pessoas, equipamentos e capitais; [d.] a realização da obra é lida em si como um processo produtivo centralmente organizado e com diversos escalonamentos hierárquicos, onde entram em negociação forças de trabalho e meios de produção.

Ribeiro (1991) procura colocar em discussão as movimentações internas e externas aos processos em que diversas forças se inter-relacionam. No caso dos estudos dos projetos de grande escala, procura-se levar em consideração todos os seus fatores constitutivos, desde a sua ecologia política particular, suas organização administrativa, suas ideologias, conceitos e as diversas determinações que deram razão à aproximação dos segmentos hierárquicos. É nesse sentido que argumenta o autor quando afirma que “o encontro de processos sociais endógenos e exógenos tem sido de constante interesse para os antropólogos porque ocorrem em cenários onde estão envolvidas diferentes concepções sobre a reprodução da vida social” (Ribeiro, 1991, p. 22).

Conhecer os componentes e as relações dispostas dentro do campo de poder dos projetos de desenvolvimento responde ao fato de que “um grande projeto não pode ser corretamente compreendido se tais instâncias diferentes de poder político e econômico não forem reunidas no mesmo esforço analítico” (Ribeiro, 1991, p 25). Concebe-se, então, a consecução de um PGE como um fenômeno da complexidade multiescalar dos fenômenos globais, regionais e locais e suas interdependências e simultaneidades. E é por tal dimensionamento que o autor se utiliza do conceito de “níveis de integração” – que recupera dos comentários de Steward (1955) transformando-o<sup>14</sup>.

A proposição do uso conceitual é justificada pela sua capacidade de tratar eventos, segmentos e temporalidades envolvidas em processos não como instâncias que possuem articulações evolutivas e descontínuas, mas como unidades que interagem em simultaneidade. Assim, comenta-se o valor teórico da ideia de “níveis de integração sociocultural” como um esforço de:

---

<sup>14</sup> Outros referentes conceituais contribuintes ao estudo de fenômenos de integração e conexões entre fenômenos localizados em instâncias de diversas escalas e grupos de poder são resgatados por Ribeiro (1991, p. 25) a partir da antropologia; alguns deles são: “[...] a discussão de tensões *pueblo* e Estado por Pitt-Rivers (1954: 202-210), os grupos de orientação comunitária e orientação nacional de Wolf (1956) e os papéis local e nacional de Pitkin (1959)”.

[...] mostrar a interconectabilidade de diferentes níveis de determinações sem abandonar suas especificidades internas e se supor que determinado percurso evolutivo fosse o único caminho ao longo do qual todas as formas socioeconômicas, políticas e culturais marcham através do tempo. As concepções de Steward são representativas de um empenho há muito existente de se conceitualizar diferentes instâncias que potencial ou concretamente, individual ou coletivamente, num único momento ou ao longo do tempo, intervêm na estrutura da realidade social e, portanto, na atuação dos atores sociais (Ribeiro, 1992, p. 26)

A abordagem através dos níveis de integração compreende que escalaridades, velocidades e interconectividades dos processos não podem ser ponderadas separadamente ou como fatores sem inter-relação. O fenômeno social é compreendido a partir da resultante de diversas determinações ao longo de escalas temporais e relações que repercutem simultaneamente sobre um evento.

Todo esse esforço de construção de um olhar analítico do autor ainda resultou na ampliação de comentários relativos a uma antropologia dos fenômenos transnacionais. Os próprios projetos de grande escala, com todas as suas características definidas, são apresentados como um cenário do sistema-mundo. Por essa compreensão, a apreciação dos significados relacionados à consecução de uma obra de grande magnitude – como uma hidrelétrica, um parque industrial ou um complexo portuário – relaciona-se à análise de fenômenos de instâncias locais, mas que traçam suas trajetórias através de várias veiculações políticas, programas econômicos e necessidades regionais, nacionais e internacionais. Analisa-los requer, portanto, uma compreensão ampla das transformações em sistemas de poder e de produção.

Em relação à teoria das composições de Sassen (2005), o projeto analítico de Ribeiro (1991) produz observações semelhantes no que diz respeito à necessidade de discutir as consorciações para pensar o mundo do capital produtivo, o Estado e os locais que acolhem suas intervenções como meios onde mútuos impactos e transformações entre segmentos estão ocorrendo.

### **Estar por dentro de um projeto**

No meu modo de ver, a comparação entre as perspectivas da “impactação” e dos “níveis de integração” faz notar, quanto às populações historicamente residentes em territórios

de interesse público ou privado, que essas duas frentes analíticas tenderiam a propor interpretações diferenciadas desses sujeitos em relação à obra. Na primeira delas, as populações locais, junto com os seus interesses, seriam contrapostas ao grande empreendimento – a preocupação focalizaria os agravos ambientais e sociais, assim como os efeitos politicamente desarticuladores da “ordem indígena”. Na segunda, as populações locais seriam pensadas como unidades entre o conjunto dos segmentos políticos e corporativos que estão englobados pelo empreendimento e que podem manter relações contraditórias conforme os seus interesses.

Claro que essas duas caracterizações não expressam totalmente o universo dos estudos que ilustram cada uma das perspectivas. Meu interesse foi mostrar os contrastes existentes entre uma e outra, além de localizar minha própria escolha analítica no espaço da abordagem dos níveis de integração. Embora assim me situando, não desminto a contribuição das abordagens da perspectiva da impactação ao meu próprio trabalho, desde que esses estudos compõem uma grande porção da tradição dos estudos em antropologia do desenvolvimento no Brasil.

Quando relaciono as histórias de construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e do surgimento do movimento indígena Anacé, procuro focalizar as conexões existentes entre processos políticos que produziram influências mútuas entre eles. Foi essa relação entre o CIPP e a emergência étnica que me fez ver o movimento indígena como um segmento sem o qual não se poderia compreender a concretização do projeto, desde que sua ação produz influências significativas no interior da obra: formação de um comitê territorial para pensar os efeitos do CIPP na região; criação de um cinturão ecológica em volta do polígono do CIPP; construção de uma escola e creche indígena na vila de Matões; atraso nas obras de construção da refinaria de petróleo Premium II; entrada da FUNAI no campo de negociações junto ao governo e representações empresariais; entre outros.

Trabalhando com a perspectiva do estudo de um grande projeto por dentro (Ribeiro, 1991), compreendo como constitutivo da conformação e correlação de forças internas ao CIPP o grupo Anacé e suas história recente de emergência e reelaboração étnica. Isso não só pela área indígena se localizar no centro do polígono territorial decretado pelo empreendimento, mas porque o próprio movimento étnico e político tem sua história associada à emergência dos projetos desenvolvimentistas na Costa do Pecém.

## **CAPÍTULO II**

### **Composições da cena desenvolvimentista na Costa do Pecém (CE)**

Diferentemente de algumas abordagens sobre projetos de infraestrutura de grande escala produzidas a partir da antropologia do desenvolvimento, esta pesquisa foi realizada sobre duas opções distintas do que tradicionalmente se propõe nesse campo de estudos. Ao invés de um projeto do setor hidrelétrico, aborda-se uma iniciativa dos setores de transportes e industrial, e, ao invés de privilegiar uma iniciativa localizada em regiões do interior do continente, aborda-se um empreendimento situado em um ambiente biofísico litorâneo.

Argumento, aqui, que a incidência de projetos de grande escala em regiões costeiras deve ser pensada como um caso absolutamente particular diante dos projetos hidrelétricos ou daqueles geograficamente situados em regiões do interior continental. A sustentação deste argumento se baseia justamente no significado histórico da ocupação das regiões litorâneas em escala global e também na própria composição biofísica e política dessas regiões. Esta justificativa é parcialmente de teor geopolítico – desde que se sabe que as dinâmicas econômicas e desenvolvimentistas, os pontos de dispersão de alguns fluxos migratórios, o escoamento de matérias primas e as zonas habitacionais mais populosas se concentraram

comumente nas regiões de contato entre os oceanos e as terras continentais das nações –, assim também como é formulada em termos político-ecológicos – por se compreender as regiões costeiras como sistemas ecogeográficos complexos e de dinâmicas singulares (Peulvast, 2006; Dantas, 2006).

Não por acaso, é comum que essas regiões sejam entrecortadas por dinâmicas concorrenciais econômicas de significativa influência na economia política dos Estados. O mercado portuário, o comércio imobiliário, a formação das zonas industriais e o mercado turístico são alguns implementos econômicos dependentes dessa espacialização estratégica. Também não por acaso, é comum presenciarmos a existência de parcerias e consórcios envolvendo múltiplas unidades produtivas dependentes da biofísica costeira, situação onde iniciativas de mercados se associam gerando oligopólios financeiros regionalmente dominantes: como o que ocorre com as empresas do mercado imobiliário e do setor de turismo de sol e praia. Unificadas, elas conseguem a articulação junto ao Estado de políticas públicas infraestruturais para regiões costeiras, favorecendo a criação de grandes roteiros de turismo regional. Foi dessa forma que os chamados Roteiros do Brasil, iniciativa do Ministério do Turismo (MTur) considerada um dos maiores e mais complexos projetos de investimento estatal em turismo do mundo (Porto, 2008), estabeleceu-se a partir de 2007.

### **As ecologias políticas do litoral**

Um dos argumentos que justificaria uma abordagem diferenciada dos projetos de grande escala situados em zonas costeiras diz respeito à própria constituição geomorfológica do litoral e sua influência sobre conformações político-econômicas nessas regiões. É preciso se perguntar como o litoral é ocupado, por quem e como essa ocupação é organizada em termos de interesses políticos. Tão importante quanto a questão anterior, seria se perguntar como esse ambiente biofísico de alto poder adaptativo a modificações ambientais “propõe” ou influencia um tipo de ocupação específica do seu território. Essa segunda questão é centralmente referida a uma preocupação político-ecológica; ou melhor, uma preocupação relacionada à história ecológica (Robins, 2004; Erikson; Balée, 2006) das ocupações humanas em ambientes biofísicos costeiros.

Tratar as chamadas demandas ecológicas em termos políticos significa tanto entender que “crises ecológicas e cismas dentro de ecossistemas são problemas políticos e

econômicos” (Robins, 2004, p. 13), e que a veiculação de programas discursivos sobre a natureza influem em suas formas de transformação (Escobar, 1996), como também nas iniciativas humanas, nas conformações geoambientais mais específicas de cada região, situação que acaba demandando das forças produtivas a formulação de acessórios tecnológicos adaptados aos ambientes (Ingold, 1986).

O que se quer colocar em realce é o fato de que a influência da costa e da sua constituição geomorfológica instável explica, por exemplo, as constantes reformulações e adaptações de projetos à realidade paisagística e ambiental das zonas de influência marítima. Trata-se, portanto, de um espaço biofísico surpreendente pela sua instabilidade e demanda de meios de produção específicos que suportem as suas intempéries climáticas e ecogeográficas.

Essas intempéries são representadas por todas as incidências climáticas que dão um movimento específico à costa: dinâmicas de marés; campos de dunas móveis; dinâmicas de ventos e de areias; maremotos; os efeitos de salinidade no ar e na água; as formações lacustres temporárias; o ciclo hidrológico terrestre e marinho que modificam a topologia litorânea, entre outros (Maireles, 2008; Maireles; Gurgel, 1994). Todos são fatores ambientais que tornam complexa qualquer iniciativa de implantação de obras da engenharia nessas regiões.

Outros fatores que surgem como entraves à realização de construções em regiões costeiras são os problemas relacionados ao licenciamento ambiental e os altos custos indenizatórios de terras nessas regiões, isso influenciado pelos inúmeros impostos que recaem sobre as unidades territoriais costeiras, pela valorização fundiária e a especulação imobiliária descontrolada que ocorrem nos trechos de preamar e de planície litorânea. Afora algumas exceções, esses territórios estão saturados por uma ocupação residencial sem controle da lei ambiental e por um uso desordenado dos seus recursos característicos, o que só faz somar ao conjunto dos agravantes de problemáticas ambientais causados quando são instalados empreendimentos como estaleiros, resorts, portos, píeres, parques industriais, parques eólicos e usinas nucleares, entre outros.

Assim, as condicionantes geopolíticas e biofísicas da costa surgem como pontos de reflexão necessários quando se pensa na consolidação de projetos desenvolvimentistas alocados em regiões litorâneas. No caso particular do Nordeste, e da sua histórica construção discursiva como “região ambiental e social problemática”, o que alguns autores ressaltam do movimento desenvolvimentista e dos seus projetos estruturantes – Avança Brasil, Brasil em

Ação, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) (Rigotto, 2009) <sup>15</sup> – é a transposição de esquemas discursivos que

partem da concepção de uma região com base natural, geradora de modos de vida representativos, e passa-se a uma região de fundamentação econômica, norteadora da definição de limites e recortes nos termos indicados pelas políticas de desenvolvimento (Dantas, 2006, p. 23).

A constatação da existência de “problemas ambientais” decorrentes ou causadores de problemas sociais na região Nordeste fez surgir iniciativas como os Polos de Desenvolvimento Integrado (PDI), que foram planos associados entre do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com o Ministério de Planejamento e Gestão. Na década de 1990, os PDIs atuavam na localização de municípios e áreas isoladas da Região para os quais propunha a estruturação de eixos econômicos regionais e cadeias produtivas baseadas na agricultura irrigada, produção de grãos e polos associados à pecuária leiteira. Foi a partir da criação dos PDIs que se passou a demandar redes de transportes rodoferroviário e aeroportuário integradas, dos quais merece destaque o Porto do Pecém e o seu Complexo Industrial.

O Porto do Pecém surge na década de 1990 como um elo de integração entre eixos econômicos alocados no interior do Estado dentro de pequenos e médios polos produtivos locais. Dessa primeira concepção desenvolvimentista, que visava integrar o interior ao litoral, desdobra-se a concepção dos oligopólios industriais que fatalmente suplantariam a ideia de um desenvolvimento interno relacionado às especificidades dos mosaicos produtivos do Estado.

Esse segundo momento tem seu desdobramento, por sua vez, na instalação do Terminal Portuário do Pecém e na consolidação do seu Complexo Industrial e Portuário que se tornam estruturas concentradoras de políticas públicas e de capitais privados advindos de

---

<sup>15</sup> Rigotto (2009, p. 2049) observa que a atuação do PAC (I e II) no que diz respeito ao Terminal Portuário do Pecém se concentra prioritariamente nos projetos de geração de energia para a estrutura industrial-portuária, com investimento sobre os projetos de captação de energia eólica e solar: “(...) no que toca à infraestrutura, um dos eixos de maior relevância no PAC é o de geração e transmissão de energia, que envolve os agrocombustíveis, usinas hidrelétricas ou termelétricas, a petroquímica, etc. A expansão da oferta de energia é relacionada, no discurso oficial, ao aquecimento da economia e elevação do Produto Interno Bruto (PIB), através da atração e implantação de processos produtivos eletrointensivos como os de produção de alumínio e ferroligas, a siderurgia, petroquímica, celulose e o papel”.

grandes consórcios da indústria de base, com especial atuação dos setores metalomecânico e petroquímico.

As mudanças nas concepções de áreas prioritárias das políticas desenvolvimentistas no Ceará se voltam, então, do ambiente biofísico do semiárido que caracteriza o interior do Estado, dos projetos de criação de perímetros irrigados e de reservatórios perenes – a exemplo da criação do Açude Castanhão e do seu papel na modernização da região central do Ceará (Monte, 2005) – em direção ao litoral, onde se incentiva a criação dos parques industriais, dos polos energéticos (de energias solar, eólica e termelétrica) e dos complexos portuários-industrial como unidades produtivas demandantes de todos esses implementos: energéticos, aquíferos, mercadológicos, profissionais, entre outros.

Na história recente dos programas de desenvolvimento da região Nordeste e do Ceará, especificamente, o que se verifica é uma mudança de atenção do interior árido e “improdutivo” do ambiente biofísico sertanejo, que aos poucos vai sendo ocupado pelos sistemas de irrigação do Canal da Integração do Rio São Francisco e se afirmando como polo hortifrutigranjeiro exportador, para o ambiente biofísico litorâneo, onde são reproduzidas as vocações históricas das paisagens costeiras nacionais: serem zonas indutoras de turismo, de mercado imobiliário ou polos de escoamento produtivo através das estruturas portuárias.

Este trabalho se centra com especificidade sobre a segunda das “vocações paisagística do litoral” (Oliveira, 2006), que diz respeito à definitiva abertura dos portos do Nordeste, com particularidade sobre o Porto do Pecém, ao mercado de circulação internacional de produtos, modelos econômicos e mão-de-obra.

### **O porto como objeto técnico e meio interativo**

Os complexos portuários e industriais brasileiros, à semelhança do Porto do Pecém, são lugares onde se aproximam a grande indústria de base, novos nichos industriais superespecializados e avançadas tecnologias portuárias de embarque e desembarque de mercadorias. Situação em que resquícios do modelo monopolista fordista de alta produção se confundem com novas formas de gerenciamento de territórios, equipamentos e mercadorias comuns à realidade da situação de acumulação flexível descritas por autores como Harvey (1989).

Antes de tratarmos da existência do complexo industrial, procurando entender os seus componentes produtivos e a divisão espacial da produção no seu interior, é necessário que se procure entender o significado do porto enquanto “objeto técnico” (Weigend, 1970; Monié, 2004; Collin, 1994) e “meio interativo (ou hinterlândia)<sup>16</sup>” (Baudouin, 1999; Silva; Cocco, 1994). Desse modo, o porto pode ser descrito na condição de estrutura-satélite que propicia a aproximação de vários equipamentos industriais à sua região, e também como hinterlândia, zona de convivência urbana povoada por pessoas de várias origens regionais e nacionais, onde a existência de relações duráveis, como as de grupos de amizades e de vínculos familiares, é desfavorecida pela transitoriedade marcante do ambiente de atividades laborais.

Recorda-se que o comércio marítimo tem uma larga história que encontra formas variadas. Mesmo sociedades que não estavam radicadas em regiões costeiras, e que por essa e outras razões não desenvolveram tecnologias pesqueiras, foram impactadas pelas dinâmicas propiciadas pelas formas de comercializar ou simplesmente viajar pelos oceanos, que aos poucos foram interconectando territórios distantes da geografia global. Parte da história entre continentes – ou de contatos entre povos vivendo em continentes distintos – tem seu início na cruzada dos oceanos. Cruzadas que fatalmente acabariam encontrando, em algum final de rota, uma enseada segura ao desembarque das suas mercadorias e dos seus viajantes. Essas enseadas, com o passar dos anos, se transformariam em cidades-portos, “os primeiros entrecos territoriais do contato ocorrido no Ocidente a partir da história do mercantilismo europeu” (Monié et ali, 2004, p. 89). É nesse sentido que se afirma que a história das cidades modernas acompanhou também a evolução das zonas portuárias, configurando situações onde portos geraram hinterlândias e hinterlândias geraram cidades; ou em casos contrários, cidades que se transformaram em portos e hinterlândias.

No século XX, com a saturação do modelo fordista-taylorista, os portos adquirem outros significados diante das novas tecnologias produtivas, situação em que

[...] as firmas passam a desenvolver estratégias que rompem com a rigidez funcional das operações centradas na grande fábrica e nos limites dos territórios nacionais. A produção industrial tende, então, a ser pulverizada em unidades espalhadas pelo mundo e cuja localização muda de acordo com o ramo. Outros setores de maior conteúdo tecnológico multilocalizam sua produção em sítios que têm a capacidade de inserir-se de forma flexível e competitiva em redes de valor agregado de alcance mundial. Multiplicam-se,

---

<sup>16</sup> A hinterlândia é o perímetro urbano que se forma ou é ampliado em decorrência da estruturação de complexos portuários. Sendo compreendida como área centralmente impactada pela dinâmica e sociabilidade portuária. O conceito advém da geografia urbana e da geografia dos portos (Baudouin, 1999).

assim, territórios produtivos de diversos tipos ao redor do mundo: distritos de pequenas empresas, polos tecnológicos, arranjos produtivos locais, zonas francas de grandes dimensões ou, ainda, plataformas logísticas. (...) os territórios vão agregando modernos objetos técnicos, dinamizando os circuitos da produção e contribuindo para a transformação das estruturas produtivas, políticas e sociais dos territórios que se inserem nesse processo. (Monié et ali, 2004, p. 99-100).

A realização de um novo cenário propiciada pela realocação das fábricas, seguindo as novas formas de produção industrial, a terceirização e a formação de redes de parcerias entre diversos atores e escalas geográficas foram demandantes de um significativo aparato tecnológico que facilitasse as interações materiais. São por essas demandas que surgem os navios porta-containers e todo o sistema de gruas guindastes e plataformas portuárias, por exemplo. As novas estruturas portuárias que surgiram com a evolução dos portos do capitalismo mercantil são programadas para atender a fluidez e qualidade da circulação do comércio de acumulação flexível (Collin, 1994).

É no alcance dessas mudanças que as revoluções nos sistemas de transportes proporcionam um “aumento exponencial do deslocamento das mercadorias e das pessoas, além de contribuir para a redução das distâncias/tempo” (Méndez, 1997 apud Monié et ali, 2004, p. 101). E é nesse momento que os portos passam a reocupar um lugar estratégico no âmbito da chamada economia de circulação. Sua nova colocação no interior da acumulação flexível do capitalismo se explica pelo fato de os transportes marítimos serem “transportes maciços capazes de escoar a longas distâncias e por taxas de frete relativamente baixas, enormes toneladas de mercadorias” (Méndez, 1997, p. 16).

A adaptação dos portos ao momento da economia da circulação rápida e eficiente abre-se a um contexto onde as cidades marítimas se colocam em acirrada competição. Essas competições são pautadas em termos de saber quem possui as melhores condições geográficas, que equipamentos são mais sofisticados e seguros, quem tem a mão-de-obra mais qualificada, entre outros. É seguindo essas mudanças que os complexos portuários passam a aperfeiçoar seu sistema de transporte:

A sistematização do uso do contêiner foi uma delas [mudanças]. Este equipamento facilitou um manuseio das mercadorias no navio e no retroporto muito mais ágil do que o manuseio tradicional dos sacos e tonéis nos cais e navios especializados no transporte de granéis líquidos ou sólidos. Em decorrência da mudança do perfil das cargas, mais manufaturados e

relativamente menos matérias primas, o contêiner passou a ser uma exigência dos exportadores, o que pode, como no caso do Brasil, causar problemas numa conjuntura caracterizada pelo crescimento rápido das exportações que explica a carência de caixas em alguns portos do país como o de Santos, em São Paulo. Paralelamente, a infraestrutura e os equipamentos portuários foram modernizados para adequar-se operacionalmente às exigências dos armadores que passaram na mesma época a usar navios maiores e mais sofisticados para diminuir o custo do frete e aumentar as rotações anuais (Monié et alii, 2004, p. 101).

Quanto aos portos brasileiros, autores como Silva e Cocco (1999, p. 12) retomam os comentários de Harvey (1989, p. 56) quando afirmam que os terminais portuários nacionais se alinham à proposta de “(...) conectar, entre si e com os mercados, bases produtivas que não se caracterizam mais pelas grandes concentrações industriais (chamadas de fordistas), mas por sistemas produtivos organizados em redes (as indústrias flexíveis, definidas também como pós-fordistas)”.

Alguns autores ainda chamam a atenção para o fato de que portos não podem ser pensados simplesmente como objeto técnico, mas que devem, necessariamente, ser considerados como “meio interativo” local, regional, nacional e internacional que por isso são capazes de promover remodelações em sistemas produtivos mais amplos de uma realidade nacional ou internacional, por exemplo. Enfatiza-se que os portos estão centralmente relacionados às estratégias de desenvolvimento do território urbano e regional (Cocco; Silva, 1999; Monié e Silva, 2003). Ou seja, o terminal portuário é pensado como equipamento estratégico do próprio pacto desenvolvimentista regional/nacional dos Estados. Observação essa que enfoca a realidade dos portos brasileiros e do Terminal Portuário do Pecém.

Como lembram alguns pesquisadores da geografia dos portos, a reestruturação dos complexos portuários brasileiros deve ser estudada a partir da abertura comercial nacional ocorrida no início do século XX e da criação do MERCOSUL, fenômenos que impactam sobremaneira a reestruturação urbanística das próprias cidades-portos por onde passariam a circular mais de 90% das exportações (Silva e Cocco, 1999).

Alguns autores ainda citam a importância de se estudar o desenvolvimento das hinterlândias dentro do processo de reestruturação dos portos brasileiros. É nesse sentido que Araújo Filho (1974, p. 34), analisando a evolução dos portos de Santos e Vitória, comenta que “sendo a Hinterlândia o móvel dinâmico de um porto, este acaba sendo um instrumento de compreensão da situação regional, principalmente quando a ele se associa um fenômeno urbano de certa qualidade organizadora”. Como se verá no caso do Terminal Portuário do

Pecém, a existência do complexo foi de fundamenta importante à emergência de uma forma de desenvolvimento regional que não é outra coisa que o investimento dos planos estatais de ampliar a capacidade produtiva e exportadora brasileira, configurando uma tentativa de ascensão e manutenção do Estado no rol das economias que ainda servem ao mercado mundial como fontes de recursos naturais e industriais de baixo custo.

Dentro da dinâmica de reestruturação portuária, o Sudeste do Brasil se apresenta como uma das primeiras regiões do país a construir um tipo de “porto organizado” em vista da dinamicidade das trocas comerciais que demandaram mais investimentos na infraestrutura, inteligência logística e maior organização do trabalho no cais portuário. Em vista disso, os portos do Sudeste brasileiro passam a sofrer intervenções na infraestrutura geral dos seus complexos, nas suas estradas e ferrovias de acesso, configurando uma situação que Monié (1994), com vista na noção de Prado Junior (1998), trata por um novo aparelhamento técnico do Estado brasileiro; movimento semelhante ao ocorrido com as obras do período imperial.

No meados do século XX, avolumavam-se os estudos promovidos pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN), que passa a incentivar investimentos em infraestruturas portuárias. A intervenção desse órgão tem reflexo na estruturação do Porto de Santos (SP), a partir de 1964, momento em que uma Comissão Especial para a Coordenação dos Serviços Portuários de Santos (COSEPS) atuou diretamente em vista de “eliminar os frequentes congestionamentos no porto; aumentar sua produtividade; reduzir o custo operacional; e objetivar o barateamento do frete marítimo” (Vargas, 1994, p. 78). O momento também foi profícuo ao surgimento de estruturas portuárias especializadas e privadas, a exemplo do porto do Amapá de minérios e manganês, de minério de ferro, no Espírito Santo, um terminal especializado em açúcar, no Recife, o terminal salineiro, no Rio Grande Norte, além dos terminais petroleiros nos estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina, pertencentes à Petrobras. Como observado sobre essas estruturas portuárias:

[...] os portos mantinham um perfil altamente setorizado, ou seja, segmentado e direcionado à movimentação de tipos específicos de carga, sem se mostrarem muito flexíveis às variações da natureza do produto, às modificações da tecnologia dos transportes ou às alternativas do mercado (Silva e Cocco, 1999, p. 16).

Como apêndices da produção fordista, os portos brasileiros se tornavam cada vez mais inadequados às exigências impostas pela produção industrial flexível e pelos armadores, que

passaram a reivindicar melhor qualidade do serviço prestado e custos portuários mais baixos. É nesse contexto que se promovem as reformas dos planos Avança Brasil e Brasil em Ação, que primavam por uma nova concepção de planejamento territorial e modernização da base infraestrutural, com ênfase no setor portuário. É também nesse contexto de reformas que ocorre a ampliação dos portos de Santos, Sepetiba, Mucuripe e Pecém, com os dois últimos alocados na costa do estado do Ceará. As ações de reestruturação dos portos apontam sem dúvida para uma necessidade de promover uma “inserção competitiva do Brasil nos fluxos da globalização” (Monié, 2003, p. 102).

O impacto dessas reformas sobre os portos do estado do Ceará passa a afirmar o lugar privilegiado dos portos do Mucuripe, em Fortaleza, e do Pecém, na Região Metropolitana de Fortaleza, entre os equipamentos portuários nacionais. Um dos primeiros argumentos a favor da instalação e ampliação desses dois portos foi de natureza locacional/temporal: a Costa do Pecém e de Fortaleza apresentava uma das menores distâncias marítimas entre os continentes norte-americano e europeu, o que, obviamente, implicava em um menor tempo de viagem.

As estruturas portuárias do Ceará atenderam, ao longo do século XX, aos diversos ciclos econômicos regionais e nacionais. Até as décadas de 1930 e 1940, predominava as exportações do setor primário, com predominância dos produtos da indústria algodoeira. Destacando as observações de Girão (1985), Monié (2003) faz recordar que

[...] os ancoradouros simples, os trapiches, e depois os portos de Aracati, Camocim e Acaraú tinham, até o momento, por vocação única o manuseio desse algodão e de produtos como carne do sol, derivados de carnaúba das beiras do Rio Jaguaribe, o café das Serras de Maranguape de Baturité outros produtos regionais exportados para os países europeus, os Estados Unidos ou centros de consumo no litoral brasileiro. É importante ressaltar que a consolidação desses portos deu-se com a construção da ferrovia que favoreceu a dinâmica da economia primária-exportadora, proporcionando intensa movimentação da cidade portuária que estava muito ligada ao sertão através da coleta da produção primária (Monié, 2003, p. 106).

A modernização dos complexos portuários do Ceará acontece definitivamente a partir da Lei nº 8.360/93, que previa profundas modificações organizacionais nas estruturas portuárias. A primeira dessas mudanças foi a implantação do Órgão Gestor de Mão-de-Obra (OGMO). Através desse órgão, o porto do Mucuripe foi o primeiro do país a promover a escalação de mão-de-obra avulsa de forma consensual com base nas regras estabelecidas em

Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre os Sindicatos dos Operadores e dos Trabalhadores, sempre com a intervenção da OGMO.

Outra iniciativa “modernizadora” da estrutura portuário, tanto no que diz respeito à sua infraestrutura quanto à sua logística informacional, foram as parcerias com o setor privado; modelo que até hoje ainda se reproduz no Terminal Portuário do Pecém. De acordo com a Companhia Docas do Ceará (CDC), “os ganhos obtidos com o processo de desestatização da operação portuária permitiram a redução da tarifa portuária em quase 22%, em termos reais, entre 1995 e 2002” (Monié et ali, 2004, p. 105). Ainda se destaca, nesse período, o aspecto negativo da precarização da mão-de-obra advinda da privatização dos aparelhos administrativos dos portos cearenses:

A partir da implementação de novas técnicas operacionais, bem como a transferência das operações portuárias para a iniciativa privada e a adequação da Companhia Docas do Ceará – CDC às novas funções de Autoridade Portuária e Gestora do Patrimônio Público implicaram na redução da força de trabalho da empresa. Com a implantação do Programa de Demissão Voluntária, o quadro de servidores da Companhia foi reduzido de 328, em 1995, para 129 empregados, em 2002 (*idem*).

De um modo geral, a reestruturação organizacional e infraestrutural dos portos cearenses decorre, como nas demais realidades nacionais, do discurso da inserção competitiva na globalização. Demanda esta pautada na modernização do sistema produtivo através de inovações tecnológicas e institucionais do setor.

Na costa da Região Metropolitana de Fortaleza, o Porto do Mucuripe, por estar localizado num perímetro urbano com grande ocupação populacional e não poder ser ampliado, era inviável para o objetivo de inserir o Estado no mercado de circulação internacional. A saída encontrada foi a construção do Terminal Portuário Mário Covas (ou Terminal Portuário do Pecém) como alternativa ao escoamento de mercadorias transportadas por embarcações de grande calado (acima de 15 metros).

Na atualidade, o Terminal Portuário do Pecém atua sob as regras impostas pela Organização Marítima Internacional (IMO), com observância das normas de segurança cujo cumprimento garante o acesso a mercados internacionais, com privilégio para os Estados Unidos; que é o principal destino do mercado cearense. O Porto ainda conta com inúmeros projetos tanto de ampliação da sua estrutura *off shore* – com a construção de píeres

complementares (*vide* Mapa 01) –, quanto do fortalecimento do chamado retroporto, com a instalação do complexo industrial do Pecém.

Em data recente, os Estados Unidos solicitou à International Maritime Organization (IMO) que os portos mundiais fortaleçam seus planos de segurança. A implantação das normas internacionais custou US\$ 5 milhões ao Porto do Pecém, que se tornou o primeiro do Brasil a receber a aprovação da organização internacional através do chamado ISPS CODE (Código Internacional para Segurança de Navios e Instalações Portuária).

Como enfatiza um conjunto de autores que refletem sobre o caso do porto da Costa do Pecém (Araújo, 2007; Rigotto, 2009; Lima, 2007; Monié et ali, 2004), a leitura do processo de consolidação deste equipamento rebate nas dinâmicas de subordinação de territórios periféricos às exigências logísticas impostas pelos armadores, quando se trata apenas do complexo portuário, e pelas empresas transnacionais terrestres, quando tratamos dos grupos instalados ou a serem instalados no complexo industrial. Os resultados de processos globais vistos a partir do caso da implantação do Porto são lidos, então, como

fluxos onde cabe dispor de instrumentos suficientemente sofisticados para poder ‘capturar’ e redistribuir com baixo custo e excelentes condições de segurança o maior volume de bens, informações ou pessoas (Monié et ali, 2004, p. 107).

É a partir dessas observações histórico-analíticas que passo a descrever as diversas composições espaciais de bens de capital, grupos e territórios envolvidos na realização de três projetos concêntricos do ponto de vista das políticas públicas e da dimensão geográfica que ocupam: o Terminal Portuário do Pecém, O Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e a Zona de Processamento e Exportação do Pecém (ZPEP). Iniciativas que foram evoluindo historicamente umas das outras, desde a abertura do Complexo, em 2002.

## A Costa do Pecém e o Terminal Portuário

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) se localiza ao longo da chamada Costa do Pecém, região distrital que pertence ao município de São Gonçalo do Amarante<sup>17</sup>. A distância entre a região distrital de São Gonçalo do Amarante e a cidade de Fortaleza é de cerca de 59 quilômetros, o que a faz pertencer à área de influência da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

O Terminal Portuário do Pecém é o equipamento cujas edificações antecedem a consolidação regional do CIPP. Enquanto o Porto ocupa somente uma área de preamar e *off-shore* costeiros no distrito de Pecém, pertencente à municipalidade administrativa de São Gonçalo do Amarante, o CIPP tem a sua área poligonal dimensionada da costa onde se encontra o Porto até as fronteiras a leste e a sul do município de Caucaia, também pertencente à Região Metropolitana de Fortaleza<sup>18</sup>.

O Porto do Pecém e o CIPP são, portanto, dois equipamentos interdependentes, onde o primeiro é apresentado como uma obra do setor de transportes alternativa e extensiva às estruturais modais do setor rodoviário e ferroviário e o segundo se configura como parque ou complexo industrial dependente das estruturas portuárias.

[O Porto do Pecém] Trata-se de um terminal marítimo concebido para propiciar operações portuárias eficientes, tornando-o altamente competitivo com acessos rodoviários e ferroviários livres e independentes dos confinamentos provocados pelos centros urbanos. O Terminal Portuário do Pecém tem como objetivo viabilizar a operação de atividades portuárias e industriais integradas, imprescindíveis ao desenvolvimento de um complexo com características de Porto Industrial. Ele é constituído de 02 (dois) Piers marítimos, sendo 01 (um) para insumos e produtos siderúrgicos e carga geral e outro para granéis líquidos, em especial óleo cru e derivados de petróleo. Por se tratar de um terminal *off-shore*, os Piers de atracação estão protegidos

---

<sup>17</sup> Os dados atualizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) contabilizam 43.890 habitantes residentes na cidade de São Gonçalo do Amarante, que possui como área da sua unidade territorial 838,515 km<sup>2</sup>. Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado: 20 out. 2012.

<sup>18</sup> Caucaia é o segundo município do qual uma pequena porção territorial é tangenciada pelo setor de expansão urbana do Plano Diretor do CIPP. Segundo informações da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Caucaia conta um contingente populacional de 325.441 habitantes, que estão distribuídos em 1.223,796 km<sup>2</sup>. Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado: 21 out. 2012. Assim como São Gonçalo do Amarante, Caucaia possui notável dependência regional do perímetro industrial da cidade de Fortaleza e de outras atividades diretamente relacionadas ao Porto do Pecém ou que se servem dessas atividades; como a atividades comerciais que acompanhou o crescimento populacional ocasionado pela criação do terminal portuário.

da ação das ondas e correntes por um quebra-mar de berma, na forma de "L" com 1.768 m de extensão. Ambos os Piers são ligados ao continente por uma ponte rodoviária, que interliga o Pátio de Armazenagem às instalações de atracação de navios.<sup>19</sup>

O Porto do Pecém é uma estrutura concluída e em operação<sup>20</sup>. Sua importância nacional reside na localização geográfica do seu complexo. O privilégio da menor distância entre continentes justifica o alto interesse dos armadores (Gomes, 2004)<sup>21</sup> em utilizar a estrutura portuária, principalmente, os armadores que lidam com mercadorias de alto teor de perecibilidade, como os produtos do setor hortifrutigranjeiro.

Já o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) é uma extensão das obras do porto a ser concluída, sendo concebido como uma estrutura modernizadora que ampliará as relações econômicas em estreita dependência com o meio portuário.

A implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém tem o objetivo de fortalecer e dar sustentabilidade ao crescimento do parque industrial do Ceará e do Nordeste, possibilitando a promoção de atividades industriais integradas. Dotado da infraestrutura necessária para garantir condições de sustentabilidade a um parque industrial metalomecânico e petroquímico, especialmente um terminal portuário moderno, em condições de propiciar operações portuárias eficientes, com tarifas competitivas, acessos rodoviários e ferroviários livres e independentes de confinamentos provocados por centros urbanos.<sup>22</sup>

O Terminal Portuário do Pecém e o Complexo Industrial e Portuário participam da história de ocupação da região costeira do Pecém, sendo suas dinâmicas de instalação complementares por guardarem semelhanças no que diz respeito às forças políticas mobilizadas para a realização de cada uma delas.

---

<sup>19</sup> Companhia de Integração Portuário do Ceará (Cearaportos). Fonte: <http://www.cearaportos.ce.gov.br>. Acessado: 21 out. 2012.

<sup>20</sup> Atualmente, atuam no interior do Porto os seguintes órgãos estatais de fiscalização: Secretaria da Receita Federal, Polícia Federal, Ibama, Capitania dos Portos, Secretaria Estadual da Fazenda, Secretaria de Agricultura e Uvagro/Pecém.

<sup>21</sup> Os armadores são as agências do setor comercial portuário que se encarregam do transporte propriamente dito. Podendo ser o fretador ou a empresa proprietária de um navio (Costa, 2004).

<sup>22</sup> Companhia de Integração Portuário do Ceará (Cearaportos). Fonte: <http://www2.cearaportos.ce.gov.br/complexo.asp>. Acessado: 21 out. 2012.



**Mapa 02** – Segundo Plano Diretor do CIPP.

(Mapa em forma de folder que acompanha a versão impressa).

O Porto do Pecém é um projeto estruturante pautado pelo chamado Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará (1995-1998), implantado na primeira gestão do governador estadual Tasso Jereissati e fundamentado na Lei 8.630/93, de Modernização dos Portos. Desde 2002, opera sob a modalidade de Terminal de Uso Privativo e Misto. A administração e a exploração estão a cargo da Companhia de Integração Portuária do Ceará (Cearaportos), que é constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista com controle acionário majoritário do Governo do Estado do Ceará. Os objetivos da Cearaportos, criada pela lei 12.536/95, consistem na construção, reforma, ampliação, arrendamento e exploração das estruturas portuárias. As principais agências prestadoras de serviços operacionais e órgãos federais a atuarem no interior da área portuária administrada pela Cearaportos são: Secretaria da Receita Federal (SRF); Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Ministério da Agricultura; Polícia Federal; Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e Secretaria do Desenvolvimento. Todas as agências mencionadas possuem alocação nas proximidades da entrada do Terminal de Múltiplos Usos (Tmult) que dá acesso aos píeres portuários. Durante os turnos da manhã e da tarde, concentram-se uma grande quantidade de caminhoneiros nos guichês desses órgãos onde são fornecidos carimbos de autorização à entrada dos caminhões ao pátio de containers. Não é incomum a ocorrência de conflitos envolvendo os funcionários dos órgãos de fiscalização e os caminhoneiros que sempre pedem mais agilidade na liberação dos inúmeros documentos que garantem a entrada dos caminhões no pátio.

Conversando com um caminhoneiro durante minha estada no distrito de Pecém, onde se localiza o Porto, ele me relatava que há sempre uma suspeita geral por parte dos órgãos sobre todos os caminhoneiros e que, no ambiente portuário, todos são tratados como contraventores, até que se prove o contrário. Há, por isso mesmo, um tratamento de suspeição de todos os “funcionários que trabalham nos píeres e no pátio de armazenamento” – que são aqueles privilegiados com o acesso ao interior do porto propriamente dito – para com os caminhoneiros, que têm sempre as suas entradas e saídas rigidamente controladas.

Na construção de uma área de lazer para os caminhoneiros, a administração do porto foi muito cuidadosa em construir um espaço bastante afastado da zona de embarque e desembarque. É nessa área sombreada por alguns coqueiros, servida de bancos e sem nenhuma loja de conveniências, que os caminhoneiros passam as suas horas de descanso à espera do despacho ou chegada de mercadorias que podem demorar horas ou dias. Situação que decorre dos entraves provocados pelo aparelhamento burocrático do Porto.

## Fotos 01 e 02 – Terminal Portuário do Pecém.



Operadores portuários e caminhoneiros na frente do Terminal de Múltiplos Usos do Pecém (Tmult) em paralização que exigia a desburocratização dos serviços e melhores condições de trabalho. Acesso principal ao galpão de containers do Terminal Portuário do Pecém onde são controladas a entrada e saída de caminhões. O local foi palco de inúmeros conflitos envolvendo grevistas e a administração da Cearaportos. **Foto:** Potyguara Alencar.

Embora de recente fundação, todas as estruturas do Porto já sofreram reajustes para atender demandas internacionais por segurança portuária – principalmente aquelas geradas pelos armadores norte-americanos – e multiplicação da capacidade de escoamento de mercadorias. A maioria dessas transformações da infraestrutura portuária foi promovida pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará (1995-1998) e, anos depois, pelo Programa de Aceleração do Crescimento (I e II). O segundo desses programas se concentrou na criação do polo energético e da malha rodoviária que servem ao Terminal Portuário do Pecém.

Como plano modernizador e de interiorização da economia cearense – até então muito concentrada na capital e nos parques industriais das cidades regionais polos –, o Plano de Desenvolvimento se pautava por metas como: (a.) interiorizar equipamentos industriais; (b.) sondar os potenciais produtivos do semiárido cearense; (c.) integrar frentes produtivas do sertão ao litoral; (d.) explorar o potencial marítimo cearense através da criação de condições infraestruturais ao turismo de sol e praia e à viabilidade da instalação de estruturas portuárias, principalmente na chamada Costa Do Sol Poente<sup>23</sup> (Bar-El, 2000; Ceará, 1995).

<sup>23</sup> A faixa litorânea do estado do Ceará, que contabiliza 578 km, foi dividida pelo mesmo Plano de Desenvolvimento Sustentável em dois trechos: a leste de Fortaleza se encontra a Costa do Sol Nascente, que faz divisa com o estado do Rio Grande Norte, e oeste da capital, a Costa do Sol Poente, que faz divisa com o Piauí.

Aparentemente, o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará propunha uma conclusão às políticas superconcentradas que tinham na capital do estado o grande centro de investimento público. Ao mesmo tempo, o seu conceito de desenvolvimento sustentável revia os impactos das tecnologias produtivas até então em uso dentro do cenário industrial cearense. Compreende-se, no entanto, que a aderência à marca de sustentabilidade por parte do programa atinava não a uma visão global e integrada dos ecossistemas costeiros e dos impactos a eles relacionados, mas simplesmente focalizava a importância da preservação da paisagística costeira para o desenvolvimento do turismo litorâneo.

Ao longo da implementação da estrutura portuária, medidas contrárias ao ideal desconcentrador e à marca de ação sustentável tiveram expressão a partir da proposição e instalação do próprio Porto do Pecém que ocupou o perímetro do parque industrial de Fortaleza e continuou a agravar problemas ambientais já decorrentes de outros projetos. Iniciam-se, em 1995, as atividades ecobatimétricas da Marinha do Brasil na costa do Ceará em busca de áreas ideais para a construção do Porto. No mesmo ano, deu-se início à contratação de projetos de engenharia básicos para as primeiras edificações da estrutura portuária. Avaliou-se que o trecho leste do litoral do município de São Gonçalo do Amarante, onde se encontrava a vila de pescadores de Pecém, seria o local ideal para a instalação do complexo portuário.

Entre os anos de 1995 e 2002, foram realizadas algumas obras de ampliação do Porto: [1.] construção de rodovia de acesso; [2.] construção da ponte de acesso aos píeres; [3.] instalação do Terminal de Múltiplos Usos do Terminal (TMult.) e criação do sistema elétrico que iria abastecê-los; [4.] construção do quebra-mar, como a última das obras que capacitaria o Porto a iniciar suas atividades comerciais; [5.] Terminal de Insumos, Produtos Siderúrgicos e Carga Geral (TSID – PÍER 1), composto por dois berços de atracação de 350 m cada; e [6.] Terminal de Petróleo, Derivados e Graneis Líquidos (TPET – PÍER 2), com dois braços de atracação de 336,53 m cada. As obras foram inauguradas definitivamente em 2002, após a assinatura do Contrato de Adesão do Governo do Estado do Ceará e Ministério dos Transportes (MTrans).

O Terminal Portuário do Pecém tem por objetivos estratégicos “adotar o conceito de terminal privativo com a operação portuária sendo realizada pelo setor privado, com mão-de-obra própria”; “ser ferramenta operacional para o Complexo Industrial do Pecém”; “adotar o conceito de multi-modalidade em todo o seu processo logístico” e “garantir a disponibilidade

de áreas livres para futuras expansões”<sup>24</sup> (Ceará, Assembleia Legislativa do Ceará, Pacto pelo Pecém, 2012, p. 16).

**Foto 03** – Imagens do Terminal de Múltiplos Usos do Porto do Pecém



**Fonte:** Secretaria da Infraestrutura do Governo do Estado do Ceará (SEINFRA).

Um acompanhamento dos principais estudos ambientais que finalizaram em 2001 – um ano antes da inauguração da estrutura portuária – faz notar o complexo conjunto de medidas não somente da ordem de mitigação de impactos, mas interessadas na contenção de problemas relacionados às instabilidades geomorfológica da costa. Assinalo que a relevância dessas medidas, em caso especial dos projetos localizados em planícies litorâneas e em

<sup>24</sup> A multi-modalidade diz respeito à capacidade do equipamento portuário de integrar meios de transporte ferroviário, rodoviário, aeroviário, onde todos participam de forma conjunta e assistencial ao transporte marítimo.

situação *off shore*<sup>25</sup>, é uma particularidade dos processos de implementação de estruturas como complexos portuários, usinas eólicas, plataformas petrolíferas e equipamentos do setor de turismo.

A maioria das medidas de contenção de impactos sobre as edificações desses projetos lidam, especificamente, com três fatores geofísicos: dinâmicas de ventos, dinâmicas de dunas e efeitos da maritimidade. Reconhece-se que essas são as três causas geoambientais responsáveis pelas instabilidades da costa que podem afetar as infraestruturas dos projetos, tanto nas suas fases de implementação, quanto de operação (Meireles, 2008). São por esses fatores que os estudos ambientais sofrem constantes atualizações ao longo das fases de implantação do equipamento.

Qualquer leitura dos documentos de viabilidade operacional e de monitoramento ambiental que certificam as obras do Terminal Portuário do Pecém fará notar a repetição de preocupações relacionadas às análises dos riscos que transparecem através de noções tais como: estabilização de dunas e sedimentos arenosos (UFC, 2001a); transporte eólico de sedimentos (*idem*); ambientes de dunas fixas e móveis (UFC, 2001b); efeitos de marés e dinâmicas de ventos (*idem*); entre outros. Todos como observações que ou procuram centralizar num dos fatores de instabilidade – dinâmicas das areias, dinâmicas de ventos ou maritimidade – ou procura relacionar o efeito combinatório entre de partes ou da totalidade desses elementos.

Um documento exemplar das abordagens de contenção é o estudo de monitoramento da dinâmica de movimentos da bacia de evolução do Porto e da zona costeira vizinha. O estudo se preocupa com especificidade sobre as relações entre ondas e transportes de sedimentos do leito marítimo à costa e da costa novamente ao oceano.

O conhecimento da atuação das ondas é de fundamental importância do campo da engenharia de costas. Elas são o principal fator determinante na geometria e conformação das praias e influenciam significativamente nos projetos e construções de obras costeiras, sejam elas, obras portuárias, estruturas para uso da região litorânea ou proteção costeira. A tendência da atuação da onda sobre a linha de costa, é de manter as praias estáveis, elaborando perfis compatíveis com o regime de ondas atuante e longitudinalmente mantendo a linha de costa fechada e contínua. Entretanto, existem os entraves, naturais ou artificiais, a este mister. As embocaduras fluviais, os exutórios lagunares, os canais de descarga de marés de zonas baixas costeiras, são acidentes naturais que se interpõem a esta tarefa do

---

<sup>25</sup> As estruturas portuárias *off shore* permitem a atracação de navios “Panamax” de até 65.000 TPB (15 m de calado).

regime de ondas atuante. Artificialmente, a construção de obras costeiras pelo homem, no sentido de melhorar as condições de uso de uma região marítima, se constitui em um estorvo à normal atuação das ondas na linha de costa modificada, interferindo na região marítima, inúmeras vezes, desencadeia processos físicos paralelos (UFC, 2001, p. 3).

O que se procura destacar da abordagem dessas dinâmicas ambientais da costa é a consciência da extrema instabilidade dos terrenos de influência marítima, e como a compreensão das suas qualidades geoambientais são mobilizadoras de agências políticas as mais diversas. Concebe-se que a compreensão dos inúmeros fatores de risco que estão envolvidos numa obra construída em zona litorânea, e o dimensionamento dos efeitos acelerados que a combinação de ventos, sedimentos arenosos e água causam sobre as suas concretagens e armações em ferro e aço, especificam um tipo específico de relação com o ambiente biofísico. Surgem, decorrentes desses desafios, tecnologias que transformam ou adaptam as infraestruturas às microrregiões costeiras.

É inevitável que a ocorrência de grandes infraestruturas e de ações de contenção de danos venham a modificar o ambiente biofísico. Mesmo assim, a costa é, em certa medida, resistente às intervenções humanas, embora as medidas de contenção de impactos sejam empenhadas em atividades de equilibrar, compatibilizar e viabilizar as relações entre os equipamentos e os recursos naturais litorâneos. Mesmo sendo drasticamente impactado, em muitos casos, o ambiente biofísico marítimo ainda assim consegue se servir do que os ecólogos tratam por “mecanismos resiliadores marítimos” (Cabral, 2010, p. 91), que é a expressão da capacidade que o ambiente costeiro/marítimo tem de se adaptar às adversidades que lhe ocorrem em decorrência de mudanças no regime climático e geomorfológico promovidas por interferência antrópica.

Mas afora a história ecológica característica à situação de implantação do Terminal Portuário do Pecém – observação que por si só renderia outras discussões –, o cotidiano das interações locais entre administradores, empresários, operários e população configura outra realidade tão particular quanto as conjunções ecológicas e políticas envolvidas na realização do projeto. Trata-se, aqui, do mundo dos portos, do ambiente do cais e da hinterlândia urbana, realidade que a prosa realística de autores como Victor Hugo-Marie (1866) tratou de descrevê-la como um espaço de ambiência particular ao próprio cais, marcada pelas jornadas intercaladas entre a vida laboral e o prazer festivo dos bares e prostíbulos.

Uma estada de uma semana no distrito de Pecém, onde se localiza o Terminal de Múltiplos Usos (*vide* Foto 03), é suficiente para perceber que todas as atividades daquela

localidade não só são influenciadas pelo movimento portuário, como de fato se estabelece como estrutura urbana necessária à manutenção da própria vida cotidiana do Porto. A administração portuária atua, mesmo que informalmente, como “prefeitura local” do distrito de Pecém. Embora próxima da capital cearense, a localidade de Pecém, que possui 35 mil residentes<sup>26</sup>, sofre com a superlotação das suas vagas de hospedagem e casas de veraneio aos finais de semana. O fenômeno é explicado pelo fato de que ao invés de retornarem para as suas cidades natais ao final da semana de trabalho – boa parte dos portuários vem de Fortaleza e de outras cidades vizinhas, como Paraipaba, Paracuru e Caucaia –, muitos trabalhadores preferem permanecer em Pecém e trazer seus familiares para usufruir das praias e clubes locais. Não são raros aqueles que, por trabalharem no Porto, trazem suas famílias de outros estados para residir na localidade.

Há dez anos, as praias de Pecém eram mais conhecidas pelo turismo costeiro e balnear do que pelo comércio portuário que hoje é predominante. Mais à frente analisarei a mudança para uma economia baseada nos processos industriais e portuários, ao longo de toda a Costa do Sol Poente, foi força de transformação do panorama produtivo antes dominado exclusivamente pelo turismo de sol e praia e seu mercado imobiliário. Este fenômeno durou cerca de 15 anos, podendo ser contado a partir das primeiras edificações do porto e da Usina Termelétrica da MPX.

O cotidiano no interior e nas proximidades do Terminal Portuário do Pecém é marcado pela surpresa. Na entrada do Terminal de Múltiplos Usos, que é o último lugar possível de se transitar sem autorização da Cearaportos, as discussões entre caminhoneiros e funcionários responsáveis pela fiscalização de mercadorias são constantes. Essas discussões giram em torno de desinteligências geradas por operações burocráticas não realizadas ou deficientes, como falta de um carimbo em algum documento de registro da mercadoria, pesagem de container incoerente com a pesagem confirmada pelas balanças portuárias ou, em casos mais graves, transporte de mercadorias ilícitas flagradas no instante da inspeção da carga.

Por duas vezes, em duas semanas em que frequentei diariamente a portaria do Terminal de Múltiplos Usos, fui surpreendido por agentes da Polícia Federal entrando no pátio de containers orientados por denúncia da própria Cearaportos da presença de ilícitos entorpecentes e pirataria em containers em vias de serem embarcados.

---

<sup>26</sup> Dados informados pela Secretaria de Saúde do município de São Gonçalo do Amarante, que tem por base os números do censo de 2010 e a evolução dos dados cedidos pelo Programa Saúde da Família (PSF).

Num desses eventos conflituivos estavam em discussão um representante de um armador<sup>27</sup>, um caminhoneiro que transportava um container padrão carregado de mantas de couro de gado e o proprietário da mercadoria que deveria ser embarcada naquele mesmo dia. A discussão girava em torno do seguinte fato: porque estava humedecida, e se encontrava pingando, a mercadoria não poderia entrar no pátio de containers, nem muito menos ser embarcada. Ao menor sinal do vazamento de qualquer líquido, os órgãos de fiscalização sanitária impediriam imediatamente o transporte. De um lado, o armador insistia na necessidade de esperar toda a humidade da mercadoria acabar para então tentar uma entrada no pátio dos containers, do outro, o proprietário da mercadoria reclamava que não queria se comprometer em pagar mais um dia de frete ao caminhoneiro que, da sua parte, reclamava do mau cheiro da mercadoria no seu caminhão e da impossibilidade de passar mais uma noite estacionado na avenida principal do Porto do Pecém. De fato, o mau cheiro do couro estocado no container já chegava até a portaria do Porto, que distava quatrocentos metros do local onde acontecia a discussão.

O que se faz notar nesse caso é que a preocupação não dizia respeito com o teor da mercadoria, ou seja, ao que se estava transportando, independente do registro fiscal do produto. A preocupação dizia respeito ao vazamento do odor, isto é, ao conhecimento do conteúdo da mercadoria pelo seu mau cheiro. Fica perceptível que há todo um cuidado em tornar “limpo” e sigiloso os conteúdos transportados. Ao menor sinal de deterioração de um container, por exemplo, logo as empresas responsáveis cuidam de repará-lo ou substituí-lo. Um determinado trecho da estrutura portuária é destinado à instalação de uma grande oficina de soldagem, lixamento e pintura de containers.

Parece que a política – não formalizada, é claro – de preservação dos conteúdos comerciais, e de não vazamento de “maus cheiros”, chega até os órgãos fiscalizadores atuantes no corredor aduaneiro. Conversando com um despachante da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) durante o seu intervalo de almoço, ele me relatou que há um incentivo constante para que sempre sejam fiscalizados mais containers. Segundo ele, são raros os que são declarados e que têm os seus conteúdos fiscalizados. A escolha dos containers que serão abertos é aleatória e, quando abertos, os conteúdos são verificados apenas superficialmente, não há uma verificação pormenorizada de todos os itens. O funcionário da Secretaria da Fazenda acredita que o problema do escoamento de ilícitos pelo Porto irá acabar quando

---

<sup>27</sup> Recorda-se que a empresa armadora é a responsável pela carga e descarga dos containers. Ela é a encarregada de todas as operações comerciais internas ao porto.

forem instaladas duas máquinas de sondagem magnética que promete não deixar margens ao contrabando que hoje é, sem dúvida, uma prática comum no Porto.

Sobre o problema do container carregado de couros de gado – do qual acabei descobrindo o seu destino, Costa do Marfim –, decidiu-se que o caminhoneiro iria esperar estacionado na avenida do Porto até que o conteúdo do container secasse por completo; algo que deveria acontecer até o dia seguinte, quando então seria embarcado em direção ao país africano. Da sua parte, o proprietário da mercadoria se comprometeu a pagar R\$ 1.500 a mais do acordado pelo frete, e que o armador se comprometeria a despachar a mercadoria já no dia seguinte.

Em 2011, o Porto do Pecém teve a sua entrada principal interdita por caminhoneiros de vários estados, que resistiram durante dois dias no local. As suas reivindicações se resumiam, basicamente a duas demandas: agilidade nos processos burocráticos aduaneiros, evitando que os caminhoneiros – e muitos deles acompanhados das suas mulheres e filhos nas boleias dos caminhões – ficassem estacionadas por horas, às vezes por dias, na avenida principal do porto. A outra reivindicação dizia respeito justamente às condições de acolhimento desses caminhoneiros. Reclama-se da falta de refeitórios e banheiros nas dependências da Cearaportos, assim como da distância do Terminal de Múltiplos Usos e a localidade de Pecém, cujo centro fica a dois quilômetros do Porto.

Compreendo que seria impossível tratar, aqui, de uma descrição pormenorizada das transformações da antiga vila assistida pela Colônia de Pescadores Z-6 de Pecém em região distrital que acolhe umas das mais significativas estruturas portuárias do Nordeste. Acredito que os trabalhos de Albuquerque (2005), Araújo e Maia (2011) são competentes em localizar o desdobramento da mão-de-obra artesanal pesqueira do Pecém que se tem se dividido, nos últimos anos, entre a lida no mar – muitas vezes pescando nas proximidades da concretagem dos píeres, que tem se tornado o local com mais concentração de peixes em alto mar – e o trabalho formalizado dentro da estrutura portuária. Em outros casos, essa mão-de-obra rejeita as atividades formalizadas no Porto e se concentra somente nas atividades da pesca artesanal: construção e reparo de embarcações e redes, pesca em alto mar, administração de pesqueiras<sup>28</sup> ou atuação dentro da Colônia Z-6 do distrito de Pecém.

Com população cambiante, o distrito de Pecém se tornou um imenso centro de hospedagem e um profícuo concentrador de mercado imobiliário regional. As famílias nativas contabilizam poucas unidades residenciais que se encontram na região costeira do distrito.

---

<sup>28</sup> As pesqueiras são depósitos de peixes e frutos do mar que compram mercadorias frescas dos pescadores e as repassam para o mercado regional.

Seus membros continuam sendo reconhecidos como mestres e pescadores de embarcações artesanais, desde que se notabilizam por ainda manterem as saídas noturnas ao mar e o comércio do pescado na praça da capela de São Pedro. No entanto, grande parte do contingente populacional que hoje habita em Pecém é formada por técnicos de manutenção, engenheiros e operadores de máquinas que trabalham dentro do complexo portuário. Esses profissionais vêm de Fortaleza e das cidades circunvizinhas ao município de São Gonçalo do Amarante, de outros estados do Nordeste e do Sudeste.

**Fotos 04 e 05 – Hinterlândia portuária, distrito de Pecém.**



Jangadas à beira mar da vila do distrito de Pecém, hinterlândia do Porto do Pecém. **Foto:** Potyguara Alencar.

Desde que a estrutura portuária foi ampliada para atender aos complexos industriais dos setores de siderurgia, termelétrica e refinaria de petróleo, um novo tipo de funcionário começou a fixar residência na localidade. Diferente da grande mão-de-obra portuária, os funcionários altamente especializados em atividades de engenharia foram aos poucos produzindo diferenciações na configuração urbana de Pecém. Cresceram, por exemplo, o número de residências à beira mar que mais parecem casas de veraneio e pequenos clubes. Estruturas essas que acabam resultando em unidades de vizinhança e uma divisão de classes que fica perceptível entre as residências mais afastadas da praia, os pequenos condomínios de classe média e as residências dos pescadores artesanais que ainda resistem nas proximidades do trecho de litoral onde suas embarcações estão “afundiadas” (ancoradas por poitas de pedra e madeira em mares rasos).

## O Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP)

Uma quantidade considerável das informações aqui apresentadas foi colhida durante as atividades de campo, em visitas ao Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, que reúne uma série de documentos técnicos oficiais e não oficiais da trajetória de instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Registro a importância da ajuda de vários funcionários do Conselho de Altos Estudos da Assembleia Legislativa no trabalho de apreciação dos dados apresentados. Por não serem, em sua grande maioria, comuns ao meu campo de pesquisa, vi-me obrigado a recorrer à exegese desses profissionais competentes.

Diferentemente do Porto, o Complexo Industrial e Portuário Mário Covas, ou Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), ocupa uma extensão territorial que prescinde da zona de preamar costeira e da estrutura *off shore* da zona portuária. Sua dimensão espacial segue em direção ao interior dos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, ocupando uma área de 13.337 hectares (340km<sup>2</sup>) que incorpora à sua área poligonal decretada vários distritos pertencentes à comarca distrital de Caucaia. A municipalidade de Caucaia possui 7.101,63 hectares (53,25% do total do CIPP) e São Gonçalo do Amarante contribui com 6.235,37 hectares do seu território ocupado pelo CIPP (46,75%). O Complexo conta com Termos de Anuências de ambas as municipalidades que estabeleceram que o CIPP situa-se em Unidades de Planejamento Especial (UPEs) das zonas urbanas dos municípios<sup>29</sup>.

É a partir do Decreto do CIPP, do ano de 2007, que a etnogênese Anacé passará a ter relevância para o governo. E é também a partir da emergência desenvolvimentista dos projetos estruturantes definidos pelo empreendimento – tais como a Criação da Companhia do Pecém (CSP), Refinaria de Petróleo Premium II, iniciativas empresariais menores, a construção de adutoras, Ferrovia Transnordestina e rodovias (CEs 421, 156 e 085) – que o movimento étnico Anacé passa a reivindicar sua área indígena no interior da área poligonal do CIPP. As primeiras reivindicações apontavam a existência de cinco vilas indígenas: Bolso, Tapuio, Matões, Santa Rosa e Japuaara, havendo uma maior concentração de famílias nas duas

---

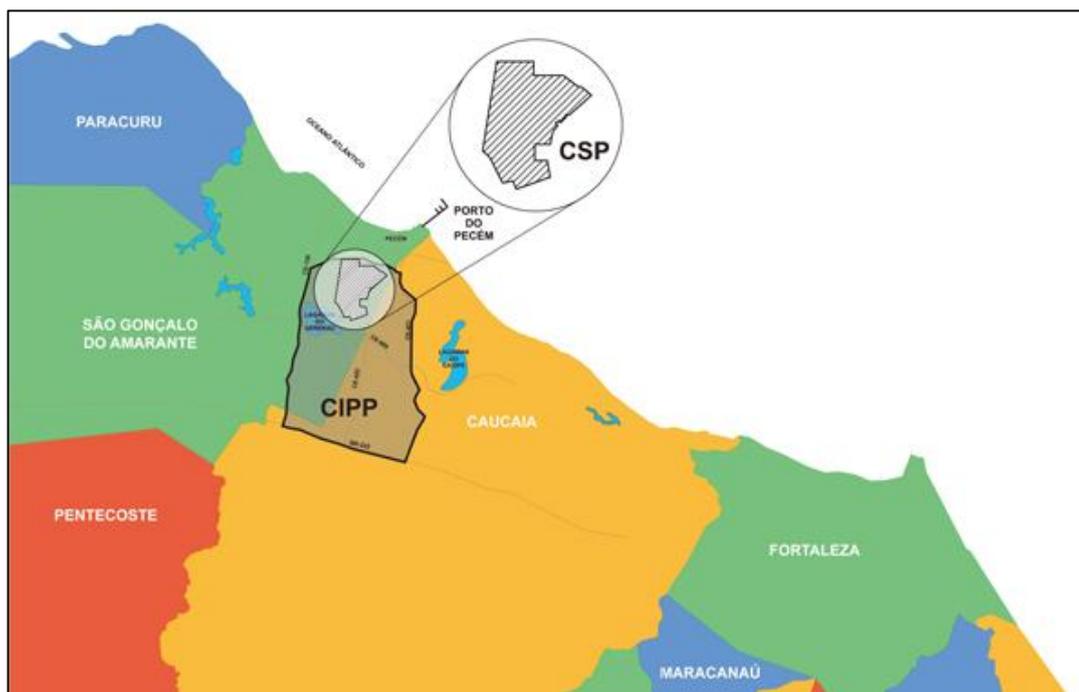
<sup>29</sup> Ambas as municipalidades de Caucaia e São Gonçalo do Amarante possuem os seus planos diretores urbanos, pois a competência de expedição desses documentos é dos municípios. Existe, no entanto, um documento complementar que descreve as especificidades do CIPP, um mapa de atividades com reserva de áreas e localização da infraestrutura e sua área decretada.

primeiras localidades. Destino o próximo capítulo a apresentar a história da presença indígena no interior da área definida como do CIPP.

Os equipamentos do Terminal Portuário e o Complexo Industrial e Portuário (CIPP) se diferenciam em função, localização e propriedade. O Terminal Portuário é uma iniciativa administrada por instituições privadas e do fisco estatal, onde parte dos recursos captados é reinvestido dentro da própria estrutura portuária, enquanto os seus lucros são divididos entre a União e o estado do Ceará. Desde 2004, o Porto do Pecém deixou de gerar despesas internas com manutenção e passou a gerar excedentes. Desde lá, vem batendo recordes contínuos de lucros, configurando-se, hoje, como o maior centro emissor de frutas, pescados e calçados do país.

As infraestruturas implantadas no CIPP compreendem o sistema de distribuição provisório de água tratada; o sistema de coleta e destinação de esgotos sanitários integrado do subsistema de tratamento de água; a rede de distribuição de gás de baixa pressão até o terminal portuário; o emissário submarino para efluentes industriais destinados à termelétrica e à primeira etapa do projeto siderúrgico; o sistema de telefonia em cabo de fibra ótica integrado ao Cinturão Digital do Ceará; o sistema de macrodrenagem das rodovias de acesso; linhas de ferrovia e aeroporto (em construção). O conjunto desses equipamentos que compõe a planta infraestrutural do CIPP integra o Ceará e a Costa do Pecém a toda a malha rodoviária e ferroviária do Nordeste e ao sistema nacional de energia elétrica, por meio de Paulo Afonso e Tucuruí.

### Mapa 03 – Localização da Companhia Siderúrgica do Pecém no interior do CIPP



O mapa destaca a dimensão poligonal do CIPP e a sua divisão entre os municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia. **Fonte:** Jornal O Povo. **Acessado:** 22 jul. 2012.

Toda descrição do CIPP que achamos em cartilhas do Governo do Estado do Ceará, sites de empresas armadoras e artigos da imprensa local procura relevar a “posição geográfica estratégica da obra” em relação aos principais mercados mundiais, como os do continente europeu, dos Estados Unidos e dos que apontam perspectiva de crescimento nas próximas décadas, como o da África.

Outro aspecto destacado é o projeto de ampliação do Canal do Panamá que tem previsão de conclusão em 2015. As novas dimensões das comportas do Canal permitirão a passagem de navios de contêineres de 12.000 TEU e de até 35 metros de calado. Especula-se que o aumento do fluxo de navios após a ampliação do Canal tenha reflexo no tráfego de navios no Atlântico Sul, o que consequentemente beneficiará diretamente o porto do Pecém. O que se pensa é a possibilidade de figurar o Porto do Pecém entre as alternativas das grandes rotas marítimas internacionais a partir da ampliação do Canal do Panamá.

O Plano Diretor do CIPP foi formulado com vistas a dimensionar certas “Áreas de Influência” do Projeto a partir da macrorregião que ocupa. Assim, foram destacadas a existência de quatro áreas de influência: (a.) a área de influência direta, que abrange os

municípios onde o CIPP está instalado; (b.) a área da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), que sofrerá alteração de direcionamento dos seus vetores de desenvolvimento, que antes eram concentrados no Porto do Mucuripe e no parque industrial de Maracanaú<sup>30</sup>; (c.) a área de atratividade de mão-de-obra, que abrange diversos municípios localizados na Região Metropolitana de Fortaleza e ao redor da área do CIPP; e (d.) a área da zona de influência regional que extrapola os limites estaduais: no Nordeste, até a Bahia (com a exportação de frutas de Petrolina e Juazeiro), e no Norte, até o Pará (com a importação de mercadorias).

A avaliação de urbanistas sobre o CIPP vem apontando a necessidade de se realizar um macrozoneamento mais específico da região do projeto, de modo que se possa executar a demarcação da zona urbana, da zona de expansão e da zona especial de produção e exportação. A mesma ordem de avaliações põe em relevo a interseção entre a área do CIPP e a área destinada ao turismo.

As avaliações coordenadas pelo Governo destacam, da mesma forma, o fortalecimento regional dessas áreas de influência em termos de um cálculo econômico centrado absolutamente nos números do Produto Interno Bruto (PIB) de cada município em relação ao PIB do estado do Ceará.

---

<sup>30</sup> O Porto do Mucuripe se localiza na beira mar da cidade de Fortaleza, a poucos quilômetros do centro urbano. Antes da criação do Porto do Pecém, o Porto do Mucuripe era o principal complexo portuário do Estado. No entanto, sua localização dentro do perímetro urbano impedia a circulação de produtos advindos da indústria metalomecânica e outros derivados de alta pesagem. O parque industrial também se localiza na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).



A definição das áreas de influência é importante para dimensionar os impactos causados pelo projeto do CIPP em escalas macro e microrregional. É a partir desse cálculo por áreas que se definem as ações de mitigação de impactos previstas pelo chamado Pacto Pelo Pecém. Documento apresentado pelo Governo do Estado e pela Assembleia Legislativa como um plano conjunto que visa reunir órgãos públicos das instâncias federais, estaduais e municipais, setor produtivo, academia e instituições de pesquisa e sociedade civil organizada em torno do objetivo de localizar e firmar compromissos de resolução de problemas advindos das etapas de consolidação do empreendimento. Segundo o Governo do Estado, a necessidade da existência de um pacto entre esses segmentos se explica tanto pela relevância do debate aberto e participativo sobre o que chamou de “cenário crítico do CIPP”<sup>31</sup>, onde se inserem todos os problemas advindos da sua instalação, como também pela urgência em melhorar a composição infraestrutural e logística que capacite o empreendimento a figurar como um complexo industrial e portuário de referência internacional.

Dentro da chamada “área potencialmente afetada” pelo CIPP destacada pela pesquisa do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), em 2009, localizam-se as comunidades de Bolso, Madeiro, Paul, Camará, Cambeba, Carnaúbas, Fazenda Olho D’Água, Itaparã, Matões, Mixira, Comunidade Olho D’Água, Suzano e Tapuio. O Governo tem registrado 3.717 residentes, sendo que 493 foram consultados durante a pesquisa e 3.234 são estimados.

A maioria dessas comarcas distritais – que são compostas por povoados mais ou menos próximos da linha da costa, onde se encontra a hinterlândia portuária – já teve sua população deslocada por ação indenizatória, a cargo do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), ou está em vias de ser indenizada. O Governo compreende que todo hectare no interior do CIPP é uma área estratégica ao empreendimento.

Como já era previsto, o crescimento demográfico da área que compreende as cidades de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, onde se localiza a poligonal do CIPP, cresce a uma velocidade maior que a do Ceará. Um relatório produzido pela Fundação Darcy Ribeiro (Fundar, 2009) aponta a migração associada e a urbanização acelerada como características marcantes do crescimento de algumas pequenas localidades que eram apenas conhecidas como pequenas vilas ou sítios rurais às margens da rodovia C-085. Ao todo, residem na região do CIPP 368.685 habitantes, com predominância de moradores das áreas urbanas (Fundar, 2009).

---

<sup>31</sup> CEARÁ, Assembleia Legislativa. Pacto pelo Pecém: iniciando o diálogo. Fortaleza, CE: Imprensa da Assembleia Legislativa, 2012.

Em 2009, o grupo MPX<sup>32</sup>, atuante na implantação da Energia Pecém e UTE Pecém II, cujo maior acionista é o empresário Eike Batista, contratou serviços da Fundação Darcy Ribeiro objetivando produzir um “diagnóstico antropológico e socioeconômico dos impactos globais da UTE Energia Pecém” que servisse à certificação do Plano de Ação Básico da empresa<sup>33</sup>. Como se verificará no próximo capítulo, o Diagnóstico também foi decisivo no acirramento das tensões envolvendo o Governo do Estado e os representantes do movimento indígena Anacé. O documento produzia uma série de avaliações sobre a presença indígena que foram lidas pelas famílias Anacé como interpretações descaracterizantes da situação étnica na região. No capítulo seguinte, apresento o papel desses documentos dentro do processo de reconhecimento da presença indígena no interior das obras do CIPP.

No âmbito regional, a instalação da UTE Pecém gerou uma série de debates relacionados às poluições (aérea, aquífera e sonora) causadas pelo empreendimento. A UTE foi instalada a poucos quilômetros de uma das vilas indígenas. A ocupação demandada por todos os equipamentos da obra – como os prédios das caldeiras, estocagem de materiais de construção, setor de armazenamento de carvão mineral, entre outros – atingiu diretamente algumas micro áreas reivindicadas pelo movimento indígena, tais como a Lagoa do Gereraú e todas as matas da porção leste da vila de Bolso e Chave.

---

<sup>32</sup> Fonte: <http://www.mpx.com.br/pt/nossos-negocios/geracao-de-energia/empreendimentos/Paginas/energia-pecem.aspx>. Acessado: 10 out. 2012.

<sup>33</sup> Fundação Darcy Ribeiro. Diagnóstico Antropológico e Socioeconômico do Impacto Global da UTE Energia Pecém (com parecer ambiental).

**Foto 06** – Termelétrica MPX Pecém



Área ocupada pela Termelétrica MPX Pecém.

Fonte: <http://www.sganoticias.com.br>. Acessado: 23 nov. 2012.

**Tabela 02** – População residente na região do CIPP (2010)

Municípios	População Residente				
	Total	Sexo		Situação do Domicílio	
		Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Total	368.685	181.557	187.128	318.499	50.186
Caucaia	324.738	159.563	165.563	289.918	34.820
S. Gonçalo Amarante	43.947	22.382	21.565	28.591	15.366

Fonte: IBGE, Censo 2010 – Pacto pelo Pecém: Iniciando o Diálogo.

**Tabela 03** – Densidade demográfica e taxa de urbanização na região do CIPP (2000/2010).

Municípios	Densidade demográfica		Taxa de urbanização	
	2000	2010	2000	2010
S. Gonçalo do Amarante	42,68	52.64	62,0	65.02
Caucaia	203,99	265.4	90,3	89.18

**Fonte:** IBGE, Censos de 2000 e 2010 – Pacto pelo Pecém: Iniciando o Diálogo.

O que fica evidente é que a ampliação do CIPP, e dos seus principais equipamentos industriais, foi acompanhada do crescimento de uma população migrante na região. Se comparado com os números também crescentes de mão-de-obra especializada demandada pelas empresas instaladas no CIPP, pode-se inferir que parte considerável desse contingente populacional é decorrente da migração intra-local e interestadual.

Observa-se que para a implantação da Refinaria Premium II, a ser concluída em 2017, no momento do cruzamento da terraplanagem com as obras civis e a montagem, prevê-se o envolvimento de 14 mil trabalhadores. Pelos números apresentados pelo governo e pelas empresas responsáveis, estima-se que na operação da refinaria serão gerados 8.000 empregos diretos, enquanto a siderúrgica geraria 23 mil empregos diretos e indiretos na fase de construção e 14 mil na fase de operação<sup>34</sup>.

Uma parcela dessa mão-de-obra migrante vem de estados como a Bahia, Rio Grande do Norte, Maranhão e Piauí; estados onde tanto a Petrobras quanto a MPX possuem equipamentos em funcionamento ou em fase de conclusão. A parcela do corpo técnico de engenheiros atuantes especificamente na Companhia Siderúrgica do Pecém vem das regiões sudeste e sul do país e parte da Coreia do Sul, onde se encontram as sedes das principais empresas que fazem parte da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP): grupos Vale<sup>35</sup>, Dongkuk<sup>36</sup> e Posco<sup>37</sup>. Note-se o súbito aparecimento dos coreanos no primeiro lugar da tabela abaixo.

<sup>34</sup> CEARÁ, Assembleia Legislativa. Pacto pelo Pecém: iniciando o diálogo. Fortaleza, CE: Imprensa da Assembleia Legislativa, 2012.

<sup>35</sup> Fonte: <http://www.vale.com/pt-br/Paginas/default.aspx>. Acessado: 12 out. 2012.

<sup>36</sup> Fonte: <http://www.dongkuk.co.kr/kor/index.aspx>. Acessado: 12 out. 2012.

<sup>37</sup> Fonte: <http://www.posco.com/homepage/docs/eng2/jsp/s91a0010001i.jsp>. Acessado: 12. Out.

**Tabela 04** – Origem dos profissionais que chegam ao Ceará (2009-2012).

2009		2010		2011		2012	
Itália	83	Itália	62	Itália	122	Coreia do Sul	176
Portugal	79	Portugal	37	Portugal	92	Portugal	131
EUA	59	Índia	28	Espanha	64	Itália	89
Dinamarca	31	EUA	26	EUA	51	Espanha	57
Reino Unido	19	Dinamarca	24	Romênia	36	Índia	42
França	19	Equador	19	Dinamarca	34	EUA	41
Costa Rica	11	França	16	China	32	França	21
Austrália	11	Espanha	16	Suiça	23	China	20
Alemanha	11	Bolívia	7	Alemanha	20	Reino Unido	15
Bélgica	10	Alemanha	6	Jamaica	16	Equador	11
Outros	122	Outros	63	Outros	174	Outros	68
<b>Total</b>	<b>455</b>	<b>Total</b>	<b>304</b>	<b>Total</b>	<b>664</b>	<b>Total</b>	<b>671</b>

**Fonte:** Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No conjunto dos seus equipamentos industriais, o CIPP conta, na atualidade, com quatro empreendimentos principais: a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), localizada no Setor I (*vide* Mapa 01); a Termelétrica Pecém, no mesmo setor; a refinaria Premium II, localizada no setor II (*idem*); e a Zona de Processamento e Exportação (ZPE), que possui sede em Fortaleza. Outros empreendimentos industriais de médio porte ou já estão instalados ou já estão prestes a terem as suas edificações concluídas.

A Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) é a primeira usina siderúrgica integrada a um zona portuária do Nordeste brasileiro. Em 2011, o consórcio apresentou sua nova composição societária, que é formada pela sul-coreana Posco – maior grupo siderúrgico da Coreia do Sul e o terceiro maior do mundo –, a brasileira Vale e a também sul-coreana Dongkuk Steel. Prevê-se que a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), em sua fase inicial de operação, em 2015, produzirá cerca de três milhões de toneladas de placas de aço. Na atualidade, o projeto se encontra na fase de edificação das estruturas de fundação. Calculava-se que até o começo de 2013, chegariam à região cerca de 4.000 trabalhadores para dar continuidade à fase inicial.

A siderúrgica irá utilizar, em sua grande maioria, minério de ferro de Carajás e carvão mineral da África, enquanto o calcário será adquirido no próprio estado do Ceará. A empresa ainda anuncia a consolidação de uma cadeia produtiva no interior do Estado, aproveitando-se do fato de que não há, a nível macrorregional, nenhuma empresa siderúrgica atuando.

Junto com a CSP, empresas de menor porte começam a se fixar no entorno do complexo siderúrgico do CIPP, a exemplo da laminadora espanhola do Grupo Hierros Añon,

com a Siderúrgica Latino-Americana S/A (Silat). O grupo pretende instalar uma fábrica de aços pré-pintados no valor aproximado de R\$ 55 milhões. Embora a empresa já tenha ganho a concessão do terreno, ainda surgem problemas para sua instalação no que diz respeito à Licença de Instalação (LI), que deve ser liberada pela Superintendência do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace). A Siderúrgica Latino-Americana S/A (Silat) é uma empresa que possui capital fechado, e na atualidade é composta pelo governo estadual – com participação de cerca de 10% da Agência de Desenvolvimento do Ceará (Adece) – e pelo Grupo Hierros Añon, com 90%.

O governador do estado do Ceará, Cid Gomes (2006-2010 / 2010-2014), vem reiterando que está sendo gerada uma “nova modalidade de parceira a partir da Agência de Desenvolvimento do Ceará” (ADECE), que entra como sócia direta dos empreendimentos. Em entrevistas à imprensa local, lembra que “há cinco anos, quando da criação da ADECE, já se imaginava a participação do governo estadual como sócio de equipamentos em áreas estratégicas como essa da siderurgia e de montadora de veículos, por exemplo”<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> SANTIAGO Jr. Ilo. Laminadora Silat já atrai novos investimentos. Jornal O Povo. Fortaleza, Ceará, 03 dez. 2011.

**Tabela 05** – Empreendimentos Implantados e em Funcionamento no CIPP – 2011

<b>Municípios</b>	<b>Razão Social</b>	<b>Produção</b>	<b>Valor do Investimento (R\$)</b>	<b>Empregos Diretos</b>
Caucaia	CGFT Central Geradora Termelétrica Fortaleza S/A	Geração de energia elétrica	550.000.000	30
Caucaia	Termoceará Ltda. (Petrobras)	Geração de energia elétrica	50.000.000	20
Caucaia	Wobben Windpower Ind. E Com. Ltda.	Aerogeradores e componentes	23.500.000	503
S. G. do Amarante	Jotadois NE Ltda.	Pré-moldados de concretos	2.180.000	206
S. G. Amarante	Tortuga Cia. Zootécnica Agrária	Suplementos e concentrados minerais para nutrição animal	100.000.000	490
S. G. do Amarante	Votorantim Cimentos N/NE S/A.	Cimento e argamassa	45.000.000	55
S. G. do Amarante	Companhia Industrial de Cimento Apodi	Cimento	55.000.000	160
S. G. do Amarante	Hydrostec Tecnologia e Equipamentos Ltda.	Tubos de aço, carbono, estacas tubulares, e peças mecânicas	13.000.000	80
Total			1.038.680.000	1.544

**Fonte:** Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE).

A Refinaria Premium II, da Petrobras, surge, por sua vez, como mais um empreendimento da estatal na faixa litorânea dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão. A Petrobras passa a ter maior penetração na região a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) II. A Refinaria deve entrar em funcionamento em 2017, com capacidade para processar 300 mil barris/dia de petróleo. A proposta é produzir combustíveis com a qualidade internacional “Premium”, que possui baixa quantidade de enxofre. Assim como as outras empresas, consta no plano de intenções da Petrobras a preferência por fornecedores do próprio estado do Ceará.

Ocupando parte significativa da terra reivindicada pelo movimento indígena Anacé dentro da área poligonal II do CIPP, a Refinaria Premium tem se figurado como o grande impasse desde 2008. As diversas intervenções do Ministério Público Federal (MPF) e da Fundação Nacional do Índio (Funai/CE) implicaram na suspensão da atividade de terraplanagem da empresa. No ano de 2013, o Plano de Ação Básico (PAB) aguardará a liberação do relatório antropológico que descreverá a situação indígena na região.

O projeto da Refinaria se apresenta, hoje, como uma das iniciativas estratégicas do CIPP e do PAC II que estão em atraso. Algo explicável pelo processo de emergência étnica concomitante ao empreendimento. O desdobramento das relações entre a estatal, o Governo do Estado e a própria população Anacé demanda uma explanação mais atenta de todas as movimentações entre esses grupos; algo que será feito nos dois capítulos seguintes.

**Tabela 06** – Empreendimentos em Implantação na Área do CIPP – 2011

<b>Municípios</b>	<b>Razão Social</b>	<b>Produção</b>	<b>Valor do Investimento (R\$)</b>	<b>Empregos Diretos</b>
S. G. do Amarante	MPX-PECÉM Geração de Energia S/A	Energia elétrica à base carvão mineral	2.400.000.000	120
S. G. do Amarante	C.S.P. – Companhia Siderúrgica do Pecém	Siderurgia	11.100.000.000	5.500
S. G. do Amarante	Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras (Projeto Lubinor)	Indústria química	200.250.000	192
S. G. do Amarante	Fuhlander Energia Brasil Ltda.	Metalmecânica	3.000.000	35
S. G. Amarante	Mercompany South Atlantic Veículos e Máquinas Ltda.	Veículos automotores (tratores)	40.000.000	156
Caucaia	Agro Energia do Norte S/A (Termelétrica José de Alencar)	Energia elétrica à base de gás natural	510.000.000	30
Caucaia	Eternit S/A	Material de construção	117.000.000	400
S. G. do Amarante	Aeris Energia	Pás de rotores para turbinas de geração de energia eólica	80.000.000	340
S. G. do Amarante	Petrobras – Refinaria Premium II	Derivados de petróleo (Nafta e Coque)	22.140.000	8.000

**Fonte:** Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE).

As tabelas 05 e 06 apontam a existência de uma concentração significativa de empreendimentos de geração de energia elétrica, condição que hoje é definitivamente necessária à existência do parque industrial no interior do CIPP. Também apontam o baixo número de empregos gerados pelos empreendimentos, o que pode ser demonstrativo das tecnologias poupadoras de mão-de-obra empregadas nesses projetos.

### **A Zona de Processamento e Exportação do Pecém (ZPEP)**

A Zona de Processamento e Exportação do Pecém (ZPEP) se localiza no município de São Gonçalo do Amarante, no interior da porção norte do mapa do CIPP, onde se encontram as áreas I e II (*vide* Mapa 01). A área total reservada para o empreendimento é de 4.271 hectares, dentro dos quais todas as empresas instaladas terão tratamento fiscal controlado pela Empresa Administradora da ZPE do Pecém S/A (EMAZPE)<sup>39</sup>.

De todos os projetos, a Zona de Processamento e Exportação do Ceará (ZPEP) é aquele cujas obras e efeitos são mais intangíveis. Isto ocorre por dois motivos: o primeiro é que uma Zona de Processamento e Exportação (ZPE) não se caracteriza por um equipamento físico e infraestrutural – como uma siderúrgica, por exemplo, que tem proporções monumentais demandantes de largas porções territoriais para a sua instalação. Segundo que a ZPE do Pecém ainda está em fases incipientes de estruturação, desde que sua existência demanda a criação do próprio parque industrial com todos os equipamentos montados e em operação. Lembra-se que os dois principais empreendimentos que farão parte da ZPE do Pecém são a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) e a Refinaria Premium II, que ainda estão em fase de instalação. Por definição legal e técnica, as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) se caracterizam como “áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializadas com o exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro”<sup>40</sup>. Uma ZPE é, portanto, muito mais um espaço onde seus componentes estão submetidos a fiscalizações estatais diferenciadas dos empreendimentos fora dele. A existência de uma ZPE é legitimada

---

<sup>39</sup> A EMAZPE foi criada pela lei estadual nº 14.794, de 22 de setembro de 2010. A empresa começou a entrar em operação a partir de 2011.

<sup>40</sup> Fonte: <http://www.abrazpe.org.br/>. Acessado: 10 nov. 2012.

pela necessidade de atrair investimentos estrangeiros e aumentar a competitividade das exportações dentro do território nacional.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as Zonas de Processamento e Exportação (ZPE) são experiências concretas em 130 países, onde movimentam mais de 70 milhões de empregos, gerando US\$ 500 bilhões de exportação líquida (exportações menos as importações). A Organização ainda destaca que a experiência das ZPEs vem sendo particularmente eficazes nos tigres asiáticos (Singapura, Coreia do Sul, Taiwan, Vietnam, etc.), assim como em realidades econômicas emergentes (China e Índia).

Dentre os planos de incentivos previstos a serem implantados na ZPE do Pecém destacam-se três: os fiscais, os cambiais e os administrativos. Os incentivos fiscais dizem respeito à exoneração no mercado interno de impostos como IPI, COFINS, e PIS/PASEP e, na importação, a supressão de impostos como o AFRMM (Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante) e anulação tributária incidente sobre a aquisição de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos (bens novos ou usados). No que tange os incentivos cambiais, as empresas podem manter no exterior 100% das divisas obtidas nas suas exportações. Estão liberadas da obrigação de converter em reais as divisas obtidas nas exportações. No que diz respeito aos incentivos administrativos, está a dispensa de licença ou de autorização de órgãos federais para o funcionamento das empresas, exceto sobre as atuações dos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional e de proteção do meio ambiente (art. 12, Lei 11.508/2007).

A Empresa Administradora da Zona de Processamento e Exportação (EMAZPE)<sup>41</sup> e a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE) são as duas entidades estatais-privadas responsáveis pela criação e manutenção dos interesses da Zona de Processamento e Exportação do Pecém (ZPEP). A ZPEP é um tipo de espaço particular de relação entre forças do campo de interesses do mercado multinacional que produz um centro de comando real e eficaz sobre o gerenciamento do espaço produtivo compartilhado. As forças do campo estatal, com as suas instâncias federativas, configuram um centro de comando decisório fictício que existe apenas em termos da assistência legal que garante a existência de uma Agência Administradora da ZPE.

Qualquer articulação decisória tomada por esses empreendimentos incidem sobre áreas decretadas pelo Estado como “prioritárias ao interesse público”, e que, por isso, acabam recebendo benefícios públicos por força da lei que estabelece a criação das ZPEs em território

---

<sup>41</sup> No momento, a EMAZPE tem sua sede em Fortaleza. Aguarda-se que até o final de 2013 as edificações da sua sede e da Receita Federal nas proximidades do Porto do Pecém estejam concluídas.

nacional<sup>42</sup>, a administração pública é responsável por servir os empreendimentos instalados na ZPE com água, energia, gás, logísticas e informação. As ZPEs merecem atenção especial, pois tanto suas dinâmicas burocráticas quanto a composição espacial do seu território configuram um tipo particular de desnacionalização de competências e bens do Estado para fins da reprodução do capital empresarial.

Áreas como o CIPP e sua ZPE são regiões potencialmente atrativas a consolidação de investimentos do tipo *greenfield* (Freire; Viegas, 2010). Os investimentos *greenfield* são aqueles que envolvem projetos incipientes, alguns ainda no papel, e que passam ao largo de investimentos diretos em *joint ventures*, que possuem iniciativas consolidadas e agregadas em torno de investimentos do tipo *brownfield*, que são ações econômicas em mercados ou projetos já consolidados.

A flexibilidade desses investimentos – que são muito comuns nas empresas do setor de energias alternativas (energia eólica, por exemplo) – comprova a celeridade das especulações e a composição do cenário produtivo do CIPP, que agrega tanto empreendimentos do tipo *brownfield*, da indústria de base, com heranças nos modelos do capital fabril reprodutivista, quanto aqueles dos investimentos em novos nichos de produção, em inovações tecnológicas e em formas alternativas de administrar bens industriais, que são os investimentos do modelo *greenfield*. Nessas regiões especiais ao capital empresarial, onde predomina a ordem das administrações mistas e dos consórcios de múltiplas entradas é demonstrado que o protagonismo do Estado, embora subsumido a ordens de urgências infraestruturais, ainda é inspirador de força e participação central no destino dos empreendimentos.

---

<sup>42</sup> A Lei Nº 11.508, de 20 de julho de 2007, dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, além de dar outras providências.

### **CAPÍTULO III**

#### **A emergência étnica e suas composições**

Roberto Cardoso de Oliveira observa que “na medida em que os agentes se valem da identidade étnica para classificar a si próprios e os outros para propósito de integração, eles formam grupos étnicos em seu sentido de *organização*” (Cardoso de Oliveira, 1976, p. 4, grifo meu). Embora não seja esta uma definição específica de etnogênese indígena, utilizo-a por considerá-la central para o desenvolvimento de propostas de interpretação do fenômeno da emergência étnica no Brasil e na América Latina (Bartolomé, 2006; Arruti, 1997; Pacheco de Oliveira, 1998; Grünewald; 1993). Filiando-se ao esforço analítico que aponta como orientação principal a “teoria da identificação étnica” de Roberto Cardoso de Oliveira (1976), compreendo que as emergências são processos de autoidentificação em que coletividades que antes não se referiam a um etnônimo, agora “formam grupos étnicos em seu sentido de organização” (Cardoso de Oliveira, 1976, p. 11). O conceito de “organização” presente nesta formulação de Roberto Cardoso de Oliveira associa a teoria de Frederick Barth (1959; 1969) sobre o papel das fronteiras intertribais para a conformação das identidades e de grupos organizados com o trabalho de Daniel Glaser (1958), para quem identidade étnica refere-se,

em sentido amplo, “ao uso que uma pessoa faz de termos raciais, nacionais ou religiosos para se identificar e, dessa forma, relacionar-se a outros” (apud Cardoso de Oliveira, 1976, p. 31).

Para esses autores, não se deve pensar as diferenças étnicas em termos meramente culturais, com base em sinais diacríticos, instituições e costumes, mais sim enquanto “tipos de organizações distintas” (Cardoso de Oliveira, 1976, p. 9). Desassocia-se a identidade da composição de caracteres culturais que a constituíram e passa-se a associá-la aos processos políticos despertados a partir da sua consideração enquanto forma de organização intra e inter-societária. Como será analisado adiante, é justamente a abdicação das exegeses culturalistas que proverá competências à etnologia brasileira na discussão de processos que envolvem a questão identitária tanto quanto a etnogênese indígena.

No que diz respeito à formação de uma etnologia dos índios do Nordeste brasileiro e da leitura produzida a partir dela sobre os casos de emergência étnica na região, as primeiras referências remontam aos estudos de folcloristas das décadas de 1930 e 1940, quando pesquisadores “passam a se interessar pelos vestígios de culturas ancestrais em grupos de ‘remanescentes indígenas’, na expressão escolhida para descrever tais grupos” (Arruti, 1997, p. 12). Já as pesquisas etnológicas de pesquisadores do estado do Ceará, por exemplo, sobre casuísticas localizadas na região, vêm de uma tradição que sofreu uma série de descontinuidades e trânsitos bastante diversificados por grupos e campos disciplinares de discussão. Como exemplo dessas produções, têm-se os estudos de Thomas Pompeu Sobrinho, Maria Pinto Luiza de Mendonça, Valdelice Carneiro Girão<sup>43</sup>, entre outros nomes ligados ao que veio a ser chamado de Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará, criado em 1957, e a União Brasileira de Ciências Antropológicas e Etnológicas (UBCAE) – sociedade civil fundada em Fortaleza no ano de 1961, com filiação à *International Union of Anthropological and Ethnological Sciences*.

Os temas etnológicos, e que vinham da localização dos poucos grupos identificados à época na região, misturavam-se aos estudos sobre cultura material (artefatos arqueológicos e artefatos do cotidiano de sociedades vivas), estudos sobre folclore e estudos étnicos, propriamente ditos, com foco na etnolinguística, na antropologia do parentesco e nas abordagens sobre assimilação, aculturação e migração. Os últimos três temas ocuparam a tradição etnológica do e sobre o Nordeste até as décadas de 1950 e 1960. Pensava-se a realidade dos contatos interétnicos em termos de “processos de assimilação, aculturação e

---

<sup>43</sup> Algumas produções desses autores podem ser encontradas no relançamento do Boletim de Antropologia do Instituto de Antropologia da UFC: Boletim de Antropologia – V.1 - 2 e 4 -5 (1957-1959 e 1960-1961). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

proletarização descaracterizadora, aos quais os grupos indígenas mais cedo ou mais tarde estariam fadados” (Arruti, 1997, p. 12).

Embora as décadas de 1930 e 1940 tenham se afigurado como momentos importantes da retomada de identidades até então concebidas como extintas ou em processos de extinção, apenas a partir da década de 1990 que se observa a criação de um espaço de análise ao fenômeno da emergência étnica.

Na década de 90, finalmente, depois de mais de cinquenta anos de sucessivas *emergências* e *reinvenções*, começam a aparecer os primeiros trabalhos que deixam de tematizar a decadência e o desaparecimento dos grupos indígenas do Nordeste para inverter esta perspectiva, abandonando a associação entre a categoria identitária “índios nordestinos” e os modelos de *integração* e *acampesinamento* para repensá-la sob os modelos de *tradições inventadas* (Hobsbawm e Ranger 1984) e *etnicidade* (Barth 1969). Nesses casos, a abordagem histórica tem assumido grande importância, dando conta das situações de conflito fundiário que envolvem tais grupos, da sua relação com o órgão tutor e da montagem de histórias exemplares, mitos de origem que constantemente são acionados pelos grupos como forma de legitimar suas pretensões, justificar faccionalismos, explicar e fundamentar rituais (Arruti, 1997, p. 12).

Ao mesmo tempo, Sampaio (2011) aponta que a promulgação do Estatuto do Índio (Lei 6001 de dezembro de 1973), a criação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972, e o surgimento de associações de “apoio ao índio” atuantes desde de 1978, somadas ao surgimento das próprias associações indígenas multiétnicas criadas desde a União das Nações Indígenas (UNI), em 1980, relacionam-se também ao aparecimento dos movimentos indígenas naquela região do país.

O despertar dessas etnias se afigura igualmente como uma resposta às ações governamentais e do capital neoliberal nos ciclos desenvolvimentistas do Nordeste, além de um enfrentamento com o latifúndio saturado pela concentração de terras férteis entre as elites políticas da região. Em muitos casos, como aponta Bartolomé (2006), as etnogêneses no mundo contemporâneo surgem de resultados indiretos e não planejados de políticas públicas específicas. Quando não, resultam mesmo do fortalecimento de certas legislações que passam a conferir direitos antes negados; a exemplo da elaboração da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), além da promulgação da Constituição Brasileira de 1988. Entre outras transformações na forma de interpretar a pertença étnica,

dispositivos legais como esses passam a levar em consideração a autoidentificação e a condição dos remanescentes (hereditariedade) como critérios relevantes.

Arruti (2007) recorda ainda que o próprio surgimento dos estudos sobre etnogênese indígena provoca reavaliações práticas em procedimentos, definições e posturas da pesquisa antropológica. Evitou-se utilizar termos genéricos e essencialistas do culturalismo, para quem os grupos étnicos eram unidades cristalizadas por um compósito de características que iam da língua à estrutura de parentesco, e passou-se a levar em consideração diferentes processos sociais que marcaram as emergências de comunidades recentes. Assim, concebe-se que as comunidades

passaram por um processo de retomada de suas tradições a partir de uma identidade genérica de caboclos já assimilados, sem uma língua distinta, cristianizados, muitas vezes integrados aos mercados local e nacional como força de trabalho móvel (Arruti, 1997, p. 10).

No esforço de definir os “índios do Nordeste” contrastivamente aos “índios amazônicos”, Pacheco de Oliveira (1998) elege como características tópicas o baixo grau de distintividade dos grupos do Nordeste – já que suas diferenças diacríticas estão subsumidas à condição de serem “culturalmente misturados” – e as diferenças entre fluxos colonizadores que atingiram ambos os grupos como características tópicas. Outro fato distintivo é que para os grupos amazônicos os problemas e formas de mobilizações convergem para a luta conservacionista/preservacionista relacionada à questão ambiental, enquanto que para os grupos do Nordeste são as questões do conflito fundiário e o interesse de “reestabelecer as terras indígenas” (Pacheco de Oliveira, 1998, p. 54) que informam as práticas das organizações indígenas.

Para a compreensão dos mecanismos de emergência e fortalecimento de grupos étnicos, Pacheco de Oliveira (1998) coloca que os processos de “territorialização” são a chave para abordar as transformações institucionais e culturais que ocorrem com esses grupos, já que é pela base territorial, por exemplo, que podemos pensar “a incorporação de populações etnicamente diferenciadas dentro de um Estado-nação” (Pacheco de Oliveira, 1998, p. 56). Assim, para o entendimento do que é o processo de emergência do ponto de vista da articulação de forças políticas e não somente do ponto de vista das diferenças identitárias, torna-se central o “processo de territorialização”:

[...] o movimento pelo qual um objeto político-administrativo — nas colônias francesas seria a “etnia”, na América espanhola as “reducciones” e “resguardos”, no Brasil as “comunidades indígenas” — vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso) (Pacheco de Oliveira, 1998, p. 56).

O conceito não é um balizador da formulação de uma agência política que é o próprio movimento indígena e as causas mais urgentes que porta a fim de justificar suas transformações e sua organização coletiva. Os mecanismos de territorialização de um grupo étnico portariam consigo o que Pacheco de Oliveira (1998, p. 57) trata por “processo de reorganização social”, que segundo o autor implicaria na realização de quatro movimentos:

[...] 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (Pacheco de Oliveira, 1998, p. 9).

A definição apresentada referencia-se nos mecanismos políticos constitutivos da emergência étnica que, por sua vez, se estabelece pela definição de um etnônimo, organização de um corpo político com tarefas definidas, reivindicação territorial e dinamização de unidades simbólicas de referência ao passado do grupo étnico (mito-narrativas originárias, sistemas rituais, definição de territórios sagrados, recomposição das genealogias a partir de antigas lideranças). Elementos que são estratégias de atestação da presença indígena realizada em termos da composição de afirmação de direitos, da referência a uma territorialidade e a práticas culturais “distintivas”; mobilizações que marcam os processos de emergência étnica registrados em vários trabalhos (Grünwald, 2006, Barretto filho, 1994; Valle, 1993; etc.).

Já Bartolomé (2006), na tentativa de reunir conceitualizações dispersas que diversos autores propuseram ao fenômeno, afirma que “o conceito de etnogênese inclui tanto o surgimento de novas identidades quanto a reinvenção de etnias já conhecidas” (Bartolomé, 2006, p. 53), o que dá margens à compreensão de que as emergências podem ser também fenômenos de reelaboração do discurso e das instituições da etnicidade de distintos grupos. O autor ainda chama atenção ao fato de que a etnogênese

é parte constitutiva do próprio processo histórico da humanidade e não só um dado do presente, como parecia depreender-se das reações de surpresa de alguns pesquisadores sociais em face de sua evidência contemporânea. E a América Latina, do mesmo modo que o resto do mundo, foi e é um espaço marcado por múltiplos processos de etnogênese que se manifestam até a atualidade, embora agora inseridos no contexto da chamada globalização e de um sistema mundial [...] As etnogêneses são processos históricos onde fronteiras culturais étnicas foram se fundindo e dinamizando realidades sociais que a antropologia teimou em perceber apenas em termos estáticos (Bartolomé, 2006, p. 40).

Ampliando o universo de discussão, as etnogêneses se encaixariam no espaço do que Sahlins (2004, p. 64) tratou por “consciência da cultura” que compreende não apenas situações onde grupos étnicos aguçam a percepção sobre suas histórias e instituições políticas em certo contexto, mas em que de fato formulam demandas por um espaço na ordem cultural global (Neves, 2005). Postura semelhante surge na formulação do conceito de “etnopanorama” (Appadurai, 1994, p. 12) que procura reinterpretar o fenômeno das emergências étnicas em termos de movimentos e transformações interconectados entre a intimidade dos cenários locais e a velocidade dos espaços interativos do sistema-mundo. Conexões que acabam suplantando algumas noções vistas de forma essencializada e estanques como fronteira, Estado, localismo e outras que fundamentavam a ideia de “etnicidade”. Para Appadurai (1994, p. 9), “o paradoxo central da política étnica no mundo atual é que os primórdios [...] tornam-se globalizados”.

### **Emergências *Anacé* e *Tapeba*: estudos de etnicidade e contextos em comparação**

Os resultados da pesquisa que apresento surgem quase 20 anos após a defesa da dissertação de Henyo Trindade Barretto Filho (1994), que abordou a etnogênese *Tapeba*, no Ceará. À época, o estudo se mostrou pioneiro por relacionar seus dados às abordagens teóricas que já interpretavam os processos de emergência étnica como fenômenos afastados dos “esquemas convencionais da etnologia brasileira”, por estarem baseados, sobretudo, no “signo da invenção” (Pacheco de Oliveira, 1993, p. 4). É assim que o autor define sua abordagem:

Longe de ser entendida como o resultado de fatores originais, substantivos e pré-existentes, a individualização desse conjunto de pessoas é percebida como contextual, situacional e relativa a um elenco de grupos e situações de interação e à competição por recursos - i.é, a um "campo político intersocietário" numa "situação histórica" determinada (Oliveira, 1989), também definida por uma luta simbólica pela imposição dos critérios legítimos de reconhecimento coletivo da identidade (Barretto Filho, 1994, p. 3).

Pela proximidade territorial e sociológica existente entre os Tapeba e Anacé e pela importância dos registros etnográficos e análises de Barretto Filho (1993), procurarei estabelecer algumas comparações entre processos políticos, contextos historiográficos e dimensões abordadas por aquele autor e alguns outros privilegiados por este trabalho. A comparação entre as duas etnogêneses fará notar coincidências e dessemelhanças entre processos que podem colaborar à formulação de um quadro compreensivo sobre os movimentos indígenas no Ceará; especialmente aqueles que ocorrem nas proximidades da Região Metropolitana de Fortaleza.

Não por acaso, as coletividades Tapeba e Anacé surgem na macrorregião da área metropolitana da capital do Ceará. O avanço dos parques industriais da cidade, principalmente no perímetro urbano da cidade de Caucaia, somado ao aproveitamento dos potenciais costeiros pelo desenvolvimento da indústria do turismo, ao comércio imobiliário, à instalação de parques eólicos e termelétricos e à expansão da malha rodoferroviária do Estado, resultam de ciclos de desenvolvimento inaugurados por pelo menos três governos estaduais, entre 1985 e 2012. Período em que projetos estruturantes – como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) – foram iniciados e sucessivamente continuados por lideranças estaduais que, às pressas, procuravam inaugurá-las e ligar seus nomes e legendas partidárias às obras.

**Mapa 05** – Aldeias Tapeba e Anacé na Região Metropolitana de Fortaleza.



**Fonte:** FUNAI (2010).

A porção oeste da costa de Fortaleza, com terras interiorizadas a sudeste, perfaz o que Arruti (1987, p. 74) chamaria de “caminhos da extinção e caminhos da emergência”. Parte dessa porção da planície costeira cearense se notabilizou no passado por acolher aldeias tradicionais de grupos étnicos hoje extintos – *Aconguaçu* e *Reriú*, por exemplo – ou abrigou aldeamentos indígenas administrados por jesuítas; como é o caso da Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, mantida pelos jesuítas entre 1741 e 1759, mas cuja origem remonta aos anos de 1607 e 1666 (Barretto Filho, 1994, p. 4). Também é na mesma região onde hoje ocorrem os principais movimentos de emergência étnica do Estado e onde são retrçados os “caminhos da emergência indígena”.

Do aldeamento de Nossa Senhora dos Prazeres teria surgido o município de Caucaia, onde a leste se localizam os Tapeba e a oeste, numa pequena região fronteiriça com o município de São Gonçalo do Amarante, localiza-se a vila indígena Anacé de Matões. As duas etnogêneses ocorrem desse modo no interior de uma mesma municipalidade, embora os Anacé possuam parte das famílias residindo na vila de Bolso, que pertence a São Gonçalo do Amarante.

Em documentos históricos do período colonial, os Anacé são citados principalmente em cartas e certidões que registram o cotidiano da administração de aldeamentos indígenas<sup>44</sup>. Informações cedidas por moradores da região registram que os Anacé teriam residido onde hoje se localiza o perímetro urbano da sede municipal de São Gonçalo de Amarante, e que conflitos com os índios *Jaguaruanas* teriam causado a dispersão dos indivíduos para territórios mais distantes da beira-mar. É a partir dessa dispersão que registros da presença Anacé apontam a existência de indivíduos aldeados na vila Viçosa Real, uma das maiores “vilas de índios” do Nordeste colonial (Maia, 2011). Em certidão que quantificava a população indígena da vila de Viçosa Real consta a existência de 632 *tapuias* residentes; etnônimo que se refere a indivíduos Anacé, Reriú e Aconguaçu<sup>45</sup>.

Diferente dos Anacé, sobre quem algumas fontes historiográficas fazem menção, Barretto Filho (1994, p. 4) aponta que “inexiste na literatura etnológica e histórica, bem como nas fontes primárias compulsadas (...) qualquer referência a uma sociedade indígena assim denominada Tapeba”. A hipótese aventada, inclusive por instituições de assistência a comunidades indígenas do Ceará, é a de que os Tapeba seriam o resultado de um processo lento de individuação étnica de elementos de quatro grupos indígenas originários e autóctones (Potiguara, Cariri, Jucá e Tremembé) que teriam sido reunidos sob a autoridade da administração colonial.

Quanto aos Anacé, a opinião dos “agentes envolvidos na disputa em torno dos critérios de definição da identidade” (Barretto Filho, 1994, p. 5) que discordam da presença de indivíduos vivos da etnia na contemporaneidade não nega a existência pretérita do grupo indígena. De um modo geral, mesmo aqueles que falam contrariamente à presença Anacé na região concordam que eles teriam vivido nas proximidades da antiga vila de *Anacetaba* – hoje, São Gonçalo do Amarante – e na vila de Viçosa Real de Ibiapaba, como aborda o trabalho do historiador Lígio de Oliveira Maia (2011)<sup>46</sup>. Diferente do termo “Anacé”, que possui referentes historiográficos identificáveis, o etnônimo “Tapeba” é uma “identidade categórica”, onde se forma “um grupo distinto cujo reconhecimento se traduz pela atualização de uma dada atribuição” (Barretto Filho, 1994, p. 2), reforçando o fato de que a individuação de membros desse grupo não deve ser compreendida como baseada em fatores substantivos,

---

<sup>44</sup> Por exemplo, certidão do número de índios na missão da Ibiapaba passada pelo padre João Brewer, visitador das missões. 13/02/1756. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate, Capitania do Ceará (AHU – CE), cx. 6, doc. 416.

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> A vila da qual teria surgido o município de São Gonçalo do Amarante era chamada de *Anacetaba*, em referência à presença dos “antigos habitantes indígenas da região”.

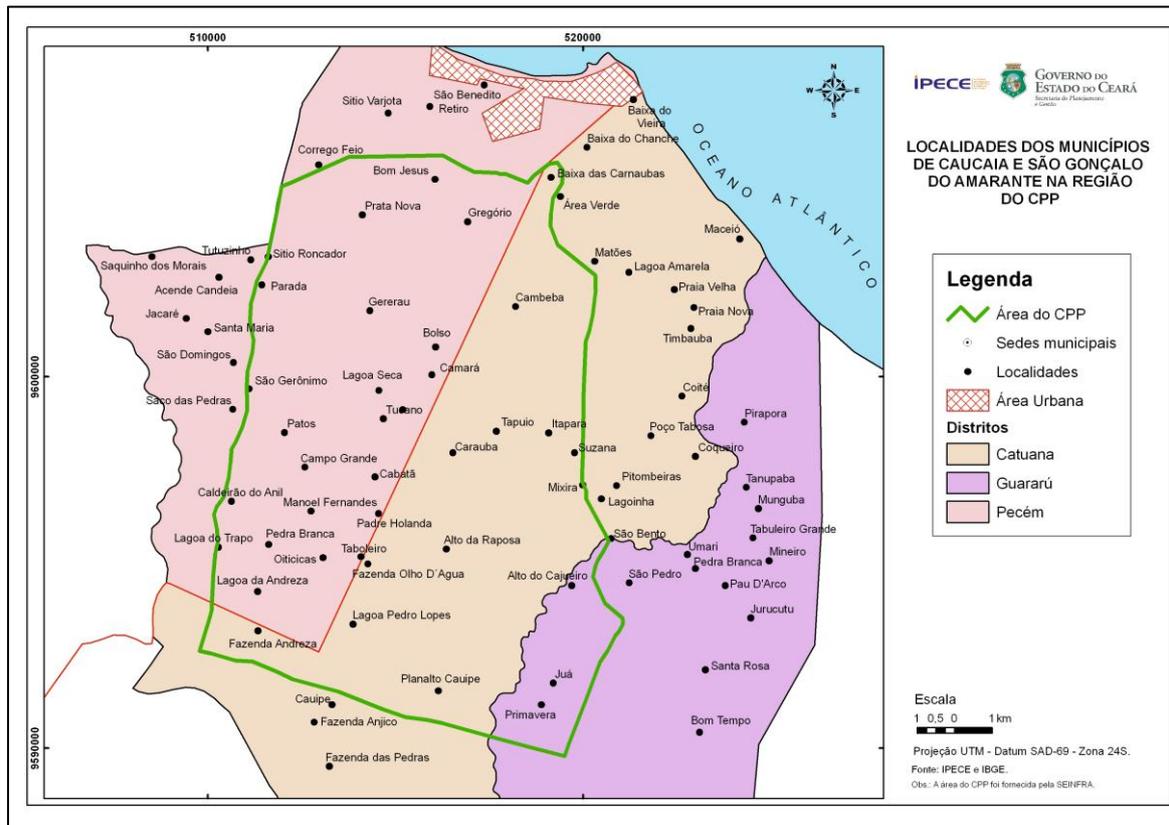
pré-existentes ou originais, mas decorrentes de fatos situacionais e contextuais de um campo político inter-societário.

Ao concentra-se na descrição da distribuição populacional indígena pelo território, Barretto Filho (1994) aponta a dispersão das aldeias Tapeba, a grande variação dos ambientes biofísicos que ocorrem na região e as culturas extrativistas e sazonais agrícolas praticadas pelas famílias. Com essa descrição, procura frisar que não está tratando de um tipo tradicional de espacialização de aldeias indígenas onde os indivíduos possuem controle homogêneo sobre todos os recursos ao seu redor dentro de um território contínuo e isolado regionalmente. Ao comentar sobre a situação espacial e identitária que caracteriza a etnicidade Tapeba, o autor descreve-a como um "processamento paralelo, disperso e multilocalizado da identidade" (Marcus, 1991 apud Barretto Filho, 1994, p. 30), característica que também se aplica às condições históricas e espaciais da etnicidade Anacé.

Assim como ocorre entre os Tapeba, os Anacé possuem pelo menos quatro vilas indígenas: Bolso, Matões, Japoara e Santa Rosa. Essas vilas estão divididas entre a porção leste do território de Caucaia e a oeste do município de São Gonçalo do Amarante, afigurando-se como um território fronteiro entre as duas municipalidades. As vilas distam entre 10 a 30 quilômetros umas das outras e, assim como as comunidades Tapeba, possuem recursos naturais diferenciados.

A localização das famílias Anacé dentro do território do CIPP ainda se cruza com todas as habitações das famílias não indígenas que residem dentro das vilas e as edificações das empresas que já fazem parte do Complexo. Essa forma dispersa das habitações indígenas é, sem dúvida, um elemento complexificador das relações entre indivíduos, da reivindicação tradicional pela terra e das ações governamentais de ocupação do CIPP. Isso se explica pelo compartilhamento de certas áreas entre grupos indígenas e não indígenas e, mais do que isso, pelos nexos familiares e laborais de longa data que os indivíduos dos dois grupos vivenciam. Assim, um trecho da vila que se reivindica Anacé é, ao mesmo tempo, habitado por um amigo ou "compadre" cuja família não se denomina Anacé. Por esse motivo, a emergência Anacé no interior dessas vilas rurais e a conflitiva diferenciação entre indígenas e não indígenas acabaram gerando inúmeras disputas familiares, como rupturas de casamentos – em situações onde um dos cônjuges se dizia Anacé, enquanto a outra parte não –, contendas relacionadas ao posicionamento de cercas entre propriedade de famílias vizinhas que se tornaram inimigas depois da emergência indígena, entre outros casos. Um estudo atento a esses dados teria que analisar a recomposição das redes familiares (Bott, 1976) ocorridas após a etnogênese Anacé.

**Mapa 06** – Localidades da área poligonal do CIPP



O polígono traçado com a linha verde delimita a área do CIPP no interior da qual se encontram as vilas Anacé de Bolso e Matões. **Fonte:** IPECE.

Essas recomposições espaciais e identitárias, ainda são atravessadas por todas as ações governamentais de ocupação paulatina da área decretada para desapropriação, assim como pela especulação empresarial sobre territórios que, em paralelo ao Governo, negocia bens fundiários com as famílias não indígenas interessadas em vender suas terras. Nesse sentido, Governo e empresas atuam conjuntamente num plano de desapropriação do CIPP. Enquanto aguardam decisões judiciais sobre a situação indígena, poupam as áreas indígenas em litígio das suas investidas.

Outro elemento comum aos Tapeba e Anacé é a presença de organizações da igreja Católica na produção de pesquisas historiográficas, mobilização política e assistência às organizações étnicas. No caso dos Tapeba, Barretto Filho (1994) registra a presença da Equipe Arquidiocesana de Apoio à Questão Indígena, da Arquidiocese de Fortaleza, responsável pelas primeiras mobilizações em torno da criação – a partir de um regime de

memória sobre a presença indígena na região de Caucaia – de uma organização política empenhada em defender a identidade categórica e os seus consequentes direitos.

A Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais da Arquidiocese de Fortaleza começou a trabalhar em Caucaia em 1984, assistindo indistintamente Tapebas e "brancos" e tentando equacionar os problemas de ambos, "índios" e pequenos posseiros. Em parte devido à sua própria forma de atuação - marcadamente assistencialista num primeiro momento - e em parte devido a uma mudança de conjuntura - o naufrágio do Plano Nacional de Reforma Agrária - logo a Equipe se descuidou do projeto original de dar suporte tanto a "índios" e "brancos" numa luta comum pela terra - que inclusive levou à criação, em 1985, da Associação das Comunidades do Rio Ceará, com representação paritária de Tapebas e "brancos", meio a meio (desde a presidência até o conselho, passando pela tesouraria e secretaria) (Barretto Filho, 1993, p. 19).

Entre os Anacé, a Pastoral do Migrante, da Igreja Católica, consolidou os primeiros ciclos de debate e gincanas culturais dentro das comunidades de São Gonçalo do Amarante em 1998. Como se verá nos próximos tópicos do capítulo, esforços didáticos-pedagógicos para “resgatar” a memória indígena das comunidades foram rituais fundamentais ao processo de fortalecimento de um coletivo em torno da causa étnica; processo este que é a própria emergência indígena nos seus inícios, com seus fatos e personalidades.

Esses esforços eram eventos lúdicos que, por meio da “contação de histórias”, da criação de painéis de gravuras e de rodas de debate, desenvolveram um ambiente de presentificação e compartilhamento de versões narrativas sobre as origens indígenas das vilas localizadas no interior do CIPP. Os jovens, principalmente, eram incentivados a colher relatos com os habitantes mais velhos das localidades e transportar essas narrativas para o centro das rodas de diálogo, onde eram reproduzidas diante dos habitantes das vilas presentes. Dados mais detalhados sobre a atuação da Pastoral do Migrante dentro do movimento indígena Anacé serão apresentados em outro momento deste capítulo.

É necessário notar que as emergências étnicas – essas e outras registradas pela literatura etnográfica, principalmente no Ceará (Palitot, 2009; Tófoli, 2009; Gondim 2009; Valle, 1993; Barretto Filho, 1994) – não se enraízam em grupos políticos exclusivos, com agendas de atuação própria e denominações identitárias circunscritas. O que uma comparação entre etnogêneses Tapeba e Anacé prova é que apenas em termos de unidades de influências relacionais, multilocais e híbridas pode-se compreender os eventos e agentes que se aglutinam

em torno da etnicidade. Observar a etnogênese é, nesse sentido, localizar as redes de produção de agências e sentidos que colocam em articulação e em mútua influência segmentos de escalas, denominações e propósitos diversos. Este trabalho privilegia a análise das “pressões” que envolvem a manutenção da denominação categorial Anacé por uma coletividade organizada diante dos avanços estruturantes de obras de grande escala da Costa do Pecém.

O que também se percebe comparativamente é que enquanto a afirmação identitária Tapeba defrontou-se com uma série de instâncias de enfrentamento à certificação do direito indígena à terra (latifundiários, governos, empresas do polo industrial regional, etc.), a etnogênese Anacé insere-se em uma dinâmica onde os “mecanismos de descaracterização da autoctonia”(Barretto Filho, 1994, p. 23) se somam a pressões que cobram “as provas da existência indígena” (*idem*) e impõem por força física e em ritmo veloz as transformações espaciais requeridas pelo aparelhamento industrial do Estado. As etnogêneses Tapeba e Anacé sofreram (e sofrem), diferentemente, com pressões do mundo estatal-privado. Os Anacé têm à sua frente as expressões mais características do que Sassen (2006) chamou de composições assimétricas entre forças do capitalismo avançado: o Estado providencial, que explora o binômio direito e território na tentativa de reproduzir suas forças, e o mundo empresarial, que através da articulação das suas autoridades técnicas aprofunda sua dependência com a atualização de velocidades produtivas, substituição de modelos tecnológicos e diminuição da potência interventora do Estado. O impacto dessas composições (Sassen, 2006) é sentido mais uma vez na capacidade plástica, inventiva e atualizadora da formulação do discurso étnico que, por sua vez, rebate nas formas de organizar-se politicamente.

Se a dissertação de Barretto Filho (1994) primou por visualizar a interação entre organização indígena, órgãos clericais e instituições estatais sensíveis ou avessas à presença indígena Tapeba, irei localizar e descrever a etnogênese Anacé a partir das composições estruturantes visualizadas por Sassen (2006) e Ribeiro (1991; 2008), que levam em consideração desde as agendas mais específicas de uma transnacional, até os sistemas administrativos através dos quais opera o Estado. Por isso, enfatizo tanto os empreendimentos do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), quanto o que vem a ser a organização indígena Anacé, entendendo que esses dois segmentos impactam e reconstróem com mutualidade os projetos políticos que os individualizam. É nesse sentido que a minha pesquisa focaliza as interferências entre reelaborações étnicas e novas redes de desenvolvimento do Nordeste.

## A emergência Anacé no interior do CIPP

Recontar a história da emergência étnica Anacé, e da sua localização no interior de outro processo emergente – qual seja, o projeto desenvolvimentista do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) –, demandou explorar uma série de pareceres, cartilhas, notícias e peças legais que analisaram a situação do grupo ante os interesses de instalação do empreendimento do CIPP.

A realização da pesquisa enfrentou diversos problemas relacionados ao convívio entre o pesquisador e as famílias indígenas que habitam as vilas localizadas nos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia; principalmente na vila de Bolso, onde residi por quase seis meses, entre janeiro e julho de 2012. O que se trata aqui por problemas de convivência – e que Ramos (2006, p. 7) já descreveu como “condições nada amistosas à pesquisa” – entre pesquisador e populações locais, diz respeito à suspeita dos indígenas sobre a presença de um pesquisador em antropologia no momento em que era decidido, pelo Governo do Estado do Ceará, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Petrobras, a compra de um terreno onde as 170 famílias seriam realocadas. A aquisição da área que será transformada em Reserva Indígena, que atualmente é dimensionada em 725 hectares, estava a depender de parecer da FUNAI em Brasília, que deveria afirmar a viabilidade para o “assentamento” das famílias indígenas até dezembro de 2012.

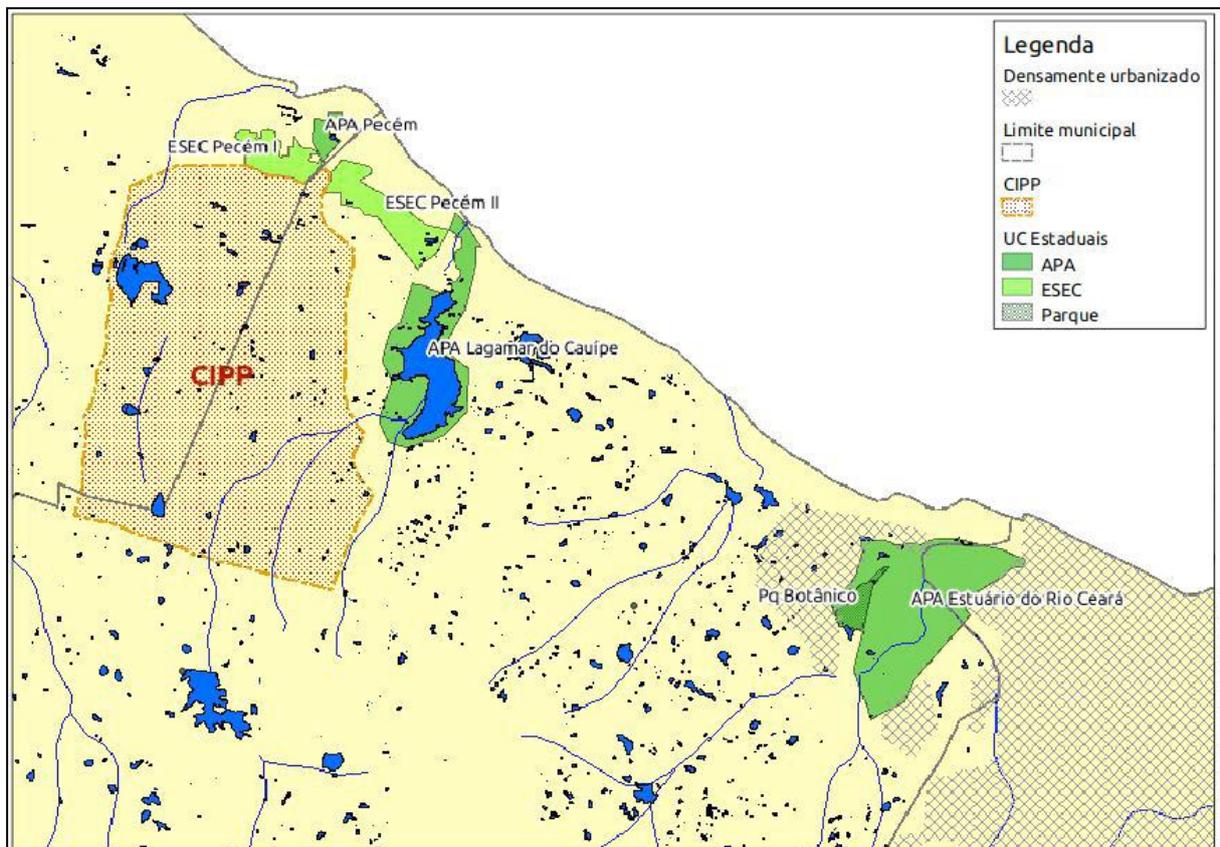
Como escrevi anteriormente, as inúmeras negativas que recebi em campo ante, as interdições ao diálogo com as famílias indígenas impostas pelas próprias lideranças e todas as evitações de contato dos seus representantes com o pesquisador são compreendidas como um processo legítimo “de tomada de posição política e afirmação frente a presença da autoridade técnica do antropólogo” (Santos, 2012, p. 10). Explorarei com mais detalhe os motivos dessas evitações à presença do antropólogo por parte das populações indígena no próximo capítulo.

Antes de tratar das negociações atuais envolvendo as famílias indígenas, o Governo, a Petrobras e a FUNAI é preciso que se narre a história de conflitos e impasses sobre a instalação do CIPP e a consolidação da atual convivência entre as populações locais e os vários empreendimentos que compõem a totalidade do Complexo.

Afirmações de alguns moradores da região dão conta que o processo de autoafirmação étnica Anacé teria se iniciado em 1998, três anos após o início das obras de edificação do Porto do Pecém. À época foram desapropriadas cerca de 300 famílias que moravam próximas

à faixa da Costa do Pecém. Em 2002, o Governo renova o decreto de desapropriação da área ampliando-as em direção à porção leste do município de S. Gonçalo do Amarante e oeste do município de Caucaia. São criadas, também à época, as Estações Ecológicas I e II do Pecém, com vista à redução dos impactos ambientais decorrentes das obras.

**Mapa 07** – Áreas de proteção e estações ecológicas do CIPP.



**Fonte:** Fundar, 2009.

O processo de autoafirmação étnica ocorre a partir da atuação da Pastoral do Migrante que chega até as vilas das porções sul e leste seguindo as notícias sobre a arbitrariedade do Governo nas ações de desapropriação na região, ao propor quantias e condições injustas aos proprietários e menosprezar os interesses das pessoas que rejeitavam deixar as suas localidades de origem a todo custo. A Pastoral do Migrante se aproxima da vila de Bolso, primeiramente, a partir da paróquia local onde passa a atuar um padre e uma freira

missionários da Pastoral. Em junho de 2012, mantive breve contato com o padre missionário que hoje é pároco de uma capela localizada na periferia de Fortaleza.

De início, a Pastoral centrou sua atuação sobre os jovens das vilas de Tapuio, Bolso e Oiticicas que foram incentivados a participar de uma gincana onde as atividades consistiam em colher informações historiográficas, produzir descrições sobre os hábitos cotidianos das suas vilas e agrupar essas informações num formato textual e teatral que fosse, num segundo momento, apreciado pela comunidade local. Em meio aos dados registrados na pesquisa dos jovens que procuravam os habitantes mais velhos das vilas em busca de narrativas, percebeu-se a emergência de conteúdos do universo indígena Anacé, principalmente. Referências a personagens daquela etnia, referências a confrontos, mortes e “incorporações de índios bravos” às famílias de origem portuguesa começaram a parecer nos relatos que os jovens apresentavam no grupo de discussão. Desses dados, a Pastoral do Migrante, com apoio da população que participou direta e indiretamente da gincana, produziu o livreto “Nunca Desista, Lute até o Fim: Construindo Nossa História”. Documento que acabou redimensionando o movimento político local e produzindo inflexões importantes por transpor a característica de “associação de moradores atingidos” para a de um “grupo indígena organizado”.

Uma série de reavaliações internas do passado e o confronto desses dados com o presente conflitivo, mais o incentivo da Pastoral do Migrante, tornaram a presença indígena um fator de luta pela terra. Os significados do “ser índio”, e todas as adjetivações negativas relacionadas nos estados do Nordeste – tais como “o *brabo*” (bravo), “o acomodado”, “o miserável” – foram redefinidos em termos que passaram a ser relacionadas – pela Pastoral, por acadêmicos, antropólogos a serviço do Estado e outros sujeitos políticos – à ideia de que se apresentar como indígena pressupunha organização, força unificadora de liderança e enfrentamento das ações do Estado com base em dispositivos legais do próprio Estado: a Constituição Federal e outras leis que assistem às populações tradicionais e aos grupos étnicos.

Ressalta-se que a existência de fronteiras territoriais e de relações com os índios da etnia Tapeba, que se localizam a poucos quilômetros do CIPP, foi decisiva para se optar pela autoafirmação étnica Anacé. Foi exemplar, sem dúvida, a existência daquele processo mais antigo de emergência que ocorreu nas proximidades das vilas do CIPP, situação em que as famílias indígenas foram desafiadas, durante anos, por contendas territoriais com o Estado e com empresas as mais variadas. Embora todos os problemas do drama da afirmação identitária inseridos em formas locais de autoridade política baseadas na ameaça e no

tolhimento de apoios, os Tapebas conseguiram se estabelecer e perpetuar seu discurso étnico a despeito do arsenal argumentativo e operativo que se contrapunha ao seu movimento político (Gondim, 2009; Barretto Filho, 1994).

Em 11 de setembro de 2003, o Ministério Público Federal (MPF), após a chegada de um documento na 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, recomenda à FUNAI que seja constituído um grupo de trabalho (GT) para proceder à identificação e demarcação da terra indígena Anacé, nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. A Fundação Nacional do Índio passa a atuar de maneira intensiva na região, estendendo o seu raio de operação das aldeias indígenas de Tapeba, em Caucaia, para a região oeste, onde se encontrava a poligonal delimitada pela carta estadual demarcatória do CIPP.

A atuação da FUNAI, em diversos momentos marcados pela pressão de conflitos e acordos entre Estado, empresas e grupo étnico, é marcada por um acompanhamento atento das movimentações Anacé, de todos os cenários de negociações e veiculação de propostas. Os Anacé, desde os primeiros contatos com o órgão federal, reconheceram a representatividade e legitimidade da participação da FUNAI em todos os espaços onde a questão étnica e suas problemáticas políticas se colocaram.

O regime da tutelaridade, comum na administração estatal dos assuntos indígenas no país (Baines, 1992), foi aceito sem desconforto pelos indígenas que entendem ser naquela instituição onde o conselho sobre a atuação política e a reivindicação de direitos civis básicos e diferenciados deve ser obtidos sem ressalvas e com segurança. Em campo, soube por experiência própria como esse poder tutelar é eficaz no trato de todos os assuntos relacionados aos processos decisórios Anacé.

Também cabe lembrar aqui a participação do Ministério Público Federal (MPF) que sempre associou a “causa Anacé” às injustiças sociais e ambientais decorrentes das escolhas mal planejadas que geraram o CIPP. Com base nos estudos dos seus antropólogos, o MPF se conscientizou da particularidade e complexidade do que envolve a história da emergência e reelaboração étnica na região. Sobre essa participação institucional, o antropólogo e técnico do judiciário Sérgio Brissac (2009b), com propriedade de quem viu e viveu parte da história do movimento indígena da Costa do Pecém, comenta em trabalho recente.

\* \* \* \* \*

A história do contato das famílias indígenas com o projeto do Complexo mostra que a organização Anacé, que até 2008 contabilizava cerca de 403 famílias e 1282 pessoas, distribuídas em cinco aldeias principais (*vide* Tabela 07), surge em decorrência das pressões territoriais envolvidas na expansão da área retroportuária do Pecém, ou seja, a partir da consolidação da instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). No interior desse contexto, é central o decreto do CIPP que torna a região “área de interesse público com fins à desapropriação”.

**Tabela 07** – Distribuição da população Anacé por aldeias, casas, famílias e pessoas.

Etnia	Municípios	Aldeia	Casas	Famílias	Pessoas
Anacé	Maracanaú	Horto	0	0	1
	Caucaia	Capoeira	4	5	18
		Japoara	119	137	457
		Matões	89	104	323
		Santa Rosa	90	104	333
	S. Gonçalo do Amarante	Bolso	45	53	150
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>347</b>	<b>403</b>	<b>1282</b>

OBS: Os números aqui cedidos podem sofrer alterações decorrentes de variantes como natalidade, mortalidade e desagregação de indivíduos ao movimento indígena (indígenas que pedem o desligamento dos seus nomes dos cadastros da FUNAI). As aldeias grifadas de rosa e roxo são aquelas que concentram o maior contingente populacional e aquelas grifadas apenas de roxo são as que se encontram no interior da área poligonal do CIPP.

**Fonte:** SIASI (Gerado em 28/07/2008 e cadastro encerrado em 23/06/2008) Fundação Nacional de Saúde – Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará. In Palitot (2009).

**Tabela 08** – Famílias indígenas e não indígenas morando no CIPP (a).

Localidades	Nº de Famílias
Baixa das Carnaúbas	200
Matões	113
Matões	230
Lagoa Amarela – Matões	180
Matões	100 a 130
TOTAL	823 a 853

OBS: As vilas com presença indígena estão grifadas de verde. O número total de famílias engloba famílias indígenas e não indígenas.

**Fonte:** Fundar, 2009.

**Tabela 09** – Famílias indígenas e não indígenas morando no CIPP (b).

Localidades	Nº de Famílias	Nº de Habitantes
Bolso	63	196
Gregório	4	11
Chaves	92	297
Tapuio	73	242
TOTAL	232	746

OBS: As vilas com presença indígenas estão grifadas de verde. O número total de famílias engloba famílias indígenas e não indígenas.

**Fonte:** Fundar, 2009.

De acordo com o Parecer Técnico sobre a área habitada pelo grupo Anacé (Brissac, et ali, 2009), a zona de influência habitacional ocupada pelo grupo soma, aproximadamente, 11.688,75 hectares que ficam na sua totalidade localizados no interior do polígono espacial destinado à instalação dos empreendimentos do CIPP, ocupando com predominância a paisagem do tabuleiro pré-litorâneo que se expande à frente da área do Porto do Pecém<sup>47</sup>. O Parecer recomendava a não remoção de nenhuma das famílias habitando a região delimitada como de influência étnica.

---

<sup>47</sup> O Parecer Técnico se encontra em na edição de janeiro/julho da revista Cadernos do Leme, em número organizado por mim e pelo professor Dr. Max Maranhão, da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

**Mapa 09** – Mapa da Ocupação Anacé no interior do CIPP (hectares)



Área da ocupação Anacé delimitada com base nas necessidades de recursos geoambientais do grupo étnico na região do CIPP. Este mapa sobrepõe a imagem de outro, onde são localizados apenas os setores industriais. **Fonte:** Brissac et ali (2009).

As áreas dimensionadas pelo Mapa da Ocupação Anacé englobam as principais vilas indígenas que até 2010 eram reivindicadas. Como se verá no tópico seguinte deste capítulo, a desapropriação repentina da vila de Tapuio – após a criação do Assentamento Novo Tapuio, nas proximidades do distrito de Pecém – veio a concentrar as famílias indígenas em quatro localidades. De todo modo, são as vilas de Bolso, Matões, Santa Rosa e Japoara – essas duas últimas localizadas fora da área central de influência do CIPP – as que possuem indígenas em situação de residência fixa.

As vilas indígenas são pequenos conglomerados onde famílias indígenas convivem com famílias não indígenas, avizinhando posses minifundiárias onde cresce uma diversidade de espécies frutíferas, hortaliças, ervas, entre outros. A criação de gados (caprino, ovino e bovino), associado à criação de aves, é comum praticamente entre todas as famílias que ali ainda residem. As vendas e trocas desses bens produzidos localmente são uma constante e predominante forma de relação que coloca em contato, indistintamente, famílias identificadas ou não com o etnônimo Anacé.

Em termos da aparência das fachadas, jardins e canteiros das casas, não são avistadas diferenças entre as que pertencem a uma família indígena e aquelas cujos moradores não são do grupo étnico. Em termos da aparência fenotópica, dos hábitos cotidianos, usos de linguagem, meios em que as pessoas circulam e formas ocupacionais, também não são avistados diferenças diacríticas que tornem distintos os grupos de famílias de uma ou outra identificação.

Toda a construção de diferenças internamente às comunidades de vizinhança possui uma história complexa de um processo com nuances próprias, onde famílias se afirmaram ou desistiram da afirmação étnica, indivíduos se comprometeram com a “causa indígena”, mas com o tempo se afastaram. Existem situações familiares recortadas por posicionamentos adversos entre os seus membros. Um dos casais da vila de Bolso com quem conversei, o pai era indígena e a mãe não, enquanto o filho menor se tornava um ponto indeterminado dentro da situação oposta de identificação étnica dos pais. Ou em outro caso, a matriarca de um núcleo familiar decidira por afirmar-se Anacé – inclusive afirmando o seu interesse em “morar entre os índios quando eles ganhassem as terras do governo” –, enquanto todos os seus outros familiares consanguíneos e afins rejeitam serem confundidos com os índios Anacé<sup>48</sup>.

O drama da emergência étnica interiorizado no drama desenvolvimentista (Ribeiro, 2008) aponta para uma história e uma situação particular que, pela complexidade,

---

<sup>48</sup> Fala extraída de uma conversa com uma senhora sexagenária moradora da vila de Bolso, nos meados do mês de março, quando a FUNAI ainda não havia ordenado a interrupção da minha pesquisa de campo.

demandariam estudos extensos. Compreendo, de todo modo, que a história da etnogêneses Anacé imbrica-se com a história da consolidação dos projetos do CIPP. Qualquer pesquisa etnológica futura – com atenção específica sobre a emergência e reelaboração indígena – teria que se preocupar em reconstituir historicamente as redes de parentesco partícipes do processo de emergência étnica (Bott, 1976). Essa metodologia permitiria ter a dimensão sociológica de todos os dinamismos constitutivos daquilo que se entende como formas de “figurações identitárias” (Elias, 2000) entre grupos familiares e indivíduos, relativas ao “ser” e ao “não ser índio”.

Como se sabe, nesta dissertação, trata-se de recontar os dois processos emergenciais – a emergência do projeto desenvolvimentista do CIPP e a emergência identitária indígena – a partir das várias mediações de interesses, transformações e composições que surgem “em meio” a elas, ou seja, no espaço das interações estritas ao campo em disputa: a consolidação de um empreendimento com interesses estratégicos ao desenvolvimento de diversos níveis de integração ligados ao Estado Nacional brasileiro e às dinâmicas de expansão e consolidação de capitais internacionais. É muito menos uma história de um ou de outro (do projeto desenvolvimentista e do grupo indígena) que se deseja, e muito mais as composições “entre”, os instantes em que os vários projetos foram influentes entre si e participaram na existência de um terceiro fenômeno causal: a dinâmica de espacialização de capitais privados transnacionais no interior de um campo político onde Estado e populações buscam conformar espacialmente os seus interesses.

As práticas comerciais no interior da localidade de Bolso giram em torno dos pequenos mercados de produtos industrializados adquiridos em atacado nas sedes municipais, e de outros suprimentos hortifrutigranjeiros, cuja maioria advém da produção agrícola familiar mantida indistintamente por famílias indígenas e não indígenas. O mercado de consumo é aquecido pelos habitantes denominados em termos ênicos como “nativos” – que podem tanto ser os indígenas quanto os não indígenas. Em termos mais representativos, esse comércio se serve da grande circulação de pessoas no interior da Área do CIPP.

A vila de Bolso por se encontrar no coração espacial do projeto do CIPP, recebe mensalmente uma leva considerável de novos residentes que vêm incentivados pelas oportunidades de empregos no setor de construção civil, das obras da termelétrica MPX, que fica a menos de dois quilômetros da vila, e das diversas frentes de trabalho das empresas que começam a se instalar na área de incentivo do Complexo. As casas dos residentes “nativos” estão sendo ampliadas e reformadas na atualidade com vistas a criar compartimentos contíguos com medidas de quatro por quatro metros, aproximadamente, a serem alugados a

funcionários da MPX, da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), da *Wobben Windpower* – empresa que produz peças para aerogeradores de energia eólica – e de várias outras companhias que atraem novos moradores para a região. O próprio cômodo que aluguei no interior da residência de uma família não indígena era um desses quartos contíguos (puxadinho) criado a partir da lateral direita da residência da família. Durante os meses que residi ali, acompanhei todo o esforço do seu proprietário para angariar materiais de construção – que eram adquiridos com o pagamento dos poucos aluguéis dos quartos já alugados, como o meu – e erguer novas acomodações contíguas à sua residência que deveriam ser futuramente alugadas para os “peões”. O grande dilema do locador, e que diminuía sua expectativa em continuar com o negócio imobiliário, dizia respeito ao medo que sentia em ter suas obras e seu negócio interrompido pela desapropriação. Notei que o pânico provocado pela possibilidade da desapropriação é algo mais vivido pelas famílias não indígenas do que pelas famílias indígenas. Mais à frente tentarei explicar os motivos que criaram apreensões distintas entre os dois grupos.

As vilas na área do CIPP apresentam paisagens urbanas e demográficas instáveis desde 2002, quando se inaugurou o empreendimento. Quaisquer recursos descritivos das formas de habitar e produzir nessa região, a exemplo do texto etnográfico que proponho, podem ter seus dados contrafeitos com o passar do tempo pela celeridade das transformações urbanas, infraestruturais, pela remodelação das paisagens naturais para a instalação dos bens de capital das indústrias e pela confluência e dispersão migratória; fenômeno absolutamente típico dos processos de implantação regional de projetos de grande escala.

\* \* \* \* \*

Retomemos a intenção central desta seção que é relatar o papel de duas organizações de fora do universo indígena local no drama da emergência étnica: a Pastoral do Migrante e o Ministério Público Federal (MPF).

Em trechos da caracterização do grupo Anacé, o Parecer Técnico dos profissionais do Ministério Público Federal (MPF) localiza no mapa étnico-histórico de Curt Nimuendaju (IBGE, 1987) a presença indígena na atual região em litígio, onde constam registradas as datas de contato de 1693 e 1746. As fontes em que se baseiam o autor do mapa remontam a

literaturas originais do período colonial e a esforços historiográficos mais recentes. Entretanto, explica-se que:

Este parecer não tem por objetivo elaborar uma abordagem histórica dos Anacé do período colonial aos dias de hoje, já que o foco central da noção de terra tradicionalmente ocupada segundo o artigo 231 da Constituição Federal é a ocupação indígena da terra de um modo tradicional *no presente* (Brissac et ali, 2009, 10).

Como ressalta o parecer, e da mesma forma a cartilha escrita pelas lideranças indígenas em conjunto com a Pastoral do Migrante, por volta de 1998, o ressurgimento do etnônimo Anacé apoia-se na história oral que unifica vários indivíduos já falecidos em torno de narrativas trágicas do contato entre indígenas e os colonizadores brancos. Soma-se a isso o processo de dispersão populacional entre as serras úmidas e o tabuleiro litorâneo do Pecém, onde foram fundadas as vilas Anacé.

A historiografia registrada nas peças jurídicas e nos folhetos políticos enfatiza dois campos de eventos: [i.] breves reproduções sobre uma “tragédia dos primeiros contatos” com o colonizador branco, e [ii.] as histórias fundacionais das vilas em que as populações indígenas passaram a viver após a dispersão dos povos ao longo do litoral onde hoje se localiza o CIPP.

A cartilha de título “Nunca Desista, Lute até o Fim: Construindo Nossa História”, a que já fiz menção, é um documento elaborado por jovens das vilas de Bolso, Tapuio e Oiticicas – a época, afirmadas como vilas indígenas – com o apoio de um clérigo e uma freira missionária da Pastoral do Migrante, da Igreja Católica. O documento objetivava registrar trechos da história oral que diziam da presença indígena na região, buscando recompor as redes familiares existentes entre os indivíduos em vários contextos. Na cartilha, ainda constam hinários, poesias e prosas criadas pelos próprios representantes indígenas com temas poéticos que procuravam demonstrar a resistência dos indivíduos à incorporação das suas terras aos projetos estruturantes do CIPP, além de procurar abordar acontecimentos marcantes para a constituição do movimento indígena Anacé. Um desses acontecimentos relatos em poesia de cordel é o surgimento do Cemitério do Cambeba, localizado nas proximidades da vila de Bolso, onde estariam enterradas duas lideranças indígenas.

## O Cemitério do Cambeba

Trezentos anos passados  
Aqui nessa região  
Tinham duas tribos indígenas  
Que causava admiração  
Os Tapuios e os Cambebas  
Gostavam de muita união

(...)

Um dia morreu um chefe  
De um febre tremedeira  
Reuniu-se as duas tribos  
Numa grande choradeira  
Enterraram o velho índio  
Em baixo de uma pitombeira

Cercaram aquela cova  
Com uma cerca de madeira  
E com muita devoção  
As velhas índias rezadeiras  
Rezavam por seu defunto  
Com saudade verdadeira

Com uma saudade roxa  
Como a flor da jurubeba  
Precisavam de três tribos  
Chamaram os índios e os Tapebas  
Foi aí que começou  
O Cemitério Cambeba.

Cartilha “Nunca Desista, Lute até o Fim: Construindo Nossa História”.  
Pastoral do Migrante. Vila de Bolso, 1998, p. 42.

A importância da cartilha para o movimento indígena fica evidente na sua capacidade política aglutinadora de um “regime de memória” (Fabian, 2001 apud Pacheco de Oliveira, 2011)<sup>49</sup>. O documento repercutiu amplamente junto aos demais grupos indígenas cearenses, que passaram a apoiar a chamada “causa Anacé” através de moções e de visitas-cerimoniais às vilas indígenas. Há que mencionar também a própria mobilização do Estado ante a ascensão do movimento étnico que surgia contrário à consolidação regional do CIPP. Eis a definição contida na cartilha:

Aqui [na cartilha] estão compilados os procedimentos, o roteiro, as questões, os objetivos e a programação da GINCANA DE ANIMAÇÃO dos grupos de jovens das comunidades de Bolso, Tapuio e Oiticicas. É quase um documentário de um acontecimento simples, mas que conseguiu uma amplitude muito considerável por atingir, não só os jovens, mas as suas comunidades no que diz respeito à sua cultura e momento histórico, econômico, social e político que estão vivendo. Trata-se de uma atividade esportivo cultural cujo objetivo principal era tomar consciência de sua situação de moradores em terras nas quais o Governo do Estado já projetou e está em construção o COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO

<sup>49</sup> Como esclarece Pacheco de Oliveira (2011, p. 12): “a expressão [regimes de memória] é utilizada por Johannes Fabian para referir-se a uma arquitetura de memória, internamente estruturada e limitada, que tornaria possível a alguém contar histórias sobre o passado”.

PECÉM. Essas comunidades – Bolso, Tapuio e Oiticicas – deverão ser desapropriadas para a instalação de indústrias sobre esses terrenos<sup>50</sup>.

Em outro trecho, descrevem-se os principais objetivos referentes à gincana. Dá-se destaque às principais razões da proposta da recomposição de uma memória dos lugares de origem:

Na primeira parte, a gincana leva os moradores a tomar consciência de seus direitos e organizar a resistência a partir de sua história através dos blocos “o que nossos avós nos contaram”, “a história das terras”, “nossas plantas e nossos bichos”, “nossa gente”, sempre no passado e no presente e, por fim, no futuro “nossos sonhos”<sup>51</sup>.

A cartilha continua com a descrição da história de fundação de cada uma das comunidades. Assim, relata-se que um português denominado Domingues Rodrigues Chaves teria adquirido uma propriedade na região e dado a ela o nome de *Chaves*. Morando na sua propriedade, um dos seus filhos, Antônio Rodrigues Chaves, teria se casado com a sobrinha de um pároco da região, conhecido por Pe. José Moreira de Souza. O pároco teria vindo de Pernambuco para cumprir suas missões religiosas no Ceará, e consigo trouxe suas irmãs, que acabaram se casando com cearenses das famílias Sales, Carneiro, Rodrigues, Chavier, entre outros. Anos depois, a propriedade do senhor Domingos Rodrigues Chaves seria conhecida como a vila de Chaves, que fazia fronteira com a vila de Bolso. A última fundada pelo senhor Antônio Atanázio Ferreira, outro grande proprietário de terras que decidiu se instalar naquela região.

Os participantes da gincana tratam na cartilha do significado daquele encontro para o desenvolvimento de uma consciência mais ampla sobre a situação histórica e territorial das “comunidades” localizadas no interior do CIPP.

[...] a grande maioria de nossos jovens estavam um pouco ausentes de nossa realidade, mas a partir dessa gincana tivemos um encontro onde colocamos

---

<sup>50</sup> Idem, p. 6.  
<sup>51</sup> Idem, p. 4.

tudo que temos e sabemos de nossa luta, e todos se colocaram a disposição dizendo estarem todos dispostos a fazerem o que for preciso<sup>52</sup>.

No decorrer dos relatos, histórias sucintas de outras pequenas localidades são incluídas; a exemplo do que aconteceu com as vila de Lago Seco, Gereraú, que teriam sido habitadas, inicialmente, por índios fabricantes de *urus*<sup>53</sup>, nos relatos surgem ora ou outra relatos da presença indígena que, na maioria das situações descritas, estava em constante contato com as fazendas, sítios e roçados do colonizador branco. O folheto é recortado por “histórias contadas por avós e avôs” que explicam como suas famílias surgiram e de que maneira vieram a morar nas várias vilas da região de São Gonçalo do Amarante. Em meio aos relatos sobre matrimônios, problemas enfrentados em decorrência de longos períodos de secas e viagens pelo sertão, aparecem narrativas que enfatizam as relações entre indígenas e brancos nas comunidades. Destaca-se uma que é expressão da presença e incorporação da pessoa indígena no âmbito da vida doméstica dos colonizadores brancos. O relato é importante por localizar na ascendência do indivíduo a sua identificação étnica.

Minha história é de minha bisavó: meus avós contavam que minha bisavó era índia ela vivia na mata com as outras índias da tribo. Aos 10 anos ela foi capturada por um dos caçadores que *cassavam* na mata com cachorros, ela era tão brava que foi pega pelos cachorros. Então os caçadores a levaram para casa e a ensinaram a conviver com eles. Aos 13 anos ela já estava habituada a viver no meio das brancas, mas sempre com medo. Às vezes, quando chegava pessoas na sua casa ela se escondia. Aos 18 anos se casou com um homem branco e tiveram muitos filhos. Faz um ano que Deus a levou, mas em todos os seus filhos, netos e bisnetos ficou a descendência de índio<sup>54</sup>.

A referência a indígenas “brabos” apresados por cães é um relato recorrente em quase todas as histórias de emergência étnica de grupos do Nordeste do Brasil. Como lembra Brissac et ali (2009), em referência a Pacheco de Oliveira (1999, p. 208), a história do contato sobre índios pegos a dentes de cachorro surge como um “senso comum da etnicidade” dos

---

<sup>52</sup> Idem, p. 8.

<sup>53</sup> O uru é uma de cesta com profundidade que pode chegar a 50 centímetros utilizada para depositar peixes enquanto ainda se está no ambiente de pesca: meio lacustre, pesca marítima ou em camboa.

<sup>54</sup> Idem, p. 22.

grupos étnicos dessa região, apresentando-se como um índice da história de violência das situações de contato.

Retornando ao Parecer Técnico, depara-se com outros relatos sobre o surgimento das vilas. As narrativas possuem um mesmo teor de violência e perseguição semelhantes às de índios “capturados a dentes de cachorros”. O relato do “Massacre da Lagoa do Banana” foi colhido pelos autores do parecer técnico durante as atividades de pesquisa e somado a outras fontes (Brissac et ali, 2009) na elaboração do documento final. Sua narrativa é particularmente importante para o entendimento das dinâmicas de dispersão e ao reconhecimento da existência de uma história unificadora dos indivíduos no contexto da emergência étnica. A narrativa é reproduzida pelo atual cacique do grupo étnico, liderança que está à frente do grupo desde os primeiros eventos da etnogênese indígena<sup>55</sup>.

[...] ouvi da minha tia Maria Freire, que o seu pai contava que na era dos três oito foi uma época de grande seca. Chego uma tropa de cavalos e detonou várias bombas lá e aí matou muita gente, muitos índios Anacé, junto à Lagoa do Banana. Seus corpos foram jogados dentro da Lagoa, que virou um mar de sangue da noite pro dia. Os que escaparam, apavorados com tanta violência fugiram para as matas da região: Japuara, na linha das Serras dos Caborés; Santa Rosa, no pé das Serras dos Gatos; Matão, hoje Matões, Coqueiros e Bolso. Também o meu avô, um dia, nós amarrando cebola debaixo de um cajueiro, falou pro meu pai, ele disse: ‘tome muito cuidado com isso, não pode contar pra ninguém, tem que guardar segredo: nós somos desse povo, dos índios’.

Os autores do parecer cuidaram de verificar a correspondência entre as histórias orais e a história colonial, de registro “oficial”, e encontraram nos trabalhos de Serafim Leite (1938 apud Brissac et ali, 2009), historiador das ações da Companhia de Jesus em terras de Portugal, a seguinte descrição:

O primeiro jesuíta que trabalhou em *Parangaba* e outras aldeias vizinhas, foi António Ribeiro, missionário de *Ibiapaba*, a chamado do Almojarife e Capelão da Fortaleza, já então no lugar actual, que chegou alí no fim de 1656 ou começo de 1657, para apaziguar a rebelião subsequente ao morticínio dos *Anacés* (Leite apud Brissac et ali, 2009, p. 14).

---

<sup>55</sup> Ao longo de toda a dissertação, optou-se por ocultar os nomes próprios das pessoas citadas ou atribuir-lhes pseudônimos, salvo no caso de pessoas públicas.

Interpreta-se o relato do “Massacre da Lagoa do Banana”<sup>56</sup> como um regime da memória indígena (Fabian, 2001) que, por sua reprodução por indivíduos e em contextos variados, indica a existência pretérita de uma unidade de unificação dos atores que se identificam com o etnônimo Anacé, com um território tradicionalmente ocupado e com a história de violência perpetrada nas situações de contato entre colonizadores e indígenas. A reprodução do mesmo relato por diversos indivíduos residentes em regiões não contíguas da Área Indígena que os pareceristas tratam por “Poligonal Anacé” (*vide* Mapa 06) – em contraposição à poligonal do CIPP – é demonstrativa da existência de um regime de memória que referencia esses atores ao território e à história de dispersão dos grupos que secularmente ali existiram.

Ainda destaca-se no Parecer Técnico planos variados de descrição de paisagens, histórias relacionadas ao conhecimento e convivência com o mundo natural próximo e a apresentação de líderes religiosos do grupo étnico, a exemplo dos curandeiros(as) ou rezadeiras(as) cujas falas estão diretamente apresentadas na peça escrita. Assim, paisagens lacustres – como a Lagoa do Gereraú –, modos de convivência entre pessoas, animais e plantas da região, seja em atividades laborais ou para fim alimentício, seja para uso mágico-religioso são descritos objetivando certificar os nexos sociais existentes entre formas Anacé de ocupar, utilizar e transformar o território e os próprios componentes geoambientais existentes dentro da Área Indígena.

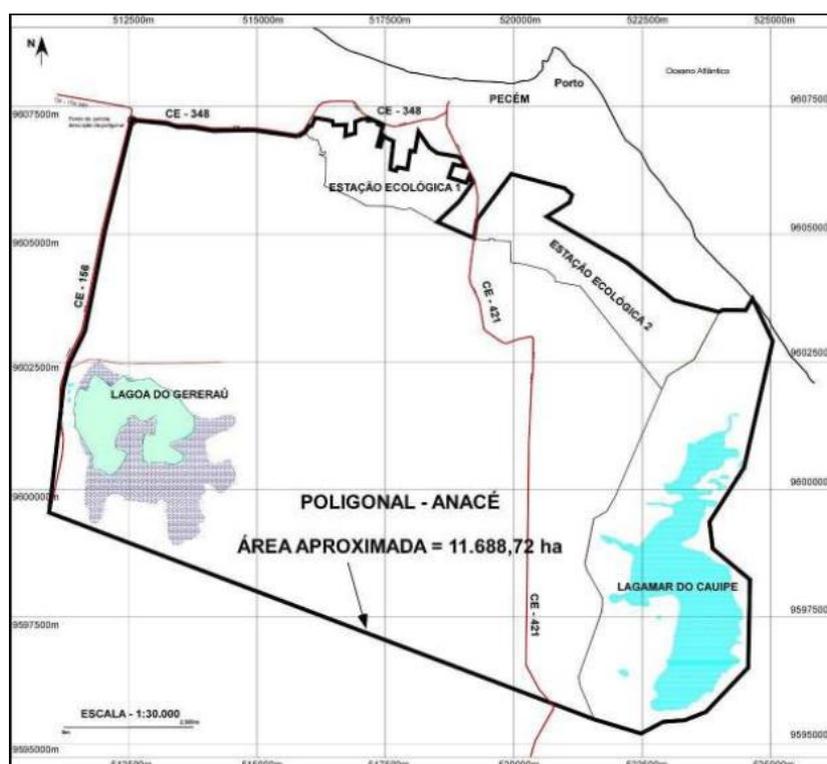
O trabalho dos antropólogos e geógrafos que acompanharam o processo de emergência e afirmação étnica Anacé preocupou-se em registrar as dinâmicas de transformação de recursos paisagísticos em decorrência da instalação dos empreendimentos do CIPP. É nesse esforço que o Parecer relata a depredação e conseqüente demolição da Capela de São Roque, localizada na localidade de Bolso, e do Cemitério do Cambeba, localizado nas proximidades da mesma localidade. Ambos são descritos como “abrigos simbólicos da ancestralidade indígena”, depositórios não só de memória, mas também de artefatos concretos que deixam registradas a passagem do tempo, a permanência de profissões de fé e usos compartilhados de territorialidades do sagrado em forma de altares, ex-votos e outros objetos de adoração (Brissac et ali, 2009, p. 55).

---

<sup>56</sup> O reservatório aquífero da Lagoa do Banana ainda existe o interior do município de Caucaia, estando a poucos quilômetro do CIPP. A Lagoa é conhecida pela sua balneabilidade que atrai um fluxo considerável de turistas nos períodos de alta estação. A história do massacre que acontecera nas proximidades da Lagoa sempre esteve invisibilizada.

O Cemitério do Cambeba ocupou, até 2010, uma área bastante reivindicada pelas lideranças indígenas que constantemente afirmavam a sua importância para a memória de ancestralidade das famílias que tinham parentes ali sepultados. Algumas lideranças indígenas históricas também teriam sido enterradas no cemitério. Outro local referido como cemitério Anacé são as margens da Lagoa do Gereraú, que fica na porção noroeste do território do CIPP (*vide* Mapa 06). Em torno de 2009, houve tentativas de impedir a ocupação das terras do entorno do Lago do Gereraú, sempre alegando a existência de cemitérios Anacé na área. Segundo alguns relatos de moradores das próprias vilas, uma liderança Anacé que havia fugido do Massacre da Lagoa do Banana teria falecido às margens daquela outra Lagoa.

**Mapa 10** – Área Indígena (A.I.), Poligonal Anacé.



Poligonal Anacé, com destaque para a Lagoa do Gereraú, no canto inferior esquerdo. **Fonte:** Brissac et ali (2009).

Ao final do Parecer Técnico, os autores concluem que a presença indígena Anacé e o seu processo de autoafirmação, com tudo que implica em termos do despertar de regimes de memória, legitimam-se nos termos do direito que têm as populações étnicas e tradicionais

protegidas pelo Estado e por pactos internacionais – com referência à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>57</sup>. Deixa-se concluído que:

Até recentemente, a estratégia de sobrevivência para os Anacé era ocultar a sua identidade indígena, assim como hoje – após a virada histórica produzida pelo reconhecimento pela Carta Constitucional de 1988 do direito dos povos indígenas à diversidade cultural e à sua terra tradicionalmente ocupada – é a afirmação de sua identidade (Brissac, 2009, p. 31).

Na atualidade, o movimento indígena Anacé mantém representatividade no interior dos principais movimentos indígenas nacionais e regionais, como na Articulação dos Povos Indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e na Coordenação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará (COPICE), dos quais conta com apoio político nos contextos de negociação junto ao Governo e na divulgação das ações do grupo indígena.

Os Anacé ainda contam com a assistência legal e “segurança” física da sua população e território do Núcleo de Apoio Local do Ceará (NAL-CE), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que atuou desde o início do processo de emergência étnica em defesa dos interesses dos indivíduos referidos ao etnônimo. De um modo geral, foi decisiva às conquistas da organização indígena o apoio institucional da FUNAI do Ceará que, por ter significativa assistência da sua sede em Brasília, pode manter um acompanhamento continuado e vigilante do grupo Anacé durante quase dez anos<sup>58</sup>.

No capítulo seguinte discutirei o papel da FUNAI nos planos de negociação que ocorreram e ainda ocorrem na atualidade. Sua atuação regional foi importante tanto para a manutenção da organização Anacé, quanto para a transformação da suas formas de agência e relações políticas com grupos empresariais e o Estado.

Para mim, as interações entre os anos de 2010 e 2012 dentro de *frames* sociológicos (Goffman, 1961), tais como reuniões de comissões territoriais, assembleias locais e inaugurações, são importantes para a compreensão das relações dos grupos empresariais do CIPP, que têm pressa em montar seus bens de capital na região, com o Estado, que na

---

<sup>57</sup> Destaca da Convenção 169 o seguinte: “a consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção” (Convenção 169, OIT apud Brissac, 2009, p. 32).

<sup>58</sup> Núcleo de Apoio Local do Ceará (NAL-CE), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), funciona com 12 funcionários que procuram prestar assistência a 13 grupos étnicos, que residem em distâncias que variam de 20 a 400km da sede de Fortaleza. Fonte: <http://funaiceara.blogspot.com.br/2009/10/agradecimentos.html>. Acessado: 24 nov. 2012.

atualidade se posiciona em franca negociação com as lideranças indígenas, e com os Anacé, que aguardam a finalização de processos decisórios relativos à definição e aquisição de uma área indígena onde serão reassentadas as famílias. Até que isso se consume, nenhuma atividade de remoção ou indenização de benfeitorias e bens latifundiários pode ser realizada pelo Estado<sup>59</sup>. Fato que, no exterior do setor I, onde começa a ser instalada a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), qualquer atividade de instalação ou expansão de novos empreendimentos se torna impraticável diante da necessidade de dois pareceres da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de Brasília: um sobre a situação étnica Anacé e outro sobre a escolha da área escolhida para realocação das pessoas, com base nas condições locais a serem fornecidas pelo Governo e pela Petrobras com escolas, água encanada, energia elétrica, sistema de saneamento básico e transporte. Esse cenário atual de intenções e posicionamentos será explorado nos tópicos seguintes.

### **Exegeses legais e desenvolvimentistas sobre a desfiguração de “ser Anacé”**

A afirmação da existência do grupo étnico Anacé, no interior do CIPP, foi apresentada, até hoje, através das narrativas originárias que falam sobre o surgimento e os principais atores históricos das vilas de Bolso, Matões e Tapuio, principalmente; embora outras localidades sejam às vezes citadas. A maioria dessas narrativas foi registrada na cartilha da Pastoral do Migrante.

Afora esses registros da memória dos moradores das vilas, além de poucas referências historiográficas que se referem à etnia Anacé (Leite, 1938; Maia, 2011), nenhum outro vestígio, traço identitário não material ou artefato arqueológico, registra a existência pretérita da etnia, ou a sobrevivência e resistência de indivíduos desse grupo. Todo o processo de recomposição, narração e despertar da identidade indígena eclodiu em meio a um movimento de natureza política, onde antes de se falar em um “grupo portador de uma cultura”, o que se tinha, em vista das mobilizações conflituosas mais imediatas, era um segmento político organizado (Cardoso de Oliveira, 1975; Pacheco de Oliveira, 1989) centralizador de uma

---

<sup>59</sup> No processo de desapropriação, entende-se por benfeitorias todas as edificações, plantações e criações humanas sobre o solo. Esses benefícios são contabilizados e valorados pelos órgãos governamentais responsáveis pela desapropriação.

dinâmica em que os “parâmetros definidores da indianidade são frutos de um processo interno de autoidentificação” (Grünewald, 2008, p. 43).

A ausência de artefatos materiais e sinais diacríticos culturais de “comprovação” da presença indígena, somada à ideação de um tipo genérico de índio, fizeram surgir inúmeras contra-interpretações que questionaram a existência da presença de “representantes verdadeiros da cultura indígena” naquela região.

A seguir exploro algumas peças técnicas, documentos jurídicos, notícias e relatos que procuram desfigurar a formulação do discurso étnico, com base na “invisibilidade” de provas que atestem que representantes originários do grupo habitavam ou habitam secularmente a região onde seriam implantados os equipamentos industriais do Complexo. De todo modo, não é a referência memorialista ao passado que se contesta – ou seja, não há uma descrença quanto ao relato historiográfico sobre a existência pregressa da etnia e sua passagem pela região da Costa do Pecém. A contestação, como se poderia esperar, recai sobre a presença indígena na atualidade, assim como sobre a existência de indivíduos vivendo um regime de dependência dos recursos locais para sobreviver. O que se questiona, portanto, é o próprio sentido de indianidade desses indivíduos que os diferenciaria das famílias camponesas que habitam o interior da área poligonal do CIPP. Esses documentos são importantes pois revelam as interações existentes nos primeiros anos de intrusão da questão étnica no centro do debate sobre a viabilidade de instalação do CIPP, onde se encontravam aqueles que Barretto Filho (1993, p. 5) designou de “agentes envolvidos na disputa em torno dos critérios de definição da identidade”. As disputas envolvendo afirmações da presença indígena e tentativas de falsear a presença indígena se acirram quando a Petrobras cobra do Governo do Estado uma definição quanto à viabilidade de instalação da refinaria Premium II, que deveria ser construída no setor II, onde se localiza a vila indígena de Matões (*vide* Mapa 06).

Um documento importante é a Manifestação do Governo do Estado do Ceará expedida, em 2008, pela Procuradoria Geral do Estado (PGE). A reclamação colocada em evidência no texto diz respeito à competência da avaliação do caso presente no Parecer Técnico Antropológico-Ambiental do Ministério Público Federal (MPF). A PGE do Ceará escreveu diretamente para os Procuradores Federais da República que estavam em fase de avaliação do Parecer Técnico. Destaco alguns trechos extraídos da peça documental:

Como é do seu conhecimento [dos Procuradores Federais, a quem destinada a manifestação], o Complexo Industrial e Portuário do Pecém não é só um

empreendimento, é uma estratégia alternativa de desenvolvimento adotada pelo Estado do Ceará, que leva em conta a sua pobreza, a aridez do seu clima e a necessidade de criar novas alternativas de desenvolvimento. É um plano de governo que data mais de 13 (treze) anos, lapso de tempo em que os governos passados e o presente investiram e continuam investindo, adaptando-se às mudanças que as políticas nacionais e internacionais impõem, com o que agora padecem todas as economias mundiais<sup>60</sup>.

O projeto do CIPP, aqui, como em outras apresentações elogiosas à sua importância regional, é descrito como uma iniciativa que, pela primeira vez na história política do estado do Ceará, teve um caráter de continuidade e relevância econômica local. Um projeto que teria conseguido unificar várias agendas de governos e de partidos diversos, afigurando-se como uma iniciativa que foi, paulatinamente, sendo ampliada por vários governos estaduais ao longo de quase duas décadas.

Diferente das obras-modelo que as gestões deixam como legado representativo dos seus governadores e da política visionária e moderna dos seus partidos, o Complexo do Pecém traria a marca de uma proposta que superava as estratégias tão comuns do clientelismo-coronelista da formação política do Nordeste. Característica que o inseria na ordem das ações modernizadoras da máquina pública do Estado e do desenvolvimento das formas associadas de capitais presentes nas novas políticas público-privadas (PPPs); tese apresentada e desenvolvida por Monte (2005).

O relato posto em destaque reproduz o argumento da “importância estratégica” que todo projeto de grande escala, para justificar sua importância do ponto de vista regional e nacional, elege como razão da sua existência. Razão esta que seria capaz de suplantar todos os problemas relacionados, principalmente, à fase de implantação do projeto. É a partir dessa justificativa que, quase que como regra geral, as obras são apresentadas como um reflexo dos interesses da maioria da população que se beneficiará do empreendimento. Em vista do interesse de uma maioria demandante dessas obras é que se mobiliza o esforço legal, político e econômico que aglutina em rede os diversos atores e suas competências objetivando a concepção e realização de um projeto.

Em outro trecho, apresenta-se uma interpretação que invoca o conceito de “tradição”, em meio à produção de um argumento negativo, com bases legalistas, da não existência contemporânea do etnônimo Anacé:

---

<sup>60</sup> Carta do Procurador Geral do Estado do Ceará endereçada aos Procuradores Gerais da República que acataram as indicações feitas pelo primeiro Parecer Técnico Antropológico-Ambiental expedido por técnicos do Ministério Público Federal (MPF). A carta foi expedida e endereçada em 2008.

O Artigo da Constituição Federal deve ser interpretado harmonicamente, ou seja, o indigenato não subsiste solitário, deslocado dos demais preceitos e institutos jurídicos que o cercam; quer dizer, o direito congênito dos índios às suas terras está vinculado aos requisitos constitucionais da ocupação tradicional pelos índios e na permanência nas terras indígenas. A originalidade do direito às terras só pode ser reclamado de presentes à ocupação tradicional e permanente dos índios. Dessa forma, fica garantida a aplicação desse instituto apenas aos silvícolas que hoje vivam sobre a tradicionalidade cultural, e não àqueles que perderam esse traço ou não sobreviveram ao progresso. **Deve-se olhar do presente ao futuro para o passado, e não o contrário, do passado para o presente** (grifo meu)<sup>61</sup>.

Esta interpretação da existência indígena toma por base a forma modelar do “indigenato originário”, com referência ao ancestral direto dos “primeiros habitantes” e à primitividade das características e formas das suas expressões culturais. Nada estranho seria afirmar que o reconhecimento da existência indígena baseado na autoafirmação e no despertar da memória étnica não tem validade diante da figuração modelar do índio amazônico, na situação de semi-isolamento populacional e marcado por sinais diacríticos culturais particulares. Para esta interpretação, como em outras, os “índios misturados” que tanto povoam a análise etnológica mais recente sobre os processos de reelaboração étnica no Nordeste (Grünwald, 2008; Pacheco de Oliveira, 2000) soam, na verdade, como “índios falseados”, formulações identitárias deturpadas e sem chão na tradição de outras realidades indígenas cearenses que já tinham o reconhecimento étnico (Kariri, Pitaguari, Jenipapo-Kanindé, Tremembé, Tapeba, etc.).

Nos primeiros anos do surgimento de argumentações e contra-argumentações sobre a existência de representantes vivos do etnônimo Anacé, os tópicos levantados pelo governador do Estado, e por profissionais do Governo envolvidos no caso, focavam na não existência de referentes culturais próprios que estariam, segundo o Governo, “já bastante envolvidos com a civilização”<sup>62</sup>. Essas afirmações serviram de motivo para a emergência de conflitos entre o governo e lideranças indígenas que sempre marcaram presença nos atos de inauguração dentro do CIPP e nos encontros de promoção das atividades do Governo do Estado na região do CIPP. Esses eventos, entre 2007 e 2009, foram cenários de debates públicos entre o governo e as lideranças, chegando a ocasiões em que discussões verbais se desdobravam em agressões físicas, principalmente da parte dos agentes do governo sobre as lideranças Anacé.

---

<sup>61</sup> Idem, p. 3.

<sup>62</sup> LIMA, Larissa. Índios protestam contra as desapropriações. Jornal O Povo. 04 fev. 2009.

Em outro trecho do documento sob análise, reforça-se o que seriam, segundo o Procurador, os critérios relevantes para a interpretação legalista da ideia de “tradicionalidade” e das razões que corresponderiam ao reconhecimento da sua existência:

[...] a existência de índios ocupando permanentemente determinada terra exige a tradicionalidade. Entretanto, se tal ocupação se der de forma distinta da tradicional, despida de seus valores culturais e étnicos, ocorrem a descaracterização da terra indígena. Em melhores palavras, somente a simultaneidade de todos os pressupostos apresentados (originalidade, tradicionalidade e permanência) qualificará a terra indígena, pois a ausência de apenas um obstruirá a sua caracterização. Em sendo assim, é forçoso constatar que, apesar do Parecer n. 01/08 (...) não há, em São Gonçalo do Amarante, ocupação, permanência e tradicionalidade Anacé (...) Não há tradicionalidade, não há valores culturais, religiosos, étnicos do povo que se auto-denomina Anacé (...) Cabe, finalmente, ponderar que o aludido Parecer n. 01/08, ao definir a área em que pretende haver índios da etnia Anacé, não esclareceu quais os critérios técnicos utilizados para a sua conclusão. Na verdade, limitou-se a ouvir histórias contadas que se auto-declararam pertencentes a esse povo (...) Sem embargo da norma contida no artigo da Convenção 169 da OIT, segundo a qual a consciência da identidade indígena é fator de aplicação da legislação indígena, disso não decorre o reconhecimento do direito à terra apontada, que deverá, antes, passar por um processo de identificação, reconhecimento e demarcação, baseada também em estudos técnicos.

A posição do Procurador Geral do Estado procura desmentir a existência dos Anacé com base em critérios que para ele não teriam sido localizados no Parecer Técnico: a originalidade, a tradicionalidade e a permanência do grupo. Em regra, os registros orais são invalidados enquanto referência autóctone à pertença indígena. São tratados enquanto dados menores, insuficientes como provas requeridas pelo Estado; a saber: a existência de um índio tipologicamente único do ponto de vista de caracteres culturais (originalidade); algo impossível diante da existência da diversidade de formas culturais absorvidas e compartilhadas entre grupos étnicos em várias situações globais; a persistência não corrompida de hábitos, língua e artefatos – também impossível, diante do peso da história na transformação das formas culturais de viver, sendo o tempo e os seus estímulos de mudanças tão influentes na cultura quanto a própria vida prática; e o critério da permanência – inviável pois os processos migratórios de dispersão populacional sempre foram uma realidade para os grupos étnicos, sendo processos constitutivos da etnicidade muitas vezes causados pelo contato (Valle, 1993).

Por quase dois meses, fiz visitas semanais à residência da presidente e criadora da Associação dos Moradores do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (AMCIPP). Uma das suas grandes frentes de atuação tem sido a descaracterização da presença indígena Anacé no interior da região do CIPP. A presidente da Associação alega que a presença indígena desfavorece as famílias da região que “querem ser indenizadas com justiça pelo Governo”. Esse desfavorecimento das famílias não indígenas decorre, segundo ela, do fato de que todos os processos indenizatórios operados pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) nas vilas de Bolso e Matões foram interrompidos após a mobilização dos “falsos índios Anacé”.

Junto à presidente da Associação obtive acesso a uma série de notícias de jornais impressos, documentos oficiais e fotos que registravam desde os momentos iniciais a emergência Anacé, quando se deu a primeira mobilização incentivada pela Pastoral do Migrante, em reuniões realizadas na vila de Bolso, até os seus últimos desdobramentos, quando o movimento acatou a proposta de receber uma reserva indígena em troca da área poligonal do setor II do CIPP que abrigará o projeto da refinaria Premium II, da Petrobras.

Sobre a presidente da Associação dos Moradores do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (AMCIPP), desfeita no início de 2012, destaco o empenho em utilizar recursos jurídicos e políticos para negar a presença indígena contemporânea no interior do CIPP. Com base no que me relatou em várias conversas, faço uma descrição resumida da sua atuação.

Helena – a presidente da Associação – ainda morava na vila de Bolso quando o Governo iniciou as primeiras obras estruturantes do CIPP. A primeira delas, e mais significativa, foi a construção da rodovia CE-085 que partia de Fortaleza, cruzava o centro da vila de Bolso e seguia em direção às cidades da costa oeste do Ceará.

Tendo conhecimento da possibilidade de desapropriação dos habitantes da vila – algo que já ocorrera com quase todos os moradores da região, desde 2002, ano do Decreto do CIPP –, Helena, junto com algumas famílias da localidade, procuraram se reunir objetivando articular alternativas de enfrentamento às propostas de desapropriação do Governo. Num primeiro momento, reuniu-se uma dezena de habitantes da vila de Bolso, que logo se dividiram entre aqueles que acatariam os valores indenizatórios propostos pelo Governo, e aqueles que, a todo custo, preconizavam a permanência das famílias nas suas localidades. No início, essa divisão não causou grandes cismas políticos no interior da Associação. O debate sobre aceitar ou não os acordos com o Governo eram incipientes.

Em certa ocasião, Helena foi procurada por duas amigas de Bolso para fazer parte de uma nova organização que surgia dentro da comunidade. Essa organização se concentrava na

defesa do “povo Anacé que vivia em Bolso e nas outras vilas”, movimento que fora desperto a partir da participação da Pastoral do Migrante no processo de conscientização sobre a presença indígena nas vilas da região. Foi depois disso, explicou-me Helena, que os “falsos índios” – expressão recorrentemente utilizada – começaram a afirmar com frequência que “todos ali eram, de uma forma ou de outra, índios”. As ações iniciais do movimento indígena, que possuía uma grande participação de jovens das localidades de Bolso e Tapuio, orientaram-se, de acordo com Helena, a visitar as famílias nas suas casas e incentivá-las a se afirmar como indígenas, além de promover encontros nos quintais das residências.

Helena lembrava que pouco a pouco as “famílias foram sendo seduzidas”, e quando esses jovens foram até sua casa para lhe perguntar – “E, então, Helena, você está com a gente nessa luta?” –, sua resposta foi imediatamente negativa à participação do que chamou de “farsa sem sentido criada por pessoas que se aproveitavam da ingenuidade das outras”. Uma desses jovens trabalhava como agente comunitário em um programa de saúde do Governo, situação profissional que favorecia o acesso às residências da maioria das pessoas que moravam nas vilas de Bolso, Chave e Tapuio, principalmente. Servindo-se da sua atividade de visitar e conversar com os moradores das vilas, essa jovem, que era uma das principais lideranças indígenas Anacé na época, passou a “convencer os moradores a quererem virar índios”.

O fato de discordar da autoafirmação indígena foi, segundo Helena, decisivo para a construção do seu isolamento dentro da vila, principalmente por parte das famílias que passavam “a se reunir debaixo das árvores, nos quintais escuros e isolados do acesso de outras famílias, como índios mesmo, mas índios falsos”. Essas famílias também se encontraram, por diversas vezes, com representantes Tapeba das comunidades indígenas de Caucaia. Relatou-me Helena que os índios Tapeba vinham até a vila de Bolso para se reunir com os Anacé nos quintais das casas, onde cantavam e dançavam ao ritmo de instrumentos que os Tapeba traziam das suas comunidades. Helena também recorda que muitas famílias não indígenas ficaram assustadas com aqueles atos, pois, para muitos, todo aquele cerimonial parecia mais um “terreiro de macumba”. Segundo ela, muitas “trocas” foram realizadas entre os “falsos Anacé” e os Tapeba que ensinavam “as pessoas a se transformarem em índios de mentira”.

O que intrigava Helena nos encontros onde se reuniam somente indivíduos Anacé era o grau de isolamento e recusa à presença de não indígenas no âmbito dos encontros. Ela recorda que depois que surgiu “aquele povo que se diz índio” dentro da localidade, as relações corriqueiras entre famílias, a aceitação de amizades entre indígenas e não indígenas, além da construção de um movimento político que reunisse todas as famílias, tornaram-se inviáveis.

Diante das insatisfações com aqueles com quem mantinha relações de vizinhança e amizade, confrontada por um movimento que, no seu entender, era uma ação “enganadora contra as pessoas humildes da comunidade”, e compreendo a inevitabilidade de instalação do CIPP, Helena decidiu vender suas terras para o Governo que à época começava a agrimensurar, calcular os valores e adquirir os terrenos dos proprietários interessados em serem indenizados voluntariamente.

Todas as atividades fundiárias empreendidas pelo Governo eram e são coordenadas pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), responsável pelos assuntos relacionados à desapropriação e ao assentamento das famílias, embora se saiba que alguns proprietários estejam recebendo propostas de empresários interessados em instalar suas indústrias no CIPP. Enquanto morava na vila de Bolso, conheci um morador que teria vendido sua propriedade e benfeitorias – como a casa, os reservatórios de água e as plantações – por R\$ 800 mil para uma indústria de ração animal. Um ano antes, o governo teria lhe oferecido R\$ 75 mil; quantia que, obviamente, foi rejeitada pelo proprietário.

Helena recorda que à época das primeiras desapropriações, o IDACE produzia um cálculo-base que avaliava o preço de mercado do terreno, somava as benfeitorias – espécies de plantas, formações lacustres, reservatórios de água e edificações – e lançava a proposta de compra. Se o imóvel, com todas as benfeitorias contabilizadas, custasse abaixo de R\$ 25.000, aquela família tinha o direito de receber um imóvel novo dentro dos assentamentos localizados na região costeira a oeste do Porto do Pecém. Do contrário, as famílias receberiam somente o valor indenizatório.

Diante da proposta, Helena voluntariamente decidiu vender seu terreno e sua casa localizados na vila de Bolso. Como a soma dos seus bens ultrapassava o teto estabelecido para os que seriam beneficiados com um novo imóvel, ela teve que se mudar para a sede do município de São Gonçalo do Amarante, onde comprou outro imóvel num bairro central da cidade. Na sede do município, conheceu um coronel reformado do exército que era envolvido com a cena política local. O coronel atuava, com empenho e ufanismo, contra a ascensão do movimento indígena no município de São Gonçalo do Amarante. Uma forma de atuação era a composição de artigos, cartas de denúncia e outras formas públicas de pronunciamento através das quais negava, por um conhecimento histórico autoatribuído sobre os grupos da Região Metropolitana de Fortaleza, que em São Gonçalo do Amarante “não existiam mais representantes vivos Anacé, e que todos aqueles que assim se promoviam eram trapaceiros”.

Helena e o militar passaram a ser conhecidos na cidade como representantes da grande maioria pró-CIPP e, logo, contrária à emergência Anacé e aos seus projetos. Ambos se

tornaram apoiadores do Governo do Estado, através do seu corpo de secretários e agentes, e do governo municipal que trocou o lema da logomarca do município por uma expressão exaltava o significado do Porto e do seu parque industrial para São Gonçalo do Amarante. Os imóveis e automóveis da Prefeitura de São Gonçalo do Amarante portam há quase dez anos a seguinte inscrição: “São Gonçalo do Amarante: Um Porto de Prosperidade”. A crença no que esse lema expressa propiciou Helena a se aproximar do Coronel e ambos se aproximarem dos gestores, engenheiros, fiscais e outros funcionários das obras do CIPP desde então.

Helena continuava a reforçar o discurso de que “a farsa da presença indígena em São Gonçalo do Amarante precisava ser desmascarada”, enquanto também lembrava que “as pessoas tinham o direito de fazer o que quiserem com os seus bens, suas terras”. Esta última afirmação remete ao medo que acometia uma grande quantidade de famílias não indígenas moradoras das vilas indígenas: de que o reconhecimento da presença indígena acarretasse a impossibilidade de venda das suas terras para o Governo ou para grupos empresariais.

Em mais de uma conversa, Helena arrependeu-se por não ter esperado mais um pouco até encontrar um “empresário” que se interessasse pelo seu terreno na vila de Bolso. Assim, poderia ter vendido por um preço bem melhor do que conseguiu com o processo indenizatório promovido pelo IDACE. A especulação imobiliária no interior e às margens da poligonal do CIPP é encarada pelo Governo como um problema sério que deve ser enfrentado como qualquer outro problema de infraestrutura, logístico ou burocrático de instalação do CIPP. Em pronunciamento realizado em junho de 2012, na cerimônia de estabelecimento do Pacto pelo Pecém, que reuniu na Assembleia Legislativa do Ceará políticos e empresários relacionados ao CIPP, o Governador do Estado, Cid Gomes, enfatizou que a ação de “localizar e punir judicialmente, se possível for, os especuladores do CIPP deveria surgir como meta do Pacto pelo Pecém”.

A presença de Helena no centro do debate sobre a existência de indígenas em São Gonçalo do Amarante ganha visibilidade em diversos eventos onde estiveram reunidas as lideranças indígenas e alguns representantes do Governo. Nesses encontros sempre se desdobravam conflitos diretos entre os seus participantes, o que inviabilizava qualquer forma de decisão razoável sobre a situação dos grupos indígenas e não indígenas que moravam no interior do CIPP.

Em outras situações, quando a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) passou a cadastrar as famílias Anacé no seu banco de dados populacional, depois de acatar o pedido de reconhecimento étnico, Helena e uma ex-vereadora de São Gonçalo do Amarante recorreram

ao próprio Ministério Público contradizer a presença indígena na região. Sua denúncia consta em Termo de Representação expedido pelo órgão público:

As declarantes representando os habitantes de São Gonçalo do Amarante/CE trazem ao conhecimento do Ministério Público Federal que elas não reconhecem nenhuma etnia indígena nos dias atuais no referido município, principalmente nas localidades de Matões, Bolso, Chave, Gregório, Tapuio, Madeiro, Campo Grande e adjacências, onde agentes de saúde induziram pessoas a se reconhecerem como indígenas. Não para enobrecer a etnia Anacé, mas para tirar proveitos das vantagens oferecidas pela FUNAI. 80% (oitenta por cento) dos que não se reconhecem indígenas estão sujeitos a saírem de suas propriedades, onde compraram com muita dificuldade, simplesmente porque moram nessas comunidades e não se reconhecem como indígenas (...) Segundo as declarantes, o Governo do Estado do Ceará e a FUNAI elaboram projetos sem a participação dos moradores/proprietários [não indígenas] dessas localidades. As declarantes ressaltam que um grupo de 10 (dez) pessoas criaram um grupo que denominaram Comissão da Terra, que visa lutar pelos direitos indígenas (...) As declarantes ressaltam que essa Comissão da Terra está fazendo o cadastro de cada morador dessas localidades, e, segundo alguns moradores, eles são manipulados/forçados a se declararem como índios senão correm os riscos de perderem suas terras (propriedades); sentindo-se inseguros, alguns moradores se declaram índios, mas estão confusos e com medo desse cadastro irregular. Hoje, um grupo de 70 (setenta pessoas) compareceu nesta PR/CE visando falar com um dos procuradores para que ele tome conhecimento das irregularidades que estão sendo praticadas nas suas localidades, tais como: demarcação pela FUNAI, informando-lhes que suas terras são indígenas e ameaçando desapropriá-las caso não se declarem índios; incentivos para que pessoas não indígenas se declarem índios, deixando-as inseguras e preocupadas com essas declarações, principalmente os idosos<sup>63</sup>.

A existência de tensões entre indígenas e não indígenas no interior das vilas, assim como nos debates públicos envolvendo pessoas de fora dessas localidades, alimenta-se, principalmente, do fato de que as populações indígenas estariam sendo melhor assistidas pelos órgãos governamentais frente às dinâmicas de desapropriação do CIPP. Algo provado, segundo as pessoas que se posicionam dessa forma, pelas inúmeras negociações entre a FUNAI, o Governo e a Petrobras que se realizam sem o conhecimento e proveito das famílias não indígenas.

A não declaração de pertença étnica por parte de algumas famílias é uma questão complexa que envolve mais do que aspectos relacionados às formas tradicionais de ocupação

---

<sup>63</sup> Ministério Público Federal (MPF), Procuradoria da República no Estado do Ceará. Termo de Representação PRDC, 2010.

territorial exercida por alguns grupos e não por outros, naturalidade ou referência familiar a uma ascendência indígena. Critérios estritamente relacionados à tradição ou à ancestralidade não dão conta, sozinhos, de especificar porquê de algumas famílias ou indivíduos se declararem indígenas e outros não. Para responder seria preciso uma investigação etnológica mais intensiva com as famílias, onde se pudesse investigar as histórias familiares e a formação das redes de parentesco e de trocas que conformaram as situações identitárias dos grupos associados e não associados ao etnônimo.

Infelizmente, a existência de inúmeras animosidades entre conterrâneos dessas localidades decorrentes do processo de afirmação étnica e do seu cruzamento com a emergência do CIPP, o temor da desapropriação que atinge tanto indígenas quanto não indígenas, as insatisfações relacionadas à atuação do Governo em prol dos moradores e da resolução de problemas já decorrentes da instalação dos empreendimentos, além de tudo que envolve tipos de figurações identitárias intra e interlocais (Elias, 2000), contribuíram para que um trabalho dedicado a procurar entender algumas conformações históricas e organizacionais do grupo Anacé não fosse realizado. São dificuldades que qualquer pesquisador sentiria em campo, dado que as vicissitudes das transformações políticas que envolvem as interações entre segmentos do mundo empresarial, estatal e local, no encontro de instalação de um grande projeto do projeto, são variáveis sobre as quais o antropólogo não tem controle.

Na luta a que Helena (e outros) se lançam na negação ferrenha da presença étnica não transparece somente como uma obrigação cívica, uma pretensão de ser juíza da verdade histórica local, uma frustração da perda daqueles que antes eram amigos, uma reivindicação de direito territorial, mas em boa proporção é uma disputa por espaço de liderança dentro das comunidades pelo direito de decidir sobre o que fazer com as terras. É no espaço político mais formalizado e tensionado por posições hoje contrárias onde se percebe a impossibilidade de serem recompostas as antigas relações de vizinhança entre as metades conflitantes.

Assim, em sintonia com Pacheco de Oliveira (1993, p. 4), discordo da afirmação de Cohen (1969) de que etnicidade tem apenas um fundamento pragmático baseado em cálculos razoáveis. A instauração de uma ruptura política realizada por uma nova identidade indígena não dependeu somente de definições econômicas e políticas relativas ao direito fundiário, mas foi também ilustrativa daquilo que Elias (2000, p. 53) tratou por uma “comunidade de sentimento”, ou seja, a construção de laços relacionais que se baseiam em processos de identificação que levam em consideração o tempo de convivência e o compartilhamento de semelhanças diacríticas, históricas e organizacionais entre os indivíduos que habitam uma mesma comunidade de vizinhança. A forma de se lamentar de Helena, quando trata a

emergência étnica como o estopim de um conflito “que não teve necessidade de ocorrer”, evidencia o rompimento de uma comunidade de sentimento que consta no seu regime de memória, quando essa ainda não conhecia a ameaça de desapropriação.

Na verdade, todas as metades ali em disputa estão desfavorecidas por um processo que centraliza as ações que interessam primeiramente aos grupos empresariais que se instalam na região e, em segunda instância, aos interesses das gestões governamentais e dos seus operadores, a quem as obras contam como capital político em períodos eleitorais.

A resposta dada pelo Ministério Público Federal à denúncia de Helena e das 290 pessoas cujas assinaturas constavam em um abaixo-assinado foi o arquivamento do caso diante de alguns fatos, como a presença de assinaturas de uma mesma pessoa replicada em páginas diferentes, além de assinaturas dispostas em folhas que não portavam o cabeçalho explicativo dos motivos de veiculação do documento. Esses dois aspectos formais desvalidavam o documento. Outra justificativa para o arquivamento remete aos conflitos internos às vilas da região do CIPP.

De todo o caso, resta claro que o processo de identificação ocorre em meio a conflitos, observado através de grupos que se confortam por motivos diversos, ademais, observa-se que o trâmite de demarcação se encontra dentro da técnica adequada, restando comprovado que a denúncia não passa de conflitos de interesses alheios aos Direitos Indígenas. A esse respeito assevera o Perito que, pautado em rígida metodologia de trabalho, firma-se inverídica a delação<sup>64</sup>.

Internamente ao movimento contrário ao reconhecimento, compõem-se situações e interesses os mais diversos que vão de contendas pessoais envolvendo moradores a disputas por poder político envolvendo vereadores locais e seus interesses eleitorais e fundiários. Tendo observado esses fatores, interpretados como estritamente particulares ao contexto dos desentendimentos decorrentes de todo processo de reconhecimento étnico, a Procuradoria da República optou por concluir pelo arquivamento do caso.

\* \* \* \* \*

---

<sup>64</sup> Ministério Público Federal (MPF). Procuradoria da República do Estado do Ceará. Promoção de Arquivamento (N.º xxx / 2011). Fonte: Acervo Particular.

Entre a população não indígena, a negação da presença étnica reproduz a ideologia da redenção (Ribeiro, 1987) e a crença no “progresso” típica dos grandes projetos. Soma-se, no entanto, uma guerra de interpretações sobre o passado, por meio da memória, por referências tais como: “Meu avô, que morreu com 102 anos, e que sempre morou por aqui, nunca ouviu falar que em São Gonçalo havia índios”. A ancestralidade é utilizada não para recuperar narrativas ou mito-narrativas originárias, como havia sido feito nas atividades promovidas pela Pastoral do Migrante, mas para ser utilizada como prova da não existência de referentes autóctones no município, como regime de anulação e contraprova à existência de indígenas vivos.

É conhecido da etnologia dos índios do Nordeste que os regimes de memória, etnônimos, atores e formas de narrar esses eventos e pessoas são entrecruzados por variâncias que sempre atualizam e reposicionam os grupos a depender do instante a partir do qual a presença indígena é contada. Nesse sentido, qualquer artefato não material de registro da presença indígena ou esforço de visualização dramática de acontecimentos tópicos da narrativa autóctone irá encontrar-se como um componente tão eficaz quanto o “fazer lembrar”, que é o “fazer esquecer”; fazer esquecer para de novo fazer lembrar de algumas coisas mais importantes para um novo regime da memória dentro de um outro contexto situacional onde uma narrativa é reproduzida. Segundo os argumentos de Ricoeur (2007), a habilidade em esquecer é constitutiva da produção da história. Fatos e pessoas se sucedem ou são simplesmente relegados ao esquecimento para que outros conteúdos da memória sejam reposicionados na narrativa.

### **Conformações atuais: a inevitabilidade do Pacto do Pecém**

Após participarem de inúmeras discussões em eventos públicos onde se faziam presentes e envolvidos o governador, secretários, lideranças de associações comunitárias não indígenas e vários habitantes das vilas do CIPP, os representantes Anacé foram, paulatinamente, sendo conformados por algo que poderia ser traduzido por um “senso de inevitabilidade das ações desenvolvimentistas”. Isso acabou resultando na atração das lideranças Anacé, e depois de todas as famílias indígenas, para um pacto com o Estado que previa a “troca” das terras indígenas reivindicadas no centro do CIPP (principalmente das

vilas de Bolso e Matões) por uma área localizada no município de Caucaia que será transformada em reserva indígena.

A pressa do Governo em acelerar as negociações com os indígenas desde 2010, explica-se pela constante ameaça da Petrobras em atrasar ou mesmo cortar dos seus planos a instalação da refinaria Premium II, caso não se encontre uma definição do que vem se tratando como o “impasse indígena do CIPP”. Dada a escolha de uma área, a FUNAI entraria na certificação da terra como pertencente ao grupo indígena Anacé. Até o momento, foram cogitadas três áreas, todas com valores fundiários que ultrapassam os R\$ 10 milhões. Uma delas seria adquirida de um dos maiores latifundiários do Ceará, que até o final de 2012 não havia sinalizado interesse em negociar com o Governo. Outra faz fronteira com a terra indígena Tapeba. Essa segunda opção tem ganho maior apoio da comunidade indígena que entende a proximidade territorial com os Tapeba como um motivo para o fortalecimento das organizações indígenas da Costa do Pecém. O governo ainda cogita que uma terceira opção de área é cogitada: um trecho da planície costeira mais próxima do litoral e, da mesma forma que a segunda opção, fronteira com as extensões da terra indígena Tapeba. Acredita-se que essa última venha a pôr uma definição final aos acordos entre o governo, a Petrobras e os indígenas.

Os meses de novembro e dezembro de 2012 foram marcados por reuniões envolvendo os três segmentos em Brasília. As representações estatais e privadas esperam a liberação de dois pareceres da FUNAI para a aquisição da área onde serão assentadas as famílias Anacé. O primeiro desses documentos é um parecer sobre o Plano de Ação Básico (PAB) da Petrobras, que precisa do aval da FUNAI para receber a Licença Ambiental (LI) da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE). O segundo desses documentos é o parecer julgando a viabilidade de aquisição da área que será destinada à Reserva Indígena Anacé.

As notícias na imprensa<sup>65</sup> indicam que a área já foi escolhida e que todos os entraves relacionados ao “impasse indígena do CIPP” começam a ser resolvidos. A “presença indígena”, e todos os esforços em querer afirmá-la ou negá-la, são transformados em uma realocação, estruturados pelos interesses do capital estatal e empresarial, para um trecho territorial não coincidente com a área poligonal do CIPP.

---

<sup>65</sup> JÚNIOR, Ilo Santiago; SOUSA, Sérgio. “Governo propõe troca de terras com tribo Anacé”. *Jornal O Diário do Nordeste*, 16 jun. 2010; EUGÊNIO, Carlos. “Cid fecha acordo com Anacé”. *Jornal O Diário do Nordeste*, 06 jul. 2010.

## **CAPÍTULO IV**

### **Composições e representações do drama desenvolvimentista**

Este capítulo apresenta e analisa encontros onde se relacionavam lideranças Anacé, funcionários do Estado e dos grupos empresariais envolvidos com os projetos do CIPP. Privilegio as formas de representação e transformação do discurso da etnicidade Anacé nesses espaços políticos de interação.

Uma visada sobre a presença do Estado no cenário das interações que fundam o CIPP faria notar sua atuação bastante eficaz em duas frentes: cedendo benefícios “à porta” das empresas e atuando no plano das legalidades relativas aos impactos ambientais e sociais. No que diz respeito às relações entre Estado e populações indígenas, é no aspecto das legalidades e da autoridade reguladora que se interpõem as relações entre este e as populações Anacé. Em um período de uma década, as relações entre esses dois segmentos se transformaram em vários sentidos. De uma animosidade e um descrédito na autoridade pública, as populações indígenas passam, aos poucos, ao diálogo, às reuniões a portas fechadas (fechadas à imprensa, principalmente) e aos acordos que envolviam trocas de benefícios fundiários entre governo e indígenas. O que era uma emergência étnica baseada no apelo à autoctonia, à pertença territorial e erigida sobre a afirmação de nexos fundamentais entre cultura e ambiente

biofísico, converteu-se numa dinâmica política onde a organização indígena se viu obrigada a “negociar” com os consórcios político-empresariais. Desde 2010, o posicionamento da organização indígena tem sido mais atento às intenções do Estado e dos grupos empresariais. É dessa data que passa a surgir nas matérias jornalistas termos como “troca de terras”, “entram em acordo” e “negociação”<sup>66</sup>.

Percebe-se que o movimento de renegociação do território indígena foi influenciado por algo que já chamei neste trabalho de um certo “senso de inevitabilidade” quanto ao avanço das obras do CIPP. A hipótese aqui elaborada é a de que “a inevitabilidade dos projetos do Pecém” foi aos poucos impulsionando o movimento indígena a se reposicionar diante dos órgãos administrativos do empreendimento. Qualquer diálogo com algum indígena deixa transparecer a insegurança, o temor e a expressão de uma fragilidade diante dos processos de expansão do complexo por todas as direções do território indígena. No meu primeiro dia na vila de Bolso, o centro nervoso de todas as transformações regionais, tive a oportunidade de conversar com Joana, uma das primeiras lideranças indígenas Anacé. Ela disse que, embora a luta Anacé fosse “braba”, sabia que “muitas coisas do Governo e dessas empresas aí a gente não tem como lutar contra”.

Em meio a todos esses posicionamentos, o que se percebe é que a emergência dos projetos desenvolvimentistas também sofreu inflexões no que diz respeito à necessidade de negociar seu espaço com as demandas do grupo Anacé. Um exemplo é o atraso das obras de terraplanagem do setor II, destinado à refinaria Premium II, da Petrobras, em decorrência da negação do seu primeiro Plano Básico de Ação (PAB) por parte da FUNAI, que solicitou a reavaliação do documento em vista das reivindicações das populações indígenas da área. O atraso das obras resultou na retirada do empreendimento dos planos trienais da Petrobras, que prevê a inauguração da refinaria do Ceará em 2017. Cogitou-se a eliminação por inteiro do empreendimento da agenda dos novos projetos da estatal. Para evitar a retirada da refinaria do CIPP, o Governo do Estado apelou ao Governo Federal. Também é nesse período de ameaças de corte que o Governo do Estado começa a se afastar do discurso da “descaracterização da presença Anacé” em prol da consolidação de alianças com o movimento indígena.

Ainda nesse período surge, nas páginas de um jornal local, uma frase proferida pelo secretário de infraestrutura do Governo do Estado que, ao meu entender, é exemplar dessas novas relações: “Nós [o Governo e as populações indígenas] não sabíamos! Mas por fim

---

<sup>66</sup> Jornal Diário do Nordeste. “Governo propõe troca de terras com tribo Anacé”. 16 jun. 2010. Fonte: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=801086>. Acessado: 21 dez. 2012.

acabamos descobrindo que falávamos a mesma língua”<sup>67</sup>. A fala do secretário é feita logo após a primeira reunião a portas-fechadas que o movimento indígena teve com o Governo, momento em que se cogitou a possibilidade de ser trocada a área central e periférica II do CIPP por uma reserva localizada fora da área poligonal do projeto.

O Complexo acaba propiciando a existência de inúmeras “reuniões concentradas” (Geertz, 1989, p. 139) onde os processos de figurações identitárias, as representações hierárquicas e os planos de agências individuais/coletivas que estruturam o projeto colocam-se à observação do pesquisador.

O conceito de “reuniões concentradas” ressalta os atos instantâneos, os jogos corporais e de linguagem, o compartilhamento de ambientes institucionais por coletividades e seus códigos de comunicação. Esses encontros podem ser conflitivos, colaborativos e decisivos para o destino dos seus participantes. As reuniões concentradas são eventos que sempre gozam de um certo grau de imprevisibilidade quanto ao que pode acontecer, a despeito dos sistemas posicionais hierárquicos que fundamentam as relações entre os seus participantes.

Essas reuniões ganham forma nos inúmeros atos inaugurais, assembleias, reuniões de comissões e outras mobilizações coletivas que aproximam “pessoas do Estado”, “nativos” e “funcionários das empresas” dentro de atos interativos que objetivam integrar, decidir e reconhecer competências institucionais e políticas. Ocasões onde ficam mais evidentes as composições entre redes e níveis de integração que constituem as dinâmicas do desenvolvimento (Ribeiro, 1987; 1991; 2008). É por isso que a seguir privilegio a descrição de três lugares/eventos: [a.] uma reunião da Comissão Territorial de Matões, [b.] a inauguração do “Pacto pelo Pecém” e [c.] um dia de visita à sede da FUNAI (FAL-CE).

## **O Comitê Territorial dos Matões**

Durante uma conversa com um dos moradores de Bolso soube da existência do Comitê Territorial dos Matões. Meu interlocutor, que pertencia a uma família não indígena tratou da existência do Comitê como uma “reunião onde se falava sobre os problemas do CIPP”. De início, imaginei que pudesse ser uma reunião de associados a uma instituição de base local, como uma associação de moradores. O morador que falou da existência desses

---

<sup>67</sup> EUGÊNIO, Carlos. “Cid fecha acordo com Anacé”. Jornal O Diário do Nordeste, 06 jul. 2010. Fonte: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=810414>. Acessado: 21 dez. 2012.

encontros não especificou quem fazia parte do comitê e o que discutiam no seu interior. As únicas informações foram que eles se reuniam mensalmente nas dependências de uma escola da vila de Matões e que a próxima reunião aconteceria no dia 24 de fevereiro de 2012.

Aproveitei a ocasião do encontro para conhecer a vila de Matões que dista cerca de oito quilômetros da vila de Bolso. Matões pertence à municipalidade de Caucaia, cidade que divide junto com S. G. do Amarante a área poligonal do CIPP. No interior do seu perímetro urbano se localiza o setor II que abrigará as obras da refinaria Premium II, da Petrobras (*vide* Mapa 01). No plano diretor do CIPP, a vila seria parcialmente desapropriada para a ocupação da Refinaria, enquanto uma outra porção funcionaria como “zona de expansão urbana”; um perímetro urbano destinado à alocação da mão-de-obra.

Matões em quase tudo lembrava a localidade de Bolso: blocos de casas de um lado e do outro de uma extensa estrada asfaltada que seguia em direção à Costa do Pecém, onde se encontra o Porto. O silêncio das grandes áreas verdes que circulam as casas de varanda concorre com o barulho dos caminhões-cegonha, caçambas e caminhões de containers que cruzam diariamente a localidade. A Prefeitura de Caucaia registra ali cerca de 5.000 habitantes que se dividem entre trabalhadores assalariados das indústrias e do Porto do Pecém, uma pequena parcela de funcionários públicos que trabalha no posto de saúde e nas duas escolas do distrito, comerciantes, pequenos agricultores e criadores de animais. Em menor número ainda, existem os pescadores marítimos que, anos atrás, antes da instalação do Porto, iam até a costa pescar e negociar peixes e crustáceos.

Assim como em Bolso, há cerca de 20 anos, Matões era constituída por umas poucas dezenas de casas espalhadas ao longo de um pequeno trecho do tabuleiro litorâneo. As residências estavam dispostas ao longo de uma vereda por onde passavam apenas animais e pessoas em direção às roças de milho, feijão e mandioca plantadas nas baixadas e nas beiras de córregos intermitentes. O Porto e a necessidade de ampliar as rodovias de acesso vieram a alargar os caminhos por onde antes passavam comboios de animais levando lenha e alimentos colhidos nos roçados.

**Fotos 07 e 08 – Paisagens da vila de Bolso, S. Gonçalo do Amarante.**



As fotos registram paisagens da vila de Bolso, como centro local onde se encontra a capela e a praça pública e os caminhos carroçáveis que recortam todo o território das vilas. Ressalta-se a inexistência de diferenças óbvias entre as residências das famílias indígenas e não indígenas.  
**Fotos:** Potyguara Alencar.

Embora impactadas pelo mesmo empreendimento, notei que as vilas possuem organizações políticas diferentes, com atores e preocupações diversas. A vila de Bolso possui a Associação dos Moradores do CIPP que se posiciona contrariamente aos interesses étnicos Anacé, enquanto a vila de Matões possui o Comitê Territorial que recebe apoio do movimento indígena. As diferenças entre essas duas organizações reside no fato de que a primeira é mais centrada nos assuntos de interesse fundiário e a segunda em discutir problemas gerais relacionados à implantação do CIPP. Assim, para a primeira, discutir preços de indenizações de particulares é muito mais importante do que discutir as políticas governamentais de combate à transmissão de doenças sexualmente transmissíveis e difusão de drogas na região de expansão da hinterlândia portuária, preocupação que ocorre à segunda com a sua visão abrangente sobre os problemas ocasionados pelo CIPP.

Os interesses políticos de ambas as vilas são divididos, embora ambas sejam afetadas pelas mesmas dinâmicas. O que as unifica é o movimento indígena, que possui famílias cadastradas em Bolso e Matões, além de em Santa Rosa e Japoara. Embora unificadora, a organização indígena é rechaçada como um “bando de gente que se reúne escondidos nos quintais das casas” e que não permitem a participação de indivíduos não indígenas nos seus encontros. Criou-se uma ideia geral entre as famílias não indígenas de que o movimento Anacé é uma reunião de particulares que discutem, elaboram e executam planos que

favorecem exclusivamente as famílias indígenas, não se importando com os problemas mais urgentes que atingem sem distinção toda a população das vilas do CIPP. Não se pondera que, de início, os Anacé tentaram incorporar famílias as mais diversas no interior da organização, e que todas as ameaças e tentativas de descaracterização da presença indígena executadas pelo Estado e pelos habitantes não indígenas acabaram resultando no recrudescimento do movimento étnico em geral.

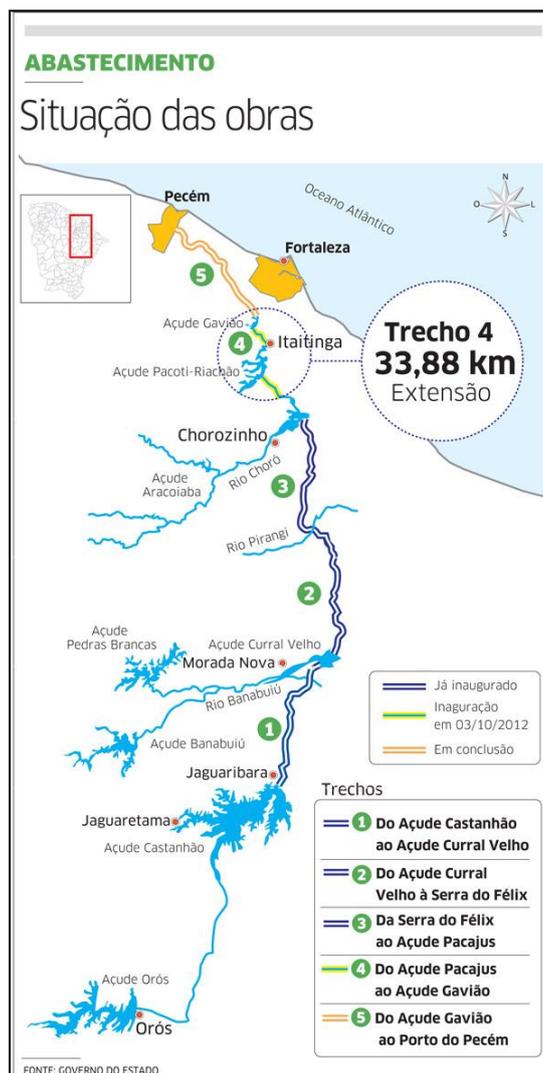
Essas clivagens entre identificação étnica e territorial diferenciadas revelam que o movimento indígena Anacé não conseguiu unificar as vilas do CIPP ao redor das causas emergenciais para todas as populações ali residentes. Fica evidente que, para os Anacé, a luta em torno da identificação étnica tornou-se mais importante do que a soma dos problemas localizados nas vilas do CIPP. Produziu-se um processo de dissociação entre o que significavam as “pequenas” demandas locais – como direito a indenizações justas, combate à violência nas áreas de crescimento urbano, preservação das áreas de proteção ambiental, investimento em saúde e educação nas localidades, etc. – e o que significava a grande disputa por reconhecimento político e jurídico da pertença étnica.

Descobri que a reunião do Comitê Territorial de Matões ocorreria na sede do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo de Fortaleza (SINTRAMICO). A sede sindical era o local onde mensalmente aconteciam os encontros do Comitê é uma casa de veraneio ampla, com piscina, campo de futebol *society* e alojamentos. À minha chegada, estavam presentes o articulador local dos encontros do Comitê, dois representantes de associações comunitárias de vilas localizadas próximas ao perímetro costeiro e um representante da Secretaria de Educação (SEDUC). Aguardavam uma advogada funcionária de uma das secretarias do Governo do Estado e um engenheiro representante do Consórcio Gavião-Pecém, responsável pela construção das adutoras da transposição do rio São Francisco. O Consórcio Gavião-Pecém surge da aproximação de duas empresas do setor de construção civil responsáveis pela instalação de adutoras do açude Gavião no CIPP<sup>68</sup>. O reservatório pertencente ao setor de abastecimento da Grande Fortaleza. A adutora faz parte do movimento de integração dos canais de transposição do rio São Francisco, cuja água deverá abastecer alguns reservatórios dos conjuntos hidrográficos cearenses. O projeto, na sua totalidade, é chamado de Eixão das Águas (*vide* Mapa 08).

---

<sup>68</sup> Consórcio Gavião-Pecém V: Construtora Passarelli Ltda. e Construções e Hydrostec Tecnologia e Equipamentos Ltda.

**Mapa 11** – Mapa do projeto Eixão das Águas, da Transposição do rio São Francisco.



**Fonte:** Jornal O Povo. **Acessado:** 05. mai. 2012.

Lendo atas de outras reuniões do Comitê Territorial de Matões, vi uma fala contestatória de Alberto, uma liderança Anacé da vila de Matões, à construção do Eixão das Águas, da transposição do rio São Francisco. A sua argumentação se dava num contexto onde estava presente uma série de representantes governamentais. A época era de quase completa incomunicabilidade entre indígenas e Governo, que ainda viviam em extrema animosidade.

Alberto questionava o direcionamento estratégico do Eixão das Águas, no qual um dos trechos terminais ficava o parque industrial do CIPP. Sua questão era: por que as adutoras advindas do grande projeto de transposição do rio São Francisco não passavam pelos municípios atingidos pelos longos períodos de estiagem do Estado, a exemplo dos que se

localizam no Sertão Central? A quem elas serviam, de fato? Logo em seguida, a liderança respondia a própria pergunta nominando os grupos econômicos que seriam beneficiados com o projeto de transposição: polo agroexportador da Bacia do Rio Jaguaribe, localizado no meio-norte cearense; polo industrial de Fortaleza e Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

### Fotos 09 e 10 – Lideranças Anacé e Tapeba



Lideranças Anacé e Tapeba reunidas em dois contextos: denúncia à FUNAI (CE) da atuação de uma empresa do CIPP na região (foto 09) e cerimônia de recepção da comitiva de Luís Inácio Lula da Silva em visita à área onde será construída a refinaria Premium II, da Petrobras. **Fotos:** FUNAI (CE) e Jornal Diário do Nordeste.

A liderança indígena apontou o problema das cidades sertanejas que eram atravessadas pelas adutoras, lembrando que as águas dos canais eram negadas àquelas populações do semiárido. Segundo ele, vigilantes diurnos e noturnos armados faziam rondas ao redor dos canais de concreto para que nenhum morador da localidade viesse a extrair a água que passava pelo escoadouro de superfície. Por outro lado, esses mesmos canais desembocavam em extensas regiões agrícolas pertencentes a uma meia dúzia de latifundiários da região central do Ceará. No antes tórrido sertão cearense, agora, eram plantadas culturas de melancia, melão, abacaxi, mamão, banana e flores ornamentais. Produtos cuja grande maioria atravessaria o Atlântico, através do Porto do Pecém, em direção aos mercados holandês, estadunidense e ibérico, principalmente.

Por fim, Alberto argumenta que as adutoras do Eixão das Águas são parte dos chamados “benefícios às portas” cedidos do Governo às empresas internamente ao CIPP. Ainda criticando o favorecimento do setor privado por parte de um projeto que dizia procurar “resolver o problema do camponês do semiárido”, o líder Anacé apontava os prejuízos causados pelas obras de implantação da adutora subterrânea no seu trecho final, na vila Matões: soterramento de mananciais de água doce, destruição do manguezal e assoreamento de riachos e rios.

Com discurso semelhante àquele proferido pela liderança indígena, o pronunciamento de um morador não indígena da vila de Matões abria a sessão daquela tarde. No local do encontro, estavam presentes representantes da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE), da Secretaria de Educação (SEDUC), uma advogada ligada a um órgão do Governo Federal e dois representantes da Prefeitura Municipal de Caucaia, além de uma dezena de moradores da região.

O morador de Matões tratou do soterramento da única nascente de água que havia em toda a extensão da vila, prejuízo causado pelas obras da adutora que já havia sido comentado pela liderança indígena em outra reunião. O morador procurou explicar como tudo aconteceu, como as obras foram avançando sobre a nascente, como os quintais foram sendo aos poucos tomados pelas montanhas de areia e pedras retiradas das escavações. Sua queixa, assim como a de muitos que acrescentavam informações à sua fala, recaiu sobre o descumprimento por parte do Consórcio Gavião-Pecém de um compromisso firmado, no contexto daquelas reuniões, de promover reparos nas vias urbanas da vila por onde a tubulação subterrânea havia sido disposta.

A explanação dos problemas por parte dos moradores, que agora procuram participar coletivamente da discussão, é interrompida pela representante da Secretaria do Meio Ambiente do Governo, que pede para “todos ouvirem as explicações do representante do Consórcio”.

O engenheiro representante do Consórcio começa apresentando as intervenções técnicas da obra que causaram os transtornos. Explicou a razão do soterramento da nascente de água e prometeu que o Consórcio iria procurar restaurá-la antes que as obras fossem concluídas. Em meio a sua fala, um dos moradores lembra que aquele compromisso já havia sido firmado há mais de seis meses, e que a “comunidade” não acreditava mais que o problema fosse resolvido. Alguém eleva a voz afirmando que as obras do Consórcio configuram um “crime ambiental”.

Depois da fala do engenheiro, a advogada se interpõe lançando uma explicação de ordem jurídica, relacionada à utilização dos recursos da região. Ela lembra que todos os recursos localizados no interior da poligonal do CIPP são “bens decretados pelo Estado”, o que lhe garante o usufruto a fins de instalação do CIPP: fábricas, adutoras, ferrovias, rodovias, etc. Nenhuma interposição de lei ambiental poderia contradizer o direito do Estado em se utilizar dos recursos na região, por isso o caso do soterramento do “manancial de água não configurava nenhuma crime, estava tudo em conformidade com o direito que assiste o Decreto de ocupação do CIPP”.

Um jovem se levanta ao final da fala da advogada e lembra que “em nenhum lugar do mundo se implode um prédio com pessoas circulando dentro dele” e que não entende porque logo ali, onde as pessoas ainda utilizavam da água do manancial, o Governo agia como se não existissem pessoas. Sua fala, de relevância de oposição aos argumentos da advogada, foi tornada irrelevante diante dos outros pontos de pauta.

Em certo momento, quando o assunto do manancial destruído pelas obras da adutora foi invisibilizado por outras questões, uma liderança Anacé presente solicitou ao Governo que as matas litorâneas do setor leste do CIPP, onde ficava a APA do Cauípe (*vide* Mapa 05), fossem incorporadas ao “cinturão verde do Complexo” explicando que além de serem fontes de recursos, e estarem à margem das iniciativas industriais centrais do CIPP, a região era um “território sagrado Anacé” onde eram executados cerimoniais e onde as crianças da Escola Indígena de Matões eram levadas para desenvolver atividades de campo. A gestora da APA do Cauípe presente afirmou que há grandes chances da incorporação daquelas matas ao interior da área verde e que um plano de manejo ambiental poderia pensar a incorporação territorial das matas à APA. O caso foi registrado pela representante da Secretaria do Meio Ambiente que propôs que o assunto constasse entre os pautados por um outro encontro. Depois de algumas reuniões do Comitê, percebi que o movimento indígena Anacé não mobiliza uma grande quantidade de representantes para participar dos mesmos. Sempre avistei somente um representante Anacé. Em outras oportunidades, como na inauguração de um programa do Governo dentro do CIPP, estavam presentes apenas três lideranças. Número inexpressivo diante das 403 famílias indígenas cadastradas. Entretanto, as localidades rurais, as vilas de pescadoras, as associações comunitárias sempre enviam vários associados, muitas vezes vindos de lugares distantes da região. É comum que os moradores custeassem suas próprias passagens para chegar ao local das reuniões. Sobre a participação das lideranças indígenas nesses eventos, percebi que há um grupo específico formado por três ou quatro

homens que se revezam, fazendo o papel de mediadores no repasse das informações e de porta-vozes da opinião do movimento indígena.

Conversando com um representante da Prefeitura de Caucaia, em numa reunião do Comitê, descobri que aquela organização foi criada na gestão do governador Tasso Jereissati, quando se iniciavam as obras portuárias do CIPP. A proposta de criação de um comitê territorial foi do sociólogo e professor efetivo do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará, André Haguette, que procurava articular pessoas a nível local que pudessem discutir e levar informes e demandas ao Governo sobre os problemas relacionadas à instalação do Complexo. Num primeiro momento, o Comitê atuava “autonomamente”. A maioria dos seus membros eram moradores da vila de Matões – como ainda hoje – e pouco eram os funcionários do Estado e das empresas interessados em se fazerem presentes aos encontros mensais.

Inúmeros problemas ambientais e sociais associados à evolução das obras do setor I e II, principalmente, causaram o surgimento de representações judiciais contra as obras do CIPP. Nesse momento, o Ministério Público Federal (MPF) passa a promover embargos às obras do CIPP: rodovias, em áreas a serem desmatadas, escavações a fim de instalação de gasodutos, por exemplo. O Governo passa, então, a sofrer pressão dos grupos empresariais, que querem as áreas liberadas e disponíveis para a execução das primeiras edificações dos seus equipamentos. É em meio às cobranças do setor privado de melhorias das infraestruturas do CIPP e respostas aos problemas judiciais levantados pelo Ministério Público Federal (MPF) que o Governo do Estado do Ceará, através de uma comissão que foi denominada de G + (Grupo de Monitoramento de Ações Institucionais e Setoriais do CIPP), passa a se aproximar de maneira coordenada de todos os assuntos pautados, debatidos e encaminhados pelo Comitê Territorial de Matões que até então tinha sido bastante interferente nas obras do CIPP. O ambiente das reuniões do Comitê se provou adequado à aproximação dos atores envolvidos direta ou indiretamente com as obras do Complexo. É a partir da criação do G+ que representantes do Governo e dos vários grupos empresariais passam a frequentar com assiduidade e a interferir nas reuniões do Comitê. Passados alguns anos, quase todas as pautas, os assuntos de debate e os encaminhamentos dos encontros são decididos pelo Governo e pelas representações do setor privado.

A leitura de algumas das atas de reuniões mostra uma intromissão gradual dos assuntos da pauta governamental no âmbito das questões mais específicas trazidas pelas populações da vila de Matões. De uma situação inicial de protagonismo inicial como gestores locais do Comitê, onde a “comunidade” propunha e buscava encaminhamentos, passa-se a um

regime de quase absoluta submissão aos interesses públicos locais pelos interesses dos consórcios estatais-privados.

Embora o Comitê seja, em grande medida, articulado por um morador da vila de Matões – um professor que leciona nas escolas da localidade –, os assuntos de importância prioritária, a composição das pautas e a articulação das pessoas que estarão presentes nos encontros são propostas que partem do grupo G +.

Dentro da Comissão Territorial dos Matões, o Grupo se notabilizou como uma ação estratégica e conjunta entre secretarias estaduais da educação, da saúde, da infraestrutura, meio ambiente, membros do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA). Todos voltados a mediar problemas envolvendo as queixas comunitárias e as empresas do CIPP. A partir do “bom êxito” da Comissão, o Governo propôs a criação do Centro de Convivências do CIPP, que seria um centro predial onde continuariam ocorrendo as reuniões do Comitê e onde se montaria uma base administrativa dos problemas advindos da consolidação dos Complexos, tais como: problemas ambientais, como os danos causados às Áreas de Proteção Permanente (APA) que circundam o CIPP, problemas relacionados à saúde pública da população, como a epidemia de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) que já ocorre na região, cadastramento e capacitação de mão-de-obra local, além de outras questões.

**Fotos 11 e 12** – Residências da vila Tapuio, área desapropriada.



Residências dos antigos moradores da vila de Tapuio, onde habitavam famílias Anacé; hoje, área desapropriada. Ao fundo da foto 11, galpão de uma fábrica de cimento em construção. **Fotos:** Potyguara Alencar.

Em certa reunião, uma representante do grupo G+ pediu que fosse cedido um pequeno instante de fala ao representante da empresa Verde Vivo de reflorestamento que atua na construção e manutenção do cinturão verde do CIPP. O representante empresarial traz o problema do roubo de mudas e destruição das cercas da APA do Cauípe. Ele é enfático em acusar os moradores da vila de Matões de prejudicarem as ações da Verde Vivo nas etapas de reflorestamento da mata nativa da APA e das suas proximidades, onde já teriam sido plantadas cerca de 100.000 mudas de várias espécies endógenas. Solicitava que as pessoas não retirassem as mudas ou danificassem as cercas, pedindo também que denunciasses as ações de quem estivesse fazendo.

Nesse momento, a advogada lembra a todos(as) que ações de depredação como essas poderiam facilmente ocasionar punições penais a quem estiver executando-as ou facilitando para que elas aconteçam. Esperava-se que tipos de “vandalismo” como esses fossem evitados para que intervenções judiciais fossem poupadas. A mesma advogada acusava que outros casos de depredação a obras já haviam sido registrados, como a retirada da sinalização rodoviária que servia aos caminhoneiros que trafegavam em direção ao Porto e o roubo de equipamentos das empreiteiras que atuavam no interior da vila de Matões.

O restante do encontro do Comitê Territorial de Matões dedicou-se, naquele dia, à apresentação de um programa do Governo do Estado do Ceará: o Pacto pelo Pecém. O programa é um plano de ação que objetiva reunir informações, agregar atores produtivos e populações locais em torno das execuções das metas futuras do Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Àquela época, estávamos a cinco meses da inauguração do programa.

Antes de finalizar o encontro daquela tarde, um representante do Setor de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos, da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, pediu a palavra para anunciar a proposta do Pacto pelo Pecém. Em meio a todo o ambiente de denuncia e avaliação dos problemas mais urgentes a serem sanados nas relações entre o CIPP e as populações, a fala do representante da Assembleia Legislativa parecia desconexa, ao tempo que também desviava a atenção dos assuntos que sempre incomodaram ao Governo, justamente aqueles relacionados aos efeitos negativos dos projetos. Junto ao funcionário da Assembleia Legislativa se posicionou uma representante do grupo de comunicação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que havia chegado atrasado à reunião. Além de reforçar a importância do programa que estava em articulação, dado que “poderia ser uma resolução prática para os pequenos transtornos causados pelas obras”, a funcionária da CSP aproveitou para divulgar a sua participação dentro do Comitê, como representante dos grupos empresariais da Companhia Siderúrgica e afirmou que estava à disposição dos moradores de

Matões e vilas adjacentes. Enquanto isso, outros membros da mesma empresa de comunicação distribuíam camisas, bolsas, canetas e chaveiros que portavam a logomarca da Companhia entre os presentes.

A incorporação dos assuntos de Governo e do setor privado no Comitê buscou encontrar repostas não judiciais aos problemas ocasionados pelos projetos. Os pronunciamentos dos gestores públicos, no interior da Comissão, são sempre positivos quanto ao interesse em resolver os problemas comunitários e encontrar soluções rápidas às questões emergenciais e satisfatórias tanto às populações, quanto ao setor privado.

Resolvendo os problemas judiciais, ao tentar mediar os conflitos no interior dos encontros do Comitê, o Estado conseguiu também imprimir velocidade a todas as obras do CIPP, sejam aquelas empreendidas pelo Governo – como as rodovias, ferrovias e adutores – sejam aquelas previstas pelas indústrias que passariam a ocupar o Complexo. O que é notável, entre todas essas movimentações, é a presença cada vez mais evidente do governo em todos os assuntos relativos à área poligonal do CIPP, que em boa parte ainda é um grande canteiro de obras do setor público a espera da ocupação empresarial.

No espaço de mediação entre os três segmentos em que se transformou o Comitê, o Estado sempre procurou apresentar as qualidades, a grandiosidade e o impacto econômico das obras em instalação ou a serem instaladas na região. Nesse sentido, de um contexto que deveria ser de denúncias e propostas de resolução de demandas sociais, passou-se a um momento de auto-promoção governamental e de extorsão em tom salvacionista das obras do CIPP: a obra que viria a resolver todos os problemas econômicos históricos do Estado e da região, a obra que viria a modernizar e ampliar o setor industrial cearense.

### **O Pacto pelo Pecém e os acordos “a portas fechadas”**

Quando passei a residir na vila de Bolso, percebi que os benefícios cedidos pela FUNAI às famílias indígenas – como as cestas básicas, que chegavam em carrocerias de caminhões que eram vistos por todos – incomodavam sobremaneira as famílias não indígenas. Por mais de uma vez ouvi indivíduos dizerem que aquelas ações eram prova de que “os índios estavam sendo comprados pelo Governo”, que os “índios estavam lucrando com tudo aquilo, enquanto os outros moradores não” ou que “as outras famílias eram excluídas de participarem desses acordos”. Por mais de uma vez, vi ônibus fretados levando as famílias indígenas para

reuniões com representantes da Petrobras e com o Governo. João, que havia me alugado um quarto da sua residência, sempre me dizia que aqueles ônibus eram fretados pela Petrobras, e que iriam levar as famílias para Fortaleza, onde sentariam para discutir sobre a situação das terras das vilas de Bolso e de Matões. João lamentava que as outras famílias não pudessem também participar dessas reuniões, onde então poderiam ter um mínimo entendimento sobre o que futuramente aconteceria com as famílias não indígenas que habitavam na região. Segundo ele, “quase tudo estava decidido sobre os índios”: eles ganhariam novas terras e residências fora da vila de Bolso, provavelmente no entorno do CIPP, no município de Caucaia, onde já viviam os índios Tapeba.

A existência dessas “reuniões a portas fechadas” entre índios, Governo e empresas depois de anos de conflito acirrado entre as lideranças Anacé e o Governo, contando frequentemente com a participação do próprio governador do Estado. A intervenção do Ministério Público Federal sobre o caso da reivindicação territorial Anacé, além das reivindicações da Petrobras para que fossem regularizadas as terras indígenas antes de serem iniciadas as obras, obrigou o governo a desistir do discurso da “descaracterização da presença indígena na região” e adotar a prática do diálogo com aqueles que constituíam o centro política da organização indígena.

Foi a partir dessa mudança de disposição do governo e dos indígenas, quando ambos decidiram saber das suas demandas recíprocas, que começaram a ocorrer encontros dos seus representantes. Boa parte ocorrida nos prédios da administração pública estadual localizada em Fortaleza; ou seja, longe das vilas de Bolso e Matões onde reside o restante das famílias. Obviamente, que a formatação desses encontros excluiu a participação massiva das famílias Anacé e não indígenas, tanto porque ocorriam em pequenas salas de reunião do Palácio da Abolição – sede do Governo do Estado do Ceará, em Fortaleza –, como também porque ocorriam em um território fora do conflito territorial.

É no contexto dessas reuniões que surge uma fala de um secretário do Governo em entrevista cedida a repórteres após a sua participação no primeiro encontro entre o governador Cid Gomes e os Anacé:

Sinto que uma solução está muito próxima. **Descobrimos que estávamos falando a mesma linguagem** [Governo e líderes Anacé]. Antes, a discussão estava sendo feita sem a apresentação das áreas. Eles [os Anacé] trouxeram o mapa, indicando as partes das terras indígenas, e nós mostramos o mapa com os terrenos da refinaria [Premium II]. A área de superposição é inferior a mil

hectares, dos 12 mil hectares teoricamente destinados aos Anacé (Jornal O Diário do Nordeste, 16 jun. 2010)<sup>69</sup>.

Há duas “conversas a portas fechadas” – como costumam tratar os moradores da vila de Bolso os encontros noticiados entre lideranças Anacé e o governador Cid Gomes – particularmente importantes. No primeiro desses encontros, ocorridos no começo do mês de junho de 2010, o governador Cid Gomes propõe que os Anacé troquem os três mil hectares reivindicados no interior do CIPP, e que atingem o projeto da refinaria Premium II, da Petrobras, pela mesma quantidade que seria definida como reserva indígena na região do entorno do CIPP. Num outro encontro, realizado no início de julho do mesmo ano, os Anacé, através do cacique Jonas – segundo matérias de jornal, Jonas Alves da Silva, liderança Anacé<sup>70</sup> –, junto com outras lideranças do movimento indígenas, comprometeram-se a assinar um termo de compromisso com o Governo que entre outras coisas assegurava: os Anacé cederiam ao Governo as áreas do CIPP que conflitam com os projetos da refinaria Premium II, da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) e da Zona de Processamento e Exportação do Pecém (ZPE), e em troca receberiam uma área no entorno do CIPP; a criação de um grupo de trabalho (GT) entre Secretaria do Meio Ambiente (SEMAM), Ministério Público Federal, FUNAI e prefeituras de Caucaia e São Gonçalo do Amarante para avaliar as condições das famílias Anacé no interior do CIPP e estudar propostas de áreas para a criação da reserva indígena; o compromisso do governo do estado em aplicar 4,5 milhões na construção de obras sociais na área habitada por famílias Anacé; e o início do processo de delimitação de todas as outras terras indígenas Anacé reivindicadas ao longo do município de São Gonçalo do Amarante. Assinado o termo de compromisso, o texto foi submetido à FUNAI, que ratificou a validade do documento<sup>71</sup>.

Ao fim da reunião onde foi acordado o termo de compromisso entre o Estado e os representantes Anacé, o procurador Geral do Estado dá uma entrevista em que procura amenizar os termos que a imprensa local tratava o “pacto” fechado entre as partes:

---

<sup>69</sup> Jornal Diário do Nordeste. “Governo propõe troca de terras com tribo Anacé”. 16 jun. 2010. Fonte: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=801086>. Acessado: 21 dez. 2012.

<sup>70</sup> EUGÊNIO, Carlos. “Cid fecha acordo com Anacé”. Jornal O Diário do Nordeste, 06 jul. 2010.

<sup>71</sup> Desdobramentos desse termo de compromisso ainda rebatem nos dias de hoje, ao final do ano de 2012, em reuniões ocorridas em Brasília onde se encontraram representantes da Petrobras, da FUNAI e do Governo do Estado do Ceará que, dois anos depois, cobravam-se mutuamente a compra imediata da área que servirá à reserva indígena – que já foi delimitada e avaliada em 40 milhões –, a expedição do parecer final da FUNAI de Brasília sobre a aquisição das terras e sobre a presença indígena, que garantirão à Secretaria do Meio Ambiente do Ceará expedir a Licença Ambiental (LI), e a certificação dos benefícios sociais que seriam cedidos às famílias Anacé durante o processo; cobrança que parte da própria FUNAI de Brasília.

Não houve troca de terras entre Estado, prefeituras e índios, mas o entendimento de que o terreno, de cerca de 2.000 hectares, onde deverá ser construída a Premium II, não mais conflitará com as propriedades reclamadas pelos índios, que terão agora suas terras delimitadas (Jornal O Diário do Nordeste, 06 jul. 2010)<sup>72</sup>.

Abaixo, seguem algumas imagens registradas pela imprensa de dois encontros ocorridos entre as partes; o primeiro de proposta do termo de compromisso, o segundo de “celebração do acordo”. Em ambos, registram-se a presença de lideranças indígenas, além de representações da FUNAI (FAL-CE), em espaços que restringem a participação massiva de outros membros da etnia. Afora a imprensa oficial do Governo, que cedeu as imagens aos jornais da cidade de Fortaleza, nenhum órgão jornalístico pode se fazer presente nos encontros. A negativa à presença de repórteres partiu das lideranças Anacé, que meses antes haviam sido retratados caluniosamente por matéria publicada na revista *Veja* (*vide* Foto 09) ao serem chamados de “Macumbeiros de cocar”.

#### Fotos 13 e 14 – Encontros entre o Governador e lideranças Anacé.



**Fonte:** Jornal O Diário do Nordeste (16 de junho e 07 de julho, respectivamente). **Acessado:** 21 dez. 2012.

<sup>72</sup> EUGÊNIO, Carlos. “Cid fecha acordo com Anacé”. Jornal O Diário do Nordeste, 06 jul. 2010. Fonte: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=810414>. Acessado: 21 dez. 2012.

Foto 15 – Página da matéria publicada pela revista Veja.



No topo da imagem, na parte central, foto da liderança Anacé. Na imagem, privilegia-se a sua localização ao lado de uma motocicleta estacionada. **Fonte:** Revista Veja, 05 mai. 2012. **Acessado:** 15 mai. 2012.

Outro evento importante onde se punham em contato pessoas do Estado, representantes empresariais e lideranças indígenas foi a própria apresentação do programa Pacto pelo Pecém. Como sabemos, o Programa é divulgado pelo Governo com uma ação integrada entre todos os agentes estatais, empresariais e locais que atuam no CIPP em vista de colher, explorar e sanar o conjunto das problemáticas socioambientais e infraestruturais relacionadas à sua instalação. O evento aconteceu na manhã do dia cinco de maio, de 2012, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, na capital cearense, onde se encontraram representantes de quase todos os consórcios empresariais, associações de moradores do CIPP, lideranças indígenas e secretários do Governo cujas instituições atuam na região.

No *foyer* à frente da plenária dos deputados, vários biombos traziam imagens aéreas dos projetos localizados no interior do CIPP, onde também podiam ser lidas informações técnicas sobre eles. O tamanho dos painéis, cerca de três por quatro metros, refletia o interesse de passar a “pujança” das obras, suas particularidades e suas localizações no mapa do CIPP. A forma como foram dispostas, lado-a-lado e em sequência lógica, formava um conceito visual que procurava traduzir a integração e a interdependência entre os vários projetos.

Nos cinco primeiros painéis eram apresentadas as obras da adutora do Eixão das Águas da transposição do rio São Francisco, da ferrovia Transnordestina e da termelétrica MPX, que são empreendimentos relacionados à logística de transporte e ao fornecimento de energia ao CIPP. Em seguida, surgiam as plantas de vários equipamentos industriais, como da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) e da refinaria Premium II, além de imagens das estruturas prediais de outros segmentos industriais já instalados no Complexo. Por fim, como zona de escoamento de tudo que será produzido no CIPP eram apresentadas as estruturas portuárias do Porto do Pecém. No mesmo *foyer* foram distribuídos folhetos e livros ilustrados com as imagens que víamos nos painéis.

A imprensa já havia feito toda uma cobertura prévia do evento, trazendo detalhes sobre a sua importância diante das obras do CIPP. Os dois maiores jornais do Estado possuem dois articulistas que diariamente publicam nos cadernos de economia regional assuntos relacionados ao CIPP. Um desses veículos de comunicação tem titulada uma coluna exclusiva denominada “Notícias do Pecém”, assinada pelo jornalista Egídio Serpa. A coluna é sempre elogiosa às ações do Governo e temerosa com o que pode ocasionar ao CIPP a “polêmica sobre a nação Anacé”. Uma dezena de sites de empresas transportadoras, de armadores portuários e indústrias do Brasil e do exterior publicam semanalmente notícias sobre o Porto do Pecém, os impasses relacionados à instalação do seu complexo decorrentes do litígio territorial e principalmente sobre os avanços da instalação da CSP.

Dentro do plenário estadual, ocupavam os assentos uma quantidade considerável de jornalistas, deputados, lideranças sindicais – principalmente do Sindicato dos Trabalhadores do CIPP – e quatro lideranças Anacé. Houve um atraso de quarenta minutos na sessão extraordinária daquela manhã. Depois compreendi que o presidente da casa, o deputado Roberto Cláudio, e o governador Cid Gomes aguardavam a chegada de mais parlamentares. O placar eletrônico da assembleia, que registra a presença dos parlamentares, apontava que mais de 80% deputados estavam presentes na sessão.

Antes de iniciar a sessão tive a oportunidade de conhecer uma representante da Dialog, com quem troquei cartões e apresentei sucintamente minha pesquisa. A Dialog é uma empresa de comunicação que presta serviço à Vale e à Companhia Siderúrgica do Pecém. Através da sua representante descobri que a CSP estava desenvolvendo há um ano uma “pesquisa social” na área do CIPP. Ao perguntar se poderia ter acesso aos dados a funcionária da empresa respondeu que seria impossível, pois só poderiam ser apresentados ao cliente que no caso era uma empresa mista cujos consórcios do setor privado se negavam a cedê-los.

À mesa central do plenário, além do governador e do presidente da Assembleia, estavam presentes os presidentes do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), da Agência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE), da Companhia de Portos do Ceará (Ceará Portos) e o gerente regional da Petrobras.

O deputado Lula Moraes, responsável pelo Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa foi o primeiro a discursar. O evento foi marcado de modo a coincidir com a apresentação dos resultados dos vários estudos empreendidos pelo Conselho nos últimos anos. Estudos privilegiavam aspectos técnicos relativos a todo o processo de implantação do complexo, com atenção sobre as problemáticas infraestruturais decorrentes da implantação do parque industrial nos setores I e II do CIPP.

Na sua fala, Lula Moraes citava o que ele chamou de “duas experiências negativas para se pensar a história dos Complexos”. Uma era a do Complexo Industrial e Portuário do Suape, em Pernambuco, que apesar dos bons números também trouxe consigo uma série de problemas sociais e ambientais ao seu entorno. E a segunda dessas experiências que deveria ser um anti-modelo ao CIPP seria o porto de Camaçari, da Bahia, que se assemelhava ao Porto de Suape em termos das problemáticas regionais intensificadas com o crescimento do projeto.

Entre outros aspectos, as diferenças entre as estruturas portuárias dos portos de Pernambuco e da Bahia, que são pelo menos 20 anos mais antigos do que o CIPP, consistiam no fato de que o Porto do Pecém havia investido com mais vigor em proteção ambiental e integração produtiva e especializada da população local. A primeira atividade do Conselho de Altos Estudos na agenda das suas pesquisas foi, segundo o deputado, visitar e produzir conclusões sobre os Portos de Suape e de Camaçari.

Após a fala do parlamentar, o governador do estado inicia o seu pronunciamento agradecendo a presença majoritária dos demais parlamentares na sessão extraordinária. O governador fez um resumo de parte das ações empreendidas nos últimos tempos em busca de efetivação do projeto do CIPP. As obras do Complexo são sempre descritas trazendo à frente o “eu fiz”. A expressão utilizada amplia seu sentido quando se sabe que o governador é também engenheiro civil, o “eu fiz” produz uma confusão entre as práticas administrativas do político com as capacidades profissionais do engenheiro que, naquela tarde, apresentou quase todos os projetos do CIPP com detalhes técnicos, também valorizando os benefícios, resultados e pioneirismo tecnológico dos empreendimentos. Ainda foram apresentados números que mensuravam a afirmação do Porto do Pecém como estrutura capital dentre os

complexos portuários brasileiros, algo explicado pela sua localização estratégica e pelas tecnologias portuárias a serviço. A sessão foi encerrada com a fala do governador.

### **Uma visita à FUNAI (Ceará)**

Entre as pessoas que conheci nas vilas indígenas de São Gonçalo do Amarante, Ana era uma jovem Anacé que esteve presente no período das missões da Pastoral do Migrante na região. Passei algumas tardes em convívio com Ana, que trabalhava na pequena mercearia mantida pela sua família na vila de Bolso. Nas nossas conversas, evitava abordar assuntos relativos ao início do movimento indígena, fatos atuais que envolviam o grupo, suas ações políticas ou desafios na luta pelo reconhecimento. Sabia que essas informações não poderiam ser cedidas antes que a minha presença fosse discutida pelo conselho indígena Anacé. Ao invés, procurei saber da sua opinião sobre todas as transformações sofridas na vila e no seu entorno decorrentes dos projetos do CIPP. Afora os interesses mais estritos da pesquisa, que sempre nos levavam a uma conversa cheia de ressalvas, procurei compartilhar do seu cotidiano mais imediato, registrar as formas de convívio dos habitantes a partir da mercearia, onde conheci outros jovens e ampliei o meu grupo de amizades. Tudo era muito recente até então. Havia me tornado morador de Bolso há menos de três meses.

Nunca certa tarde, notei que Ana se comportava de forma estranha. Após minha chegada, ela ficou por um longo período sem trocar palavras ou respondendo às minhas indagações com frases curtas e em tom desinteressado. Foi então que lhe perguntei se estava tudo bem com ela. De imediato, ela me perguntou: “Você está se apresentando às famílias indígenas como um funcionário do Estado?”. Fiquei bastante surpreso com a sua indagação. Respondi-lhe que não e perguntei-lhe de onde esta informação havia surgido.

Ana me explicou que algumas famílias indígenas que visitei haviam levado a informação para o conselho indígena Anacé que existia um “homem andando por aí” que se aproximava das famílias se apresentando como um funcionário do governo interessado em fazer uma pesquisa dentro da comunidade. As lideranças Anacé que já me conheciam, e que tinham recebido o meu pedido de realização da pesquisa junto às famílias indígenas, associaram esse “estranho” à minha presença.

Ana me falou que a interpretação do movimento indígena foi a de que eu estava me apresentando como funcionário do governo para convencer as famílias a dar informações. Em

vista disso, o conselho indígena Anacé resolveu encaminhar a minha carta de recomendação da Universidade de Brasília (UnB), com todos os meus dados, ao posto da FUNAI, em Fortaleza. A FUNAI por sua vez, segundo o que Ana me informou, já havia pedido esclarecimentos à sede de Brasília sobre a minha presença, solicitando informações relativas ao meu interesse e de que instituição eu havia partido.

Ana ainda disse que a primeira reação do superintendente da FUNAI, ao saber da minha presença, foi de se perguntar por que um antropólogo estava fazendo levantamento de dados na área e ainda não tinha se apresentado ao posto da FUNAI. E que o comando repassado às lideranças indígenas foi de que evitassem qualquer diálogo com o antropólogo, pedindo que me informassem que a FUNAI solicitava que fosse à sua sede administrativa em Fortaleza.

Diante dessas informações, minha primeira reação foi negar que em algum momento teria me apresentado como “funcionário do Governo”, e que sempre fui franco quanto ao apresentar os meus interesses de pesquisa e de onde vinha. Estava ali em realização de uma pesquisa de mestrado que por sua vez estava vinculada a um programa de pós-graduação da Universidade de Brasília. Expliquei-lhe que não havia nenhuma vantagem em me apresentar como pessoa do Estado, em vista da relação conflitiva que as famílias tinham com tudo que dizia respeito às ações governamentais na região.

Expliquei-lhe que nunca havia me reportado à FUNAI por entender que as primeiras pessoas que deveriam saber da minha presença eram os próprios Anacé, e não um órgão mediador. Entendia que o movimento indígena era formado por sujeitos autônomos, capazes de responder por suas orientações políticas e de se posicionar, melhor do que ninguém, sobre as suas decisões. Para mim, sempre foi menos importante procurar saber como a FUNAI retrata os Anacé do que como os Anacé retratam a FUNAI. Por tudo isso não havia me dirigido de início à Fundação.

Mas naquele momento seria impossível buscar uma compreensão de Ana apenas apresentando minha palavra com boas intenções e sem provas sobre o que dizia. Entendi que a melhor coisa a fazer seria me reportar à FUNAI do Ceará e procurar resolver o mal-entendido. Pensando sobre as razões de terem associado meu nome ao funcionalismo do Estado, compreendi que a ideia de vir de Brasília e ser antropólogo era o bastante para produzir associações de significados que não me encaixavam em outro tipo que não o “funcionário público”, como muitos outros que, antes de mim, haviam visitado aquelas famílias. No dia seguinte, agendei um encontro com o superintendente da FUNAI no Ceará, o

senhor Marcos Paulo. Sua secretária confirmou que nos encontraríamos na tarde do dia seguinte.

Não tinha esperanças em obter informações sobre o grupo Anacé a partir da FUNAI do Ceará. O ambiente geral não propiciava que a instituição fosse aberta aos meus interesses de pesquisa. Além do mais, as lideranças Anacé já tinham produzido toda uma caracterização suspeita sobre a minha presença em campo, relatando uma “postura ambígua” dentro da vila. Imaginava que a passagem pela FUNAI objetivava desfazer os mal-entendidos ocorridos no meu contato com as famílias indígenas, apresentar as intenções do meu projeto de pesquisa e discutir a viabilidade de adquirir alguns dados junto à instituição. Ao final daquela tarde, percebi que as conclusões obtidas após o encontro foram mais valiosas do que qualquer outro dado que órgão pudesse me oferecer.

A sede da FUNAI, no Ceará, atua nas áreas de fiscalização, assistência, compra e renda indígena, educação diferenciada, agricultura e atividades indígenas, contando com 12 funcionários que se desdobram no atendimento de 13 etnias que somam mais de 22.400 indígenas. As aldeias estão localizadas em distâncias que variam de 20 km, a partir de Fortaleza. Sua sede se localiza num prédio de dois andares amplo e bem localizado, se pensado a sua distância em relação às principais vias de acesso que levam ao centro da cidade de Fortaleza e ao bairro que abriga os principais órgãos do poder administrativo do Estado. Fui recebido pelo superintendente que estava sentado à frente de uma longa mesa onde estavam em cima a minha carta de recomendação expedida pela Universidade de Brasília (UnB), repassada à FUNAI pelas lideranças Anacé, e outro documento que depois soube ser uma espécie de aviso da FUNAI do Ceará à sede de Brasília que informava do meu levantamento de dados junto às terras indígenas aos Anacé.

Ao me sentar à mesa, a primeira indagação foi: “Então o senhor é o famoso Potyguara, antropólogo de Brasília?”. E depois que afirmei que sim, o superintendente me surpreende com outra pergunta: “O que o senhor faz entre os Anacé, senhor Potyguara?”. O que seguiu foi uma longa tentativa de apresentar minhas origens institucionais e a finalidade do meu levantamento de dados dentro da área do CIPP. Tratei de alguns pormenores relativos aos objetivos da pesquisa, procurando responder a outros questionamentos feitos pelo superintendente: “Como foi que chegou nos Anacé? Por que resolveu fazer pesquisa na área? Por que não veio até a FUNAI antes de iniciar o levantamento de dados?”.

As perguntas não apelavam apenas por respostas objetivas, elas eram feitas sob uma atitude de suspeita às minhas intenções enquanto pesquisador antropólogo. Algum tempo depois, descobri que há cerca de um ano uma antropóloga da Fundação Darcy Ribeiro

(FUNDAR), de Brasília, junto com um assistente indígena, haviam feito estudos ambientais e antropológicos na região a pedido da usina termelétrica da MPX. No diagnóstico antropológico, os pesquisadores produziram descrições que retratam as famílias Anacé que se negavam a sair da área do CIPP como:

[...] famílias de classe média, empregados na administração pública ou nas empresas, além de detentoras de extensões de terras suficientes para não dependerem de terras de terceiros onde trabalhar para garantir a pequena produção familiar e o complemento da renda com a comercialização de parte dessa produção [...] Ali (na vila de Bolso) foram localizadas situações de famílias em condições de vida mais precárias que a das famílias cadastradas como indígenas entrevistadas (Fundação Darcy Ribeiro, Fundar, 2009, p. 34).

O documento foi recebido de maneira negativa pelo movimento indígena Anacé, principalmente pelas famílias de Bolso e Matões, que foram citadas inúmeras vezes. As lideranças leem o diagnóstico antropológico produzido pela Fundação Darcy Ribeiro como mais um esforço em prol da descaracterização da presença indígena e uma tentativa de deslegitimar os direitos indígenas.

Como analisarei no tópico seguinte, a minha origem – uma instituição localizada em Brasília – junto com uma confusão de termos da carta de recomendação da Universidade de Brasília (UnB) feita pelas lideranças Anacé me associaram ao nome da Fundação; fatos que foram decisivos à criação de uma suspeita por parte dos Anacé sobre a minha presença em campo. A confusão foi causada pelo fato de, no rodapé da carta de apresentação, constar como parte do endereço do programa de pós-graduação a expressão “Campus Darcy Ribeiro”.

À medida que ia explicando a confusão de termos, o superintendente fazia expressões de não acreditar o que dizia. E ao final de uma longa tentativa de me retratar diante de tudo que tinha acontecido, ele dá o seu parecer. No qual eu deveria interromper o levantamento de dados. Fui instruído que casos idênticos no Ceará tinham sido objeto da intervenção da Polícia Federal e que alguns indígenas, eles mesmos, estavam a combinar minha expulsão da vila de Bolso. Para ele, em todo esse cenário, havia “muita gente grande” e um levantamento de dados independente não poderia, eventualmente, contradizer a FUNAI.

Ao final da sua fala, quando já ia questionar algumas das suas posições, o superintendente me traz mais uma surpresa: “E por coincidência, olha quem é que está por aqui? O cacique Jonas”. O cacique Jonas, reconhecido como o articulador de todas as famílias

Anacé em torno da luta reivindicatória, surgiu de uma porta que se encontrava às minhas costas e sentou à minha frente. Acredito que a sua presença logo naquele dia na sede da FUNAI não era uma coincidência.

Sem expressar palavra alguma, o Cacique permaneceu em silêncio e a escutar os “conselhos” que o superintendente repetia. Tentei convencê-los de que a pesquisa era indispensável para a minha formação e de que muitos dos seus objetivos ainda estavam por ser cumpridos. Em certo momento, o Cacique intervém lembrando que “as pressões que o movimento indígena sofre são muitas nesses casos [...] alguns boatos que as pessoas dizem por aí sobre nós, só fazem atrapalhar, por isso se evita passar informações a qualquer um”.

Nesse momento, o superintendente pede licença para se retirar da sala, precisa atender a um telefonema. Diferente do superintendente, o cacique Jonas passa a conversa de forma mais aberta e amena, dando atenção aos meus argumentos e até relatando alguns conflitos que se instauraram em decorrência da existência de pesquisadores de “má-fé que se fizeram de amigo da comunidade para pegar informações [...] os Anacé já sofreram muito na mão desse povo!”, repetia Jonas.

E a conversa entre nós, durante a longa ausência do superintendente, seguiu inclusive trazendo algumas informações novas relativas ao movimento indígena. Notei um interesse do Cacique em me apresentar um relato convincente sobre a presença indígena Anacé em São Gonçalo do Amarante.

Percebi na narrativa do cacique Jonas, que a atuação da organização indígena no interior das “capacidades” (Sassen, 2006) técnico-administrativas de gerenciar pessoas e bens de capitais (territórios, máquinas, recursos naturais, etc.) foi decisiva tanto para mudanças no posicionamento da organização indígena quanto na reavaliação dos projetos pelo governo – as obras da Petrobras no CIPP foram atrasadas em cinco anos – e nas políticas ambientais e sociais de viabilização de obras. Praticamente todas as empresas do CIPP tiveram que reorientar os seus Planos Básicos de Ação (PBA) em vista da presença indígena e da necessidade de produzir diagnósticos antropológicos que avaliassem a situação das famílias Anacé na região.

Esse encaixe, ou “composição” (Sassen, 2006), entre estratégias da organização indígena e dos modos de operação dos segmentos consorciados é um composto de forças onde cada unidade procura vantagens para os seus projetos. A organização indígena procura estabelecer-se enquanto instituição centralizadora dos apelos ao reconhecimento público – concentrando-se sobre o direito às terras tradicionais; o Estado e as empresas procuram

consolidar prazos e os projetos em vista da manutenção das parcerias do qual a totalidade do projeto do Complexo Industrial e Portuário depende para se realizar.

Em última instância, pode-se afirmar que o movimento indígena Anacé e as quase 60 organizações públicas (*vide* Lista de Siglas e Abreviaturas), privadas ou mistas constituem a composição das “redes de desenvolvimento” (Ribeiro, 2008) necessárias a consecução do projeto do CIPP. Chamo atenção ao fato de que entre “os múltiplos segmentos” envolvidos com as obras (Ribeiro, 2008, p. 111), as suas várias velocidades de operação, capacidades técnicas e configurações de parcerias, precisa-se encaixar o componente da presença étnica não simplesmente como “o segmento impactado”, ou descompensado pelo jogo político, mas como organização interferente nos destinos infraestruturais e logísticos do projeto de grande escala. Ao desenvolvimento dessas ideias destino o quinto e último capítulo que segue.

É bom que se deixe claro que aqui não está em jogo a verdade como um fato cristalizado, objetivo e reconhecível, mas diferentes mobilizações de regimes de memória (Fabian, 2001 apud Pacheco de Oliveira, 2011). O problema, como já avisava Sahlins (1993), no seu artigo “Goodbye to *Tristes Trópicos*”, é que sempre haverá um julgamento assimétrico e de duplo valor entre o vanguardismo europeu das rápidas mudanças estéticas e civilizacionais – para quem as atualizações formam um conceito que suporta toda a construção do homem em sociedade – e as iniciativas de reelaboração do pertencer, habitar, consumir e produzir dos grupos étnicos; que viveriam numa espécie de cultura prometeica da tradição e do belo original.

**Fotos 16 e 17** – Fachada da residência de uma família não indígena da vila de Bolso.



Na parede frontal de uma casa de taipa, a inscrição “eu não sou índio” facilitava o trabalho dos técnicos do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) em identificar as famílias não indígenas interessadas em vender seus bens fundiários e benfeitorias do Governo. As inscrições surgiram no período das primeiras desapropriações da vila de Bolso. **Fotos:** Potyguara Alencar.

### **O antropólogo e o sistema de figurações identitárias no drama do desenvolvimento**

Que formas de leituras mútuas são produzidas nos contatos do pesquisador com as populações indígenas que vivem no drama do desenvolvimento promovido pelos grandes projetos? Que modos de “figuração”<sup>73</sup> (Elias, 2000) dão sentido a uma interpretação êmica sobre o lugar do pesquisador em campo por parte das populações indígenas? A necessidade de produzir essas reflexões ocorreu devido a situações vividas em campo. Como se sabe, em mais de uma ocasião, meu comportamento foi lido pelas famílias indígenas como sendo, genericamente, o de um “funcionário do Estado” e pelas famílias não indígenas como sendo, especificamente, de um “funcionário da FUNAI”.

Entendo que essas situações podem prover reflexões sobre o que é desenvolver pesquisa em redes complexas e centros multilocalizados que envolvem a implementação de

<sup>73</sup> O conceito de “figuração” é tomado dos comentários teóricos de Elias (2000, p. 25), que trata “da complementaridade entre o carisma grupal (do próprio grupo) e a desonra grupal (dos outros)” marcante nas relações entre os chamados “estabelecidos” e “outsiders”.

projetos de grande escala. Mais ainda, é claro, onde estão em relação processos de reivindicação territorial por parte de populações autóctones e interesses desenvolvimentistas do Estado.

Minha análise também refletirá sobre certos constrangimentos decorrentes da iniciativa de formar redes de contatos em campo; inserir-me em grupos de amizade; participar de certas interações comuns ao cenário sociológico que desejava conhecer; e, principalmente, conhecer os atores, instituições e interesses envolvidos no drama do desenvolvimento promovido por iniciativas público-privadas e seus projetos.

Depois de todos os relacionamentos envolvendo técnicos do governo responsáveis pelos estudos ambientais e laudos antropológicos, a presença de mais um pesquisador antropólogo em campo gerou uma série de mobilizações dentro do movimento indígena e da física das relações e figurações identitárias entre indígenas e não indígenas da vila de Bolso. As populações residentes na localidade demonstraram uma disposição de proximidade e distanciamento do antropólogo que variaram ao longo do tempo.

O meu “duplo vínculo” (Bateson, 1972) comportamental, dividido entre buscar entender os arranjos institucionais dos operadores do desenvolvimento – quando procurava os seus atores políticos e me relacionava com eles – e a recepção do grupo indígena interessado em suas terras foi hora ou outra interpretado como uma ameaça por parte dos representantes Anacé.

O conceito de “duplo vínculo” de Bateson (1972; 2006) compreende uma situação em que, num contexto coletivo de relacionamentos, um comportamento pode ser lido como ambíguo por afirmar a sua participação e ao mesmo tempo negá-la, contradizendo a posição anteriormente expressa ou assim compreendida. O mais importante desse conceito é a capacidade que tem de falar dos relacionamentos face-a-face entre indivíduos e das contradições e constrangimentos que elas podem expressar. Ele é particularmente relevante para a análise das minhas vivências em campo e da leitura comportamental que embasa a caracterização nativa da minha presença.

O conjunto de sinais corporais diacríticos, formas de discurso e trajetória das minhas movimentações em campo são todas contribuintes a essa “figuração” de duplo vínculo que as populações residentes na comunidade local produziram sobre o pesquisador; ou seja, uma compreensão definidora das diferenças que separam o *outsider* (Becker, 2008) – no caso, o profissional da pesquisa – dos indivíduos residentes na comunidade. Situação na qual o antropólogo está em uma dupla relação: com o cotidiano particular da comunidade, quanto

com o seu exterior, desde que é emissor de informações a uma instituição estranha à organização social do contexto em que se insere.

Como a figura presencial do etnógrafo é problematizada pelas populações? Como essa dupla vinculação do pesquisador define os seus comportamentos e as interpretações sobre eles produzidas pela população residente no local da sua pesquisa? O problema levou o pesquisador a produzir reflexões sobre pelos menos três campos analíticos possíveis de serem explorados a partir dos eventos constantes no seu diário de campo: [i.] pensar sobre as chamadas “responsabilidades éticas” (Cardoso de Oliveira, 2010, p. 25) do pesquisador quando no campo das relações entre populações indígenas e não indígenas e, especialmente, em um contexto de fortalecimento de um etnônimo e do seu grupo identitário organizado [ii.] sobre a ocorrência sociológica do que Elias (2000) chama de uma “leitura figuracional” que os grupos fazem diante dos sinais diacríticos que podem expressar o pertencimento ou a exclusão de um indivíduo a certo grupo social – em caso especial, lança-se reflexão sobre a representação figuracional da identidade institucional e pessoal que as populações locais fazem do etnógrafo durante sua estada em campo; e [iii] dispor reflexão sobre essa relação de “duplo vínculo” (Bateson 2006) que o comportamento do etnógrafo transmite, quando na relação cotidiana que procura estabelecer com essas populações.

O peso analítico dessa “sociologia figuracional” de (Elias, 2000) fica evidente na exposição dos dados etnográficos sobre os relacionamentos que os grupos indígenas e não indígenas desenvolveram em campo com o pesquisador na ocasião da sua pesquisa. Comportamentos de “evitação” (interdição) ou “aproximação” de alguns indivíduos em relação ao antropólogo eram demonstrativos da forma como a sua figura foi encaixada entre os vários tipos envolvidos com a consecução das obras do CIPP.

Em campo, compreendi que movimentações mais amplas de atores situados em escolaridades as mais variadas são índices de tudo que se passava no interior do CIPP. Os conflitos e parcerias mapeiam uma quantidade diversificada de grupos institucionais mistos da esfera público-privada, além da participação marcadamente interferente do movimento indígena de base nos processos de decisão. A complexidade dessas relações reflete o fato de que

[...] a natureza da distribuição de poder dentro do campo do desenvolvimento dependerá dos processos por meio dos quais as *redes* são formadas e das características das intervenções institucionais decorrentes do *drama do desenvolvimento* (Ribeiro, 2008, p. 111, grifo meu).

Foi na espacialidade dessas redes que, ao final do mês de dezembro de 2011, inseri-me para dar início às atividades de pesquisa. Minha presença é, então, lida principalmente pelas populações indígenas como um elemento novo dentro desse “drama (local) do desenvolvimento” (Op. Cit.: 111). A incompreensão dos objetivos da minha pesquisa por parte das populações levou-me a ser enredado numa série de interditos à sua presença como “habitante da comunidade de Bolso”.

Evitações e empecilhos ao diálogo, indiferença relativa à minha pessoa nos espaços de sociabilidade e até intimidação verbal foram situações experienciados. Entendi esses atos como expressões defensivas dessas populações ante o autoritarismo técnico e legal do Estado e a especulação financeira das iniciativas privadas sobre os seus territórios. A identidade do etnógrafo não deixou de ser duplamente vinculada àquele que “habita, dialoga e participa” e àquele que “inquire, porta informações de fora e emite informações para fora da comunidade”. É compreensível que essa dupla vinculação acabasse produzindo certos constrangimentos que antecederam e prejudicaram a aceitação ritualizada e definitiva da presença de um novo pesquisador.

É sobre essa duplicidade relacional em que se insere o pesquisador que procuro analisar a partir de um exercício de “sociologia figuracional” quando descrevo o modo como o etnógrafo foi figurado pelas populações primeiro como um *outland* (o estrangeiro, “o de fora”) e depois como um *outsider* (Becker 2008; Elias, 2000) – o que está dentro fisicamente, mas é rejeitado. Tais situações que evitaram com que o pesquisador fosse identificado como o *homeland* (Little, 2000), que seria o lugar das pessoas ligadas ao movimento indígena e à sua força de organização coletiva ao redor de uma causa política<sup>74</sup>.

O emprego analítico da ideia de “figuração” em Elias (2000) – conceito já densamente resgatado por outros pesquisadores a partir da obra *Os Estabelecidos e os Outsiders* (1994) – nos assenta dentro de um claro campo subdisciplinar onde se produz uma “sociologia da diferença”; ou melhor, uma semiótica das posições sociais a partir das diferenças entre um grupo referido a um padrão homólogo e normativo de pertencimento a uma sociedade próxima (os estabelecidos) e um grupo referido a um padrão heterólogo e desviante relativo à mesma sociedade onde procura fixar residência e manter nexos relacionais (os *outsiders*). Como detalhado pelo próprio autor, as figurações – ou campos sígnicos de incorporação das

---

<sup>74</sup> A ideia de *homeland* retirada de Little (2002, p. 3, grifo meu) recupera uma noção de territorialidade como recurso sígnico de pertencimento e *status*, “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland* (...) sentido de pertencimento a um lugar específico e profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva”.

diferenças entre entes identificados e não identificados a uma comunidade – tomam relevância em certas características tópicas de diferenciação: como sinais diacríticos diversos (linguísticos ou dialetais, somáticos, comportamentais, etc.), ascendência geracional-familiar dos sujeitos, pertencimento espacial e de sociabilidade aos grupos de profissão, de cerimoniais laicos ou sagrados, entre outros. E por produzir uma sociologia da diferença é que o autor também acaba mobilizando uma “antropologia do poder”. Em Elias (2000), abre-se um entendimento ao fato de que a diferença entre grupos e suas convivências não são disjuntivas, mas integrativas, algo também discutido na análise clássica de “situações sociais”, quando se evidenciam as relações entre sociedade próxima e sociedade colonizadora. Impossível, a essa altura, não lembrar dos grupos tribais urbanizados etnografados por Mitchell (2009) que são descritos quase que pela mesma dinâmica de interdependência-complementariedade sociológica.

A pergunta que se sobressai do projeto de “sociologia empírica” (Neiburg, 2000, p. 11) ou etnográfica de Elias (2000, p. 19) é saber “o que confere o caráter de comunidade” aos grupos que se relacionam por dividirem, do ponto de vista dos seus grupos de vizinhanças particulares, um espaço habitado. A diferença é, portanto, pensada em termos de grupos que se relacionam vivencialmente numa sociabilidade cotidiana, mas que por esse mesmo padrão de relação, e em observância aos valores de cada grupo, acabam sobrecodificando os seus respectivos espaços, dividindo os seus grupos diletos de convivência aproximada e concebendo uma relação opositiva de identificação e segmentação dos seus mundos.

O princípio da “convivência” entre indivíduos – cindidos entre grupos de vizinhança e grupos não-avizinhadados – traz a este trabalho o seguinte problema: que tipos de figuração representacionais são produzidas por agências reais e cotidianas das populações indígenas quando em relação presencial com o etnógrafo? Que evitamentos e constrangimentos a esse “outro”, que é o próprio profissional da pesquisa, denunciam a sua figuração como um *outland* e *outsider*? Por que essa interdição ao pesquisador é construída, sob quais circunstâncias se faz e que posicionamentos éticos são adequados à leitura situacional dessas ocorrências sociológicas?

É preciso colocar mais uma vez que em Elias (2000, p. 25, grifo meu) “a complementaridade entre o carisma grupal (do próprio grupo) e a desonra grupal (dos outros) é um dos aspectos mais significativos do tipo de relação estabelecidos-*outsiders* encontrada”. Nesse sentido, desprestigiar o lugar do etnógrafo é colocar em prestígio a integridade da sociedade organizada em torno de um etnônimo que afirma, pelos seus atos de interdição à relação sociável com o pesquisador e com todas as redes relacionais estendidas a partir dele e

por ele, sua autonomia e liderança controlada de um processo decisório e sua própria identidade.

Dois aspectos são definidos por Elias (2000) na concepção dessa produção figuracional da diferença entre grupos e seus indivíduos: [a.] a característica do grupo atribuidor dos sinais de diferença é sua colocação em “posições estáveis” de poder, além disso o próprio coletivo goza de uma estabilidade e coerência com o seu princípio ideológico e morfológico de organização, na proporção inversa a que o grupo estigmatizado age e existe; e [b.] a sociologia das emoções envolvidas nos processos de identificação e interdição dos grupos a partir das suas insígnias, suas narrativas originárias, suas histórias geracionais, implica uma “barreira afetiva” (Elias, 2000, p. 25), marcada por uma conduta psíquica dos estabelecidos em relação aos *outsiders*. Esses dois componentes serão relevantes ao empreendimento de análise dos dados de campo a seguir. As situações detalhadas expressam, da parte do pesquisador, aprendizados e desafios recuperados da lida cotidiana da pesquisa, e da parte das populações locais, um tipo particular de tomada de posição política ante a presença do antropólogo.

Os contatos em campo do pesquisador sempre tentaram se estender em direção a todos os atores políticos ali situados: representantes indígenas; lideranças de associações comunitárias não indígenas; superintendentes de órgãos públicos; indivíduos que se opõem ao movimento Anacé; empresários; lideranças sindicais das indústrias situadas na região; entre outros.

A hipótese aqui apresentada é a de que a diversidade desse conjunto de atores – muitos deles em franca oposição ao movimento Anacé – também influenciou o tipo de recepção das populações indígenas à presença do pesquisador em campo. Outros fatos importantes incluem a própria rede de conflitos familiares dentro da comunidade e o momento do processo de diálogo entre lideranças indígenas, o Governo Estadual e uma empresa estatal, eventos complexificadores das tramas das relações locais. Mas certamente o “duplo vínculo” do pesquisador – que afirmava uma proximidade com o grupo étnico e ao mesmo tempo se mantinha em contato presencial com pessoas e instituições de fora do grupo, às vezes opostas ao grupo, às vezes apenas estranhas aos seus interesses – contribuiu à sua figuração por parte de alguns componentes da etnia Anacé. Essa figuração da pessoa do antropólogo acabou resultando numa agência real dos indígenas que passaram a evita-lo, interditar certos contatos das famílias indígenas com ele e até a informar à FUNAI do Ceará das suas movimentações em campo.

Como exemplo do primeiro contato com duas lideranças indígenas da comunidade de Bolso, reproduzo uma conversa onde tentava me aproximar do grupo:

Comecei explicando o porquê da minha presença ali, e de como objetivava acompanhar o que estava acontecendo em torno da implantação do CIPP. Tentei deixar claro que o meu interesse era apenas acadêmico [...] também deixei transparecer que a minha necessidade de conversar com elas se explicava pela necessidade de ‘deixar o grupo informado da minha presença e do meu interesse de empreender essa pesquisa’, além de me colocar à disposição para ajudá-los da maneira que pudesse. Declarei conhecer a problemática enfrentada pela etnia, embora estivesse em campo para empreender uma pesquisa que precisava entender como cada um dos grupos se comportava em torno dos projetos trazidos pelo Complexo Portuário [...] Quando terminei a minha fala, *Célia* me citou a quantidade de antropólogos ligados ou ao governo ou à Petrobras que já havia lhes procurado. Também deixou claro que o meu discurso ‘era muito parecido com o de todos os outros antropólogos’: todos ‘chegavam como quem não quer nada, muito humildes’, mas acabavam não ajudando ou mesmo atrapalhando a comunidade nos seus interesses. Em seguida foi me falar dos casos dos antropólogos da instituição X, por exemplo, que chegaram a favor da causa indígena e terminaram tentando convencê-las de que era melhor abrir mão das terras. Ou de outro caso em que uma antropóloga vinda de Brasília que dizia não ter ligação com nenhuma instituição do governo ou privada, mas que, durante uma reunião com outros representantes do setor empresarial, se descobriu que fora contratada por uma empresa atuante na região [...] Com o tempo, a conversa tendeu a um arrefecimento das posições de *Célia* e *Amélia*, sua irmã que havia chegado durante a conversa. Acabou-se gerando, depois de um tempo, um clima amigável entre nós, a ponto de *Amélia* revelar que antes de falar comigo, *Célia* havia se negado a me receber. Nesse momento, uma delas afirma que ‘já estávamos conversando coisa demais’, e que seria bom pararmos por ali, até um segundo momento, quando trariam a opinião do grupo sobre a minha presença (Bolso, Ceará, 10 de fevereiro de 2012. *Diário de Campo M.* 2012).

Aqui, perfila-se uma primeira figuração do antropólogo como profissional referido a um nome genérico e como pessoa presencial naquele encontro. Nota-se a existência de uma figuração prévia da sua profissão que advém de um discurso já informado por experiências anteriores em que outros pesquisadores passaram pela comunidade imprimindo uma opinião negativa no consenso do grupo. O agravante dessa caracterização negativa do antropólogo dizia respeito, principalmente, ao fato de que o seu “lugar de origem” ser o mesmo daquele outro pesquisador que teria agido “de má-fé” para com o grupo indígena: a cidade de Brasília que por si só já é adjetivada negativamente quando se colam ao seu vocativo ideias do mundo da corrupção estatal e do alto controle burocrático, por exemplo.

Seria possível que partíssemos aqui em direção a uma interpretação de como são figuradas as forças interventoras do Estado – invocadas metonimicamente pela imagem de Brasília associada ao pesquisador. Também seria cabível, a partir dessa recepção à origem do profissional, ainda completamente figurado como um *outland*, considerar as representações indígenas em torno dessa unidade genérica que é o Estado e de suas unidades institucionais e técnicas. Uma leitura do processo potencialmente faria perceber na história local dos conflitos e acordos entre representantes indígenas, grupos estatais e empresariais, a figuração do “Estado e das suas pessoas” muda ao longo do tempo, dependendo das políticas de parcerias.

De todo modo, e como foi refletido por Elias (2000), é o lugar de origem desse *outland* que baliza o primeiro ponto de figuração da minha trajetória em campo. “De onde se vem” foi o primeiro condicionante a dizer ao pesquisador “aonde ir” (ou onde é permitido ir naquele espaço) e o “que se iria fazer” dentro da comunidade.

(...) Antes de me alojar no quarto onde hoje moro, fiquei sabendo que *Carlos*, proprietário do imóvel, informou a uma das representantes indígenas de Bolso que um ‘funcionário da FUNAI’ tinha lhe alugado um quarto. Quem me relatou isso foi *Bárbara*, a irmã mais nova da família Anacé com quem venho tentando manter contato. Ao ouvir essa informação de Carlos, Bárbara me disse que a primeira coisa que pensou foi: ‘algum dos dois está mentindo!’. Ou seja, ou eu mentia em me apresentar apenas como um estudante, ou Carlos se enganava em me confundir com um funcionário da FUNAI (Bolso, Ceará, 09 de março de 2012. *Diário de Campo M.* 2012).

A figuração do pesquisador como “gente do Governo” e como “antropólogo” o encaixaram dentro de um painel de unidades discursivas onde o que aproxima essas duas caracterizações é a imagem da FUNAI, o seu corpo de funcionários e a sua função. Essa leitura é produzida por um indivíduo não indígena, e mostra também as expectativas que receberam a chegada de um novo pesquisador à comunidade por parte da parcela dos habitantes não identificadas com o etnônimo Anacé.

Para alguns indígenas, ser uma “gente do Governo”, assim como “representante de uma firma” (outra expressão circulante na localidade), pode configurar perigo desde que não se saiba as suas origens ou desde que a FUNAI ou qualquer outra instituição parceira do movimento indígena não os informem da procedência e interesse daquele profissional. Para as populações não indígenas, ser uma “gente do Governo” ou “representante de uma firma” povoam uma diversidade de espaços de significação e fazem recordar uma rede mais ampla e

plural de interesses institucionais, desde que é sabido que a atuação regional dos organismos públicos e privados se concentra no mercado de terras e nas negociações entre o Estado e as famílias não indígenas, entre as empresas e essas mesmas famílias; assim também como concentra-se no deslocamento das famílias indenizadas para os assentamentos e no pagamento de benefícios sociais mensais a elas.

Para os indígenas, em geral e a partir das leituras feitas em situações específicas, o antropólogo é aquele que tem compromisso com uma causa judiciosa, técnica e burocrática; ideia que é fortalecida pelo fato de que os profissionais dessa área que visitaram a localidade de Bolso estavam a produzir laudos e relatórios para o Ministério Público Federal (MPF) e para uma empresa estatal atuante na região. Para as populações não indígenas, em grande parte das leituras recolhidas, “ser antropólogo” significa estar atuando em favor das populações indígenas que residem na comunidade de Bolso, e logo também ser conhecedor dos seus benefícios diferenciados.

(...) *Maria* me perguntou para que ‘firma’ eu trabalhava – é sempre assim, todos me perguntam para qual ‘firma’ trabalho; a ideia é que todas as pessoas que estão chegando na comunidade o fazem porque se empregaram nas obras de alguma empreiteira. Expliquei-lhe que não trabalhava para nenhuma firma, que era antropólogo, estudante da Universidade de Brasília e que estava dando início a uma pesquisa na localidade. *Maria* repete reflexiva o nome: ‘antropólogo!’. E logo pergunta: ‘Você trabalha com índio, é?!’. Respondo que não exatamente, mas que também tenho interesse sobre as populações indígenas. Isso chama a atenção de outra pessoa que escutava a nossa conversa. Ela se vira para nós e pergunta: ‘Me explica uma coisa, por favor! Se eu tenho uma mãe, e ela se diz índia, e mora numa terra sua, que por direito pertence aos filhos também, que não são índios, quem tem direito de decidir sobre o futuro dela, que já tem mais de 80 anos, e da terra? Se ela quiser ir morar na reserva, como tão dizendo que vai existir, ela pode ir, mesmo sem o consentimento dos filhos? Os filhos não querem ficar longe da mãe, pois têm que cuidar dela, mas a mãe diz que quer ir morar na reserva que o Governo vai dar, porque ela é índia e o lugar dela é lá. Como fica isso?’ (Bolso, Ceará, 19 de março de 2012. *Diário de Campo M.2012*).

Após quase um mês esperando um posicionamento do movimento indígena quanto à minha presença em campo, ocorreu o seguinte:

(...) Notei que sua fisionomia não demonstrava uma boa recepção à minha presença naquele fim de tarde (...) Perguntei-lhe sobre a reposta do Conselho

Indígena quanto à minha proposta de pesquisa na comunidade de Bolso. Ela imediatamente me indagou o porquê de obter informações com as famílias indígenas se os meus interesses não centralizavam exatamente o grupo, e se essa mesma pesquisa não iria favorecê-los. Disse que embora não centralizando as questões indígenas, ao meu projeto interessava saber do posicionamento do Movimento sobre o CIPP, e que era importante ouvir de primeira mão o que o grupo tinha a dizer. Ela declarou que não era do interesse do grupo conversar comigo, principalmente depois que as famílias indígenas repassaram uma série de informações sobre as ‘minhas atitudes’ durante esse tempo que estava vivendo em Bolso, como o fato que eu teria, em alguns momentos, ‘me apresentado como pessoa do Estado e da FUNAI’ e que estava ‘conversando demais com as famílias indígenas’. Uma outra ‘acusação’, que surgiu como atitude negativa, foi a de que eu estaria ‘me relacionando com pessoas da comunidade de Tapuio’, que são famílias não indígenas que foram desapropriadas da sua comunidade de origem e foram assentadas em Bolso. Ao tentar me defender diante das acusações, Carla se resumiu a dizer que ‘hoje não estava afim de me ouvir’. No caminho de volta, encontrei Joana, irmã de Carla. Joana me confirmou tudo que Carla havia me falado; inclusive reforçando que era do interesse das famílias indígenas que eu fosse ‘expulso da comunidade do Bolso’. Joana também me informou que o movimento indígena Anacé expediu uma carta para a FUNAI, a colocando nas mãos do seu superintendente, o senhor *José*, ‘denunciando’ que existia um antropólogo em Bolso com uma pesquisa em curso. Ao momento que recebeu a carta, o superintendente se perguntou quem era esse profissional que desenvolvia pesquisa com ‘indígenas e empresários e que não se apresentava para o posto de competência da FUNAI no Ceará?’ (...) Não consigo entender como tudo foi se passar dessa forma (...) (Bolso, Ceará, 05 de abril de 2012. Das páginas do *Diário de Campo M.2012*).

Mais uma vez, uma leitura do pesquisador e das suas movimentações define alguém com a intenção de produzir uma pesquisa cujas finalidades não são claras nem aceitáveis para o grupo. A formulação de uma suspeita sobre a identidade institucional e as intenções se fortaleceu, por tanto, em pelo menos três eventos propiciadores: [i.] a associação velada feita pelas populações entre o pesquisador, os seus objetivos de pesquisa e a sua cidade “de origem”, situações que levaram a figurá-lo como “gente do Estado”, [ii.] a pouca circulação de pesquisadores acadêmicos na comunidade cujos objetivos estão distanciados dos interesses técnico-burocráticos de delimitação da Terra Indígena (TI), e, claro, como evento marcante, [iii.] o espaço das relações que o pesquisador criou e fortaleceu em campo que, como já explicado em outro momento, sempre privilegiou dar conta da totalidade dessa “rede de desenvolvimento” (Ribeiro, 2008) mais ampla criada entre indígenas e não-indígenas – em que se encontraram pessoas residentes da comunidade, profissionais do Estado e da iniciativa empresarial.

Ao lembrar que o pesquisador estava “se relacionando com *algumas* famílias não indígenas”, e tomar isso como elemento de julgamento da sua conduta em campo, deixa-se à mostra o fato de que o interdito não anunciado ao diálogo com determinados sujeitos foi importante na avaliação do posicionamento do pesquisador por parte dos sujeitos indígenas. O “desprestígio” ao grupo marcado por essa atitude acabou se somando a outras ocorrências que figuraram a sua pessoa no espaço físico dos seus contatos. A dupla vinculação concorreu finalmente às ações de evitação da presença do antropólogo no contato diário com as famílias Anacé.

Essa sociologia das emoções (Elias 2000) da interdição ao contato, da proibição de dialogar ou repassar qualquer informação, é a marca da conduta psíquica dos estabelecidos em relação aos *outsiders*.

A recepção do comportamento do pesquisador em campo, das suas trajetórias e das suas redes de contatos próximos pode ser entendida em termos de três momentos: primeiro, quando na sua apresentação formal ao grupo, o etnógrafo foi figurado como um *outland* – suas intenções de chegada e seu ponto de partida ainda não são claros; a sua disposição dentro de uma rede de relações, e a tendência à leitura do duplo vínculo que lhe refere ao interior do grupo e ao seu exterior, logo estabilizaram a sua figura como um *outsider* (Becker, 2008; Elias, 2000); a partir daí, marca-se a distinção fundacional a posição de *outsider* e o lugar do *homeland* (Little 2002).

Interpretações êmicas sobre o *status* do pesquisador, e todo o jogo de oposições criado ao redor da sua figura, fazem surgir mobilizações marcantes no contexto histórico do grupo étnico. O entendimento dessa figuração deve incluir o momento político experienciado pelas populações indígenas e a consolidação das suas bases de atuação dentro da sua própria rede de atores e instituições (Pinheiro, 2011). Nesse sentido, a etnografia desse caso, antes de tratar de um “desafio ou problema de pesquisa”, aborda operadores políticos indígenas legítimos atuantes na certificação do seu direito à existência, ao reconhecimento e projeção do seu etnônimo.

## **CAPÍTULO V**

### **Considerações finais: etnogêneses e redes de desenvolvimento**

Este trabalho procurou tratar das relações entre um caso de etnogênese indígena e um processo de implementação de uma iniciativa desenvolvimentista estatal-privada. Por fazerem parte de fenômenos decorrentes de construções históricas regionais tanto de um discurso de etnicidade, como de programas políticos e econômicos estratégicos e multiescalares que acabaram se cruzando, os segmentos envolvidos nessas iniciativas precisavam ser analisados por dois vieses analíticos: um que privilegiasse a leitura da etnogênese indígena como um caso particular de afirmação de uma identidade categórica (Barretto Filho, 1994; Pacheco de Oliveira, 1998) e o outra que enfocasse as composições e níveis de integração entre organizações administrativas, agendas e capacidades políticas consorciadas em diversas escalas por grupos estatais e privadas (Ribeiro, 2008; Sassen, 2006). Durante essa tentativa sobressaiu o problema do caso etnográfico escolhido: como a etnogênese indígena Anacé e as iniciativas desenvolvimentistas da Costa do Pecém construíram seus projetos políticos e foram influenciados por movimentações mútuas ao longo das suas histórias?

A elaboração desta questão esclarecia que, ao invés de concentrar minha análise sobre os impactos ambientais e sociais dos projetos governamentais e privados sobre as populações

locais, deveria considerar as estratégias organizacionais indígenas de enfrentamento e participação política nos destinos dos projetos a serem implementados nas terras ocupadas pelos Anacé.

Tentei mostrar que a história da etnogênese Anacé enquanto grupo organizado, demandante de direitos diferenciados e de uma identidade categórica exclusiva, desdobrou-se em meio às iniciativas e aos problemas das organizações envolvidas com os projetos do Complexo Industrial Portuário do Pecém (CIPP). De movimento indígena sem reconhecimento regional e com algumas esperanças de auxílio jurídico por parte do Ministério Público Federal (MPF), a organização indígena Anacé se transformou em segmento envolvido tanto com os destinos do projeto quanto com a definição dos seus impactos. De qualquer forma, é impossível deixar de observar que essa participação não escondeu as assimetrias de poder, os danos e as iniquidades de toda ordem que ocorrem quando o Estado promove transformações bruscas em paisagens sociais e ambientais onde residem essas populações.

A evidência dessa agência histórica do grupo étnico Anacé permitiu repensar o paradigma do impacto que sobressai nas análises sobre conflitos entre populações tradicionais e projetos nacionais de grande infraestrutura (Vainer, 2008; Zhouiri; Oliveira, 2007). É comum que o enfoque principal de boa parte desses estudos sejam os efeitos sempre danosos que os interesses territoriais, tecnológicos e ambientais do Estado causam sobre as populações locais. Aqui decidi incorporar fortemente as iniciativas políticas dos atores que procuram se inserir e propor reavaliações nas formas de administração, compreensão e atuação da composição política que interfere nos destinos de obras infraestruturais, políticas públicas regionais e programas desenvolvimentistas nacionais.

Outro resultado deste trabalho foi demonstrar que a mobilização indígena vai além da criação de núcleos de liderança ou formas de associação com instituições políticas estatais-privadas. A própria modificação da agência política desses atores é sentida intimamente nos regimes do imaginário narrativo do grupo, na reprodução da história recente e antiga de emergência política e na revitalização e projeção de um novo senso de administração de um território.

Como mostrou Maia (2011), a participação de lideranças indígenas dentro dos “projetos do Estado” vem de longa data, remontando à participação de lideranças na consolidação do modelo administrativo dos aldeamentos e vilas indígenas na colônia portuguesa nas Américas. A participação indígena no período foi estratégica para a implementação e o gerenciamento da máquina administrativa colonial. Embora muitas vezes

reduzidos à condição de capatazes da Coroa, algumas lideranças indígenas do Nordeste brasileiro, principalmente, não tardaram a compreender que “era necessário fazer escolhas e tomar decisões que fossem menos deletérias para as suas próprias vidas no território de vivência comum (...) buscando a partir de suas inserções alguma vantagem para os seus” (Maia, 2011, pp. 43); motivo essencial das suas participações nos meandros do antigo regime.

Assim como no período colonial, no qual se tem registrado a própria presença de indivíduos Anacé em meio a essas articulações políticas, os indígenas continuam exercendo um triplo papel de influência nos destinos dos assuntos do Estado: [i.] na reivindicação da presença indígena como um fator que deve ser levado em conta se é que se deseja a consolidação de interesses desenvolvimentistas; [ii.] no reconhecimento da presença étnica local por parte do Estado como uma tentativa de controlar as disputas e conflitos procurando compensar dívidas socioambientais com o grupo étnico; e [iii.] na utilização da situação conflitiva da implementação das obras como um momento de reavaliação da conduta política do grupo, divulgação das suas demandas mais imediatas e ampliação das redes de relações com instituições estatais e privadas, garantindo a sua participação nos processos decisórios.

Os dados etnográficos aqui apresentados contribuem para demonstração que reelaborações étnicas se dão em meios políticos complexos e multiplamente compartilhados por sujeitos políticos e institucionais. Assim, o despertar de uma categoria político-identitária (Arruti, 1997) não é obra apenas de um coletivo organizado e fechado em torno de uma causa pertinente somente ao grupo, mas é também resultante da recepção que a sociedade envolvente faz da mobilização étnica e de todas as negociações, de redes de parcerias e de disputas em torno do exercício de autoridades e direitos no contexto em que o movimento se insere. É nesse sentido que a etnogênese Anacé e a organização mais ampla dos seus atores se fortaleceu justamente no espaço das relações e contradições internas às redes de desenvolvimento (Ribeiro, 2008) que constituem o projeto do CIPP. De fato, o movimento indígena da Costa do Pecém surge em decorrência do avanço das obras do Complexo e se reelabora também em decorrência dos desafios que os consórcios político-empresariais impõem à manutenção e ampliação das suas iniciativas. Entendo, assim, que os movimentos onde identidades e organizações são despertadas podem também expressar tensões das transformações que acontecem numa região, num país ou no nível global. Por esse motivo, as etnogêneses podem ser vistas como fenômenos intimamente impactados pelo que Sassen (2005) tratou por transformações fundacionais em sistemas complexos, noção que abrange todas as dinâmicas econômicas e os desafios políticos que ocorrem ao Estado e à sua

capacidade de administrar territórios, autoridades e direitos no momento histórico que a autora chamou de era das *assemblages* globais.

### **Uma etnogênese em meio às dinâmicas do sistema-mundo**

Uma das discussões teóricas deste trabalho procurou relacionar uma parte da teoria da globalização de Saskia Sassen (2005), a partir do conceito de composições, com os comentários sobre níveis de integração apresentados por Gustavo Lins Ribeiro (2008; 2000). Inspirado em Sassen (2005) questionei como foram possíveis composições entre capacidades históricas do Estado e das iniciativas privadas nacionais e regionais, buscando compreender os processos sociológicos e históricos que propiciaram essas aproximações na consecução das iniciativas que fundaram o CIPP e acabaram resultando na etnogênese Anacé.

Os conceitos de capacidades e multiescalaridade dos processos enfatizam que o desenvolvimento do Estado Nacional e do sistema-mundo não se dá simplesmente pela transposição de lógicas organizacionais, mas pela instauração de novas capacidades históricas em administrar territórios e criar autoridades legais; capacidades essas que foram paulatinamente adquiridas a partir da intrusão dos interesses do capital nos assuntos da administração estatal. Nesse mesmo sentido, os regimes de fundação de novas lógicas econômicas e políticas não se dão pela exclusão de escalas espaço-temporais, mas pela conformação de várias escalaridades, onde o local tem potencial de manifestar em si indícios de processos de maior amplitude. Ao mesmo tempo, esses processos de maior amplitude são também interferidos por iniciativas que partem de instâncias locais.

No caso que interessa a esta dissertação, a possibilidade de relacionar processos micros – a reelaboração étnica causada pelos avanços de projetos desenvolvimentistas na região – e macros – a própria complexidade dos projetos do CIPP, suas ampliações e modernizações – se explica pela forma complexa com que a etnogênese indígena, com os seus desdobramentos políticos, cruzou-se com a história da implementação do Complexo Industrial e Portuário. Os dados etnográficos e históricos indicaram que os avanços de cada um dos setores industriais do CIPP (I, II, III e IV; *vide* Mapa 01) em direção ao interior da região onde residem os Anacé foram acompanhados de inúmeras contestações e justificativas étnicas que aos poucos se transformaram de um conflito instaurado entre o governo e os indígenas em uma negociação estudada que trouxe para o interior do planejamento da

viabilidade das obras as demandas étnicas. Isso não quer dizer, porém, que todos os apelos das famílias Anacé foram contemplados no decorrer das negociações, nem que as assimetrias de poder e os efeitos danosos ao bem-estar dessas populações foram subsumidos por completo. As relações entre esses segmentos continuam sendo conflitivas e reveladoras da desproporção entre impactos que as tomadas de decisão do governo e da organização indígena causam aos destinos dos projetos do CIPP.

Nesse contexto, as lideranças Anacé procuraram se inserir em várias frentes de atuação e em diferentes níveis de integração que iam da própria organização interna e local do movimento, que tem como sede as vilas de Matões e Bolso, às diversas instâncias que marcam a presença do governo e das empresas na região. Situações que evidenciam que a própria atuação indígena procurou se mobilizar através de multiescalas, de diferentes níveis de integração, buscando entender e acompanhar a complexidade organizacional e territorial do projeto.

De um modo geral, o caso da emergência indígena Anacé e da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) proporcionou indicar as composições que se dão entre territórios e autoridades diante das quais grupos minoritários se veem obrigados a se inserir em negociações do direito ao reconhecimento étnico e de benefícios territoriais e sociais com segmentos do mundo estatal-privado. Infelizmente, as limitações inerentes à feitura de uma dissertação permitiram apenas aludir aos interesses de grandes companhias internacionais participantes do projeto do CIPP. De qualquer forma, analisar essas composições significa sublinhar a participação da reivindicação étnica enquanto movimento contra-hegemônico também decorrente das transformações do sistema-mundo.

As contribuições de Gustavo Lins Ribeiro com o conceito de níveis de integração e a perspectiva de considerar um projeto por dentro aperfeiçoaram a minha tentativa de entender o desenvolvimento e a globalização a partir de jogos de poder internos aos contextos reais de disputa territorial e de negociação de identidades. O conceito de níveis de integração já adiantava que “os modos de representar pertencimento a unidades socioculturais e político-econômicas (...) são centrais para a definição de alianças em múltiplos contextos de cooperação e conflito” (Ribeiro, 2000, p. 2). A capacidade de etnografar esses contextos e suas interconexões internas e as diversas formas de identificação dos atores com os segmentos coloca em desafio a tentativa de estudar um projeto por dentro. O conceito se mostrou importante à minha análise quando procurei “correlacionar agentes individuais e coletivos com diferentes unidades espaço-sócio-culturais que possuem variadas expressões institucionais e territoriais” (Ribeiro, 2000, p. 4). A referência a uma ideia de integração

utilizada pelo autor reflete a existência de processos complexos e de luta por hegemonia que envolvem forças políticas diferentes e frequentemente opostas.

Como foi observado Barretto Filho (1994, p. 24) ao dissertar sobre a etnogênese Tapeba, “é na simultaneidade das relações entre níveis da vida e organizações sociais”, na coexistência entre decisões do Estado, no espaço das competições por territórios e seus recursos, na soma entre acontecimentos em contextos locais, regionais e transculturais que a reelaboração da etnicidade desses povos deverá ser processada. Essa afirmação corrobora a afirmação de George Marcus segundo a qual “a identidade de alguém, ou de algum grupo, produz-se simultaneamente em muitos locais de atividades diferentes, por muitos agentes diferentes, que têm em vista finalidades diversas” (Marcus, 1991 apud Barretto Filho, 1994, p. 24). Ao se investir num estudo etnográfico que enfoque a reelaboração de uma identidade coletiva e os processos políticos que as estimularam, deve-se privilegiar a convivência e competição de forças variadas e mutuamente interferentes que ocorrem na consolidação tanto dos interesses étnicos, como na realização das políticas de Estado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Maria Flávia Coelho.

2005. Zona costeira do Pecém: de colônia de pescador a região portuária. Dissertação de Mestrado (Curso de Geografia). Universidade Estadual do Ceará (UFC), 217p.

ALMEIDA, L. T. de.

1999. Comércio e meio ambiente: um novo tema para a Organização Mundial de Comércio. *Cenários*, UNESP, Araraquara, n.1, p. 77-10.
1995. O Debate sobre o Greening do Comércio Internacional. In: Samia Maria Tauk-Tornisiello; et. alli. (Org.). *Análise Ambiental: Estratégias e Ações.. Análise Ambiental: Estratégias e Ações..* São Paulo: T. A. Queiroz, 1995, v. , p. 27-33.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de.

1989. Universalização e Localismo: Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. *Reforma Agrária*, Campinas / SP, v. 19, n.1, p. 4-16.
2004. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. *Jornada de Agroecologia*, Curitiba: Editora Gráfica Popu, p. 64-72.
1993. Continentalização dos conflitos e transformações na geopolítica das fronteiras. *Reforma Agrária*, Campinas: ABRA, v. 23, n.3, p. 69-106.
2004. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. Anpur, Rio de Janeiro: ANPUR, p. 1-30.

APPADURAI, Arjun.

1990. Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy. In Mike Featherstone (org.), *Global Culture*, Londres, Sage Publications, pp. 295-310.

ARAÚJO, Lígia Gonçalves de.

2008. Emergência étnica Anacé: projeto de desenvolvimento e igreja católica. Trabalho Monográfico (Ciências Sociais). Universidade Federal do Ceará (UFC), Departamento de Ciências Sociais. Fortaleza, pp. 1-97.

ARAÚJO, R.C.P. ; MAIA, L.P.

2011. Análise dos Problemas e Objetivos das Atividades Econômicas Tradicionais e Emergentes na Zona Costeira do Estado do Ceará. *Arquivos de Ciências do Mar*, v. 44, p. 20-39.

ARAÚJO, Nancy Gonçalves de.

2007. A industrialização recente do Ceará: breves considerações. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 27, . 2, jan/jun., pp. 97-114.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro.

1974. Santos, o porto do café. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969. 200 p. (Biblioteca geográfica brasileira. Série a). \_\_\_\_\_. O Porto de Vitória. São Paulo: IGEOG. 300 p. (Série Teses e Monografia nº 09).

ARRUTI, José Maurício Andion.

1997. A emergência dos remanescentes. *MANA*, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 7-38.
1995. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p. 57-94.

ASPELIN, Paul; SANTOS, Sílvio Coelho.

1981. Indian Areas Threatened by Hydroelectric Projects in Brazil. IWGIA Document 44, Denmark.

BAINES, Stephen Grant.

1992. É a Funai que sabe: a frente de atração ao Waimiri-Atroari. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 362p.
2000. Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia. *Revista de Antropologia* (São Paulo), São Paulo, v. 43, n.2, p. 141-163.
2005. Antropologia do desenvolvimento e a questão das sociedades indígenas.. *Revista Antropológicas*, Recife, Pernambuco, v. 15, n.2, p. 29-46.

BALANDIER, Georges.

1963. La notion de situation colonial. In. *Sociologie actuelle de l'Afrique noir. Dynamique social en Afrique Central*. Paris, PUF, 2ed.

BALÉE, William; ERICKSON, Clark.

2006. *Time and complexity in historical ecology: studies in neotropical low lands*. New York: Columbia University Press.

BAR-EL, Raphael.

2000. Promovendo o desenvolvimento do interior do Ceará. Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ceará. Fortaleza: SDR.

BARTH, Frederick.

1959. Segmentary opposition and the theory of games; a study of Patha organization. In *Journal of Royal Anthropological Institute*, 89, part 01.

1969. *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. Bergen; London: Allen & Unwin: Universitetsforlaget.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto.
2006. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana* [online]., vol.12, n.1, pp. 39-68.
- BANCO INTERAMERICANO PARA O DESENVOLVIMENTO (BID).
1988. OP 710 - Involuntary Resettlement – Outubro.
- BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain.
1994. O novo debate regional. In: BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain. (Orgs.). *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras, Celta Editora, pp 3-15.
- BATESON, Gregory.
1972. *Steps to an ecology of mind: collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology*. San Francisco: Chandler Pub.
2006. *Naven*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- BAUDOIN, Thierry.
- A cidade portuária na mundialização. In: SILVA, Gerardo, COCCO, Giuseppe. (Org). *Cidades e portos: os espaços da globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 27-38.
- BECK, Ulrich.
2001. *Sociologie du risque*. Paris: Aubier.
- BECKER, H. S.
2008. *Outsiders: estudo de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BARRETTO FILHO, Henyo Trindade.
1994. Tabepas, tapebanos e pernas-de-pau de Caucaia, Ceará: da etnogênese como processo social e luta simbólica. *Série Antropologia*, Brasília, pp. 1-30.
- BRAGA, R. M.
2007. O espaço geográfico: um esforço de definição. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 22, 2007, pp. 65 – 72.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto.
2006. As etnogêneses: velhos atores e novos papeis no cenário cultural e político. *MANA* 12(1): 39-68.

BOTT, Elizabeth.

1976. Família e rede social. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BRISSAC, Sérgio et ali.

2009a. O povo indígena Anacé e seu território tradicionalmente ocupado (Parecer Técnico N° 01/09). Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Ceará. Fortaleza, abr.

2009b. O recurso ao Ministério Público Federal como estratégia indígena para a gestão de seu território. In: II Reunião Equatorial de Antropologia e XI Reunião de Antropólogos do Norte Nordeste, 2009, Natal, RN. Anais da II Reunião Equatorial de Antropologia e XI Reunião de Antropólogos do Norte Nordeste.

CABRAL, Neila W. S. Sousa.

2010. Zona costeira resiliente: um estudo sócio-ecológico no Nordeste paraense. Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Sócio-Ambiental. Belém, 199p.

CANCLINI, Néstor García.

1990. Culturas Híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad. México. Grijalbo.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto.

1964. O Índio e o Mundo dos Brancos. 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP.

1976. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Ênio Matheus Guazzelli & Cia. Ltda.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto.

2010. A antropologia e seus compromissos e responsabilidades éticas. In.: FLEISCHER, S. e SCHUCH, P. (org.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, pp.25-38.

CASTELLS, Manuel.

1996. The Information Age: Economy, Society and Culture. Vol. 1: The Rise of the Network Society. Malden, Mass.: Blackwell.

CEARÁ. Governador (1995-1998: Tasso Jereissati).

1995. Plano de desenvolvimento sustentável do Ceará 1995-1998. Fortaleza: SEPLAN.

CEARÁ, Assembleia Legislativa do Ceará.

2012. Pacto pelo Pecém. Imprensa da Assembleia Legislativa do Ceará: Fortaleza.

COHEN, Abner.

1969. Custom and politics in urban Africa: a study of Hausa migrants in Yoruba Towns. University of California Press: Berkley and Los Los Angeles.

COHN, Clarice.

2001. Culturas em transformação: os índios e a civilização. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n.2, p. 36-42.

COLLIN, Michele.

1999. A evolução do estatuto dos portos na Europa. In: SILVA, Gerardo, COCOO, Giuseppe. (Org). Cidades e portos: os espaços da globalização. Rio de Janeiro: DP&A, p. 39-62.

COLSON, Elizabeth.

1971. The consequences of resettlement. The impact of the Kariba Resettlement upon the Gwembe Tonga. London. Manchester University Press.

COPANS, Jean.

2001. La “situation coloniale” de Georges Balandier: notion conjuncturelle ou modèle sociologique et historique? P.U.F., *Cahiers internationaux de sociologie* - n° 110. pp. 31 – 52.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia.

2002. Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza Museu do Ceará / Secretária de Cultura e Desporto do Ceará, 111p.
2006. Nordeste brasileiro fragmentado: de uma região com bases naturais a uma de fundamentação econômica. In. SILVA, José Borzacchiolo da. *Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 23-45p.

ESCOBAR, Arturo.

1996. Construction of nature: elements for a post-structuralist political Ecology. *Futures*, Illinois, Vol. 28, nº. 4, pp. 325-343, 1996.
- 1996b. Elements for a post-structuralist political ecology. *Futures*. Vol. 28, No. 4. pp. 325-343, 1996.

FABIAN, Joanes.

2001. Ethnology and history. In. *Anthropology with attitude: critical essays*. Stanford: Stanford University Press, p.70-85.

FIALHO, Vania.

1992. As fronteiras do ser Xukuru. Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFPE.

FEARNSIDE, Philip.

2002. Impactos ambientais da barragem de Tucuruí: lições ainda não aprendidas para o desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.
1990. A hidrelétrica de Balbina: o faraonismo irreversível versus o meio ambiente na Anazônia. São Paulo: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente.

LISBOA, Marijane e BARROS, Juliana Neves.

2008. Violações de direitos humanos ambientais no complexo madeira: relatório de missão realizada ao estado de Rondônia entre os dias 15 e 19 de novembro de 2007. Plataforma Dhesca Brasil.

FERGUSON, James.

2006. Introduction: Global Shadows: Africa and the World in *Global Shadows. Africa in the Neoliberal World Order*. Durham and London: Duke University Press. pp.1-23.

FREIRE, José Luís de Sales; VIEGAS, Marta.

2010. Investimentos em projetos greenfield. *Capital Aberto*, Ano 7, No. 79, pp. 23.

FRIEDMAN, Jonathan.

2003. Globalization, Dis-integration, Re-organization: The Transformations of Violence. In *Globalization, the State, and Violence*, ed. Jonathan Friedman pp. 1–34. Walnut Creek, Calif. AltaMira Press.

FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO (Fundar).

2009. Diagnóstico antropológico e socioeconômico do impacto global da UTE Energia Pecém, localizada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (com Parecer Ambiental). Produto 3 do Plano de Trabalho que integra o contrato realizado entre a Fundação Darcy Ribeiro e a REX Empreendimentos Imobiliários Ltda.

GARCIA, Elisa Frühauf.

1007. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 12, p. 33-48.

GEORGE, Pierre.

1970. Geografia econômica. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

GIRÃO, Raimundo.

1985. Evolução histórica cearense. Fortaleza: BNB. ETENE, 446p.

GLASER, Daniel.

1958. Dynamics of ethnic identification. In *American Sociological Review*, vol. 23, n. 01.

GOFFMAN, Erving.

1961. *Encounters: two studies in the sociology of interaction*. Indianápolis: U.I.

GOMES, Telmo.

2004. *Navios da Antiguidade da Pré-história à Idade Média*. Lisboa: Edições Inapa.

GONDIM, Juliana.

2009. Corpo e ritual: práticas de cura e afirmação identitária nos Tremembé de Almofala. PALITOT, Estêvão Martins (org.). *Na mata do sabiá; contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza: SECULT, Museu do Ceará, IMOPEC.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo.

1993. “Regime de Índio” e Faccionalismo: Os Atikum da Serra do Umã. Dissertação de Mestrado, PPGAS/MN/ UFRJ.
2008. Toré e jurema: emblemas indígenas no nordeste do Brasil. *Cienc. Cult.* [online], vol.60, n.4, pp. 43-45.

ELIAS, Norbert.

2000. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar.

ESCOBAR, Arturo.

1996. Construction nature: elements for a post-structuralist political ecology. *Futures*. Vol. 28, No. 4. pp. 325-343.

EUGÊNIO, Carlos.

2010. “Cid fecha acordo com Anacé”. *Jornal O Diário do Nordeste*, 06 jul.

HANNERZ, Ulf.

1997. Fluxos, fronteiras, híbridos: Palavras-chave da Antropologia Transnacional. *MANA*, Rio de Janeiro, 3 (1): 7-39.

HARVEY, David.

1989. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

HEIDERICH, Didier.

2009. La perceptivo du risque dans la société de la peur. *Cahier Espaces*, nº 85.

HUGO-MARIE, Victor.

1986. Les travailleurs et la mer. Belgique: Verboeckhoven et Cie.

INGOLD, Tim.

1986. The appropriation of nature: essays on human ecology and social relations. Manchester: Manchester University Press.

JÚNIOR, Ilo Santiago; SOUSA, Sérgio.

2010. “Governo propõe troca de terras com tribo Anacé”. Jornal O Diário do Nordeste, 16 jun.

KARPINSKI, Cezar.

2007. Sobre as águas a memória: relações de poder e subjetividade durante a implementação da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias (Paraná, 1989-2001). Dissertação de mestrado defendida na UFSC.

KEARNEY, M.

1995. The local and the global: the anthropology of globalization and transnationalism. *Annual Review of Anthropology* 24: 547-65.

KEESING, Felix.

1953. Culture change: analysis and bibliography sources to 1952, Stanford, Califórnia.

LATOUR, Bruno.

2006. Reassembling the Social. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LEITE, Serafim.

1938. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa.

LEMOS, Chélen Fischer.

2007. O processo sóciotécnico de eletrificação na Amazônia: articulações e contradições entre Estado, capital e território (1890 a 1990). Tese de Doutorado defendida no IPPUR/ UFRJ.

LIMA, Luiz Cruz.

2012. A industrialização recente do Ceará: uma introdução. Fonte: [bservatoriogeograficoamericalatina.org.mx/.../Geografiaindustrial/7](http://bservatoriogeograficoamericalatina.org.mx/.../Geografiaindustrial/7). Acessado: 12 out.

LIMA, Larissa.

2009. Índios protestam contra as desapropriações. Jornal O Povo. 04 fev.

LINNEKIN, Jocelyn S.

1983. Defining Tradition: variations on the Hawaiian identity. In: *American Ethnologist*, vol. 10, n.2, Pp. 241-252.

LITTLE, Paul Elliot.

2002. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropológica*, Brasília, nº 322, pp. 1-23.
2006. Ecologia política como etnografia: uma guia teórica e metodológica. *Horizontes Antropológicos*, v. 25, p. 85-103.

LOPES, José Sérgio Leite.

2004. A 'ambientalização' dos conflitos sociais. in LOPES, José Sérgio Leite et al (org.), *A ambientalização dos conflitos sociais*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.

MAIA, Lício de Oliveira.

2011. A implantação do diretório em vila Viçosa Real (CE): incerteza, colaboração e negociação indígenas (c. 1759-1762). In PACHECO DE OLIVEIRA, João. (org.) *A presença indígena no Nordeste*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 21-47 p.

MALINOWSKI, B.

1949. The dynamics of culture change; an inquiry into race relations in Africa. Ed. Phyllis M Kaberry, Yale University Press, New Haven.

MARCUS, George E.

1995. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, vol. 24, pp. 95-117.
1991. Identidades Passadas, Presentes e Emergentes: Requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, nº 34, 1991, pp. 197-221.

MCCULLY, Patrick.

- Silenced rivers: the ecology and politics of large dams. London: Zed Books, 1996, 350 p.

MEIRELES, A. J. A.

2008. Diagnóstico ambiental e alternativas locacionais para as usinas eólicas [CH RM Gangalha e CGE RM Boqueirão] projetadas em áreas de preservação permanente na planície costeira de Camocim (CE) – Parecer Técnico (PT). Ministério Público Federal: Fortaleza, Nov.

MEIRELES, A.J.A. e GURGEL Jr., J.B.

- 1994 Dinâmica costeira em áreas com dunas móveis associadas a promontórios, ao longo do litoral cearense. 38º Cong. Bras. de Geologia, Balneário de

Camboriú/SC. Anais., v1, 1994, 403-404p.

MELATTI, Júlio César.

1967. Índios e criadores: a situação dos Krahó na área pastoril do Tocantins. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MÉNDEZ, Ricardo.

1997. Geografía econômica. La lógica espacial del capitalismo global. Barcelona: Ariel Geografía.

MITCHELL, Clyde.

2009. A dança Kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte. In: FELDMANBIANCO, Bela (org.) *A Antropologia das sociedades complexas*. São Paulo: Editora Unesp.

MONIÉ, Frédéric et ali.

2004. A nova geografia econômica mundial e a emergência de um novo sistema portuário no Estado do Ceará: o Porto do Pecém. *Terra Livre*, Goiânia, Ano 20, v. 2, n. 23, p. 97-109, Jul-Dez/2004.

MONIÉ, Frédéric.

2003. Planejamento territorial, modernização portuária e logística: o impasse das políticas públicas no Brasil e no Rio de Janeiro. In: MONÉ, Frédéric, SILVA, Gerardo (Org.). *A mobilização produtiva dos territórios: Instituições e logística de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 57-80.

MONTE, Francisca Silvania de Sousa.

2005. O uso e controle das águas no processo de modernização do estado do Ceará: o caso da barragem do Castanhão. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2005, 388p.

MOREIRA, A. C. M. L. e.

2011. Conceitos de ambiente e de impacto ambiental aplicados ao meio urbano. Fonte: [http://lproweb.procompa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu\\_doc/moreira6-conceito\\_impacto\\_urbano.pdf](http://lproweb.procompa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/moreira6-conceito_impacto_urbano.pdf). Acessado: 22 jul.

MOURA, Cristina Patriota de.

2010. Condomínios Horizontais em Brasília: Elementos e Composições. *Antropolítica* (UFF), v. 1, p. 47-68.

NEIBURG, Frederico.

2000. Introdução. In. ELIAS, Norbert. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar.

NEVES, Rita de Cássia Maria.

2005. Dramas e Performances: o processo de reelaboração étnica Xukuru nos rituais, festas e conflitos. Florianópolis, xi, 239 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

NIMUENDAJU, Curt.

1987. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Rio de Janeiro, IBGE.

NUTI, Miriam Regini.

2006. Integração energética na América do Sul: escalas, planejamento e conflitos. Tese de Doutorado, defendida no IPPUR/ UFRJ.

OLIVEIRA, Christian Dennys M.

2006. A complexidade territorial do turismo: atores, cenários e relacionamentos. In *Panorama da Geografia Brasileira*, vol. 1, São Paulo: Annablume.

ONG, Aihwa; COLLIER, J. Collier.

2005. *Global Assemblages: Technology, Politics, and Ethics as Anthropological Problems*. Malden, Mass.: Blackwell.

PACHECO DE OLIVEIRA, João.

1998. Uma “etnologia dos índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *MANA* 4(1):47-77.
2011. Apresentação. In. PACHECO DE OLIVEIRA, João. (org.) *A presença indígena no Nordeste*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, pp. 09-18.
1993. Povos indígenas no Nordeste: fronteiras étnicas e identidades emergentes. *Atlas das Terras Indígenas do Nordeste*, PETI.
2003. Os Caxixó do Capitão do Zezinho: uma comunidade indígena distante da imagem da primitividade do índio genérico. In: *Reconhecimento étnico em exame: dois estudos sobre os Caxixó*. Rio de Janeiro, p. 139-180.
1989. *O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar*. 1. ed. São Paulo: Marco Zero / CNPQ, v. 1.

PALITOT, Estêvão Martins.

2009. Um quadro de multiplicidade étnica: os povos indígenas em Crateús. In PALITOT, Estêvão Martins (org.). *Na mata do sabiá; contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza: SECULT, Museu do Ceará, IMOPEC.

PASTORAL DO MIGRANTE, Igreja católica.

1998. Cartilha “Nunca Desista, Lute até o Fim: Construindo Nossa História”. Vila de Bolso.

PERROT, Dominique.

2008. Quem impede o desenvolvimento “circular”? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas). *Cadernos de Campo*, São Paulo, nº 17, pp. 219-232.

PEULVAST, Jean-Pierre; SALES, Vanda de Claudino.

2006. Geomorfologia da zona costeira do estado do Ceará, Nordeste do Brasil. In: SILVA, José Borzacchiolo da. *Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica.

PINHEIRO, Joceny de Deus.

2011. Identificação indígena e mestiçagem no Ceará. *Cadernos do Leme*, Campina Grande, vol. 3, nº 2, p. 21 – 49. Jul./dez.

POLANYI, Karl.

2001. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press.

PORTO, Luana Cavalcanti.

2008. Políticas de turismo e território: paradoxos entre o Prodetur/Ne e o programa de regionalização do turismo. In: 1º Encontro Internacional Sobre Gestão em Turismo (EIGTUR), Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - 25 a 29 de março.

PRADO JÚNIOR, Caio.

1998. *História econômica do Brasil*. 45. ed. São Paulo: Brasiliense.

PITT-RIVERS, J. A.

1954. *The people of the Sierra*. London.

PITKIN, D. S.

1959. *The intermediary society: a study in articulation*. In V. F. Ray (org.) *Intermediate societies, social mobility, and communication*. Proceedings of the 1959 Spring Meeting of the American Ethnological Society, Seattle.

RAMOS, Alcida Rita.

2006. Do engajamento ao desprendimento. *Série Antropologia*. Vol. 414. Brasília: Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, pp. 6-25.

REDFIEL, Robert; Linton, Ralph; Herskovits, M J.

1936. Memorandum on the study of acculturation. *American anthropology*, vol. 38.

RELATÓRIO CDDPH.

2007. Relatório da Comissão Especial "Atingidos por Barragens", aprovado unanimemente pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

RIBEIRO, Gustavo Lins.

- 2008. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos*, nº80, março.
- 1991. Empresas transnacionais. um grande projeto por dentro. SAO PAULO, SP/RIO DE JANEIRO: MARCO ZERO/ANPOCS.
- 2000. A condição da transnacionalidade. In. RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e Política no Mundo Contemporâneo*. Brasília, Edunb, pp. 93-129.
- 1987. Quanto mas grande mejor? Proyectos de gran escala, una forma de produccion vinculada a la expansion de sistemas economicos. *DESARROLLO ECONOMICO*, n.105, p. 3-27.

RIGOTTO, Raquel Maria.

- 2009. Inserção da saúde nos estudos de impacto ambiental: o caso de uma termelétrica a carvão mineral no Ceará. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(6):2049-2059.

RICOEUR, Paul.

- 2007. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas/SP: Editora da Unicamp.

ROBINS, Paul.

- 2004. *Political ecology*. Australia: Blackwell Publish Ltda.

RODRIGUES, Lea Carvalho; SANTOS, Potyguara Alencar.

- 2012. Populações tradicionais, turismo e conflitos territoriais. Estudo etnográfico em Tatajuba, Ceará. *Cadernos do Leme*, v. 4, p. 1-27.

SAHLINS. Marshall.

- 2004. Que é iluminismo antropológico? Algumas lições do século XX. [1999] In: *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, pp. 535-562.
- 1993. Goodbye to Tristes Topes: Ethnography in the Context of Modern World History. *The Journal of Modern History*, 65: 1-25.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras.

- 2011. Do caboclo ao índio: Etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos no Nordeste do Brasil; o caso Kapinawá. *Cadernos do LEME*, Campina Grande, vol. 3, nº 2, p. 88 – 191. Jul./dez.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A et ali.

- 2007. Projetos de desenvolvimento, impactos sócio-ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. *Ciências Humanas em Revista (UFMA)*, v. 5, p. 29-40.

SANTOS, Sílvio Coelho dos.

1979. Áreas indígenas ameaçadas por projetos hidroelétricos no Brasil.. Anais do Museu de Antropologia, UFSC, n.12 e 15.
2003. A geração hídrica de eletricidade no Sul do Brasil e seus impactos sociais. *Etnográfica*, Lisboa, Portugal., v. VII, n.1, p. 87-102.

SANTOS, S. C. ; NACKE, Aneliese.

1988. Povos Indigenas e Desenvolvimento Hidreletrico Na Amazonia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3, n.8, p. 71-85.

SANTOS, S. C. ; HENRIQUES, K. N. R.

1998. Hidreletricas e Processo de Privatização No Cenário Brasileiro. *Revista de Divulgação Cultural*, Blumenau - SC, n.64, p. 9-14.

SANTOS, M. C.; PEREIRA, D. T.

2009. O Conceito de Atingido em Disputa - Dilemas e possibilidades de afirmações de direitos. In: III Encontro Latino Americano de Ciências Sociais e Barragens, 2009, Belém. Anais III Encontro Latino Americano de Ciências Sociais e Barragens.

SANTOS, Potyguara Alencar.

2012. O duplo vínculo na figuração do etnógrafo: interdições e constrangimentos na pesquisa etnográfica em contextos de reelaboração étnica: a casuística do etnônimo Anacé no Ceará. *Cadernos do Leme*, v. 4, p. 1-21.

SANTOS, Milton.

1999. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC.

SANTOS, S. C. ; NACKE, Aneliese.

1988. Povos Indigenas e Desenvolvimento Hidreletrico Na Amazonia. *REVISTA BRASILEIRA DE CIENCIAS SOCIAIS*, v. 3, n.8, p. 71-85.

SASSEN, Saskia.

2006. *Territory, authority, rights: form Medieval to Global Assemblages*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.

SEVÁ FILHO, A. O. (Org.)

2005. "TENOTÃ-MÕ. Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu". 01. ed. São Paulo: International rivers Network, v. 01. 344p.

SIGAUD, Lygia.

1992. Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos. Comunicação nº 9 – Museu Nacional.
1986. O Caso das Grandes Barragens. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, p. 18-40.

SILVA, Geraldo & COCCO, Giuseppe.

1994. Introdução. In: SILVA, Geraldo & COCCO, Giuseppe (Orgs). Cidades e portos: os espaços da globalização. Rio de Janeiro: 1999. pp 9-26. VARGAS, Milton. Construção de portos. In: MOTOYAMA, Shozo. Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, p. 67-84.

SILVA, Luiz Antônio Medeiros.

2001. Reestruturação do setor elétrico, conflito e negociação na bacia do rio Uruguai. Dissertação de Mestrado defendida no IPPUR/ UFRJ.

SHADEN, Egon.

1965. Aculturação indígena. Revista de Antropologia. São Paulo: 13.

STEWART, Julian.

1955. Theory of culture change. Urbana.

SCUDDER, Thayer; COLSON, Elizabeth.

1982. From welfare to development; a conceptual framework for the analysis to dislocated people. In Art Hansen & Anthony Oliver-Smith (org). Involuntary migration an resettlement. The problems and responses of dislocated people. Boulder. Westview Press.

TAX, Sol.

1975. Action anthropology. *Current Anthropology*, Vol. 16, No. 4 ,pp. 514-517.

TEIXEIRA, Márcia de Oliveira.

2001. A ciência em ação: seguindo Bruno Latour. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online], vol.8, n.1, pp. 265-272.

TÓFOLI, Analu.

2009. Retomada das terras Tapeba: entre a afirmação étnica, os descaminhos da demarcação territorial e o controle dos espaços. In PALITOT, Estêvão Martins (org.). Na mata do sabiá; contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza: SECULT, Museu do Ceará, IMOPEC.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC).

- 2001a. Evolução sedimentológica na bacia de evolução do porto e área costeira do Pecém. Fortaleza: Fevereiro, 32p. (a).
- 2009b. Monitoramento das águas oceânicas da área de construção do porto de Pecém e sua zona de influência direta. Fortaleza: Janeiro, 29p. (b).

VAINER, Carlos.

- 2008. Conceito de "Atingido": uma revisão do debate. In: Franklin Daniel Rothman. (Org.). Vidas Alagadas - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Vidas Alagadas - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. 1ed. Viçosa: UFV, v. , p. 39-63.
- 2002. Água para a vida, não para morte. Notas para uma história do Movimento de Atingidos por Barragens no Brasil. Artigo apresentado no Workshop "Social Movements in the South", promovido pelo Center for International Affairs, Harvard University.

VAINER, C. B. ; ARAÚJO, F. G. B.

- 1990. Implantação de grandes hidrelétricas. Estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas. Travessia Revista do Migrante, São Paulo, n.6.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do.

- 1993. Terra, Tradição e Etnicidade: Um Estudo dos Tremembé do Ceará. Dissertação de Mestrado, PPGAS/MN/UFRJ.

VARGAS, Milton.

- 1994. Construção de portos. In: MOTOYAMA, Shozo. Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, p. 67-84.

VIANA, Raquel de Mattos.

- 2003. Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a barragem de Itá. Dissertação de Mestrado defendida no IPPUR/ UFRJ.

VIEIRA, José Glebson.

- 2012. Amigos e competidores: política faccional e feitiçaria nos Potiguara da Paraíba. São Paulo: Humanitas, 327 p.

WAGLEY, Charles e GALVÃO, Eduardo.

- 1961. Os índios Tenetehara: uma cultura em transição. Rio de Janeiro, Serviço de Comunicação do Ministério da Educação e Cultura.

WALLERSTEIN, Immanuel.

- 1974. The modern world system. New York: Academic Press.

WEIGEND, Guido G.

1970. Alguns elementos no estudo da geografia dos portos. Boletim Geográfico do IBGE. Rio de Janeiro ano 29, n. 219, p. 3-13.

WOLF, Eric.

1982. Europe and the people without history. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

WORLD BANK.

1994. Resettlement and Development: the bankwide review of projects involving involuntary resettlement 1986-1993. Washington.

WORLD COMMISSION ON DAMS.

2000. Dams and Development: a new framework for decision making. Relatório da Comissão Mundial de Barragens. London: Earthscan.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel.

2007. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. Ambiente e Sociedade (Campinas), v. 10, p. 119-135.

ZHOURI, A.; TEIXEIRA, R. O. S.

2005. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: Conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. Teoria & Sociedade (UFMG), UFMG-Belo Horizonte, v. 12, n.2, p. 10-28.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano.

2006. Estratégias de viabilização política da Usina de Irapé: o (des) cumprimento de normas e ocultamento de conflitos de licenciamento ambiental de hidrelétricas. Dissertação de mestrado defendida na UFMG.